UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

SOLANGE DE ALMEIDA BORGES

Arquivos vivos: repressão ao imigrante em São Paulo

Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940

Vol. 1

São Paulo
2016

SOLANGE DE ALMEIDA BORGES

Arquivos vivos: repressão ao imigrante em São Paulo

Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940

Vol. 1

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:

Cultura, Política e Identidades

Orientadora:

Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 23 de junho de 2016. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Borges, Solange Almeida

Arquivos vivos : repressão ao imigrante em São Paulo - discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930-1940 / Solange Almeida Borges ; orientadora, Madalena Pedrosa Aulicino. – São Paulo, 2016
2 v.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
Versão corrigida

1. Imigração espanhola - Brasil. 2. Imigração japonesa - Brasil. 3. Repressão política - São Paulo. 4. Imigrantes. 5. Perseguições - Aspectos políticos. 6. Xenofobia. I. Aulicino, Madalena Pedrosa, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 304.881

BORGES, Solange de Almeida

Arquivos vivos: repressão ao imigrante em São Paulo - Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais.

Área de concentração:

Cultura, Política e Identidades

Orientadora:

Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino

Aprovado em: 23/6/2016

Banca Examinadora

Profa. Dra. Madalena Pedroso Aulicino Instituição: EACH

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Márcio Magalhães Fontoura Instituição: Un. Municipal de São Caetano do Sul

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Valéria Barbosa Magalhães Instituição: EACH

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Deus, pela sabedoria e pelo dom da vida.

Aos tataravôs, Tomas Mas Calvo, Maria Herrera Calandria, Blas Gonzalez Fernandez e Carmem Garcia Nicolás e aos bisavôs Manoel Mas Herrera e Concepción Garcia Gonzalez, que tiveram a premência e a ousadia de atravessar o oceano, enfrentando um mundo de ausências e diferenças, de expectativas que não se cumpriram, mas, mesmo assim, abraçaram o Brasil. Sem a coragem desses nossos navegantes, aqui não estaríamos. Gracias! Saludos!

Aos avôs, Pedro Sólon Borges e Maria Carmem Mas Borges, que inauguraram novo ramo da família em tempos tão tumultuados e difíceis. Somos o resultado desta conquista, da Espanha ao Brasil, somamos força e teimosia para continuar resistindo e construindo outros rumos. Desse meu avô tomei emprestado o Sólon, como um resgate familiar das raízes e é como me conhecem hoje em dia, Solange Sólon Borges.

Aos avôs maternos mineiros, migrantes internos, Miguel Laurindo de Almeida, de Bocaina de Minas, e Presciliana Ribeiro do Vale, de São José da Bela Vista. Meu avô Miguel deixou a vida bem cedo, depois de andar descalço nas zonas rurais de Penápolis, entre geadas e cafezais, que lhe roubaram a saúde prematuramente. Portanto, em nossa alma temos fincado um pé de café e a persistência de uma família que segue sempre em frente mesmo nas intempéries.

Aos pais, Valter Maz Borges e Eva Maria de Almeida Borges, frutos maravilhosos do enlace desses sobrenomes. Ao irmão, Davison, aos sobrinhos, Francis e Allan.

À filha Valeska, pelo companheirismo e amor infinitos, e ao neto, Nathan, membro recente desta longa e incrível geração que nos alegra com risos e olhar profundo de mar.

Aos tios e primos, que contribuíram, torceram e me acompanharam nesta jornada. Ainda há muito a fazer, mas espero que parte das expectativas tenha sido alcançada. Em especial, à prima Cassinha que, ao encenar a peça *A Casa de Bernarda Alba*, de Federico Garcia Lorca, morto em 1936, faria a ponte entre a ficção e a realidade da Espanha convulsionada que também vitimou nosso bisavô Manoel.

À Judith Cassoli, professora inesquecível do então primeiro ano primário, que pacientemente corrigiu minhas loucas redações e profetizou que eu seria jornalista ou escritora. Levada pela vida, abracei as duas profissões, além da carreira acadêmica. Se sou o que sou hoje, devo à educação dada pelos pais e ao empenho de quem demonstrou amar os livros e querer sempre saber mais.

Ao Prof. Dr. João Vicente Cegato Bertomeu (*in memoriam*) por sua contribuição, entusiasmo e visão acadêmica para a consolidação desta pesquisa.

Espero ter correspondido humildemente aos anseios dos mestres essenciais da escola e da vida e aos familiares que construíram esta incrível história.

Aos pesquisadores competentes do Arquivo do Estado de São Paulo, no levantamento do material referente ao DEOPS, da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, que me auxiliaram na localização de jornais quase perdidos no tempo, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pela prontidão na recuperação dos processos familiares no Tribunal de Segurança Nacional. Ao sr. Edilson, da Delegacia da Polícia Civil de Penápolis, e aos funcionários do Fórum da cidade pelo apoio à localização de documentos essenciais à pesquisa.

Àqueles que doaram parte generosa de seu tempo atendendo às minhas entrevistas, Jorge Okubaro e Aurélio Nomura.

Aos amigos de Braúna que contribuíram com documentos, fotos e entrevistas esclarecedoras. Em primeiro lugar, à Michele Galdino, da Secretaria de Cultura do município, que me levou a conhecer pessoas essenciais: Dete Ramos Marolato, o casal Alice e Valter Barrionuevo e Julia Serizawa.

À minha orientadora, Madalena Pedroso Aulicino, por acreditar em minha capacidade de dar andamento a este projeto complexo e, ao mesmo tempo, tão pessoal.

RESUMO

BORGES, Solange de Almeida. **Arquivos vivos**: repressão ao imigrante em São Paulo - Discurso mítico contra espanhóis e japoneses em 1930 e 1940. 2016. 391p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão corrigida.

As migrações, movimento de grandes grupos humanos, constituem-se ainda um tema atual e complexo. Na Europa, na Ásia, na África e mesmo na América, verdadeiras massas populacionais se deslocam de seus locais de origem, procurando melhor condição econômica ou fugindo de perseguições com motivações políticas ou religiosas. A chegada desses imigrantes nem sempre ocorre de forma pacífica. Esse processo acompanha a história conhecida da Humanidade, por fatores semelhantes, guardadas as devidas proporções. Esta foi a motivação para a realização desta pesquisa, na medida em que o Brasil recebeu muitos imigrantes, em diferentes momentos de sua história, desencadeando, por vezes, reações violentas traduzidas em expulsão, como as ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940. Os espanhóis foram alvo desse estranhamento, no período de 1935 a 1937, e os japoneses, entre 1945 e 1947. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar esse cenário xenofóbico com foco em duas nacionalidades: espanhola e japonesa. Como objetivos específicos, estabeleceu-se a identificação de discurso mítico contra espanhóis, representando um *perigo vermelho*, e contra os japoneses, que se constituíam como *perigo amarelo*, a partir de duas problematizações: temia-se que a consolidação do regime republicano espanhol levasse a uma experiência semelhante, mas ‘comunista’ no Brasil? E a *Shindô Renmei*, sociedade composta por japoneses que não acreditavam na rendição do Japão na II Guerra Mundial (1939-1945), representaria um risco de expansionismo oriental? Como hipótese, estabeleceu-se que a perseguição se aprofundou com a Guerra Mundial, tendo, entretanto, motivações políticas e raciais. Como metodologia, optou-se pela pesquisa documental, com base em arquivos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e do Tribunal de Segurança Nacional. No caso da perseguição aos espanhóis, estudou-se o caso da Família *Mas Herrera*, e a atuação da *Shindô Renmei* na Região Noroeste do Estado de São Paulo. Concluiu-se que, na gênese da repressão, adotou-se o discurso de ameaça às instituições, aos valores e à segurança nacional, diante de um complô comunista internacional, funcional à ditadura Vargas em seu projeto nacionalista e populista, especialmente no Estado Novo (1937-1945).

Palavras-chave: Xenofobia. Imigrantes. Espanhóis. Japoneses. Shindô Renmei.

ABSTRACT

BORGES, Solange de Almeida. **Live archives:** repression of immigrants in São Paulo-mythical speech against Spanish and Japanese in 1930 and 1940. 2016. 391p. Dissertation (Master Degree in Philosophy). - Post-Graduate Program in Cultural Studies, School of Arts, Sciences and Humanities of the University of São Paulo, São Paulo. 2016. Correct version.

The migrations, movements a large group of human been, from one part to another one, but it is still a current complex subject. In Europe, Asia, Africa and even in the America, great groups left their countries and their origins to search one better economic condition, others became fugitive, because they pass to persecution political or religious. The arrival of these immigrants did not always happens peacefully. This process follows the known history of human been, for many similar factors, just saved the appropriate proportions. Because that it was the motivation for this research, in different times of the history, Brazil received many immigrants and sometimes it was happened with violent reactions that can be translated into expulsions, such as occurred between the years 1930 and 1940. The Spanish people were the target of this estrangement between 1935 and 1937, and the Japanese were the group between 1945 and 1947. The objective of this research is to analyze this xenophobic focusing on two nationalities: spanish and japanese. The objectives specific of this research, was established of the identification mythic discourse against the spanish, people who was called the “red danger”, and against the japanese that were denominated the “yellow danger”, from two big problems: it was the scared that the consolidation of the Republican regime led to a similar experience, but ‘comunist’ in Brazil? And Shindô Renmei, society that did not believe in Japan's surrender in World War II (1939-1945), Japan could represent a risk of eastern expansionism? As a hypothesis, it was established that the persecution became stronger during World War, has, however, political and racial motivations. As methodology, it was opted for the documentary research, it was based on State Department files of Political and Social Order of São Paulo (DEOPS/SP) and the Court of National Security. In the case of the persecution of spanish, the research took the case of the family Mas Herrera, and also the performance of japaneses from Shindô Renmei in the Northwest Region of São Paulo State. It was concluded that, in the genesis of repression, was adopted the threat of speech to the institutions, to the values and national security in the face of an international, functional communist plot to the dictatorship of Vargas in his nationalist and populist project, especially in the New State (1937 to 1945).

Keywords: Xenphobia. Immigrants. Spanish. Japanese. Shindô Renmei.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Imigrantes entrados no Brasil e no Estado de São Paulo (1872-1972)...40

GRÁFICO 2: Imigrantes entrados no Brasil e no Estado de São Paulo, segundo a
nacionalidade (1872-1971).....41

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Movimento de entrada e saída de imigrantes (1902-1906) da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e outras Obras Públicas do Estado de SP..... 42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Cronologia dos Mas Herrera	166-167
QUADRO 2: Relação de casos de ferimentos e mortes relacionados com a disputa entre <i>esclarecidos</i> e <i>vitoristas</i> no Estado de SP (jan. 1946/jan. 1947).....	230-232
QUADRO 3: Total de feridos e mortos da <i>Shindô-Renmei</i> (1946-1947)	232
QUADRO 4: Total de feridos e mortos da <i>Shindô-Renmei</i> no Estado de SP	233

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Diário Oficial Del Ministerio de la Guerra de España	73
FIGURA 2: Foto de Manoel Mas Herrera	132
FIGURA 3: Depoimento de Manoel Mas Herrera	133
FIGURA 4: Foto de Eugenio Alonso	135
FIGURA 5: Foto de José Moreno Sanchez	135
FIGURA 6: Foto de Manoel Gonzalez	136
FIGURA 7: Lista dos 17 presos políticos de Glicério	142
FIGURA 8: Carta de Manoel Mas Herrera no presídio político	143
FIGURA 9: Solicitação de visita do deputado Campos Vergal	145
FIGURA 10: <i>Gaceta Hispana</i> de 17/6/1937, capa	148
FIGURA 11: <i>Gaceta Hispana</i> de 17/6/1937, p. 2	149
FIGURA 12: OESP, 6/6/1937, p. 9	150
FIGURA 13: <i>Folha da Manhã</i> , 6/6/1937, p. 20	151
FIGURA 14: <i>Diário de S. Paulo</i> , 6/6/1937, p. 3	152
FIGURA 15: Mandado de prisão de Manoel Mas Herrera	154
FIGURA 16: Condenação do TSN de Manoel Mas Herrera	155
FIGURA 17: Relação do nome dos anistiados.....	156
FIGURA 18: Telegrama da Rádio Patrulha sobre prisão de Miguel Mas Herrera	159
FIGURA 19: Boletim de ocorrência de Miguel Mas Herrera	160
FIGURA 20: Foto de Thomaz Mas Gonçalves	161
FIGURA 21: Mandado de prisão de Thomaz Mas Gonçalves	162
FIGURA 22: Tempo de condenação de Thomaz Mas Gonçalves	163
FIGURA 23: Depoimento de Thomaz Mas Gonçalves	164
FIGURA 24: Thomaz Mas Gonçalves em palestra espírita	165
FIGURA 25: Intimação, no <i>Diário Oficial</i> de 7/5/1938, pelo TSN	170
FIGURA 26: Intimação de Thomaz Mas Gonçalves e Manoel Mas Herrera	172
FIGURA 27: Esquema do Partido Comunista apreendido com Eugenio Alonso	173
FIGURA 28: Anotação encontrada com Eugenio Alonso sobre a organização	174
FIGURA 29: Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso	175
FIGURA 30: Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso	176
FIGURA 31: Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso	179
FIGURAS 32 e 33: Atas de reunião encontrada com Eugenio Alonso	180

FIGURA 34: Cédula de adesão de Miguel Mas Herrera.....	181
FIGURA 35: Auto de qualificação de Miguel Herrera [Esteban]	182
FIGURA 36: Carta de Higino Alonso sobre a morte de Manoel Mas Herrera	198
FIGURA 37: Lista de vítimas dos bombardeios em Puerto de Sagunto	199
FIGURA 38: Organograma da Shindô Renmei.....	214
FIGURA 39: Foto adulterada em prontuário da <i>Shindô Renmei</i>	221
FIGURA 40: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 26/2/1946, p. 9.....	239
FIGURA 41: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 28/3/1946, p. 10	240
FIGURA 42: <i>O Estado de S. Paulo</i> , 31/3/1946, p. 10	242
FIGURA 43: <i>Correio Paulistano</i> , em 4/4/1946	243
FIGURA 44: <i>Correio Paulistano</i> , em 5/4/1946, n. 27.614	244
FIGURA 45: <i>Correio Paulistano</i> em 21/7/1946	245
FIGURA 46: <i>Correio Paulistano</i> , em 21/7/1946	245
FIGURA 47: <i>Folha da Manhã</i> em 3/4/1946, p. 11	246
FIGURA 48: <i>Diário de S. Paulo</i> , 25/5/1946, p. 5	248
FIGURA 49: Vista aérea de Braúna, década de 1930	258
FIGURA 50: Vista aérea de Braúna, década de 1930	259
FIGURA 51: Ernesto e Pedro Sólon Borges	261
FIGURA 52: Ernesto e Pedro Sólon Borges	262
FIGURA 53: Casa de Pedro <i>Seleiro</i> e Maria Carmem	264
FIGURA 54: Construção das bases da Matriz católica	265
FIGURA 55: Japoneses no Clube <i>Kai Kan</i>	266
FIGURA 56: Divaldo Braz Ramos no Clube <i>Kai Kan</i>	267
FIGURA 57: Frente da casa de Napoleão Yagui	268
FIGURA 58: Lateral da casa de Napoleão Yagui	269
FIGURA 59: Casa onde funcionava a pensão de dona Agda	269
FIGURA 60: Pedro <i>Seleiro</i> e <i>Napoleão</i> Yagui	271
FIGURA 61: Documento do cumprimento de ordem telefônica a Pedro Borges.....	273
FIGURA 62: Processo da Promotoria Pública contra “Pedro Sólon Borges e outros”, de 10/6/48	277

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	BRASIL: PAÍS MOVIDO A CAFÉ E INTERESSES	26
2.1	OS NÚCLEOS COLONIAIS	34
2.2	OS IMIGRANTES	39
2.2.1	Espanhóis	49
2.2.2	Japoneses	63
2.3	CONTEXTO DA CHEGADA DAS FAMÍLIAS ESPANHOLAS DE TOMAS MAS CALVO E BLAS GONZALEZ FERNANDEZ	70
3	<i>BRANQUEAMENTO</i> COMO SOLUÇÃO NACIONAL	80
3.1	BREVES REFLEXÕES CONCEITUAIS	81
3.2	A IMPORTAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS	84
3.3	ATENÇÃO LEGAL E REPRESSÃO AO <i>INDESEJÁVEL</i>	92
4	O GOLPE DE 1930 E O ESTADO NOVO	100
4.1	1935: AMEAÇA EXTERIOR	107
4.2	APARATOS REPRESSIVOS	110
4.3	A PROPAGANDA DE VARGAS	118
4.4	VARGAS E A II GUERRA MUNDIAL	121
5	SAGA ESPANHOLA: ESTUDO DE CASO DOS MAS HERRERA	123
5.1	MANOEL MAS HERRERA	128
5.1.1	Condenação e morte	153
5.2	MIGUEL MAS HERRERA	157
5.3	THOMAZ MAS GONÇALVES	161
5.4	CRONOLOGIA	166
5.5	TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL	167
6	A VOLTA À ESPANHA: A GUERRA CIVIL (1936-1939)	186
6.1	OS DOIS CAMINHOS DA EXPULSÃO: VIGO E MARSELHA	195
6.2	O AVANÇO DOS NACIONALISTAS SOBRE VALÊNCIA: PUERTO DE SAGUNTO	200

7	A SHINDÔ RENMEI	204
7.1	OS CRIMES DE SANGUE	223
7.2	CONTROLE ÀS ESCOLAS E AOS JORNAIS	236
7.3	DEPOIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES	251
7.4	O CASO BRAÚNA	256
7.4.1	O subdelegado Pedro Sólon Borges, o Pedro <i>Seleiro</i>	259
7.4.2	Prontuário da Delegacia de Polícia de Penápolis e o processo da Promotoria Pública	274
7.4.3	Outros documentos	279
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	282
	REFERÊNCIAS	285
	APÊNDICE A – Caminhos de Pesquisa	295
	ANEXO 1 - Árvore genealógica das famílias Mas Calvo e Sólon Borges	307
	ANEXO 2 - Certidão de desembarque do tronco da família Tomas Mas Calvo	308
	ANEXO 3 - Certidão de casamento de Manoel Mas Herrera e Conceição Gonçalves Garcia.....	309
	ANEXO 4 - Certidão de desembarque do tronco da família Blas Gonzalez Fernandez	310
	ANEXO 5 - <i>Heraldo Militar</i> com o nome de Tomas Mas Calvo. Madrid, 15/4/1900, año V, n. 97, p. 2	311
	ANEXO 6 - <i>Diário Oficial del Ministerio de la Guerra</i> com o nome de Tomas Mas Calvo. Madrid, 4/1/1902, año XV, n. 2, Tomo I, p. 5	312
	ANEXO 7 - Terreno 3 de Tomas Mas Calvo na Fazenda Baixotes, Coroados (SP)	314
	ANEXO 8 - Terreno 2 de Tomas Mas Calvo na Fazenda Baixotes, Coroados (SP)	315
	ANEXO 9 – Terreno 1 de Tomas Mas Calvo em Córrego do Campo, Coroados (SP) .	316
	ANEXO 10 - Terreno de Manoel Mas Herrera em Guataporanga (antiga denomina- ção de Penápolis)	317
	ANEXO 11 - Terreno de Manoel Mas Herrera em Glicério (SP)	318
	ANEXO 12 - <i>Diario Español</i>, 20/9/1918, edição 3792	319
	ANEXO 13 – Carta de Conceição Gonzalez Mas ao DEOPS	320
	ANEXO 14 – Carta da família a Manoel Mas Herrera (censurada)	324

ANEXO 15 – Nota sobre expulsão dos espanhóis no <i>Correio Paulistano</i> , 6/6/1937 ...	326
ANEXO 16 – Nota sobre conflito espanhol no <i>Correio Paulistano</i> - 1º/1/1946-A	327
ANEXO 17 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 1º/1/1946-B	328
ANEXO 18 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> – 22/3/1946	329
ANEXO 19 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> – 2/4/1946-A	330
ANEXO 20 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 2/4/1946-B	331
ANEXO 21 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 3/4/1946	332
ANEXO 22 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 4/4/1946	333
ANEXO 23 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 5/4/1946	336
ANEXO 24 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 6/4/1946	340
ANEXO 25 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 7/4/1946	342
ANEXO 26 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 9/4/1946	343
ANEXO 27 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 10/4/1946	344
ANEXO 28 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 11/4/1946	345
ANEXO 29 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 12/4/1946	346
ANEXO 30 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 18/4/1946	347
ANEXO 31 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 19/4/1946	348
ANEXO 32 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 27/4/1946	350
ANEXO 33 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 4/6/1946	351
ANEXO 34 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 29/6/1946	352
ANEXO 35 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 18/7/1946	354
ANEXO 36 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 19/7/1946	356
ANEXO 37 – Nota sobre ‘doutrinas exóticas e extremistas’ no <i>Correio Paulistano</i> - 20/7/1946	357
ANEXO 38 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 20/7/1946	358
ANEXO 39 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 21/7/1946	363
ANEXO 40 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 24/7/1946-A	365
ANEXO 41 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 24/7/1946-B	366
ANEXO 42 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 25/7/1946	367
ANEXO 43 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 26/7/1946	368
ANEXO 44 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 28/7/1946	369
ANEXO 45 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 31/7/1946	371
ANEXO 46 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 7/8/1946	373
ANEXO 47 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 11/8/1946	374

ANEXO 48 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 13/8/1946	375
ANEXO 49 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 15/8/1946	377
ANEXO 50 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 17/8/1946	378
ANEXO 51 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 20/8/1946	379
ANEXO 52 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 21/8/1946	380
ANEXO 53 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 24/8/1946	381
ANEXO 54 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 27/8/1946	382
ANEXO 55 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 6/9/1946	383
ANEXO 56 – Conflito japonês no <i>Correio Paulistano</i> - 11/9/1946	384
ANEXO 57 – Nota sobre articulação de ‘comunistas’ no <i>Correio Paulistano</i> - 22/9/1946	385
ANEXO 58 – Nota sobre regime de Francisco Franco na Espanha, no <i>Correio Paulistano</i> - 25/9/1946	386
ANEXO 59 – Conflito japonês no <i>Diário de S. Paulo</i> - 24/5/1946	387
ANEXO 60 – Conflito japonês no <i>Diário de S. Paulo</i> - 4/6/1946	388
ANEXO 61 – Nota sobre expulsão de ‘comunistas’ em <i>O Estado de S.Paulo</i>	389
ANEXO 62 – Nota sobre expulsão de ‘comunistas’ na <i>Folha da Manhã</i>	390
ANEXO 63 – Conflito japonês na <i>Folha da Manhã</i>	391

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno que se presencia hoje de populações da Ásia e África, e mesmo da América, que tentam se refugiar na Europa e outros continentes em busca de oportunidade e melhor condição de vida, não é novo. O mundo sempre esteve em movimento. Um dos maiores deslocamentos da Humanidade se deu de 1850 a 1930, quando 40 milhões (1850-1913, KLEIN, 1994) a 60 milhões de europeus (1880-1930, Kánovas, 2005), além de 10 milhões de asiáticos, migraram para outras partes do mundo, em função das condições socioeconômicas e políticas em seus países de origem. O Brasil foi inserido na rota das correntes migratórias, quando representou o terceiro destino, atrás dos Estados Unidos e da Argentina. Esse imenso contingente anônimo serviu como mão de obra livre depois da Abolição da Escravatura.

O imigrante impulsionou a cafeicultura, inaugurou novas relações de trabalho, criou e reconfigurou cidades que cresceram concomitantemente à expansão ferroviária rumo ao Oeste Paulista na expansão de fronteiras agrícolas. Sua presença atrelou-se à economia, à urbanização, à industrialização e consequente mobilização sindical ainda que incipiente, à política, à intensificação da vida cultural e ao surgimento dos primeiros jornais operários que deram poder à palavra do trabalhador.

Nos anos 1910 e 1920, sindicatos fortes eram controlados por imigrantes anarquistas vindos de Portugal, Espanha e Itália. Do total de presos da greve geral de 1920, entre 1.500 a 2.000 pessoas, a maioria era de estrangeiros que havia participado de movimentos na Europa (MARAM, 1979).

Outro fato a se destacar foi a expulsão de imigrantes na década seguinte, em 1930, sendo que os espanhóis representariam 46,34%, quase metade dos expulsos registrados de novembro de 1935 a outubro de 1937 (CAMPOS, 1997),¹ reflexo da Insurreição de 1935. Quase dez anos depois, entre 1946 e 1947, ocorreria a prisão de 2.000 a 5.000 japoneses por causa das ações da *Shindô Renmei*, sociedade que não dava credibilidade à rendição do Japão com o término da II Guerra Mundial (1939-1945).

Esses fatos auxiliam a justificar o forte período de violência institucionalizada, nas décadas de 1930 e 1940, contra os imigrantes. É interessante observar que há

¹ Percentual verificado por Alzira Lobo de Arruda Campos, no artigo **Estrangeiros e Ordem Social: São Paulo (1926-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 17, n. 33, 1997, p. 201-237. No total, 38 espanhóis, 14 lituanos, 10 portugueses, 8 italianos, 3 poloneses, 2 romenos, 2 alemães, 2 franceses, 1 tchecoslovaco, 1 inglês e 1 paraguaio, perfazendo o total de 82 expulsos entre novembro de 1935 a outubro de 1937, fundamentada em relação da Delegacia da Ordem Social. Os espanhóis eram entregues por Getúlio às tropas de Franco, os italianos e portugueses a Mussolini e Salazar, respectivamente.

escassos estudos disponíveis sobre os espanhóis, apesar de terem constituído a terceira força migratória superada apenas pela portuguesa e italiana. Igualmente se constatou bibliografia reduzida e específica sobre a *Shindô Renmei*.

Diante desse quadro, de *desejável* em um dado período a suspeito em outro, o imigrante considerado ameaça foi criminalizado, impedido de entrar no Brasil, houve maior controle e o incremento da expulsão.² O *indesejável* foi enquadrado nos rótulos de perigo *vermelho* (atrelado às atividades anarquistas e comunistas, caso dos espanhóis) ou *amarelo* (japoneses).

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar esse cenário xenofóbico, identificar de que modo se deu essa perseguição e investigar sua ocorrência a partir de duas correntes, espanhola e japonesa, nos anos 1930 e 1940, durante o governo repressivo de Getúlio Vargas.

Entre os objetivos específicos, identificar a construção de discurso mítico contra imigrantes espanhóis e japoneses a fim de justificar prisões, processos sumários, expulsões e mortes em função da teoria de conspiração estrangeira. Outro objetivo foi estabelecer se essa perseguição foi funcional a Vargas para justificar seu regime discricionário à época.

A hipótese levantada é que essa perseguição se aprofundou com o conflito espanhol (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945). Criou-se um repertório de ameaça às instituições, aos valores e à segurança nacional diante da ideia de um complot comunista internacional em curso que serviu especialmente aos golpes de 1930 e 1937, quando se colocou em movimento um projeto político-nacionalista.

Há duas problematizações em foco. A primeira delas diz respeito à perseguição espanhola: temeu-se que a consolidação do regime republicano espanhol levasse a uma experiência semelhante, mas *comunista* no País? A expulsão de espanhóis indicou, nesse sentido, motivações políticas. A segunda refere-se aos japoneses: o episódio da *Shindô Renmei* significava um risco de expansionismo oriental no Brasil? A repressão apontou questões políticas e raciais, inclusive. As ações por parte do governo federal – censura a cartas, proibição de impressos e radiodifusão dos imigrantes, de reunir-se e usar a língua nativa publicamente – serviram à construção do mito que o Japão vencera o conflito mundial, alimentando as ações da *Shindô*.

² Expulsão é a retirada à força de um estrangeiro do País, enquanto a deportação é a exclusão de estrangeiro em situação irregular e extradição é o envio de estrangeiro para ser julgado no país onde foi acusado da prática de crime. Alguns textos pesquisados tratam os termos como sinônimos. O foco desta dissertação se refere a processos de expulsão.

Nos 15 anos ininterruptos do governo autoritário de Vargas (1930-1945), o saldo oficial de 10 mil presos pode se elevar ainda mais em função de Filinto Müller à frente da Polícia Política ter queimado diversos documentos ao deixar sua direção em 1942. No exterior, ocorreram denúncias de que o Brasil teria 17 mil presos políticos, sendo 5 mil mulheres, número *desmentido* por Müller, em coletiva de imprensa dada em 6/6/1936, de que o total dos envolvidos com o comunismo “não passava de 638, incluindo 10 mulheres e 212 militares” (CANCELLI, 1994, p. 209).

O aspecto jurídico também não foi desconsiderado. Sob a ótica jurídica, Maciel (1953), em seu trabalho sobre a expulsão de estrangeiros, contabilizou, no Império, cinco atos legislativos e administrativos referentes ao tema e, na I República (1889-1930), o Código Penal (1890), uma Constituição (1891) e onze atos, entre decretos e uma reforma constitucional auxiliaram a repressão. A partir de 1930 até 1945, houve duas Constituições (1934 e 1937) e trinta e quatro atos entre decretos e portarias, além de outro Código Penal (1940). Ou seja, houve uma intensificação de medidas jurídicas de cerceamento no governo Vargas.

Como metodologia, a pesquisa documental para avaliar a atuação da *Shindô*, na região Noroeste de São Paulo, e a análise inédita dos espanhóis *Mas Herrera*. A investigação concentrou-se em documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), com prontuários políticos familiares, cuja investigação propiciou a localização de documentos complementares do Tribunal de Segurança Nacional, no acervo jurídico do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. A literatura disponível igualmente auxiliou no subsídio ao tema.

Os prontuários políticos guardam informações essenciais, mas *são arquivos mortos* quando as histórias pessoais não se contextualizam frente aos grupos aos quais pertenciam. Eles se transformam em *arquivos vivos* ao se estabelecer conexões entre documentos, depoimentos colhidos, experiências vividas, a articulação da realidade desses trabalhadores a fim de esclarecer pontos obscuros para preencher minimamente discursos lacunares, que se perderam no tempo, dando voz a esses anônimos protagonistas despossuídos de suas histórias. Dessa forma, há a possibilidade de tornar acessível essa documentação como contribuição a futuras pesquisas.

Pelos motivos expostos, e diante de acontecimentos complexos, a abordagem pelo estudo de dois casos, em especial, teve o intuito de compreender como e por que ocorreram, tendo como base indivíduos específicos e representativos de pequenos grupos. Assim, a reconstituição de trajetórias familiares objetivou contextualizar a história de vidas particularizadas e a articulação devida com suas comunidades: dos Mas

Herrera e do brasileiro Pedro Sólton Borges, envolvido no episódio da *Shindô*. Ambos os casos auxiliam a situar esses sujeitos na história.

O projeto encontra-se em consonância com os Estudos Culturais que dão ênfase à cultura da classe trabalhadora, dos grupos marginalizados e dos processos migratórios, a fim de compreender os fenômenos da vida cotidiana.

Portanto, entende-se que na gênese do Estado Novo se encontra um projeto de centralização de poder, autoritário, que quis se afirmar como *revolucionário* ao apresentar-se como ruptura com o passado. Tratou-se de momento de forte doutrinação e propaganda política apoiada no discurso da modernidade e do progresso. Impôs-se uma política de massas, ao mesmo tempo controlando-as. O getulismo quis se apropriar da voz dos trabalhadores. O impacto na vida da nação incluiu o cerceamento de direitos individuais e o fortalecimento dos aparatos repressores, quando a polícia passou a blindar ideologias rotuladas como *exóticas*, como o anarquismo e o comunismo, e o chamado expansionismo oriental.

Em função do recorte proposto, alguns acontecimentos foram cuidados brevemente. Esse cenário requer perceber os efeitos, em âmbito nacional, da onda migratória internacional e da reordenação das forças de trabalho devido à crise do sistema produtivo. A posição do País foi alterada: de importador de bens manufaturados para a de forte exportador de café, o que levou ao fortalecimento das elites agrárias e à consolidação da política de café-com-leite com São Paulo e Minas Gerais na alternância do poder (1894-1930).

A partir de 1920, ocorreram fortes mudanças que contribuíram para novo capítulo político: explodiu a revolta do Exército no Forte de Copacabana (RJ, 1922), houve a fundação do Partido Comunista (1922) – a reorientar o movimento sindical, especialmente o urbano, defendendo a unidade da classe operária em um partido, abalando o anarquismo que não pretendia se organizar em torno de uma sigla –, a Semana de Arte Moderna (1922) fez barulho e passou a entender a mestiçagem como bônus histórico, levantou-se o movimento tenentista em São Paulo (1924) e Luís Carlos Prestes liderou sua Coluna, que atravessou o sertão brasileiro (1924-1927). Em 1924, surgiu o DEOPS³ no governo Arthur Bernardes (1922-1926), como órgão forte de controle e repressão, depois de receber um governo em crise de Epitácio Pessoa (1918-1922), mas que já havia desmantelado o movimento operário e se referia aos conflitos e greves como conspiração radical liderada por estrangeiros. Entende-se que o resultado

³ Antes, utilizava-se a sigla DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social, passando mais tarde a Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), aqui adotada.

foi a edição de leis repressivas, a censura à imprensa, alterações na Constituição e o Estado de Sítio prolongado (1922 a 1927).

A quebra da Bolsa de Nova York (1929) obscureceu o que ocorria no plano político interno. Em 1930, houve rupturas com a passagem entre a República Velha, com a indicação de Júlio Prestes à presidência por Washington Luís e a Nova, com a interferência de Getúlio Vargas. O *crash* da Bolsa custou empregos e ganhos, expondo a dependência do Brasil quanto a sua restrita pauta de exportação. O governo federal foi obrigado a declarar moratória da dívida externa em 1938 e 1939. Ainda na década de 1930, Henry Ford tentou cultivar borracha na Amazônia, um projeto derrotado: o Brasil havia sido o único exportador mundial entre 1900 e 1910, mas agora havia concorrentes no mercado.

Há fatos históricos em curso: os primeiros anos do século XX foram impactados, no plano internacional, pela I Guerra Mundial (1914-1918), pela Revolução Russa (1917) e a ascensão do fascismo na Europa com Benito Mussolini, na Itália, e António Salazar, em Portugal, ambos em 1932, Adolf Hitler, no ano seguinte, na Alemanha, e Francisco Franco, em 1936, na Espanha.

Com o Brasil não seria diferente. Com o Golpe de 1930, Getúlio passou a governar por decreto, aposentou a Constituição de 1891 e emplacou a de 1934 sem referendo popular. O mandatário não negociou com o Legislativo diante de um Congresso Nacional engessado e de um Judiciário que não usufruía de independência. Vargas instituiu o regime de exceção, obteve o apoio dos generais do Exército liderados por Góis Monteiro e nomeou interventores nos Estados.

Diante da mobilização estrangeira na formação dos primeiros sindicatos, com os trabalhadores das docas e das ferrovias, sucedidos pelos sapateiros, chapeleiros, têxteis, gráficos, vidreiros, Getúlio impulsionou o corporativismo, a verticalização sindical como base da organização laboral, levando à ilegalidade diversas organizações. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1930, impôs sua legislação trabalhista, e a Constituição vigente permitiu apenas brasileiros à frente dos sindicatos, pois se considerava que os imigrantes eram os responsáveis pela subversão. O Integralismo e a antifascista Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram compreendidos como movimentos políticos com orientação ideológica.

O golpe de Estado de 1930 influenciou as relações políticas e econômicas do Brasil no plano externo. A elite que esteve à frente do poder não escondeu a simpatia por ideais conservadores. Também se registraram a Revolução Constitucionalista quando Vargas cercou São Paulo, em 1932, confinando os combatentes até a rendição.

O presidente prometeu uma Assembleia Constituinte. Logo depois, outro conflito, a Insurreição de 1935,⁴ lotou os presídios de intelectuais e trabalhadores.

Em 1936, as forças antagônicas existentes na República Espanhola levaram à Guerra Civil. Na sequência, assistiu-se à II Guerra Mundial, à perseguição contra os *súditos* do Eixo (Alemanha-Itália-Japão) e o forte deslocamento de estrangeiros que residiam próximos a pontos estratégicos (litoral, usinas, pontes, quartéis e grandes indústrias) levados para o interior com urgência, alegando-se questões de segurança nacional.

No campo cultural, apoiou-se o futebol, a Copa do Mundo de 1930, que o Brasil perdeu, e o carnaval do Rio de Janeiro, com seu desfile das escolas de samba, oficializado no Estado Novo, apesar de se exigir, a partir de 1935, que as escolas fossem legalmente registradas e controladas, contando com subvenções governamentais. Vargas estabeleceu o Dia da Raça e, por meio de Decreto-Lei, em 1940, a obrigatoriedade da disciplina *Educação Moral e Cívica* nas escolas que passaram a participar de paradas, desfiles e manifestações de patriotismo, em datas comemorativas. Em 1941, Vargas assinou o Decreto-Lei n. 3.199, que estabeleceu as bases do Conselho Nacional do Desporto (CND), só extinto em 1988 com a nova Constituição.

No plano ideológico, Vargas reuniu nomes para sua sustentação: intelectuais como Oliveira Vianna, Arthur Neiva, José Carlos de Macedo Soares (ministro da Justiça), Francisco Campos (também ministro da Justiça, que elaborou a Constituição de 1937), Gustavo Capanema (ministro da Educação), Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e, ainda, Góis Monteiro (chefe do Estado-Maior, dominando o alto comando do Exército) e Filinto Müller (chefe da Polícia Política), que refletiram as relações de conformação da população.

Ao povo competia trabalhar e entendeu-se o branco como civilizador hierarquicamente acima do negro, do índio e do oriental, com sua cultura *superior* e religião católica.

Quando Vargas deu seu primeiro golpe, em 1930, as oligarquias dominavam e passou-se à urbanização das cidades com o surgimento de uma burguesia industrial. Quando ‘entrou para a história’, com seu suicídio, em 1954, o País já era outro.

Portanto, as décadas de 1930 e 1940 e a permanência de Vargas no poder, refletem o confronto inevitável de múltiplas forças internas e externas. Aqui citadas

⁴ Também referenciada como Intentona, significa intento louco, na historiografia oficial.

sucintamente, tangenciam a complexidade do período vivido pelo Brasil e o mundo em momento tão complexo da história.

Assim, o tema desta dissertação se desdobrou, no capítulo 2, com **Brasil: país movido a café e interesses**, cuja intenção foi compreender a importância do café, fundamental para o desenvolvimento de São Paulo, porta de entrada dos imigrantes, especialmente nos núcleos coloniais como pontos de fixação, e a transição que se dá do trabalho escravo para o livre com a chegada deles. Nele, abre-se espaço para especificidades da imigração espanhola e a japonesa que guardam em comum questões econômicas, políticas, além da falta de oportunidade laboral, como forças motrizes para trazê-los ao Brasil. No Capítulo 3, **Branqueamento como solução nacional**, o *branqueamento* foi a forma encontrada pelos intelectuais e governos xenófobos à época para eliminar da matriz o negro e o índio e construir-se um pensamento hegemônico. Em **O golpe de 1930 e o Estado Novo**, Capítulo 4, procurou-se contextualizar esse governo que assumiu posicionamentos totalitários. Na sequência, no Capítulo 5, **Saga espanhola**, apresentou-se a pesquisa inédita relativa aos Mas Herrera, de Manoel e seu filho Tomaz, além de seu irmão Miguel. No Capítulo 6, **A volta à Espanha: a Guerra Civil (1936-1939)**, abordou-se o embate entre nacionalistas e republicanos, que se tornou o ápice do confronto entre esquerda e direita, e o fato de Manoel Mas Herrera ter alcançado a área republicana de Valência, onde veio a falecer em bombardeio. Com a **A Shindô Renmei**, Capítulo 7, a intenção foi retratar os motivos que levaram ao surgimento da organização tida como secreta e de seu braço armado, a *Tokkotai*, e sua atuação na região Noroeste de São Paulo.

A dissertação se complementou com o Apêndice – **Os caminhos da pesquisa**, com o objetivo de esclarecer arquivos consultados, cidades visitadas, depoimentos colhidos e especificidades dos textos analisados. Nos **Anexos**, relacionam-se documentos localizados ao longo da pesquisa para fins de comprovação, ilustração e auxílio a futuras pesquisas.

Por fim, cabe esclarecer que esta dissertação guarda motivações pessoais para a pesquisadora. A vida em família foi permeada pela política. Havia a preocupação da avó paterna, Maria Carmem Mas Borges, que dizia dos perigos de se envolver com política e para deixar isto ‘para lá’, um reflexo profundo da Guerra Civil Espanhola e o saldo de meio milhão de mortos, incluindo-se seu pai, Manoel. O espanhol Tomas Mas Calvo, pai de Manoel, veio ao Brasil em busca de oportunidade, mas dois de seus filhos espanhóis e um neto brasileiro foram perseguidos e presos. Um deles, Manoel, partiu só, escrevendo uma trajetória involuntária ao deixar aqui familiares, que elegeram o País

como segundo lar, e que acabou sendo morto ao ser enviado à sua terra natal. Sem pai, Maria Carmem abraçou um exílio interno, aprofundado com o envolvimento do marido e subdelegado, Pedro Sólon Borges, com o caso da *Shindô-Renmei*.

Assim, o exílio entrou na história de diversas famílias pela porta da frente, sem pedir permissão. Por isto, ela precisa estar viva para reforçar o fato que o franquismo e o getulismo, os governos ditatoriais definharam, pereceram, mas os descendentes dos imigrantes são os *arquivos vivos* dessa história pulsante.

A expressão *arquivos vivos*, no título, traduz o fato de que os prontuários adormecidos no DEOPS, disponíveis à pesquisa histórica, trazem o ponto de vista dos dominantes. Essas vozes imigrantes não devem ser silenciadas e representadas apenas pelos documentos *oficiais* que negam os sentimentos daqueles que por razões imotivadas foram perseguidos e expulsos do Brasil com reflexos duradouros nas famílias imigrantes, cindidas e marcadas. Compreender e recuperar parte dessas narrativas têm sentido histórico, humano e particular; elas precisam ser vivificadas e estudadas. Fortes memórias não podem ser dizimadas.

Com esta dissertação, ainda que de forma tardia, com todo o rigor acadêmico que foi possível estabelecer – cujas imperfeições devem ser creditadas unicamente à pesquisadora –, espera-se ter cumprido a promessa feita à *abuela* Maria Carmem de recuperar a história familiar e desses incríveis imigrantes que integram as fortes raízes do Brasil.

2 BRASIL: PAÍS MOVIDO A CAFÉ E INTERESSES

A arquitetura da história do Brasil foi erguida sob o signo da exploração intensiva: do sequestro dos bens nativos pela Coroa Portuguesa, como o pau-brasil, atendendo aos interesses da elite europeia; da catequização forçada do índio, visto como herege e mão de obra fácil, substituído pela escravidão negra e por imigrantes em nova forma de contrato de trabalho. Três matrizes se encontram no pano de fundo da construção de uma sociedade multirracial.

Portugal, ao se transformar em potência colonial, no século XIV, voltou-se à expansão geográfica e marítima, alcançando o Brasil e impondo aqui sua Monarquia. Esse movimento possibilitou que se tornasse em império mercantil, importador de escravos e colonizador. Mas o que parecia ser uma solução além-mar – diante de uma economia que se firmou com base na grande propriedade, que requisitou braços para tocar os ciclos de algodão, borracha, açúcar (séculos XVI e XVII), mineração (1709-1789) e café (1800-1930) –, resolveu-se com a escravização. A prática já era comum em Portugal, que havia subjugado mouros e negros. Aqui, criou-se a mentalidade de que o trabalho era coisa para o *outro*, para o índio, o negro, os imigrantes, resultando em uma economia interna dependente que não formou um mercado consumidor próprio, em um primeiro momento, pois esteve voltada à exportação, essencialmente.

As reflexões do antropólogo Darcy Ribeiro foram essenciais para se compreender que, no Brasil, o índio foi o primeiro a ser escravizado e comercializado pelo colonizador. O português promoveu mudança profunda nesse cenário nativo: dizimado por epidemias, pela aguardente ofertada pelo branco e diante de um trabalho desumano, a população indígena se reduziu drasticamente sob a vista grossa que a Coroa fazia porque comprar escravo era caro: o índio valia uma quinta parte do negro (RIBEIRO, 2011). Além do mais, o indígena era tido como *impuro*, o *negro da terra*, um elemento a ser salvo pela Igreja Católica.

Essa exploração humana refletiu a ocupação do Brasil, intensificada desde 1700, a fim de superar as disputas fronteiriças brasileiras estabelecidas com os espanhóis e o contrabando praticado por ingleses. Mesmo assim, foi impossível contar apenas com a chegada de levas de portugueses, inicialmente degredados; depois, aqueles nascidos no Reino a quem se concedeu o monopólio do comércio e os cargos administrativos. O negro, o primeiro elemento exótico a compor a matriz brasileira, suportou o peso de novo ciclo de exploração, com uma abolição tardia em comparação aos demais países escravocratas.

Por volta de 1800, se recuperou o montante original de 5 milhões de habitantes, após os genocídios praticados, e inverteu-se a composição: metade da população foi formada por brancos do Brasil, com predominância dos pardos (mestiços e mulatos), tendo principalmente o português como língua materna. Nessa contabilidade, os escravos somam 1,5 milhão, sendo uma terça parte de *crioulos* (negros nascidos aqui e aculturados) (RIBEIRO, 2011).

O fato de o País ter sua economia baseada na agricultura, com a maioria de proprietários de terra brancos, ajudou a configurar socialmente a tolerância à escravidão apesar do fim do tráfico negreiro em 1850 e da Lei do Ventre Livre em 1871. Em 1888, meio milhão de libertos seria lançado sem nenhum amparo em uma sociedade que o ignorou. Assim, não só ocorreu um decréscimo da população negra vitimada por doenças e pela desorganização social, como nem sequer se pensou em permitir que passasse a trabalhar de forma remunerada.

A terceira onda de exploração se deu com o imigrante, uma solução *branca*, em grande parte sem preparo técnico, a fim de cobrir a lacuna existente no campo. No imenso território brasileiro mal povoado, o número de imigrantes entrando saltaria de 33 mil, em 1886, para 132 mil em 1888, às vésperas da República e da Abolição (SKIDMORE, 1998).

Para o antropólogo Darcy Ribeiro (2011), a formação do Brasil passou por um modelo de estruturação societária, que inaugurou forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. O Brasil foi construído por ‘povos transplantados’, um ‘criatório de gente que é moída’: 5 milhões de índios explorados, no mínimo, que se somam aos 6 milhões de negros escravizados até 1850, mais 5 milhões de europeus vindos para o Brasil até 1950:

Essa unidade étnica básica [matrizes indígenas e africanas] não significa, porém, nenhuma uniformidade, mesmo porque atuaram sobre ela três forças diversificadoras. A ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais e aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu, nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses. Mas já o encontrando formado e capaz de absorvê-los e abrasileirá-los, apenas estrangeirou alguns brasileiros ao gerar diferenciações nas áreas ou nos estratos sociais onde os imigrantes mais se concentraram (RIBEIRO, 2011, p. 18).

A crise constitucional (1820), a Independência do Brasil (1822) quando neste mesmo ano a Portaria n. 130, expedida por José Bonifácio de Andrada e Silva, mandava retirar da Capital os elementos nocivos ao governo; a libertação tardia dos negros (1888) e fatos somados à economia combalida da metrópole afetariam as estruturas do Império influenciando na Proclamação da República, em 1889. Portugal, em colapso, perdeu seu poderio no campo econômico e político. Nesse mesmo ano, o Governo Provisório baixou decreto de censura, atingindo a imprensa e jornalistas foram presos. Foi, ainda, realizada a chamada grande naturalização. Para dar conformidade à permanência dos imigrantes, a Constituição de 1891 proclamou brasileiros os estrangeiros que, estando aqui em 15/11/1889, não declarassem, no prazo de seis meses, a sua vontade de conservar a nacionalidade de origem (Art. 69, § 4).

O primeiro Decreto-Lei da República, n. 528 de 28/6/1890, proibia a entrada de asiáticos e africanos:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Em 1892, após o Brasil assinar tratados comerciais e abrir embaixadas e consulados no Japão e na China, essa situação começaria a mudar.

No Brasil, o Estado começou a se estruturar com o advento da I República (1889-1930), ou República Velha, ao contar com imenso contingente de imigrantes brancos, em contraponto ao lusitano que se fazia presente desde a colonização.

A classe dominante sempre foi capaz de reorganizar-se para novos vórtices de forças de trabalho, a fim de manter uma economia largamente baseada no café e em monoculturas. Pela urgência, a vinda de europeus foi incentivada com passagens subsidiadas para que eles escolhessem o Brasil e não outros destinos mais atrativos.

Inúmeras famílias se arriscaram a mudar de continente em busca de oportunidade diante do panorama arquitetado na Europa: industrialização incipiente e trabalho escasso, inclusive no campo. Com população excedente, a Europa forneceu imigrantes na virada do século, e enviou 4,5 milhões que se fixaram especialmente em São Paulo (RIBEIRO, 2011). Esse contingente ingressou entre 1872 e 1949, mais 400 mil asiáticos, árabes e judeus (não-brancos e não-pretos) (LESSER, 2001). O

brasilianista Lesser aponta aqui a importância do imigrante na composição do País, uma nação composta por índios, negros e imigrantes europeus e asiáticos.

Os espanhóis formataram a terceira força migratória, só superada pela portuguesa e italiana, com duas ondas principais nas duas primeiras décadas do século XX e no pós-guerra, especialmente nos anos de 1950. A espanhola predominou excepcionalmente sobre a italiana em 1905, 1909 e 1914: entre 1827-1914 entraram 289.547 espanhóis em São Paulo, de acordo com a Estatística do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1907, ano-base 1906), um dos documentos prioritários na verificação de entrada de imigrantes. A chegada de asiáticos se deu especialmente a partir de 1908 com os japoneses, que não teve cenário favorável no âmbito econômico e social em seu território, mas que constituiriam aqui a maior comunidade fora do arquipélago.

É importante frisar que a experiência inicial migratória se iniciou no Império, em 1814, quando chineses vieram plantar chá no Jardim Botânico (RJ) e na Fazenda Imperial de Santa Cruz, o que resultou em uma experiência considerada desastrosa porque a terra não era apropriada para o cultivo. Dez anos depois, em 1824, chegariam os primeiros alemães às terras devolutas na colônia de São Leopoldo (RS). Em São Paulo, em 1827, registrou-se a primeira leva de alemães com destino ao bairro de Santo Amaro (FREITAS, 1999).

A partir da metade da década de 1840, o senador Nicolau Vergueiro, cafeicultor, começou a introduzir imigrantes portugueses (90 famílias do Minho), alemães, suíços e de outras nacionalidades em sua fazenda Ibicaba, na região de Limeira (SP), para parceria, palco de uma revolta no ano de 1857, pelas péssimas condições oferecidas e denunciadas na Europa, inclusive. Os líderes foram expulsos. Vergueiro via nas manifestações dos colonos a ação de ‘clubes comunistas’ sediados no Rio de Janeiro. Um ano antes, um grupo de suíços havia se revoltado na Fazenda Nova Olinda, nas proximidades de Ubatuba (STOLCKE, 1986).

As relações que se estabeleceram a partir de então são um capítulo à parte. Martins (2013) sustenta que o fim da escravidão levou ao trabalho livre, mas não necessariamente ao assalariado, pois a unidade da força laboral se constituiria pela família imigrante. Com a disponibilidade de terras, era necessária a abundância de trabalhadores dispostos a aceitar a mesma empreitada até então designada ao escravo, mas, para que o imigrante se sentisse ‘livre’, ele precisaria se tornar proprietário também. Martins ainda observa que, embora os colonos fossem juridicamente livres, o mesmo não ocorria no campo econômico. Ainda que um trabalhador pudesse deslocar-

se de uma roça a outra, ele estava sujeito à compra de sua dívida pelo outro fazendeiro. Até o casamento de um colono de uma fazenda com companheira de outra dependia da permissão do seu contratante. O mesmo ocorria quando havia a necessidade de ausentar-se e ir à cidade, por exemplo.

A imigração também conflitaria com o acesso à terra, que não foi facilitado. Em consulta ao Conselho de Estado, em 1842, na fase de gestação da Lei da Terra, tem-se:

Um dos benefícios da providência que a Secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terra [...]. Como a profusão em datas de terras tem, mais que em outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário (MARTINS, 2013, p. 124).

Ainda segundo Martins, até 1850 a terra era livre, mas a partir da Lei da Terra n. 601, as terras devolutas passaram a ser propriedade do Estado e sua posse dependia de aquisição. Essa foi a primeira lei específica para o sistema fundiário, abolindo o então sistema de sesmarias. A partir desse ano também seriam concedidos subsídios, com o objetivo de trazer imigrantes.

O autor traz duas importantes contribuições. Uma delas referiu-se ao fato de o italiano substituir primeiramente a mão de obra escrava, enquanto o espanhol entra no lugar dos italianos em função do Decreto Prinetti (1902), que proibiu a vinda de seus nacionais em função das precárias condições de trabalho aqui existentes. A segunda esclareceu os regimes possíveis. No sistema de parceria, a remuneração era proporcional ao café obtido pela família colona, mas o pagamento dependia da venda do café no mercado. Esse sistema foi abandonado e evoluiria para a empreitada e para o colonato.

A definição de colonato, ainda segundo Martins (2013), combina três fatores: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. O colonato prevaleceu a partir de 1880 até os anos de 1960 e sob este regime foi realizada a maior parte das tarefas no interior das fazendas quando se explorava todo o grupo familiar, pois os cafezais precisavam ser carpidos de quatro a seis vezes por ano, replantar ou substituir os pés em mau estado, além de espalhar o cisco e roçar o pasto. Entre as atribuições, consertar cercas e dar

manutenção no caminho entre a fazenda e a estrada de ferro e combater focos de incêndio.

O colonato destinava-se aos imigrantes. Ao nacional competia o trabalho pesado como a derrubada da mata, por exemplo, estando em uma posição marginal e de reserva. Portanto, tornava-se camarada ou jornalero (o que trabalha por dia, mês ou temporada).

A questão da mão de obra mereceu atenção. O Congresso Agrícola realizado em 1878 reportou a falta de braços. Mas a preocupação era qual imigrante trazer. Em relação à vinda do amarelo *chim*, ele era visto como *raça inferior* e elemento transitório à chegada futura de outros estrangeiros. Apareceram muitos artigos, em jornais, contra eles, alertando, em nome da Ciência, que haveria a *mongolização* da raça, assunto para ensaio do médico Costa Ferraz, *O Mongolismo ameaça o Brasil*, em 1879. O exótico representava perigo. Esse rótulo de inferioridade seria somatizado depois no japonês. Somente com a vitória do Japão sobre a China, em 1895, o discurso mudaria e seria enfatizada a potência asiática após vitória sobre a Rússia, em 1904, sendo considerado a partir desses fatos um Império expansionista.

Internacionalmente também houve preocupação em mudar a imagem do Brasil escravocrata que envolveu um esforço no campo da propaganda e da diplomacia: o Barão do Rio Branco, como ministro das Relações Exteriores (1902-1912), em Paris, tentou apresentar o Brasil como um país culto. Ele preencheria os cargos do serviço diplomático com homens brancos para os estrangeiros considerá-los civilizados e refinados, reforçando assim a imagem de um país europeizado que se tornava cada vez mais claro (SKIDMORE, 2012). Intelectuais foram convidados para missões, como Oliveira Lima, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Graça Aranha e Aluísio de Azevedo. Essa imagem foi contaminada por Louis Agassiz e Richard Burton, que enfatizaram a influência africana no País. Anteriormente, também em Paris, em 1889, na Exposição Mundial, Joaquim Nabuco abraçaria pessoalmente a propaganda de projetos migratórios e via com bons olhos a miscigenação.

São Paulo foi edificado sob essa configuração de povo novo, e seus moradores do interior assistiram à chegada de multidões de estrangeiros que se integraram ao ritmo das fazendas dos núcleos coloniais germinados ao longo das ferrovias. Enviados prioritariamente ao interior – havia determinação que os estrangeiros não fossem estabelecidos nas cidades ou próximos ao litoral por questões de segurança –, assistiram e ajudaram a transformação agrária e, depois, a industrial, quando foi possível rumar para centros urbanos nos quais se dedicariam, como artífices, a atividades que exigiam

técnica, estabelecendo-se como profissionais liberais ou compondo a primeira formação operária.

A presença deles mereceu uma legislação restritiva desde o Brasil Colônia: em meados do século XVIII houve nove textos legais que criaram embaraços à emigração a fim de não despovoar o reino, devido às descobertas de minas aqui que requeria muita mão de obra (PRADO JR., 2011). Com a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808, incentivou-se a doação de lotes de terra a estrangeiros. Os núcleos coloniais criados tinham caráter experimental e funcionavam como incubadora:

Onde se procurava fabricar um ‘trabalhador ideal’ – absolutamente disciplinado, laborioso e submisso. O comportamento dos colonos era totalmente vigiado por um engenheiro chefe, autoridade principal dentro do núcleo, prestando contas diretamente ao Presidente da Província (ALVES, 2001, p. 44).

A intenção era que não se misturassem com os antigos moradores: negros e mestiços. Para o governo o problema encontrava-se atrelado a algumas nacionalidades. Alves reportou que, em São Bernardo do Campo (SP), por exemplo, registrou-se, em 1878, conflito entre colonos e governo em função do não-pagamento de salários, compromisso assumido em troca dos serviços de infraestrutura que haviam sido realizados pelos imigrantes no núcleo. Em fevereiro daquele ano, eles invadiram a sede, sequestraram o engenheiro chefe e avisaram que a soltura se daria em troca dos atrasados. Nesse período, há uma brusca mudança: italianos e espanhóis, imigrantes que procuravam o Brasil desde 1876, passaram a ser considerados perigosos, insubmissos e indolentes, na opinião de Alves (2001). As primeiras levas de imigrantes conviveram com o escravo, gerando mal-estar, reclamações em consulados e repercussão na imprensa europeia.

A forma de se cativar o imigrante para que ele viesse ao Brasil requeria estratégia:

Os colonos eram contratados na Europa mediante o fornecimento de passagens para a família, a garantia de ajuda de manutenção no primeiro ano e o recebimento de um trato de terras para suas lavouras de subsistência. A essas condições foi necessário acrescentar-se, mais tarde, um salário anual fixo e um ganho variável segundo a produção. Como as despesas de passagem eram cobertas pelo governo, só as outras condições pesavam diretamente sobre o fazendeiro. Essas regalias, muito superiores às oferecidas ao caipira, explicam-se pela capacidade do colono – seus países – para exigir melhores condições de trabalho. Efetivamente, é o colonato imigrante que, por esse sistema, implanta o regime assalariado na vida rural brasileira,

aceitando uma rigorosa disciplina de trabalho, mas, em compensação, fazendo-se pagar efetivamente e pagar mais (RIBEIRO, 2011, p. 361).

O café foi central na constituição do País. Essa cultura provocou alterações: incrementou a economia com a exportação intensiva, introduziu São Paulo e o Brasil no mercado internacional e promoveu a significativa entrada de imigrantes de diversas nacionalidades com impulso à indústria incipiente, mas não foi facilitada a ascensão dos que chegavam em uma sociedade que afirmou construir-se sobre bases multirraciais e étnicas.

Em 1886, São Paulo exportava apenas a metade do Rio de Janeiro (ELLIS JR., 1934) e, anos depois, seria o principal exportador de café do País. Na I Guerra Mundial, o Rio de Janeiro possuía mais indústrias do que São Paulo, mas, na década de 1920, São Paulo o alcançou, aumentando a participação paulista na indústria brasileira, de 15,9%, em 1907, para 32% em 1919, e para 45,4%, em 1937, graças à contribuição do imigrante como empresário e força operária.

O imigrante teve papel essencial nessa mudança de cenário. Ele foi elemento desejado pela elite diante da alta taxa de mortalidade do negro e do mulato em função da falta de oportunidade e miséria, diante do abandono ao qual foram relegados. A imigração esteve articulada ao *branqueamento* da matriz nacional do qual participaram também os espanhóis.

Os japoneses vieram por meio de subsídios e suas próprias companhias que adquiriram terras para a constituição de colônias rotuladas posteriormente de *quistos*, dando origem a cidades típicas. Os orientais queriam reunir riqueza e retornar à pátria rapidamente. Já os espanhóis vieram para se estabelecer em definitivo, geralmente. Movidos pelos subsídios oferecidos, seguiram de modo disperso para fazendas em diversos pontos do Estado nas quais coexistiam múltiplos dialetos convivendo com o espanhol.

Houve um contrassenso em curso entre a necessidade de mão de obra estrangeira e medidas de eleição de determinadas nacionalidades e repressão a outras, amparadas em diversas legislações.

Esses cenários serão avaliados mais à frente, pois parece necessário compreender antes a importância dos núcleos coloniais, ponto de entrada e fixação dos imigrantes em São Paulo e a transição que se deu do trabalho escravo ao livre e ao assalariado.

2.1 OS NÚCLEOS COLONIAIS

O surgimento dos núcleos coloniais, criados pelo governo paulista ou por particulares, explica os agrupamentos que resultaram em cidades no Estado. Algumas nacionalidades foram acusadas posteriormente de *enquistamento*, pela sua concentração em dada área.

Documento do Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre os núcleos coloniais apontou que sua política de implantação se iniciou no último decênio do Império e oscilou em função dos períodos políticos vividos. Um breve resumo indica que:

- a) em 1854 registrou-se a criação da Repartição Geral de Terras Públicas, responsável pelo estabelecimento dos núcleos e seu desenvolvimento;
- b) em 1867 aprovou-se o primeiro regulamento com o objetivo de fixar normas para a criação dos núcleos coloniais que se encontravam em locais de difícil acesso, inibindo o escoamento de produtos;
- c) em 1871 fundou-se a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração e os estrangeiros seguiram para áreas mais acessíveis. No contrato imperial com a Associação, em 1873, uma das cláusulas se referia ao auxílio de até 900 contos de réis para tal fim. Assim, os estímulos poderiam levar os fazendeiros a se interessarem pelo trabalhador imigrante, o que não ocorreu de imediato (HOLLOWAY, 1984);
- d) a partir de 1875 a lavoura cafeeira em expansão sistematizou o processo e “aqui chegaram mais de 2,5 milhões de pessoas, compondo um mosaico de mais de 70 nacionalidades. Apesar da grande diversidade, 80% dos imigrantes estabelecidos em São Paulo, entre 1827 e 1939, vieram de apenas cinco países: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e Japão” (FREITAS, 1999, p. 39);
- e) em 1878 ergueu-se a Hospedaria dos Imigrantes, no bairro de Santana (atualmente um quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva/CPOR), mas distante 4,5 km da Estação Ferroviária da Luz, onde funcionara anteriormente a sede do primeiro núcleo colonial instalado em São Paulo (em 1º/7/1877, FREITAS, 1999). A Hospedaria foi mudada em março de 1882 para o Bom Retiro, a 1 km da Luz. Mas, em 1885, houve a necessidade de se encontrar um local ainda maior para acomodar os que chegavam, também em função das epidemias que assolaram o bairro, como varíola e croup, e uma área mais próxima da ferrovia.

A Hospedaria, transferida para o Brás, oferecia serviços de manutenção (lavanderia, cozinha, pavilhão de desinfecção de roupas), assistência médica e odontológica, farmácia, laboratório, enfermaria, hospital, capela, correios, uma estação de trem, além da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, criada em 1906 pelo Decreto n. 1.355. A partir de 1930 também se acolheram migrantes de outros estados brasileiros, e o último grupo de estrangeiros que ali chegou foi de coreanos, em 1978 (FREITAS, 1999). Também serviu de presídio, em 1924, com o movimento Tenentista, em 1932, para novos presos políticos, e em 1943, quando houve a detenção de alemães, italianos e japoneses.

O desembarque se dava no porto de Santos e o trajeto seguinte era seguir nos trens da inglesa São Paulo Railway, a Maria Fumaça, que percorria uma serra com paisagem exuberante, mas, para muitos, assustadora e selvagem, até se alcançar a Hospedaria. Apesar da sua remodelação, a situação era adversa: o tempo de permanência era breve, conforme relatos da época, suficiente para a regularização dos contratos de trabalho e o embarque para as fazendas às quais foram destinados. Assim que eles chegavam, tomavam banho, eram vacinados, suas roupas passavam por desinfecção e recebiam o cartão de rancho (MOURA, 2008). Holloway (1984) cita de 4 a 8 dias, dependendo do regulamento em vigor, e o oferecimento de duas refeições diárias com seu cartão, com uma observação: as crianças de 7 a 11 anos recebiam metade da ração de um adulto; as de 3 a 6, um quarto; e as com menos de 3 anos não tinham direito a nada. Após a contratação, na viagem, o imigrante contava como ajuda com uma ração de pão e salame para cada integrante da família. Havia reclamações dos horários das refeições, na Hospedaria, que nunca eram fixos. As filas eram permanentes, as instalações sanitárias, escassas, e o fato de não poderem sair fazia com que se sentissem aprisionados.

O ano de pico foi em 1895, quando mais de 100 mil imigrantes europeus subsidiados passaram por ali (KLEIN, 1994). Segundo esse autor, entre 1850 e 1913, 40 milhões de europeus atravessaram o oceano, rumo aos Estados Unidos, à Argentina e ao Brasil. Para cá vieram cerca de 3,2 milhões, mas só era possível competir com os outros dois países ao subsidiar o transporte, o que explica por que 57% dos 1,2 milhão de imigrantes europeus aqui chegaram na década de 1890 com esse incentivo;

f) em 1884 uma lei estabeleceu fundos para subsidiar as despesas de viagem transatlântica dos imigrantes para a agricultura por meio de um imposto especial sobre os escravos em São Paulo: uma “taxa anual de um mil-réis por escravo empregado na agricultura, e duas vezes esta soma por escravo não empregado na agricultura,

destinada a financiar o serviço de imigração” (HOLLOWAY, 1984, p. 63). Essa medida ajudou a superar o endividamento com as despesas de transporte, acabando com a geração de dívidas, o que era comum no sistema que o então senador Nicolau Vergueiro havia criado. O governo provincial foi autorizado a estabelecer até cinco núcleos coloniais nos principais distritos nas proximidades das estradas de ferro;

g) em 1885 se estabeleceu serviço de propaganda na Europa;

h) em 1886 se criou a Sociedade Promotora da Imigração, uma iniciativa privada de Antonio de Queiroz Telles, o Conde de Parnaíba, dono de terras, e que também presidiu a província de São Paulo. Ele contou com o apoio de fazendeiros do Novo Oeste, como Martinho Prado Jr., Nicolau de Souza Queiroz e Rafael Paes de Barros nessa empreitada para recrutar especialmente italianos que vieram com passagens subsidiadas. Embora não governamental, a Sociedade recebeu recursos públicos (SKIDMORE, 2012);

i) em 1890 o Decreto n. 528 determinou inúmeros incentivos especiais, previstos em lei, a todo proprietário que quisesse imigrantes europeus em suas terras;

j) em 1892 surgiu a Repartição de Terras, Colonização e Imigração, com a finalidade de validar títulos, fiscalizar e alienar terras públicas;

k) em 1893 a imigração e a colonização passaram a ser de responsabilidade estadual, e São Paulo manteve a vinda incentivada;

l) em 1895 se registraram greves em fazendas de café em Ribeirão Preto e Piracicaba por falta de pagamento e, em Cravinhos, por maus-tratos aos italianos (FREITAS, 1999);

m) em 1896 havia um escritório em Gênova (Itália) e foi aberto outro em Montreal (Canadá), mas a experiência não foi bem-sucedida. E, nesse ano, instalou-se também representação em Málaga (Espanha) (HOLLOWAY, 1984);

n) a partir de setembro de 1900, o governo de São Paulo modificou o sistema de subsídios que vinha sendo adotado. Foi estabelecida cota anual para empresas de navegação, uma taxa fixa de 50 francos por imigrante qualificado em vez de subsidiar a passagem. Esse fato reforça a tese de que os que vinham para cá não eram as camadas mais baixas da população – os jornaleros – mas aqueles que tinham algum recurso para fazer frente às despesas da viagem (KÁNOVAS, 2005);

o) após 1900, os cidadãos de todas as regiões da Espanha puderam vir para o Brasil. Antes, só era permitida a entrada de quem saía das províncias bascas, Navarra, Galícia e Ilhas Canárias (KLEIN, 1994);

p) com o patrocínio do governo, foram estabelecidos 25 núcleos em São Paulo, de 1885 a 1911, incluindo-se 15 na zona cafeeira e 6 no Vale do Paraíba. Em 1885, a Província adquiriu terras para um núcleo em Lorena; em 1887, o Núcleo Senador Antônio Prado, próximo a Ribeirão Preto; o de Rodrigo Silva, perto de Porto Feliz; entre 1892 e 1905, o núcleo de Campos Sales; em 1905, o núcleo Tibiriçá; neste mesmo ano, o de Nova Odessa, em Campinas; neste mesmo município, em 1910-11 estabeleceu-se Nova Veneza e, ainda em 1911, no sul da Mogiana, os núcleos de Visconde de Indaiatuba, Conde de Parnaíba e Martinho Prado Júnior. Entre 1904 e 1908, criaram-se núcleos coloniais com o auxílio da iniciativa particular também;

q) em 1902 o governo italiano proibiu a vinda de seus nacionais devido à má moradia, pagamentos em vales, atraso no pagamento e venda forçada dos alimentos cultivados pelos imigrantes aos fazendeiros. A proibição, conhecida como Decreto Prinetti, nome do então ministro das Relações Exteriores, foi ponto de atrito entre os dois países, mas restringia apenas o transporte gratuito; quem quisesse pagar sua passagem poderia embarcar. A imigração subsidiada para o Brasil também foi proibida pela Holanda e Alemanha posteriormente;

r) em 1906 criou-se a Agência Oficial de Colocação e Trabalho. Famílias assinavam contrato ainda na Hospedaria e as condições constavam nas cadernetas entregues. Elas foram obrigatórias para o trabalhador rural a partir de 1907 pelo Decreto n. 1.458, e somente a Agência podia confeccioná-la. Os contratos, apesar de o ano agrícola começar em outubro, acabava se iniciando em maio, com o trabalho de produção e sedução, e a colheita de café se estendia, portanto, de maio ou junho a setembro. A Agência também teria a função de distribuição de compra e venda de terras em núcleos coloniais (MOURA, 2008);

s) em 1908 desembarcaram as primeiras 165 famílias japonesas, que vieram no *Kasato Maru*. Mas, dos 781 desembarcados, apenas 191 permaneceriam nas fazendas de café, segundo Nakadate (1988);

t) em 1910 foi a vez da Espanha proibir a viagem subsidiada, por meio de sua *Ley de Enmigración*, especialmente por causa das denúncias de maus-tratos em fazendas. Essa decisão foi revogada em 1912;

u) os colonos geralmente ficavam isolados nas fazendas de café, sem descanso ou lazer. Houve denúncias de abuso de poder, espancamento, estupro, assassinatos, fatos que contribuíram para a proibição da imigração para o Brasil por parte de diversos países. Com o objetivo de solucionar o problema, o governo paulista criou, em 1911, o Patronato Agrícola (FREITAS, 1999) e também o Departamento

Estadual do Trabalho, ainda sob os cuidados da Secretaria de Agricultura. A função do Patronato era auxiliar as execuções das leis federais e estaduais quanto à defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas.

A importância desses 25 núcleos coloniais no Estado residiu no incentivo oferecido à chegada dos imigrantes a São Paulo: depois de serem recepcionados na Hospedaria dos Imigrantes, podia-se escolher um núcleo, preencher requerimento para aquisição de lote de terra a preços módicos e prazo estendido de pagamento e, ainda, fazer pedidos de passagem gratuita para a família e auxílio para comprar telhas e animais, por exemplo, mas nem sempre eles escolhiam o destino.

Os núcleos resultaram em cidades que concentraram imigrantes rotulados posteriormente de *quistos*. Eles carregaram o peso da mentalidade escravocrata de grupos dominantes que entendiam o trabalho como atividade desonrosa a ser executada pelo outro, índio, negro, imigrante, configurando a exploração humana que baseou as relações socioeconômicas no Brasil.

Especificamente no Estado de São Paulo, a área cultivada de café cresceu quase seis vezes entre 1890 e 1925, passando de 510 mil hectares para pouco mais de 3 milhões de hectares (MARTINS, 2013).⁵ Em meados do século XIX, o café se localizava no Vale do Paraíba, com seus núcleos mais importantes na região próxima ao Rio de Janeiro. Nos anos 1880, avançou para o Oeste velho, em direção às regiões Mogiana e Paulista. A partir de 1910-20, o café se deslocou para o Oeste Novo, nas regiões de Araraquara, da Alta Sorocabana, e, finalmente, a Noroeste.

Em função da necessidade de ciclos mais curtos, como nas zonas novas, isso resultava em maior número de carpas, porque as ervas daninhas se reproduziam facilmente, dificuldades no trato do café e menos tempo para que se cuidasse da cultura de subsistência, quando se encontrava fora do cafezal. Demandava-se assim grande número de pessoas, acima da população residente nas fazendas. Por isso, contava-se ainda com os camaradas e os mensalistas.

“No conjunto, a produtividade dos cafezais caíra de 15 a 30% entre 1910/1919 e 1918/1928. Ao mesmo tempo, o preço do café declinara desde o fim do século XIX”.⁶ Por isso, muitos imigrantes resolveram deixar o Brasil diante de um cenário tão adverso.

Se o café, na Europa e nos Estados Unidos, foi historicamente um artigo de luxo, servido em porcelanas finíssimas e motivo de encontro nos requintados cafés existentes,

⁵ Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano XVI, n. 59-61, São Paulo, Typografia Brasil, Rothschild & Cia, 2º, 3º e 4º trimestres de 1927-1928.

⁶ Ibid., p. 108.

não havia correspondência com o pagamento ofertado aos colonos. “Em 1919, esse pagamento anual em dinheiro correspondia a aproximadamente quatro vezes o dinheiro necessário para a alimentação de uma família operária na cidade de São Paulo durante um mês” (MARTINS, 2013, p. 105). Ou seja, tratava-se de rendimento miserável.

2.2 OS IMIGRANTES

Pode-se compreender que a elite paulista recebeu a mão de obra estrangeira, construiu ferrovias e integrou-se ao Partido Republicano, desejoso de mudanças nos rumos políticos. Com o apoio do Exército e das camadas médias urbanas, a Monarquia foi derrubada e instaurou-se a República, em 1889. A partir de então, os cafeicultores tiveram expressiva influência na II República, especialmente com a chamada política do café-com-leite, encerrada por Getúlio Vargas.

Assim, a imigração assumiu características próprias em São Paulo. Os imigrantes atuaram, a princípio, como mão de obra nas fazendas de café e posteriormente no desenvolvimento da indústria e na urbanização das cidades.

O desenvolvimento do Novo Oeste⁷ acompanhou o trajeto das ferrovias Noroeste (1895) e Sorocabana (1905), pois contribuíram para o escoamento do café, vencendo o isolamento geográfico, fazendo surgir cidades que estão presentes na dissertação, como Braúna e Penápolis.⁸ Essa marcha para o Novo Oeste e seu rápido povoamento em três décadas, de 1910 a 1930, “significaram um fim também rápido e muito violento da população indígena que habitava aquelas terras [...]” (FREITAS, 1999, p. 16).

O período chamado de grande imigração ocorreu entre o encerramento das guerras napoleônicas (1803-1815) e a depressão mundial de 1930, sinalizando o término de uma era. Nessa ocasião, 60 milhões de europeus e 10 milhões de asiáticos cruzaram os oceanos em busca de oportunidade: 71% foram para os Estados Unidos, 21% para a América Latina e 7% para a Austrália. Desses 21%, ou 11 milhões, 38% eram italianos,

⁷ Essa área não corresponde precisamente à região Oeste de São Paulo. Segue a linha férrea da Companhia Paulista, que se estende de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva e, pela estrada Mogiana, abrange de Campinas a Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto.

⁸ Os grileiros foram tão importantes no povoamento da zona Noroeste, nas décadas de 1910 e 1920, que Penápolis foi apelidada de Grilópolis (HOLLOWAY, 1984, p. 186).

28% espanhóis e 11% portugueses. Só de espanhóis foram 3 milhões de pessoas (CÁNOVAS, p. 14).⁹

Em fins do século XIX, italianos, portugueses e espanhóis foram os primeiros a se aventurar e migrar para o Brasil. A composição no Estado assim se configurou, em 1920: italiana (48%), portuguesa (20%), espanhola (21%), outras (6%), japonesa (3%), alemã (1%) e austríaca (1%), além de maior presença de homens em relação às mulheres. Nessa mesma década, italianos, portugueses e espanhóis somaram 88,8% dos estrangeiros em São Paulo (BASSANEZI et al., 2008, p. 53). Os dados estatísticos entre 1872 a 1972 registram três períodos imigratórios, de movimento inicial tímido, de incremento em função dos subsídios e de declínio:

GRÁFICO 1 - Imigrantes entrados no Brasil e no Estado de São Paulo (1872-1972).
Fonte: Bassanezi et al., 2008. p. 19.

Houve recuo com a I Guerra Mundial, mas com o fim do conflito registrou-se novo surto migratório, até a política de subsídios se encerrar em 1927 com o então governador Júlio Prestes, ocasionando nova baixa. Em menor número, aportaram japoneses, austríacos e alemães. A migração de outras partes do Brasil tornou-se cada vez mais importante durante os anos 1920 concomitante à imigração diversificada com a entrada de romenos, lituanos, sírios, iugoslavos, polacos.

⁹ CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. **Espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930**: protagonistas ou coadjuvantes. **História Hoje** - Revista Eletrônica de História, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, 2005c, p. 1-16. CÁNOVAS se baseou em dados de Magnus Mörner: **Aventureros y proletários**: los emigrantes em Hispanoamerica. Madrid: Mapfre, 1992.

GRÁFICO 2 - Imigrantes entrados no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade (1872-1971).
Fonte: Bassanezi et al., 2008, p. 19.

De acordo com o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de 1907 (ano-base 1906), constando como tomo II, sob o título *Terras, Imigração e Colonização*, temos que, discriminados os passageiros dos imigrantes na Hospedaria, entraram 55.515 pessoas em 1906, sendo 48.429 imigrantes, em comparação com 47.817 imigrantes do ano anterior (p. 6). Esses dados devem ser avaliados com parcimônia, pois houve duplicidade nos registros da em função dos casos de reemigrados e repatriados e havia os que se encontravam em trânsito, na capital, devido a tratamento de saúde. Muitos dos que chegavam permaneciam em Santos ou eram buscados por parentes e não chegaram sequer a dar entrada na Hospedaria dos Imigrantes.¹⁰

Destes 48.429 imigrantes, o documento assinalou que 24.544 vieram espontaneamente, ou seja, pagaram passagem até Santos ou Rio de Janeiro, e os demais 23.885 tiveram seus trajetos em terceira classe pagos pelo Estado. Registrou-se a entrada de 20.349 espanhóis, então.

Ainda de acordo com o Relatório, houve forte saída de imigrantes do País no período 1903-1904 e um saldo de entradas em torno de 7 mil imigrantes:

¹⁰ Para saber mais, CÁNOVAS, 2005, p. 118.

Durante o mesmo periodo o movimento de entradas e saídas de imigrantes apresenta as seguintes diferenças:

Annos	Entradas	Saídas	Saldo ou deficit
1902	40.386	31.437	+ 8.949
1903	18.161	36.410	- 18.249
1904	27.751	32.679	- 4.928
1905	47.817	34.819	+ 12.998
1906	48.429	41.349	+ 7.080

TABELA 1: Movimento de entrada e saída de imigrantes 1902-1906

Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e outras Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1907, p. 13.

Uma das possibilidades para quem havia juntado algum dinheiro era retornar à pátria de origem: “Já em 1900, as saídas de Santos em terceira classe excederam a entrada total de imigrantes para São Paulo, pela primeira vez desde meados da década de 1880” (HOLLOWAY, 1984, p. 142).

O período de déficit na entrada de imigrantes ora foi promovido pelo fim das vindas subsidiadas, ora por uma campanha atribuída a *anarquistas* que se fazia contra o Brasil pelas péssimas condições de trabalho oferecidas, ou mesmo pelo declínio da produtividade do café. De acordo com o relatório citado:

Dos dados que ficam expostos, evidencia-se que foi extraordinária a saída de imigrantes, no ano findo, sendo este fato o que explica o saldo menos favorável do movimento migratório. Com efeito, apesar de ter sido suspensa a imigração subsidiada em Agosto, por estar ultimado, nessa ocasião, o suprimento de braços para a colheita de café, as entradas foram maiores do que as do ano antecedente, porque, como se vê, os dados expostos, a imigração espontânea compensou sobejamente o desfalque havido na imigração subsidiada. Para o aumento da imigração, concorreram todas as nacionalidades acima mencionadas, com exceção dos espanhóis e portugueses, por efeito da suspensão da imigração subsidiada em Agosto (1907, p. 9).

A permamência dos estrangeiros sofreu diversos obstáculos, como as duras condições de vida nas fazendas e a falta de garantias trabalhistas. Também foi desencadeada campanha para que rumassem a outro país, o que de fato ocorreu, no caso da Argentina, de acordo com a Secretaria:

No entanto, convém registrar que, para as maiores saídas destes dois últimos anos, especialmente das do ano findo, contribuiu também uma outra causa, que, nem por ser acidental, deixa de merecer a melhor

atenção dos poderes públicos. Quero referir-me à propaganda feita pelas agências das companhias de navegação, as quais, explorando a tendência da retirada dos colonos depois de finda a colheita de café, levaram no ano findo ao extremo a sedução dos retirantes, já reduzindo a proporções mínimas o preço das passagens para o Rio da Prata e já, pelos seus prepostos, induzindo os colonos a emigrarem por informações e promessas de vantagens ilusórias. A essa propaganda, movida tão somente pelo espírito de lucro, veio ainda juntar-se a que, por intuits menos confessáveis, se desenvolveu por meio de panfletos e outros impressos, saídos de tipografias de folhas anarquistas, nos quais o êxodo era aconselhado aos colonos como um remédio contra os pretendidos maus tratos e falta de garantias nas fazendas de café, ao passo que os países vizinhos eram pintados como outros tantos *El-Dorados*. Dos 23.385 imigrantes subsidiados, introduzidos neste Estado durante o ano findo, 19.899 vieram no regime de subvenção, sem contrato, conforme o disposto no Decr. nº 823, de 20 de Setembro de 1900, 2.879 vieram com bilhetes de chamados requisitados por esta Secretaria, a pedido de lavradores estabelecidos neste Estado (1907, p. 11).

O Brasil nem sempre foi o destino principal do espanhol que queria seguir, inclusive por questões idiomáticas, para a Argentina e o Uruguai, por exemplo. Para atraí-los, o País acenava com subsídios, mas segundo o documento da Secretaria da Agricultura, muitos usufruíam dessa vantagem para chegar aqui e, depois, dizendo-se enganados quanto ao destino, solicitavam uma passagem para o Rio Grande do Sul para alcançar facilmente a fronteira.

No cômputo de profissões, 21.606 pessoas foram classificadas como agricultores, 90,4% do total, e os que vieram para cá com família constituída, 99,30%. Dos 24.544 imigrantes espontâneos, de 1906, 5.426 passaram pela Hospedaria, sendo 639 espanhóis. Das 36.966 pessoas que lá entraram, 434 eram remanescentes de 1905. Foram para o interior 32.040, ainda segundo o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1907).

Em 1906-1907 havia legislação a regulamentar a imigração, com brechas para que eles não se estabelecessem aqui apenas como agricultores, mas também como jornaleros, artistas e operários.¹¹ Para sobreviver, muitos se dedicavam a trabalhos informais, inclusive havia muitos carroceiros espanhóis, tomados muitas vezes por vadios e objeto de perseguição da polícia. Estes, de 1890 a 1924 ocuparam o terceiro posto nos dados quantitativos referentes à vadiagem, criminalidade e de repatriados pelo Estado brasileiro (FAUSTO, 1983).

¹¹ Lei n. 10. 450, de 27/12/1906, e Decreto n. 1.458, de 10/4/1907, Art. 1º. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo apud MACIEL; ANTONACCI. **Espanhóis em São Paulo**: modos de vida e experiências de associação. In: **Projeto História**, n. 12, out. 95. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, 1995, p. 173-192.

Criou-se representação mítica e perigosa em relação a eles e, ao mesmo tempo, engajada e política:

A grande imprensa e os registros policiais criaram uma imagem destes trabalhadores ligados ao transporte como combativos e violentos, cujas greves paravam toda a cidade, como em 1903, ressaltando sua disposição para participar das greves gerais de quebra-quebras. Para a polícia e grande parte da opinião pública, eles eram “profissionais perigosos”, já que, por dever do ofício, circulavam por todos os bairros e poderiam servir de elementos de comunicação entre os demais trabalhadores da cidade (MACIEL; ANTONACCI, 1983, p.180 apud FAUSTO, 1995).

Isto não impediu que fossem criados impostos e taxas que incidiam sobre quase todas as atividades produtivas, inclusive a dos ambulantes e, em 1899, foi encaminhada petição à Associação Comercial solicitando providências em relação aos ambulantes estrangeiros.

O índice de fixação dos que entraram pelo porto de Santos, de 1908 a 1932, é alto para os japoneses que vinham em grupos familiares ou agregados (92%), para portugueses (42%), que geralmente chegavam sozinhos, a exemplo dos sírios, para os espanhóis que também traziam a família (igualmente 42%); e baixo para os italianos (13%) (ELLIS JR., 1934). O português tinha a vantagem de ser o imigrante que mais facilmente se casava com as da terra, auxiliando no rápido processo de *branqueamento*, com a vantagem de ter língua e religião católica em comum.

No quesito distribuição, o destino principal era Ribeirão Preto (2.645 pessoas). O segundo posto é ocupado pela capital (2.282), depois São Simão (1.353), Jaboticabal (1.245), Campinas (1.213), Batatais (1.030) e Jaú (1003).¹²

Em referência ao Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1907), de 1827 a 1932 foram recebidos 938.033 italianos, 400.238 portugueses, 383.746 espanhóis e 115.495 japoneses e houve forte mudança de configuração no Estado, pois os paulistas representavam meio milhão e se recebeu 2 milhões de *exóticos*. Importante frisar que não existiram, nos anos subsequentes, outros relatórios por parte da Secretaria, que saltou da década de 1930 para a de 1940, para fins de comparação.

Na interpretação de Ellis Jr. (1934), o italiano se adaptou mais facilmente, era dócil em comparação ao espanhol, que preferia terras novas nas quais pudesse trabalhar por conta própria e sentir-se livre.

¹² Ibid., p. 21.

Em 1930, com a crise provocada pela superprodução do café, o governo impôs restrições à imigração, que só voltou a crescer após a II Guerra Mundial, com o desenvolvimento industrial, quando saiu de cena o colono e entrou o operário; diminuiu a população estrangeira no campo e 49,7% se encontravam na zona urbana em atividades dos setores secundário e terciário, especialmente no Oeste paulista.

É possível traçar um breve resumo a respeito desse período. Em 1934, São Paulo contou com forte presença dos japoneses, concentrados na zona rural (91,7%); 50% dos imigrantes em Penápolis eram orientais. A porcentagem de estrangeiros chegou a 23% da população no Estado. Os espanhóis (58,1%) se enquadravam como agricultores (na condição de colono ou pequeno proprietário). Em 1940, a participação foi: italiana (29%), portuguesa (22%), japonesa (16%), espanhola (15%), alemã (4%) e outras (14%). Nesse ano, os japoneses ultrapassaram em 1% os espanhóis quanto à representação no conjunto de estrangeiros e brasileiros naturalizados, apesar de a colônia espanhola ter anterioridade e ser maior, o que pareceu significar maior número de descendentes japoneses nascidos aqui (BASSANEZI et al., 2008). Ainda segundo a mesma autora, em 1950, os italianos representavam 23% dos imigrantes, os portugueses, 22%, os japoneses, 17%, os espanhóis, 14%, outras, 20%, e alemã, 4%.

Quanto à assimilação, para Ellis Jr.:

A assimilação, pois, é a redução a outra civilização de um grupo humano mais ou menos numeroso de indivíduos, o qual abandona todos os laços culturais anteriores, adquirindo novos que lhes são transmitidos pelo grupo humano em contato com o qual ele é posto (1934, p. 84).

Nesse sentido, o autor inquiriu “o que é o povo paulista senão o conjunto desses elementos? [...] É bem certo que jamais um tipo físico uniforme e absolutamente homogêneo sairá dessa retorta que é São Paulo”.¹³ Seu conselho é que não se deveria incentivar mais a vinda de gente *exótica*, pois chegara o momento de pensar na qualidade e não na quantidade, uma vez que fora resolvido o problema de povoamento do País. Pode-se refletir como seria possível todo esse grande contingente humano abandonar sua cultura pré-migratória, como sugeriu Ellis Jr.

Quanto à naturalização, o índice era de apenas 8,7%, no Brasil, em 1940, e os mais interessados, pela ordem, foram italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses. No Rio de Janeiro e em São Paulo, que concentravam 77% dos estrangeiros, o índice não ultrapassou os 6,4%. Talvez o fenômeno seja explicado pela baixa

¹³ Ibid., p. 260.

mobilidade social: em 1934-35, o número de estabelecimentos agrícolas, segundo a nacionalidade do proprietário, era a italiana (14,7%), espanhola e portuguesa empatam (4,8%), japonesa (5,3%), alemã (1,1%), austríaca (0,2%), outras (1,5%) e brasileira (67,5%) (BASSANEZI et al., 2008). Essa baixa mobilidade social pode ajudar a compreender porque muitos tentaram um retorno à pátria de origem após constatar que não conseguiriam facilmente a posse da terra, uma promessa feita para que embarcassem como imigrantes. Em São Paulo, 44% dos imigrantes que entraram, entre 1882 e 1914, deixaram o Estado. Em 1923, 32% das propriedades produtoras de café estavam nas mãos de italianos, mas só 8% dos imigrantes de primeira geração conseguiram propriedades (HOLLOWAY, 1984).

A porcentagem de analfabetos foi grande nas primeiras ondas migratórias, sinalizando dificuldades de integração e de mobilidade social, dependendo do tipo de contrato celebrado entre colono e fazendeiro e a implicação de dívidas a serem pagas, como despesas de viagem, ferramentas, moradia e mercadorias anotadas no armazém da fazenda, que perfaziam uma conta quase impagável.

De 1908 a 1927, ainda com base no Relatório da Secretaria, 53,71% dos espanhóis que aqui chegaram não sabiam ler e escrever, índice de 48,27% para os portugueses, 28,72% para os italianos e 10,61% para japoneses. Bassanezi (2008) observou que, a partir da terceira década do século XX, ampliou-se o número de escolas particulares e públicas, principalmente nos centros urbanos. De 1920 a 1950 houve um aumento significativo de pessoas alfabetizadas, aliás, mais estrangeiros do que brasileiros, em uma proporção de 68% contra 59%.

A chegada de imigrantes, aliada à riqueza gerada pelo café, foi intimamente ligada ao crescimento da cidade de São Paulo, que saltou de uma população de 31 mil habitantes, em 1874, para 240 mil, em 1900, e mais de 1 milhão em 1930. Por volta de 1910, a lavoura cafeeira paulista comumente empregava cerca de 400 mil trabalhadores. Holloway (1984) apontou que, por volta de 1920, quando se registrou grande expansão, o número daqueles que deixaram a Hospedaria rumo às fazendas era mais do que o dobro da necessidade dos cafezais que modificavam a paisagem rural ao eliminar a mata nativa.

Como avaliou Holloway (1984), o plantio de café era atividade inerentemente migratória, pois quando a terra se esgotava era preciso buscar outra. Além do mais, as técnicas de cultivo e os métodos de colheita eram os mesmos da época da escravidão. Os novos cafezais incitavam o colono à frequente mudança de fazenda com vistas a

melhores condições e benefícios, como uma moradia de tijolo e não mais de pau a pique, como era costume, ou a conquista de um pedaço de terra.

O sistema de trabalho era quase escravocrata e houve denúncias de multas em dinheiro, espancamento, violência física, ameaças, restrições à liberdade de movimento, além de contas não confiáveis feitas pelo contratador. A opção era trocar de fazenda, tentar tornar-se pequeno proprietário, migrar para a cidade ou, inclusive, retornar à Hospedaria, somando-se aos que chegavam em busca de oportunidade:

Trabalhadores que se queixavam ou apelavam para seus companheiros, em busca de apoio, podiam ser sumariamente expulsos, com a ajuda de uns poucos capangas. A resultante perda de mão de obra pouco significava, comparada ao risco de reter um “agitador” que podia perturbar a rotina da fazenda. De qualquer forma, havia usualmente recém-chegados disponíveis, na hospedaria em São Paulo (HOLLOWAY, 1984, p. 160).

A mentalidade escravocrata ainda predominava: “Cale a boca. Vocês, italianos, são escravos, e nós, nativos, somos os senhores”, teria contado um colono a um inspetor italiano, em 1902. A frase teria sido dita por um empregador brasileiro, depois da reclamação de permanência na lavoura mesmo sob fortes trovoadas.¹⁴

O contrato de colono, que permaneceu em uso generalizado, no Oeste paulista, até a década de 1930 não facilitou a vida do imigrante:

As vantagens que o contrato de colono idealmente oferecia ao trabalhador imigrante incluíam a razoável segurança de uma receita anual mínima, a redução de despesas de manutenção por meio de moradia grátis e a quase auto-suficiência em produtos alimentícios, a perspectiva de acumular economias através de rendimentos monetários e poucas despesas em dinheiro e a possibilidade de maximizar a receita por família, pela utilização plena do trabalho de todos os membros. A mesma combinação de vantagens potenciais não podia ser encontrada nem na parceria nem nos sistemas de trabalho de salário fixo. O contrato de colono não deve ser confundido com as várias formas de arrendamento ou parceria. Também não era um sistema salarial, no sentido de uma unidade de pagamento por unidade de tempo trabalhado. Trata-se de uma combinação única de salários anuais, pagamentos por tarefa, diárias e vantagens não-monetárias.¹⁵

A equação era perniciosa: o chefe de uma família imigrante precisava decidir se plantava milho e feijão e outros itens de subsistência entre as fileiras dos pés de café, quando o empregador permitia, ou separadamente em área destinada na qual só poderia

¹⁴ Ibid., p. 161.

¹⁵ Ibid., p. 133.

se dedicar durante sua folga ou deslocando uma enxada, um membro da família, para a tarefa, o que lhe roubava a possibilidade de rendimentos. Assim, os imigrantes continuaram a andar de fazenda em fazenda.

Em 1913, greves irromperam simultaneamente em várias áreas agrícolas nas cercanias de Ribeirão Preto. Em seus contratos, em 1912, os colonos exigiram e obtiveram salários mais altos, mas nenhum aumento estava prometido quando os novos foram assinados.

O delegado de polícia de Ribeirão Preto ameaçou expulsar os grevistas, mas, diante dos milhares de colonos unidos, desistiu. A polícia foi chamada para a proteção dos fura-greves, muitos dos quais eram japoneses recém-chegados. Nas cadernetas dos colonos, a grafia *grevista* em vermelho complicaria a obtenção de novos trabalhos (HOLLOWAY, 1984).

Até meados da I Guerra Mundial não era usual estrangeiros se engajarem em movimentos sindicais, pois ainda pretendiam voltar ao seu país de origem. Mas, na década de 1920, a crise econômica e o aumento do custo de vida impulsionaram a organização das massas, tendo como ponto alto a greve geral de 1917. Outro fator foi o surgimento do PCB, em 1922, que tentou dividir a atenção do trabalhador conquistado pelo anarquismo. Ou seja, na órbita dos imigrantes estavam ideologias consideradas *exóticas* pelo governo.

O anarquismo esteve ligado à ideia de anti-hierarquia, de crítica à sociedade disciplinar, que considerou o Estado a maior fonte de todos os problemas e que existiam outras formas de organização. Muitos imigrantes trouxeram ideais anarquistas de seus países de origem e aqui acabaram se envolvendo com a política sindical. Esses *indesejáveis* eram em grande parte espanhóis, italianos e portugueses.

O então presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922) reagiu com duas leis contrárias ao movimento anarquista: os Decretos n. 4.247/1920 e n. 4.269/1921 a considerar crime qualquer manifestação que subvertesse a ordem social. Também a Lei n. 1.641 e o Decreto n. 16.761, de 1924, fecharam o cerco e estavam diretamente relacionados à imigração.

Houve dificuldade em manter o imigrante preso à terra. Uma das alternativas apresentadas foi o retalhamento de fazendas, transformadas em pequenas propriedades para fixar os imigrantes e ainda ter mão de obra disponível para o café.

Em fins de 1920, o ciclo cafeeiro no Oeste paulista entrou em declínio e o surgimento da broca, em 1924, agravou os estragos da cultura. O *crash* de 1929 faria o resto. Muitas fazendas acabaram sendo loteadas e quem possuía algum recurso pode

investir em terras, apesar dos salários rurais terem despencado e muitos fazendeiros optarem por arrancar os pés de café e apostar em outras culturas, como o algodão, por exemplo. A exportação desse produto, que representava 2% do total do País, entre 1925 e 1929, passou para 19%, entre 1935 e 1939, e, em 1936, São Paulo foi responsável por mais da metade de todo o algodão bruto do Brasil (LOVE, 1982). Foi uma substituição brusca: de 1910 a 1920 o Brasil produziu dois terços do café mundial e as fazendas paulistas respondiam por 70% desse total.¹⁶

Para Holloway (1994), o colonato facilitava a vinda dos imigrantes, desenvolvia o cafezal e fez a transição para o trabalho livre. Foi uma forma de os fazendeiros garantirem a própria sobrevivência como grupo econômico mantendo a hegemonia política. Na virada do século, aproximadamente 80% da força de trabalho agrícola do Estado de São Paulo concentravam-se na produção cafeeira e sob a forma de colonato (MARTINS, 2013).

2.2.1 Espanhóis

Em 1898, quando terminou a Guerra Hispano-Americana, foi assinado o Tratado de Paris com os Estados Unidos, e a Espanha perdeu suas últimas colônias: Cuba, Filipinas e Porto Rico. Historiadores apontam que o fato marcou o término do ciclo histórico iniciado em 12 de outubro de 1492, com o descobrimento da América por Cristóvão Colombo. Aponta-se que a unidade espanhola se fez em torno da colonização e que, com a perda sucessiva de suas colônias ao longo do século XIX, essa unificação foi irremediavelmente abalada.¹⁷

A corrente hispânica, que emigra para o Brasil, insere-se nesse contexto. Em 1891, ela foi iniciada para, em 1898, declinar e se reerguer em 1905, mantendo-se elevada até 1914. A primeira leva chegou aparentemente sob o impulso das condições econômicas e, em um segundo momento, pelos efeitos da I Guerra Mundial no continente europeu. Nessa época registrou-se o terceiro maior contingente a chegar ao Brasil, ao lado do italiano e do português, antes de forte leva de japoneses. De 1884 a 1945, aqui desembarcaram 486.106 espanhóis. Entre 1902 e 1926, o Brasil recebeu 14%

¹⁶ Ibid., p. 65.

¹⁷ Ver NEMI, Ana Lúcia Lana. **A Guerra Civil Espanhola e suas raízes decimonônicas**: a nação entre as luzes e as brumas, p. 49-79. In: **Guerra civil espanhola: 70 anos depois**. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). São Paulo: EDUSP, 2001.

dos que rumaram para a América,¹⁸ a Argentina, 57%, e Cuba, 29% (KLEIN, 1994). Alonso e Eynde, baseados em Sánchez-Albornoz, reportam que, entre 1882 e 1935, saíram da Espanha 4 milhões e 700 mil pessoas, mas que 57% deles retornaram, ficando em definitivo, em outros continentes, menos da metade (2009).¹⁹

Nesses números não se incluem os clandestinos que saíam por Gilbratar, Burdeos e Lisboa, neste último, em sua maior parte galegos, com passaporte português com destino ao Brasil (CÁNOVAS, 2005). Durante o êxodo massivo, 15 portos foram autorizados a fazer o embarque de emigrantes: Almeria, Barcelona, Bilbao, Cádiz, Coruña, Gijón, Las Palmas, Málaga, Palma de Mallorca, Santa Cruz de la Palma, Santa Cruz de Tenerife, Santander, Valência, Vigo e Villagarcía. Porém, mais da metade embarcaria nos portos galegos (Vigo e Coruña), seguidos de Catalunha, Andaluzia, Cantábria e Canárias (ALONSO; EYNDE, 2009).

Os jornaleros tinham dificuldade para embarcar, pois a travessia a partir dos portos de Málaga e Cádiz era de 600 a 800 pesetas, o que correspondia ao seu ganho total de trabalho de 286 dias. O subsídio representava uma parcela do necessário para a travessia, mas era alternativa àqueles que podiam se desfazer de alguns bens a fim de angariar recursos (CÁNOVAS, 2005). As regiões mais contributivas com a imigração foram Galícia, Astúrias e Canárias, seguidas de perto por Catalunha e Castilla-León.

Assim, muitos dos que se deslocavam eram campesinos e talvez vissem pela primeira vez uma grande cidade e o mar no momento do embarque.

Diversos grupos saíram em navios franceses, italianos, austríacos e também espanhóis. No período anterior a 1910, os navios com destino ao Brasil com imigrantes dessas regiões partiam normalmente de Marselha (França) ou Gênova (Itália) e paravam

¹⁸ Não é possível confiar nesses dados porque as cifras espanholas refletem parcialmente o êxodo espanhol que não coincidem com as estatísticas de chegadas americanas que contêm números superiores às séries espanholas. Há diversos motivos: computavam-se os viajantes por mar, de terceira classe, como imigrantes, mas nem todos que viajavam de navio eram efetivamente imigrantes. Havia a imigração clandestina, por portos estrangeiros; de cada 100 passageiros que chegavam à Argentina, Brasil e Uruguai, 20 eram clandestinos. As causas apontadas era a fuga do serviço militar com as guerras contra Cuba e África em curso. Além do mais, os documentos para saída do país eram pagos e muitos se esquivavam deste ônus. Brasil, Uruguai e Argentina têm fronteiras próximas, fáceis de serem atravessadas e nem todos os que aqui entraram queriam se fixar no território. Também é preciso observar que se anotava o ingresso de uma mesma pessoa sem apontar se era a sua primeira viagem ou não. Alonso critica a escassa qualidade dos dados brasileiros. Mesmo assim, entre 1888 e 1930 saíram da Espanha, segundo cifras oficiais, 4 milhões de pessoas, ainda que as estimativas sejam de emigração bruta de 5 milhões e 194 mil. Ver ALONSO, Blanca Sanchez. **Una nueva serie anual de la emigración española: 1882-1930. Revista de Historia Económica**, año VIII, n. 1, 1990. Disponível em <<http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/1790/RHE-1990-VIII-1-SanchezAlonso.pdf;jsessionid=3A845F610F5E9388FB1A601427DE3E2D?sequence=1>>. Acesso em: jan. 2014.

¹⁹ Existem estudos aos quais se pode recorrer como os do Centro de Información y Documentación Científica Del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, assim como a recompilação disponível da hispanista canadense Maryse Bertrand de Muñoz.

em Barcelona, Valência e Málaga antes de deixar o Mediterrâneo, com parada ocasional em Almeria ou Gibraltar (KLEIN, 1994).

Ainda de acordo com Alonso e Eynde (2009), entre 1907 e 1935 houve 1.135 leis e disposições relacionadas à emigração na Espanha e, na primeira década do século XX, mais de 40 mil espanhóis devem ter emigrado de maneira clandestina devido a essa política restritiva:

En la Ley de Emigración de 1907 se consideraban emigrantes los españoles que tenían intención de abandonar España con un pasaje de tercera clase, ya fuera gratuito, retribuido, o de cualquier clase considerada equivalente por el Consejo Superior de Emigración y con destino a cualquier punto de América, Asia u Oceanía. No obstante, las Juntas de Emigración, ubicadas en los puntos de salida de emigrantes, podían excluir, de oficio o a petición de los interesados, a los viajeros de este tipo, del concepto legal de emigrante (ALONSO; EYNDE, 2009, p. 10).²⁰

O espanhol fugia do cenário de crise no final do século XIX. Até a década de 1890, apresentava altos índices de mortalidade, mas ocorreu um salto demográfico: 16,6 milhões de habitantes, em 1877, para 18,6 milhões em 1900, densidade comprometedor para um país empobrecido com o setor agrário dominando 2/3 de sua economia controlada por nascente burguesia, em contraponto a terras improdutivas por causa dos latifúndios em mãos da Igreja Católica (CÁNOVAS, 2005).

Em 1905, registrou-se uma péssima safra. Com a somatória desses fatores, a etapa de maior saída foi registrada entre 1900 e 1913, quando deixaram a Espanha 180 mil pessoas/ano para destinos diversos. Entre 1901-1911, estima-se que 10% de toda a população espanhola emigrou, sendo 80% camponeses de áreas tipicamente minifundiárias (CÁNOVAS, 2005b). No apogeu, que se deu em 1906-1910, saíram da Espanha 720.201 pessoas (FERNANDEZ, 1965).

A obrigação para sair legalmente da Espanha era difícil de ser cumprida, pois incluía identificação pessoal ou passaporte; autorização de pais e/ou tutores para mulheres de 23 a 25 anos, dependendo da época da emigração; certificado de boa conduta; autorização do marido para mulheres casadas; certificado de estar livre de quintas (recrutamento) ou ter pago o depósito correspondente; certificado que

²⁰ Pela Lei de Emigração, de 1907, eram considerados emigrantes os espanhóis que tinham a intenção de abandonar a Espanha com uma passagem de terceira classe, gratuita, lucrativa ou de qualquer classe considerada equivalente pelo Conselho Superior de Emigração e com destino a qualquer ponto da América, Ásia ou Oceânia. Porém, as Juntas de Emigração, localizadas nos pontos de saída, podiam excluir, de ofício ou por petição dos interessados, aos viajantes deste tipo, do conceito legal de emigrante (tradução nossa).

comprovasse que não ser processado nem precisar cumprir pena; certificado de conhecimento de algum ofício etc. (FERNANDEZ, 1965). A Secretaria do Estado das Relações Exteriores enfatizava a exigência de documentos comprobatórios de antecedentes políticos.

Quem estava em idade militar, cuja prestação de serviços era obrigatória, deveria pagar 1.500 pesetas, o que incentivava ainda mais a emigração clandestina. Também foi registrada a fuga de dirigentes anarquistas andaluzes, imigrantes que se esquivavam da repressão política governamental que se acirrou em 1890 com as perseguições da Guarda Civil – criada em 1700 para policiar o campo e combater assaltantes de fazendas e diligências – considerada brutal.

O fenômeno da emigração envolve, portanto, perspectivas histórica, social, econômica e política:

La explicación de las migraciones no puede basarse únicamente en razones económicas o en la existencia de oportunidades laborales mejores a las existentes en el país de origen. A estas razones hay que añadir el establecimiento de una tradición migratoria a través de redes socioculturales entre las familias de emigrantes, como consecuencia del bajo nivel de vida, la marginación, el desempleo y la carencia de expectativas en su entorno vital. Esta tradición migratoria se extiende de familia en familia, entre amigos en las comunidades rurales (ALONSO; EYNDE, 2009, p. 8).²¹

Como assinalado, houve aspectos humanos em curso, de laços que se estabeleciam com os familiares e amigos, o que também foi uma forma de resistência e de obter segurança junto aos seus. Alonso e Eynde apontaram, ainda, outros fatores essenciais para o êxodo da Espanha:

1) Causas econômicas tiveram impacto, pois a Espanha era um país de economia agrária escassamente modernizada, em princípios do século XX, que enfrentava crises constantes com consequente êxodo rural. A ausência de tecnologia, a obsolescência na exploração da terra, o sistema de posse baseado no minifúndio e no latifúndio, os impostos mesmo em anos de más colheitas, a falta de crédito agrícola e a tradição da herança que favorecia o primogênito agravariam esse quadro e retardariam sua

²¹ A explicação das migrações não se pode basear unicamente em razões econômicas ou na existência de oportunidades trabalhistas melhores do que as existentes no país de origem. A estas razões pode-se acrescentar o estabelecimento de uma tradição migratória por meio de redes socioculturais entre as famílias de emigrantes, como consequência do baixo nível de vida, a marginalidade, o desemprego e a falta de expectativas em seu entorno. Esta tradição migratória se estende de família em família, entre amigos nas comunidades rurais (tradução nossa).

atualização diante de uma população crescente. A industrialização nascente esteve localizada em Madri, Viscaya e Barcelona, especialmente.

2) O poder da informação que chegava assinalando oportunidades econômicas e de trabalho em correspondência de familiares e amigos que já se encontravam fora da Espanha.

3) Os que emigravam podiam, ao obter trabalho nos países que os recebiam, mandar contribuições às suas famílias na Espanha.

4) O serviço militar imposto era de três anos, privando a família de um braço para sua economia doméstica e pagar ao Estado para eximir-se da obrigação estava fora do alcance para os pobres em um momento de enfrentamentos militares para manutenção das colônias ultramarinas, Porto Rico, Filipinas e, especialmente, Cuba, além da Guerra do Marrocos (1909-1927).

Sanchez-Albornoz (1988) ressalta que a imigração espanhola guarda características históricas específicas. Uma delas é repor a força de trabalho do italiano que abandonava o Brasil ao rumar para a Argentina e o Uruguai, no final do século XIX, ou em função da interrupção da migração com o Decreto Prinetti. Assim, a partir de 1905, a imigração espanhola se converteu durante um tempo na mais numerosa.

Cánovas (2009) ressaltou que, no final de 1800, a população jornalera representava $\frac{3}{4}$ da população. Com o custo de vida em alta e os soldos em baixa, a condição do jornalero era pior do que a do pequeno proprietário. Contratado por dia, por mês ou temporada, conseguia trabalhar em média seis meses por ano e vivia com dificuldade. Essa é outra das razões possíveis apontadas para a saída da Espanha.

Antes, no século XVI, o rei Felipe II (1527-1598), com receio da penetração protestante, fez a *limpieza de sangre* quando a Inquisição confiscou propriedades que saíam de mãos legitimamente herdadas para se tornar latifúndios improdutivos, que se chamou de *bienes de manos muertas*.

Em 1836, diversas propriedades voltaram de novo para poucas mãos, dando novo fôlego aos latifúndios. A Igreja Católica sofreu a desamortização eclesiástica (desapropriação por parte do governo central das terras pertencentes às ordens religiosas, igrejas e monastérios que, pelo direito civil e canônico, eram perpétuas), houve a desamortização civil (desapropriação das propriedades dos municípios, calculadas em 5 milhões de hectares) e, posteriormente, o confisco dos *bienes de manos muertas* (CÁNOVAS, 2005b). O camponês foi desalojado do uso das terras comunais pertencentes aos municípios antes das desamortizações e às quais historicamente ele tinha acesso por meio do sistema de campos abertos, no Antigo Regime, com a

possibilidade de buscar o melhor aproveitamento da caça, da pesca e da coleta. Sem a chance de se tornar proprietário, o espanhol empobrecido se viu excluído de seu próprio meio de sobrevivência.

Diante do forte êxodo de seus nacionais, a imprensa espanhola faria o contra-ataque ao afirmar que os que “[...] emigravam eram os fracassados, os inadaptáveis, os pobres de espírito”, até perceber que seu país se despovoava, quando passa então a denegrir com calúnias os países receptores da América (CÁNOVAS, 2009, p. 365). Mas, como reforça Souza, “[...] a recusa em continuar a viver numa situação de exploração não deixa de ter caráter político, já que o ato de emigrar se apresentava como uma forma de protesto às condições sociais e políticas da Espanha” (2006, p. 4).

Quem emigrava precisava se dirigir à Casa Consignatária para resolver os trâmites necessários. Iludidos pelos benefícios acenados pelo governo brasileiro, muitas vezes eram enganados, ainda em terra natal, pelos *ganchos*, agentes contratados pelas companhias de navegação, ou então pelos governos dos países receptores, que iam aos *pueblos* a fim de convencer os camponeses. Isso poderia incluir facilidade na documentação, inclusive falsificação, e, claro, cobrava-se pelo serviço. O certo é que os *ganchos* não informavam a eles a real e dura condição que encontrariam pela frente, pelo contrário, exageravam nas vantagens a fim de conquistá-los e, mesmo quando estavam munidos de folhetos e guias, isso de nada servia diante de uma população majoritariamente analfabeta.

Vir para o Brasil era tarefa árdua. As dificuldades começavam com as exigências de documentos para o embarque e prosseguiam com as condições de travessia em barcos com três classes, e a quarta denominada de *emigrante*, sem comodidade, sem camarotes, escura, úmida, barulhenta ou, então, enfrentava-se a viagem ao relento, no convés, opção para muitos.

Chegar ao destino era outra etapa nem sempre bem-sucedida. Em 1916, o *Príncipe de Astúrias* bateu em um arrecife e submergiu em Ponta da Pirabura (São Sebastião/SP), matando mais de 440 pessoas entre seus 578 passageiros. E, em 1912, o vapor francês *Italie* atracou em Santos e se descobriu que dezenas de espanhóis morreram no trajeto e outros 200 desembarcaram doentes:

[...] en dicho flete viajaron 1.566 emigrantes españoles desde Gibraltar totalmente hacinados y sin condiciones sanitárias. Estos echos

volvieron a repetirse al año siguiente en expediciones ‘gratuitas’ a Rio de Janeiro y Santos (ALONSO; EYNDE, 2009, p. 50).²²

É importante frisar que estar no Brasil como colono não garantia que os contratos seriam honrados, como atestam os boletins do Consejo Superior de Emigración. Nas duas primeiras décadas do século XX, “fueron numerosas las denuncias que recibió de individuos maltratados o engañados en aquel país, y pocas o ninguna las soluciones que se proporcionaron”.²³ As condições dos espanhóis se aproximavam da escravidão:

En los cafetales los inmigrantes se toparon con una situación precaria y muchas exigencias. Las condiciones en las haciendas eran durísimas, con jornadas de doce horas y un salario que apenas cubría los gastos de alimentación. La práctica habitual era separar a esclavos de trabajadores libres dentro de las plantaciones, aunque esta diferencia no se veía reflejada en el trato que unos y otros recibían de los fazendeiros. Las malas condiciones se reflejaron en el número de españoles obligados a huir de las haciendas, en un movimiento de fuga que dio origen a la proliferación de los conocidos ‘capangas’, ‘especie de matones’, que dedican a este servicio de vigilancia los administradores. Cuando tenían noticia de que alguno proyecta marcharse lo impedían por la fuerza” (ALONSO; EYNDE, 2009, p. 68).²⁴

Os espanhóis que aqui desembarcaram se concentraram majoritariamente no interior de São Paulo, no Oeste paulista, na região Araraquarense, na Noroeste e Alta Sorocabana. Eles foram atraídos pelas fazendas que usufruíam da boa fertilidade da terra. O total de imigrantes na Zona Noroeste e Araraquarense, em 1905, era de 6.475 pessoas, sendo 4.730 espanhóis, 1.090 italianos, 457 portugueses e 198 de outras nacionalidades. Os espanhóis representavam, portanto, 73,05% do total (D’ÁVILA, 2004). Em Sorocaba se empregaram na área têxtil e estiveram em Bauru. Em Catanduva, a colônia de Villa Novaes, era constituída basicamente por espanhóis. Em

²² Neste barco viajavam 1.566 emigrantes espanhóis de Gibraltar totalmente amontoados e sem condições sanitárias. Esses fatos voltaram a se repetir no ano seguinte em expedições ‘gratuitas’ ao Rio de Janeiro e a Santos (tradução nossa).

²³ Foram inúmeras as denúncias recebidas de indivíduos maltratados ou enganados naquele país e poucas ou nenhuma solução proporcionada (tradução nossa). Disponível em: <www.migraventura.net/pais-pais/brasil>. Acesso em: dez. 2013.

²⁴ Nos cafezais, os imigrantes encontraram uma situação precária e muitas exigências. As condições nas fazendas eram duríssimas, com jornadas de doze horas e um salário que apenas cobria os gastos de alimentação. A prática habitual era separar escravos de trabalhadores livres dentro das plantações, ainda que esta diferença não se refletisse no trato que uns e outros recebiam dos fazendeiros. As más condições se refletiram no número de espanhóis obrigados a fugir das fazendas, em um movimento de fuga que deu origem à proliferação dos conhecidos ‘capangas’, ‘espécie de mateiros, que se dedicavam a este serviço de vigilância dos administradores. Quando tinham notícia de que alguém tencionava fugir, impediam-no pela força (tradução nossa).

Santos, com representação expressiva, atuaram como estivadores. Eles também se estabeleceram no litoral, em Itanhaém, Monguaguá, Peruíbe e Iguape, cultivando banana. A presença do espanhol é encontrada em municípios vizinhos à capital, como São Caetano do Sul. Quem conseguiu ficar na capital, aqueles que não vieram com passagem subsidiada, foram operários de fábricas e da construção civil, mão de obra rotativa e ocasional. No País, também seguiram para Salvador e Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, e foram atraídos pela riqueza da borracha: 600 espanhóis foram para Belém do Pará.

Os espanhóis eram mais rurais e tinham pouca participação nas áreas urbanas. Quando presente nas cidades, aponta-se que, em 1911, 59% dos trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo eram italianos; os espanhóis eram 3%. Dos 2.299 trabalhadores manuais empregados pelo Estado naquele ano, os espanhóis eram 7% frente aos demais estrangeiros. Mesmo assim, foi possível perceber a presença de espanhóis liderando a greve geral de 1917, caso de Florentino de Carvalho, anarquista conhecido como Primitivo Raimundo Suarez.²⁵ Esta greve se inicia com a morte do jovem anarquista espanhol José Martinez, em 9 de julho, que protestava em frente à fábrica Mariângela, no Brás, e foi vítima da Cavalaria. Três dias depois da sua morte, 700 mil trabalhadores haviam cruzado os braços.

De acordo com o censo nacional de 1940, 81% dos espanhóis residentes no Brasil encontravam-se no Estado de São Paulo. Apesar deste fato, Klein (1994) observou que não surgiram bairros tipicamente espanhóis nas cidades do interior ou na capital paulista, com raras exceções, o que para ele é indicativo de integração rápida já na segunda geração. A mesma opinião não é compartilhada por Antonacci e Maciel (1995, apud SOUZA, 2009, p. 310) que indicam a concentração dos espanhóis no Brás e Mooca, cujo endereço à avenida Rangel Pestana, n. 116 ou 118, foi associado pelo DEOPS/SP como ‘ponto de encontro de espanhóis’. Eles teriam se espalhado, na capital, pelas ruas Caetano Pinto, Carneiro Leão, Gasômetro e Ana Néry, ao atuar no comércio (hotéis, café, restaurantes, secos e molhados), promovendo a circulação de mercadorias. E ocuparam os antigos cortiços italianos nesses bairros.

²⁵ Sob forte vigilância policial, de 1898 a 1946, esse anarquista tem seu nome ligado ao jornalismo político e operário, ao atuar nos jornais *A Revolta* (Santos), *Germinal* (São Paulo), *La Guerra Sociale*, *A Plebe*, *O Libertário*, *A Hora Social* (Recife), *A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro), *L’Alba Rossa* (São Paulo) e, ainda, nas revistas cariocas e paulistas *A Vida*, *A Obra*, *A Rebelião*, *O Comentário*, *Prometheu e Arte e Vida*. Para saber mais: **A Guerra Civil Espanhola sob o olhar do DEOPS**. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, p. 157-187. In: **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois**. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. São Paulo: EDUSP, 2011.

Klein (1994) ressaltou, em capítulo dedicado à integração e mobilidade dos espanhóis, no século XX, que eles não se saíram tão bem nos negócios, no comércio e na indústria nem em obras beneficentes como os italianos, portugueses e a minoria síria. Em 1911, havia 12 hospitais em funcionamento em São Paulo e nenhum deles era da comunidade espanhola. Das 290 associações beneficentes no Estado, somente 12 estiveram ligadas à comunidade, sendo as mais importantes duas da capital e três de Santos, modestas sociedades espanholas de socorro mútuo.

Em termos de assimilação, a do italiano foi julgada excepcional e a do japonês esteve no extremo oposto em função da sua *falta de eugenia* e por ser rígido demais para se deixar assimilar, apontando-se para o *enquistamento em nosso organismo*, no sentido de algo doentio (ELLIS JR., 1934).

Os espanhóis tentaram se organizar a fim de somar forças solidárias e contaram com algumas associações de caráter cultural e de apoio como a Sociedade Centro Espanhol (1895) (Santos), Sociedade Espanhola de Repatriação (Santos), Sociedad Española de Socorros Mutuos (1898), Federación Española, Grupo Dramático Hispano-Americano e Centro Gallego, atuantes nos anos 1930 e 1940, que, entre suas atividades, angariou auxílio material para o governo republicano. O Centro Republicano Espanhol de São Paulo, fundado em 1909, resistiu até 1945. Já o Centro Democrático Espanhol (1964-1975) tinha como foco principal auxiliar presos políticos e por isto encerrou sua atividade na década de 1970. Funcionou na rua da Figueira, no Parque Dom Pedro, entre outros endereços. A Socorros Mutuos se transformou depois na Sociedade Hispano-Brasileira, a Casa de España, com caráter recreativo e social – ainda existente na rua do Ouvidor, no bairro do Ipiranga, na capital paulista –, que absorveu as demais e foi a única capaz de sobreviver após a onda de reimplantação.²⁶

Aqui, cabem duas observações. Uma delas é que a comunidade espanhola se agregava por regiões, como a Casa da Galícia-Hogar Español (1955), o Centro Asturiano (1961), a Casa de Aragón, Rioja y Navarra (1961), a Casa de Valencia (1956) e o Instituto Regional Valenciano (1969), o Centro Catalã, o Centro Andaluz. A outra observação é que se percebe, também, que o nome dessas sociedades passou a ser hifenizada após um tempo, como a Sociedade Hispano-Brasileira, traduzindo o espírito de pertencimento, que traz em seu entendimento que a vinda para o Brasil passaria a ser, portanto, definitiva.

²⁶ Para saber mais: GATTAZ, André Castanheira. **Braços da resistência**: uma história oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996. **Espanhóis em São Paulo**: modos de vida e experiências de associação. MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11313/8294>>. Acesso em: jul/2015.

Na região Noroeste havia, em Catanduva, a Federação Espanhola; em Olímpia, a Sociedade de Socorros Mútuos; em Araçatuba, a Comissão Espanhola; em Penápolis, o Clube Recreativo Hispano-Brasileiro;²⁷ a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, de Ribeirão Preto; e o Grêmio Espanhol de Piracicaba. Em Bauru, existia, desde 1915, a Sociedad Unión Hespañola, fechada quando a comunidade se dividiu no calor da Guerra Civil Espanhola e parte dela acreditava que não era o melhor momento para a realização de bailes e festas. Essa sociedade foi formada por comerciantes locais, industriais e fazendeiros que faziam parte de uma elite dirigente. Essa comunidade se reorganizou, depois, em 1986, em torno da Associação Hispano-Brasileira Miguel de Cervantes.

As associações criadas pelos espanhóis foram um dos seus fortes lastros culturais. Em 1933, estimava-se em duas mil unidades e mais de um milhão de filiados na América Latina. O desenvolvimento do mutualismo parece guardar relação com as Corporações de Ofício, na Espanha.²⁸

Apesar de ser uma colônia empobrecida, a atuação das sociedades se dava no auxílio para obtenção de médico e remédio, alimentação, melhor moradia; amparando os que precisavam voltar à Espanha por conta de mutilações, doenças, viuvez, abandono do cônjuge, distúrbios psíquicos. Quando os imigrantes não contavam com ajuda oficial, podia-se recorrer à Sociedad de Repatriación e Instrucción, com sede à rua Carneiro Leão, 5, altos. Promoviam-se, ainda, eventos beneficentes, como a corrida com touros, registrada em 1902, na Praça da República, antes Praça dos Curros. Em Bauru, também houve registro de touradas (D'ÁVILA, 2004).

Essas sociedades sofreriam, em novembro de 1937, com a determinação do então diretor do DEOPS, Venâncio Ayres, de fechá-las. Mesmo após sua rearticulação, ao obter autorização oficial, elas enfrentaram problemas financeiros aliadas à vigilância que levou a afastar os dirigentes mais engajados. Após o término da Guerra Civil Espanhola, poucas resistiram em função do temor da comunidade em frequentá-las e, ainda, pela falta de apoio dos agentes diplomáticos que representavam, na verdade, Francisco Franco.

É importante observar que os espanhóis tiveram participação ativa na imprensa paulista com seus jornais, muitos deles anarquistas e comunistas, e também na educação, com suas Escolas Modernas. Portanto, a contribuição dos espanhóis no

²⁷ Foi possível encontrar notícias sobre este Clube no *Diário de S. Paulo*, edição de 3/4/1937, p. 4.

²⁸ Associações de caráter econômico e socioprofissional. Para saber mais: FERNÁNDEZ, Alejandro. **Mutualismo y Asociacionismo**. Historia general de la emigración Española a Iberoamerica. Madrid: Cedeal, v. 1, 1992, p. 332.

campo cultural, da informação e da formação parece ter sido expressiva, apesar de breve e de poucos registros existentes.

Notadamente na capital, nos anos 1930, existiram *Gaceta Hispana* e *La Nación*, cujo alcance no interior pareceu limitado por conta da tiragem e das dificuldades de circulação. O *Gaceta*, fundado em 1936, defendeu a causa republicana. Antes da década de 1930 existiram o *Eco del Braz* (1904), *El Correo Español* (1891), *Intercambio Hispano Brasileiro* (órgão da Câmara de Comércio Espanhola no Brasil, 1930?), *La Gaceta Española* (1897), *La Tribuna Española* (década de 1960), *El Heraldo Español* (1892), *Revista Hispano Americana* (1952), *El Progreso*, *Diario de España* e *La Heria*, de acordo com citações encontradas na bibliografia visitada e, ainda, *La Voz de España*, fundado em 1897 e dirigido por longo período pelo galego José Eiras Garcia, que circulou na capital paulista até 1922. Há o registro de *El Grito del Pueblo* (1900), defensor do interesse do proletariado, editado em português, italiano e espanhol (CÁNOVAS, 2009). À época, a imprensa das comunidades tentava alcançar seus imigrantes, competindo com forças desiguais com a imprensa diária voltada mais para uma elite presente nas cidades.

Maciel e Antonacci (1995) listaram 27 veículos, entre eles, *Alborada* (da Casa de Galicia e depois da Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos), *Boletín de la Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción* (1902), *Democracia Española* (1953), *Diário Castelhana* (1948), *Ecos da Terra* (década de 1960), *España – las provincias* (década de 1960), *España* (órgão oficial de la Casa de España, década de 1960), *Gaceta Hispana* (órgano de vinculación Hispano-Brasileña, 1936), *Gaceta Hispanica del Brasil* (década de 1960), *Intercambio Hispano-Brasileiro* (órgano de la Câmara de Comércio Española en Brasil, 1930?), *La Iberia*, *La Nación* (periódico español, 1929?), *Las provincias* (órgano de la coletividade española em San Pablo y su estado, década de 1960), *Prensa Hispanica* (década de 1960), *Prensa Hispano-Brasileira* (década de 1960), *Revista Española Ilustrada* (1917?), *Revista Nuevas de España* (década de 1960) e *Tribuna Hispanica* (década de 1960).

Para Martins (2013), que contabilizou número menor de veículos, pouco restou dos 15 periódicos espanhóis em São Paulo e não há mais do que dez exemplares em arquivos e bibliotecas da capital. Não há estudos suficientes sobre a imigração espanhola do período, nem relatórios, crônicas de viagem de autoridades espanholas, escritores, jornalistas, missionários, como em abundância como ocorre com a italiana e a portuguesa. Muitos jornais se limitavam a reproduzir notícias da Espanha e não informações dos seus imigrantes, no Brasil. Nesse aspecto, *La Voz de España*, n. 188,

de 1904, traz raro diagnóstico sobre a situação vivida, uma vez que as autoridades consulares espanholas pareciam ter pouco interesse quanto aos seus:

[...] o pouco que ganham não lhes chega para mal alimentar-se. Quem se atreverá a negar que a colônia espanhola do Estado de São Paulo é a mais pobre de todas e que se acha composta, na sua maioria, de humildes trabalhadores braçais? [...] Com quantos capitalistas, comerciantes, industriais, etc. etc., conta a colônia?

Alguns jornalistas tentavam registrar os abusos cometidos contra a comunidade. Esse é o caso do espanhol M. de G. Gonçalves Ferrer, redator de um diário espanhol de São Paulo e de mais dois jornais da Espanha, que visitou a região Noroeste, por volta de 1913, para verificar o que havia de real na propaganda feita para os imigrantes e colher depoimento de patrícios, pois as greves nas fazendas eram constantes diante de contratos não cumpridos (D'ÁVILA, 2004).

No campo cultural, Canóvas (2009) traz um importante capítulo que trata da contribuição espanhola. Além de torcedores do Corinthians, ao lado dos negros, inauguraram as primeiras salas comerciais de cinema. Francisco Serrador, que desembarcou no Brasil em 1900, exibiu filmes como ambulante com seu projetor de fitas interior adentro. Na capital, em 1907, passou seus filmes no Teatro Santana, à rua Boa Vista, depois arrendou um barracão no início da avenida São João, quando surgiu a primeira sala comercial de exhibições da cidade, o Bijou Theatre, com capacidade para 400 pessoas, onde hoje é o edifício Martinelli (com a reforma do Anhangabaú e da avenida São João, o Bijou foi demolido em 1914). Depois, o Bijou Salão, também na São João, com 800 lugares, e um terceiro cinema ao alugar o teatrinho da Associação dos Ex-Alunos dos Padres Salesianos. Serrador abriu mais salas, incluindo a rua São Bento no roteiro cultural da capital e chegou a ter uma rede de 35 unidades.

Francisco Serrador Carbonell (1872-1941) era de Valência e foi um dos maiores investidores no Brasil, contando com hotéis, cassinos e teatros além de suas salas de cinema, onde, precursor, passou a vender cachorro-quente, criando hábitos. Ele também foi responsável pela criação da Cinelândia, em área histórica do Rio de Janeiro, que desejou transformar em espécie de Broadway à brasileira, centro de diversão e arte.

Já o Cine Recreio, na rua Major Diogo, em 1913, recepcionou a Cia. Artística de Baile e Toque Andaluz, de Granada, dirigida por Pepe Amaya. O Cine Avenida, inaugurado em 1913, era do espanhol Pedro Juliá, à avenida Rangel Pestana, 111. Há referência ainda a um Cine Alhambra, na rua Direita.

No fim da primeira década do século XX, o descendente José Medina se associou a Gilberto Rossi na Rossi Film, que fazia películas mudas. Rossi também filmou para o então governador de São Paulo, Washington Luís, no início dos anos 1920, o jornal cinematográfico Rossi Atualidades, de propaganda política. Também surgiu o Teatro Cassino, à rua São João, do espanhol Paschoal Segreto, que teve depois o Teatro Variedades, no largo do Paissandu com a Dom José de Barros. Assim, o centro da capital foi aos poucos se transformando em espaço de lazer sob influência dos espanhóis pelo menos naquele momento.²⁹

As comunidades estabeleceram suas datas comemorativas, como o 2 de maio, quando a Espanha, em empreitada além-mar, fincou pela primeira vez sua bandeira no Pacífico, em 1866. Em 1911, houve registro da primeira exposição de arte espanhola organizada por José Pinello Llul. Em Bauru, Henrique Soler, catalão, membro da Sociedad Unión Española, era proprietário do Bauru Cinema e do Bijou Theatre, demonstrando que a comunidade espanhola esteve ligada à vida cultural no Estado.

No campo educacional, contou-se com a experiência dos anarquistas. Educadores libertários como Paul Robin e Francisco Ferrer Guardiã fundaram a Escola Moderna (Barcelona, 1901) desvinculada da Igreja Católica, pregando a educação mista e sendo mantida pelos alunos. Em 1905, já eram quase 150 unidades na Espanha, além de se espalhar esse formato por outros países, como Portugal, França, Holanda, Chile e Brasil. Em 1908, Ferrer fundou a Liga Internacional para a Instrução Racional da Infância e, em 1909, acabou fuzilado. Sua morte gerou protestos no Brasil, inclusive, reunindo mais de 4 mil pessoas no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, registrava-se a precariedade das escolas públicas ao lado da ansiedade de se manter o idioma pátrio, os costumes e as tradições da Espanha. Para os anarquistas, a questão educacional era relevante. Na I República, muitos trabalhadores não sabiam ler nem escrever e os jornais e boletins precisavam ser lidos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho. Um coletivo que foi formado nesse período, com o objetivo definido de ensinar, foi o Núcleo de Ação e Cultura Proletária.

Entre as experiências pedagógicas dos anarquistas, citam-se as escolas libertárias. A mais antiga parece datar de 1902, com o curso noturno anunciado pelo Círculo Libertário Germinal, como a Escola Libertária Germinal (1903), que enfrentou problemas financeiros e de qualificação de seu pessoal e, em 1904, não se tem mais notícia de sua existência. Surgiu a Escola Nova, na avenida Celso Garcia, 262, no Brás,

²⁹ Para saber mais sobre a contribuição do espanhol no campo cultural: CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. In: **Imigrantes espanhóis na Paulicéia**, 2009, p. 342-344.

e a Escola Moderna nº 1, resistiu de 1912 a 1919, à rua Saldanha Marinho, 58, no Belém. Também em 1912, no Bom Retiro, houve o registro da Escola Moderna nº 2, à rua Müller, 74, e depois rua Maria Joaquina, 13, no Brás.

Teriam ocorrido experiências semelhantes com uma Escola Moderna em Bauru e outra em Franca e, ainda, em 1920, com a Escola Livre, em Petrópolis (RJ), em 1919, com as de Porto Alegre e a de Belém. E, ainda, a Escola Sociedade Internacional, em 1904, em Santos (fundada pela União dos Operários Alfaiates), a Escola Livre, em 1917, Campinas (tendo à frente a Liga Operária), a Escola Noturna, em 1907, também em Santos, sob a liderança da Federação Operária da cidade com referências até 1920, aproximadamente. Algumas entidades abrigavam em seu interior uma escola, como o Centro de Estudos Sociais Jovens Libertários, na Barra Funda. Também o Liceo Espanhol, em 1903-1904, com sede à rua do Gasômetro, 54, e a Academia Espanhola, no Largo de Santa Efigênia, 12, altos, desde 1913. Consta ter existido, em 1915, uma Universidade Popular de Cultura Racional e Científica, com cursos noturnos, à rua da Mooca, 292-A (CÁNOVAS, 2009).³⁰

Em 1919, muitas escolas foram fechadas por ordem do Diretor Geral da Instrução Pública do Estado, Oscar Thompson, com a justificativa de que descumpriam o Art. 30 da Lei n. 1.579/1917, que tratava das normas gerais para concessão de funcionamento de estabelecimentos de ensino particulares.

Ainda segundo Cánovas (2009), perseguidos, muitos centros foram fechados e os que estavam funcionando diminuíram suas atividades nos anos 1920 e, no início dos 1930, tentaram retomá-las, concentrando-se no Centro de Cultura Social (CSC), fundado em 1933, e o Ateneu de Estudos Científicos e Sociais, em 1934. Esses dois eram a frente educacional. A sindical era a Federação Operária de São Paulo (FOSP), que dividia o mesmo espaço com o CSC à rua Quintino Bocaiúva, 80, no centro. O Ateneu ficava na Praça da Sé, 39, 2º andar. Na sede do FOSP, podia-se retirar o jornal *A Plebe*, baseado na Ladeira do Carmo, 7. O CSC foi fechado durante a ditadura militar (1964-1984), sendo reaberto em 1985 e em funcionamento no Brás.

Pode-se concluir que, na década de 1930, a Lei n. 38/1935, de Segurança Nacional, teria impacto nas organizações anarquistas e comunistas, levando à extinção de muitas delas. Em novembro de 1937, o delegado Venâncio Ayres mandou fechar

³⁰ Para saber mais: PADILHA, Luiz Renato Dias Gomes. **A educação e o ideal libertário: história das experiências pedagógicas dos anarquistas**, UNIRIO, s/d. MORAES, José Damiro de Moraes. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República**. PARRA, Lucia Silva. **Combatentes pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)**. Módulo VII – Anarquistas. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

todas as organizações espanholas, por serem *células comunistas*, demonstrando que com a espanholada a questão não era de etnia ou cor, mas sim de ideário e atuação política.

2.2.2 Japoneses

Em 1900, o governo do Estado de São Paulo havia assinado contrato com o negociante Marciel Sanz de Alor para a vinda de 600 famílias nipônicas, fato que não se concretizou posteriormente. Em 1906, chegou ao Brasil Ryu Mizuno que, em nome do Ministério de Relações Exteriores do Japão, e como diretor da Companhia Imperial de Imigração, obteve do governo paulista a autorização para a vinda de 3 mil nipônicos, sendo mil imigrantes a cada ano (NAKADATE, 1988).

Assim, a relação Brasil-Japão se iniciou, oficialmente, em 18/6/1908, quando atracou no porto de Santos, o vapor *Kasato Maru*, com 781 imigrantes a bordo, 165 famílias que iriam trabalhar, em sua maioria, na lavoura. Foi um longo caminho desde a assinatura, em Paris, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, em 5/11/1895.

Como muitos imigrantes fugiram das fazendas, 576, e diversos seguiram para a Argentina, houve dificuldades para o recrutamento de nova leva que deveria chegar ao Brasil em 1909, o que ocorreu apenas em 1910, com a vinda de mais 247 famílias que somavam 906 pessoas.³¹ No porto de Santos foi registrada a entrada de mais oito navios, em 1912 e 1913, transportando 13.289 pessoas. Mesmo diante do primeiro conflito mundial, registrou-se a chegada de pequenos grupos de imigrantes japoneses.

Uma segunda etapa da imigração se deu entre 1926-1941, promovida exclusivamente pelo governo japonês, com ápice de 1932 a 1935, que correspondeu a 44,2% de todas as entradas em território brasileiro (DEZEM, 2000).

Contou-se inicialmente com companhias particulares de imigração que faziam a negociação direta com o governo paulista, caso da *Kôkoku Imin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração), ligada ao *Tokyo Syndicate*, responsável pela chegada do *Kasato Maru*. Em contrato assinado, em 1907, pelo governo paulista e a Companhia, constou cláusula “prevendo a possibilidade dos japoneses não se adaptarem totalmente ao regime de trabalho assalariado aqui vigente, e assim cogitou-se da fundação de núcleos coloniais à margem da Central do Brasil” (RODRIGUES FILHO, 1949, p. 33, apud

³¹ Ibid., p. 105.

DEZEM, 2000b). O governo não atendeu a sugestão e ofereceu terras devolutas no Vale do Ribeira, então comarca de Iguape, em 1912, ao *Sindicato*. Em 1907, os japoneses foram favorecidos pelo Decreto n. 1.641 sobre imigração, determinando que sua entrada não precisava mais de aprovação especial do Congresso Nacional.

O preconceito esteve presente antes do desembarque dos primeiros orientais, em 1908, em função do lapso que se deu entre a assinatura do Tratado de Amizade e a efetiva entrada deles.

Como se deu a expansão oriental? Historicamente, o Japão se isolou com o xogunato Tokugawa, em 1639, que começou a ser quebrado apenas em 1854. O Japão esteve isolado durante 1603-1868 sob a liderança da família Tokugawa para manutenção do quadro político. Nesse período, os portos estiveram fechados à chegada de estrangeiros.

Após a Restauração, a chamada fase Meiji esteve atrelada à modernização, desenvolvimento capitalista e início da industrialização, acompanhada de grande crescimento demográfico, que solicitou maior produção agrícola em função da escassez de alimentos.

Mita refletiu que o Japão passou por uma primeira crise, em 1890, em função do desemprego e do excesso populacional: “[...] foi dado à política emigratória um traço também imperialista, visando à expansão territorial. Isso foi um reflexo do capitalismo do Japão moderno que se desenvolveu através de guerras de invasão territorial” (1999, p. 35). A imigração foi uma das saídas e definiram-se algumas áreas de interesse: Guam (Micronésia), Havaí, Filipinas, Peru, Canadá, chegando à Califórnia (EUA) em 1869. Iniciou-se em 1885 quando concretizada a integração do país e os primeiros japoneses foram contratados para plantações de cana-de-açúcar, no Havaí. Assim, atendia-se à diminuição do excedente populacional (em 1888, 38 milhões, e, no começo do século XX, 50 milhões, SAKURAI, 1995) e ao aumento de capital japonês (os imigrantes importariam produtos nacionais e mandariam dinheiro aos familiares).

Somente em 1908, o Brasil entrou no mapa beneficiado pela restrição à imigração japonesa aos Estados Unidos com o *Gentlemen's Agreement*, que a limitou às cartas de chamada até que, em 1924, com o *Exclusion Act*, foi definitivamente fechada aos nipônicos.

Havia terras em São Paulo, Paraná e também em Minas Gerais a serem povoadas. A primeira colônia planejada foi Iguape (1913). De 1911 a 1913, o ingresso de portugueses, espanhóis e italianos também cresceu, atendendo à demanda da cultura cafeeira e os nipônicos voltaram a ser cogitados fortemente, em 1917, quando a I Guerra

Mundial (1914-1918) levou à diminuição do fluxo de europeus. O fato trouxe o entendimento de que o japonês foi substituto temporário do branco *ariano*, este considerado belo, disciplinado, sadio e inteligente, pronto a ser integrado.

Em 1917, houve reorganização e fusão das quatro companhias existentes (*Nihon Shokumin*, *Nitton Shokumin*, *Nambei Imin Kaisho* e *Morioka Imin Kaisha*, esta incorporada em 1920), surgindo a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (K.K.K.K.), conhecida como Kaikô (quatro kas) à frente da imigração e organização das colônias. Dirigida por particulares, incluindo-se membros das classes dos samurais, surgiu o entendimento que havia ex-militares influenciando as comunidades e acreditou-se que Tóquio patrocinava a aquisição de terras com o propósito de criar um Estado dentro do Estado. À Kaikô cabia:

[...] o fornecimento de capitais, organização e administração de colônias, compra e venda de bens imóveis, agricultura, pesca, pecuária, mineração, comissão mercantil e beneficiamento, armazéns gerais, trabalhos de arquitetura, engenharia civil e obras, indústrias ligadas à agricultura, à publicação de jornais, organização de companhias e ação bancária, transporte marítimo e terrestre. Sua ação estendia-se ao Brasil, Peru, Colômbia, Cuba, Filipinas, etc. (RODRIGUES FILHO, 1949, p. 32, apud DEZEM, 2000b, p.12).

As chegadas orientais não foram contínuas; o governo paulista subvencionou parte delas, suspendendo-a em definitivo em 1922, em parte explicada pelo relato de Eugênio Fefèvre, diretor geral da Secretaria da Agricultura, em 1924:

Esta resolução foi ditada pelo receio de avolumar demais no Estado o estabelecimento de imigrantes que, sob o ponto de vista da formação da raça nacional, social e política, não nos podem convir. Além disso, teve o governo de atender à manifestação da opinião pública, traduzida na imprensa desta capital e do Rio (NAKADATE, 1988, p. 110).

Em 1924, o Japão apoiou, por meio de empresas de colonização, e tomou para si o financiamento das viagens, convertendo sua emigração em política de Estado. Em 1927, criaram-se as Sociedades Cooperativas de Província para a Emigração Ultramarina, representada, no Brasil, pela *Burajiru Takushoku Kumiai* (Bratac). Esta surgiu em 1928, adquirindo 4 glebas, 3 em São Paulo e uma no Paraná, exploradas sob a forma de loteamento, com a missão de recrutar e trazer para cá colonos proprietários. Essas áreas foram o embrião das cidades de Rancharia (Fazenda Bastos), Lussanvira (Fazenda Tietê), Mirandópolis (Fazenda Aliança), na região Noroeste de São Paulo, e Jataí, no Paraná (DEZEM, 2000).

Portanto, na década de 1920 reproduziram-se as estruturas rurais japonesas que se consolidaram com a ausência das instituições brasileiras. As colônias receberam financiamento e orientação técnica agrícola do seu consulado. Havia ambulatório médico, escola, fábricas, posto de venda de mantimentos, alojamentos, cemitérios, além da hierarquia administrativa em comunidades conhecidas como *buraku* (MITA, 1999).

As escolas obedeceram ao padrão japonês: receberam livros, programas didáticos, cartilhas e até professores. Se por um lado a aprendizagem mantinha a coesão da comunidade, por outro preparava os que aqui nasciam para o retorno à terra dos seus ascendentes. Mas a proibição do ensino em língua estrangeira (1937) e a transformação das escolas próprias em nacionais (1938) tiveram impacto no espírito japonês (*yamato damashii*). Pode-se entender que o culto ao Imperador e a educação tradicional eram forma de resistência à ocidentalização e centrais à manutenção da niponidade, fatos não compreensíveis para as autoridades brasileiras que rotularam esses imigrantes de perigo *amarelo*, pode-se avaliar. Desde 1872, o Japão contava com lei que tornava o ensino obrigatório em todo o território nacional,³² mas esse valor trazido do outro lado do oceano não foi entendido assim e levou ao fechamento de 219 escolas mantidas por orientais (DEZEM, 2000b).

Na instalação de colônias agrícolas, compreendida como expansionismo militar, o caso mais representativo foi Bastos. Temia-se o risco da introdução do japonês na matriz nacional. O Memorando Tanaka foi exibido antes e durante o conflito mundial como prova da conspiração oriental para a conquista do mundo. Tratava-se de suposto documento apresentado ao Imperador, em 1927, quatro anos antes de se conquistar a Manchúria. O Barão Tanaka, primeiro-ministro japonês, teria afirmado que a Manchúria e a Mongólia seriam posições-chave para se alcançar a China, e suas riquezas ajudariam a subjugar a Índia, os Mares do Sul, a Ásia Menor, a Ásia Central e, depois, a Europa. Nesses territórios entrariam espiões japoneses disfarçados de trabalhadores e se fundariam instituições com o propósito de fazer propaganda pró-nipônica. A falsidade do documento ficou comprovada no Tribunal de Tóquio, em 1946 (TAKEUCHI, 2009).

O sistema de loteamento na frente de expansão paulista acenou com a perspectiva de os imigrantes se tornarem sitiantes. Essa ideia de imigrante proprietário também alimentou o imaginário de infiltração somada ao fato de os contratados em fazendas não se fixarem nelas, com alto índice de mobilidade devido às más condições de trabalho. Outras reclamações dos contratantes diziam respeito ao expressivo número

³² Para saber mais: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

de famílias falsamente constituídas, ao que foi considerado *maus costumes*, como andarem nus por ocasião dos banhos, por exemplo. Assim, houve o estranhamento de cultura tão exótica para os nacionais.

Dezem (2000b) fez duas importantes observações, uma delas referente à ascensão social e econômica. No ano de 1911, registrou-se que esses imigrantes começavam a adquirir terras próprias em processo de emancipação que se dava em três etapas: a partir da condição de *colono assalariado* (4 a 6 anos, em média) para depois tornar-se *arrendatário* (3 a 6 anos, em média) e, por fim, passar à almejada situação de *pequeno proprietário/produtor*. Outro apontamento do pesquisador diz respeito ao Relatório da Administração do general Waldomiro Castilho de Lima,³³ interventor federal, cuja enquete, respondida por 43 prefeitos do interior, avaliava qual a *utilidade* da colonização nipônica, no País. Como resposta, obteve-se que era excelente operário agrícola, trabalhador, sadio, honesto, e cumpridor dos deveres frente aos seus contratantes, além de serem disciplinados e de boa índole. Ou seja, o próprio governo detinha informações para que o nipônico não fosse rotulado como *perigoso* e *inassimilável*.

Outro exemplo, entre julho e agosto de 1892, no *Correio Paulistano*, publicaram-se artigos do jornalista espanhol Francisco Cepeda, e se pode ler que “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão” e “o *chim* é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando é necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai embora” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 41).

Nem a economia deles seria poupada. Em 1942, a Casa Bancária Bratac foi penalizada pelo Decreto-Lei n. 4.166 que determinou o congelamento dos bens dos súditos do Eixo. As empresas colonizadoras Bratac e a K.K.K.K. foram levadas a uma liquidação forçada pelo Governo Federal. O mesmo aconteceu com imigrantes japoneses, na II Guerra Mundial, com o sequestro de seus bens.

O relato sensível de Tomoo Handa (1980) revela que os primeiros imigrantes compraram roupas novas com o intuito de causar boa impressão, e as mulheres desembarcaram calçando luvas brancas de algodão. Eles gastavam cerca de 150 ienes entre despesas de preparativos, viagens domésticas e hospedagens. Mas teriam de lidar com contratempos. O primeiro problema se dava no desembarque. Houve quem fosse ludibriado ao deixar seu dinheiro com a empresa de navegação até chegar ao Brasil.

³³ Relatório da Administração do general Waldomiro Castilho de Lima. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1933, p. 245.

Quando pediam o dinheiro de volta, a devolução era dificultada porque a companhia, por ocasião da partida do navio de Kobe, viu-se em apuros financeiros e inventou um jeito de se apropriar das finanças dos viajantes ao afirmar que não era seguro portar dinheiro no navio.

Quando os imigrantes chegaram em 1908, os fazendeiros viviam momento excepcional por conta das boas colheitas de 1906 e 1907 e, embora o prazo do contrato firmado no Japão compreendesse meio ano, a época da primeira colheita do café, valeu o prazo de um ano agrícola, como era de praxe, ou seja, trabalho em dobro.

Ainda segundo Handa, o sentimento de insatisfação dos japoneses quando chegaram às fazendas foi tal que acreditavam ter sido recebidos em estábulos, conforme relataram aos intérpretes contratados.

Passaram, recorde-se, pela experiência de, na noite em que chegaram à fazenda, serem obrigados a dormir sobre capim seco misturado com fezes de cavalo, e ainda por cima sofrendo os ataques de pulgas que impediam um só minuto de sono (1980, p. 49).

Nas colônias, duas ou três famílias dividiam o mesmo teto. As casas podiam ser de madeira, mas a maioria era de tijolos, com cobertura de telhas paulistas e sem forro. Era comum o chão batido de terra e as paredes externas pintadas de cal. Não havia privadas. As casas eram recebidas nuas, sem móveis, que precisavam ser feitos às pressas. Era preciso improvisar colchões com palha, ainda que os japoneses trouxessem consigo suas esteiras de dormir na bagagem. Nas colônias, essas casas se encontravam enfileiradas, em linha reta, às dezenas.

As mulheres tinham dificuldade a mais: a água era tirada de um tanque comunitário ou do poço, a comida disponível era diferente da sua cozinha tradicional e a disponibilidade de ingredientes, escassa. Comia-se em pratos esmaltados, com colheres de ferro cobertas de zinco sob a noite iluminada por lampiões.

O cotidiano era árduo: o primeiro sinal era batido às 4 horas da manhã, e o sino para a saída ao campo tocava às 6 horas. Almoçava-se às 9 ou 10 horas e trabalha-se inclusive aos sábados, na parte da manhã. Auxílio médico não existia e, se alguém ficasse doente, o pagamento do médico consumiria boa parte dos recursos obtidos. Houve um choque em todos os sentidos após a chegada.

Apesar da alta concentração de japoneses na Zona Mogiana, nas cercanias de Ribeirão Preto, que levou à instalação de um consulado japonês e um escritório da companhia de imigração, ocorreram distúrbios na colônia. Diante de situação tão dura e adversa, não foram raros os levantes de japoneses com bambu, enxadas e foices que

discutiram com suas comitivas, como a ocorrida na Fazenda Dumont. As fugas das fazendas eram outra opção, mas foram convocados capangas para a vigilância noturna. A Fazenda São Martinho (arredores de Campinas) também registrou confrontos (HANDA, 1980).

Ainda que pareçam distantes, com suas especificidades, as imigrações japonesa e espanhola podem guardar certas similaridades, conforme pertinente análise feita por Klein (1994), e alguns pontos merecem ser reportados. Tanto espanhóis como japoneses se concentraram em São Paulo, notadamente nas zonas agrícolas. Em 1934, os espanhóis eram os mais rurais entre os imigrantes europeus e, mesmo entre os 42% dos que viviam em cidades, moravam com maior probabilidade em centros urbanos regionais do que na capital e, nesse sentido, aproximaram-se dos orientais. Pelo censo de 1940, 81% dos 160.557 espanhóis estavam nesse Estado e 70%, em 1980, enquanto os japoneses alcançaram o índice de 91%.

Outra proximidade é que ambos foram os que mais vieram em grupos familiares, os que mais trouxeram filhos, os mais classificados como agricultores e os menos instruídos (KLEIN, 1994). Essa última avaliação pode ser contestada pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992): a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo levantou o grau de escolaridade dos imigrantes que chegaram via porto de Santos, entre 1908 e 1932: a alfabetização entre os nipônicos com mais de 12 anos chegava a 89,9% frente a italianos (71,36%), portugueses (51,7%) e espanhóis (46,3%). Para os que chegavam de Okinawa (antes Ilhas Ryu-Ryu, anexada ao Japão em 1879, densamente povoada e pobre), área que mais contribuiu com imigrantes, houve a exigência de se ter pelo menos o curso primário obrigatório e saber falar japonês e não dialeto, a fim de emigrar para o Brasil.

A exemplo dos orientais, os espanhóis casaram-se dentro de seu próprio grupo. O alto índice de endogamia talvez se explique pelos fortes valores morais tradicionais da família espanhola, sob influência católica, e maior controle familiar que também indica porque houve baixas taxas de filhos ilegítimos. Além do mais, a Espanha guarda especificidades regionais fortes, bem como o Japão.

Em compensação, os espanhóis se assemelharam aos italianos em um aspecto: com grande mobilidade internacional dentre os novos imigrantes, eram sensíveis às intempéries dos preços do café e ocupavam o segundo posto em termos de taxa de retorno à pátria ou troca de localidade ao seguir para o rio da Prata em busca de melhores lucros (KLEIN, 1994). Outra proximidade se deu em relação às atividades sindicais: espanhóis e italianos se preocuparam em organizar os trabalhadores. Entre as

106 pessoas identificadas como líderes expressivos, entre 1890 e 1920, havia 24 italianos, 23 portugueses e 22 espanhóis (MARAM, 1979) e dos 556 organizadores sindicais expulsos do País, entre 1907 e 1921, 113 eram espanhóis, um quarto do total.³⁴

Conclui-se que as condições oferecidas aos imigrantes para realizar a travessia, tanto japoneses como espanhóis, eram desumanas e levavam a óbito muitos dos que tinham o sonho de recomeçar a vida em terras novas, acalentando a expectativa de se tornar proprietário de terra ou ter pequeno comércio, o que significava ascender socialmente, enriquecer, poder dar estudo aos filhos e reescrever a história familiar.

Desterrados, muitos se depararam com situações degradantes, insuportáveis diante de frágeis contratos de trabalho e dívidas impagáveis atreladas aos armazéns das fazendas e nos quais eram obrigados a se abastecer. Amarrados, sofriam com a mentalidade escravocrata impregnada nos fazendeiros com dificuldade para lidar com novas relações de trabalho.

Ao perceberem que as campanhas feitas pelo governo brasileiro e pelos seus próprios países eram ilusão, tinham como alternativa a fuga, nem sempre fácil, a troca de uma fazenda pela outra, uma mobilidade sem fim, para recomeçar em outros lugares, nas cidades, estratégia também dificultosa ou, ainda, retirar-se para um país vizinho ou tentar o retorno à pátria. Muitos dos que ficaram tiveram de lidar com a exclusão, a desesperança, a indiferença das autoridades brasileiras, a xenofobia.

Portanto, o passado oculta muitas das perguntas que hoje as novas gerações devem se fazer: como esses imigrantes, nossos antepassados, conseguiram sobreviver?

2.3 CONTEXTO DA CHEGADA DAS FAMÍLIAS ESPANHOLAS DE TOMAS MAS CALVO E BLAS GONZALEZ FERNANDEZ

Após traçar este cenário, com a finalidade de contextualizar os primeiros anos da imigração, apontam-se algumas conclusões quanto às famílias em estudo dos patriarcas Tomas Mas Calvo e Blas Gonzalez Fernandez, que engrossaram a estatística média dos espanhóis ingressantes em 1906.

Nesse ano, em 27 de fevereiro, os presidentes dos Estados de São Paulo, Rio e Minas firmaram acordo para valorização do café, regulando o comércio e promovendo o aumento de consumo do produto em função do Convênio de Taubaté, garantindo a produção com a compra do seu excedente.

³⁴ Ibid., p. 43.

Em outubro, Santos Dumont realizou o primeiro vôo público do *14-Bis*, enquanto na cidade de São Paulo os bondes ainda eram puxados a burro. Registraram-se safras excepcionais em 1906 e 1907. Em 1909, morreria o presidente da República, Afonso Penna, e assumiria o governo seu vice, Nilo Peçanha. Foi esse ambiente de surpresas e descobertas que essas famílias encontraram depois de desembarcar em Santos, vindas de Valência: comunidade intensamente agrária, com quadro político instável, em época de invenções e fortes transformações.

Quais motivos levaram essas famílias a saírem da Espanha? Possivelmente o alto crescimento demográfico aliado à pobreza no campo. Houve más colheitas em 1905. Somam-se a falta de acesso à terra, crises constantes de alimentos diante de um sistema agrícola obsoleto, além de epidemias e obrigações militares.

As campanhas de imigração feitas à época, nos vilarejos, com a promessa de vir para o Brasil e obter terra em curto espaço de tempo pode ter influenciado na decisão de mudança tão brusca de continente em busca de oportunidade de trabalho e desenvolvimento socioeconômico. Nesse quadro, a única coisa que restava era a liberdade e força de trabalho das famílias. Porém, não deve ter sido simples deixar o solo dos antepassados, sua cultura e tradição, a fim de criar novas raízes em terra estranha.

A família Calvo ingressou no Brasil possivelmente por meio de subsídio, pois o documento de entrada acusou como destino a fazenda de Eduardo Nogueira, em Villa-Bomfim, hoje conhecida como Bonfim Paulista, subdistrito de Ribeirão Preto, ponto final de um dos ramais da Mogiana. O povoado de Vila Bonfim existia desde 1850, mas foi reconhecido oficialmente em 1902. Em 1906, contou com sua primeira escola e seu primeiro prefeito. O povoamento surgiu em função da cultura do café e de suas terras roxas e se expandiu com a chegada da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro, em 1883, que escoava a produção cafeeira até o Porto de Santos, pela Estação denominada Vila Bonfim, com quatro trens diários que faziam uma viagem de dez horas até a capital.

Era usual à época atrelar o gasto da travessia a trabalho já contratado, e as famílias geralmente não escolhiam para qual fazenda iriam se dirigir. Não foram encontrados indícios de chamado de parentes nem que, uma vez estabelecidos, trouxeram familiares que ainda se encontravam na Espanha.

Inserida na estatística oficial de imigrantes com pouca instrução, a família composta por agricultores, vinda de áreas pobres, tinha um filho apto ao serviço militar: Manoel Mas Herrera contava com 18 anos quando deixou a Espanha. Isto pode ajudar a

explicar em parte que o patriarca não queria enviar o primogênito para as últimas batalhas nas colônias nas quais ocorriam verdadeiros massacres.

Em função de pesquisa realizada nos arquivos da Espanha, foi possível detectar o vínculo de Tomas Mas Calvo, pai de Manoel, com o Exército espanhol. O primeiro deles, no impresso *Heraldo Militar – defensor de las escalas de reserva y retirados del Ejercito*. Publicado em Madri, com data de 15 de abril de 1900, n. 97, é possível encontrar, na p. 2, uma relação de honra da *Asociación de las escalas de reserva* com a relação nominal de doadores da *Comisión gestora para la suscripción en honor de los héroes de Baler*, na qual consta seu nome atrelado ao cargo de cabo e tendo doado 10 céntimos de peseta (anexo 5). O segundo documento (anexo 6) se refere ao *Diário Oficial Del Ministerio de la Guerra de España*, de 4 de janeiro de 1902, ano XV, n. 2, Tomo I, na p. 5, traz:

Sección de cuerpos de servicios especiales – continuación en el servicio y reenganches: Excmo. Sr.: En vista de las instancias promovidas por los guardias civiles de las comandancias que se citan en la siguiente relación, que comienza con Jesús Vázquez García y concluye con **Tomás Más Calvo** [grifo nosso], en súplica de que se les conceda como gracia especial, la rescisión del compromiso que tienen contraído por el tiempo y en las fechas que en la misma se les consignan, en Rey (q.D.g.), y en su nombre la Reina Regente del Reino, ha tenido á bien acceder á la petición de los interesados, con la condición que se determina en las reales órdenes de 24 de diciembre de 1897 (D.O. número 291) y 31 de octubre de 1900 (C.L. núm. 215), y previo reintegro de la parte proporcional del premio de reenganche recibido y no devengado, en armonía con lo que preceptúa el art. 77 del reglamento de 3 de junio de 1889 (C.L. núm. 239). De real orden lo digo á V. E. para su conocimiento y demás efectos. Dios guarde á V. E. muchos anos. Madrid 2 de enero de 1902. Weyler. Señor ordenador de pagos de guerra. Señores capitanes generales de la primera y segunda regiones é inspetor general de la Guardia Civil.³⁵

³⁵ Seção de corpos de serviços especiais – continuidade no serviço e realistamento: Exmo. Sr.: Em vista das demandas promovidas pelos guardas civis das comarcas citadas na seguinte relação, que começa com Jesús Vázquez García e termina com **Tomás Más Calvo**, que suplicam sejam concedidas como graça especial a rescisão de compromisso contraído pelo tempo e nas datas em que os mesmos estão inscritos, o Rei (q.D.g.), e em seu nome a Rainha Regente do Reino, têm por bem aceitar a petição dos interessados com a condição das ordens reais de 24 de dezembro de 1897 (D.O. número 291) e 31 de outubro de 1900 (C.L. núm. 215), e prévia reintegração da parte proporcional do prêmio de realistamento recebido, sem rendimentos, em harmonia com o que preceitua o art. 77 do Regulamento de 3 de junho de 1889 (C.L. núm. 239). Da ordem real, digo a V. E. para seu conhecimento e demais efeitos. Deus guarde a V. E. muitos anos. Madrid 2 de janeiro de 1902. Weyler. Senhor caixa de pagamentos de guerra. Senhores capitães gerais da primeira e segunda regiões é inspetor geral da Guarda Civil (tradução nossa).

Em sua p. 6, o nome de Tomas Mas Calvo está relacionado à região de Teruel, constando como data de compromisso 8 de outubro de 1898 e com quatro anos de duração.³⁶

6

4 enero 1902

D. O. núm. 2

Relación que se cita

Comandancias	Clases	NOMBRES	Fechas del compromiso			Años de duración
			Día	Mes	Año	
Palencia.....	Guardia 2.º.....	Jesús Vázquez García.....	1.º	septbre...	1900	4
Segovia.....	Guardia 1.º.....	Manuel Jimeno Hernán.....	25	enero...	1899	4
Vizcaya.....	Guardia 2.º.....	Enrique Fernández Sedano	27	marzo ..	1898	4
Teruel.....	Otro.....	Tomás Más Calvo.....	8	octubre ..	1898	4

Madrid 2 de enero de 1902.

WEYLER

FIGURA 1 - destaque do nome de Tomás Mas Calvo.

Fonte: *Diário Oficial Del Ministerio de la Guerra de España*, de 4 de janeiro de 1902, ano XV, n. 2, Tomo I, p. 6.

Diante desses documentos encontrados, não seria de todo ilógico supor que os compromissos militares de Tomas Más Calvo causavam incômodo de alguma forma e havia preocupação com a convocação de seu filho Manoel. Também se pode supor que Tomas não era apenas camponês.

A família também pode ter se beneficiado de ato de 1900 que liberava os espanhóis de todas as regiões da Espanha para virem para o Brasil; enquadrou-se no período da grande imigração e integrou o êxodo dos 10% da população que deixaram o país de 1901 a 1911. Ela estava acima da estatística média dos imigrantes de 5,1 pessoas, pois Tomas, a esposa e cinco filhos somavam sete pessoas. Possivelmente, a exemplo de tantos outros imigrantes, a família viu o mar pela primeira vez no momento do embarque, uma vez que era proveniente de área interiorana.

Eles chegaram ao Brasil quando se criava a Agência Oficial de Colonização e Trabalho, em 1906, antes da edição da Lei da Cierva em 1907, sobre imigração, que suprimiu parte dos abusos praticados, e de a Espanha proibir a viagem subvencionada, em 1908, devido às fraudes por parte das companhias de transporte.

Como muitos espanhóis, os membros dessas famílias espanholas em estudo seguiram para a área de expansão cafeeira, o Novo Oeste, depois de serem classificadas como agricultores e aptos à celebração de contrato de trabalho.

³⁶ Disponível em: http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=6181. Acesso em dez 2014.

O documento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, expedido em 8/2/2012, atestou a autenticidade da Certidão de Desembarque. Os dados se encontram no Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, nº 72, página 221, segundo o certificado gerado de nº 15.915/2012. Nesse documento é possível constatar que Tomas chegou ao Brasil aos 43 anos, no vapor *Aquitaine*, acompanhado da esposa Maria Herrera Calanda (o sobrenome correto é Calandria), 42 anos, e os filhos: Manoel Mas Herrera (18 anos), Maria (15 anos), Dolores (8 anos), Miguel (5 anos) e Francisca (1 ano), constando na página 38 do documento apontado (anexo 2).

A família de Tomas Mas Calvo veio de Teruel, que se situa na comunidade de Aragão, setor vinícola, sustentáculo da economia local, vitimado pela filoxera, uma praga que atacou diversas regiões. A crise econômica pela qual atravessava a Espanha afetou ainda as áreas produtivas de azeite, lã e carne. Nas províncias montanhosas de Teruel e Huesca, registrou-se o colapso da economia tradicional, baseada no gado (CÁNOVAS, 2005).

A bordo do *Aquitaine*, embarcada em Valência, também veio a família do patriarca Blas Gonzalez Fernandez (36 anos), a esposa Carmem Garcia Nicolas (36), os filhos Concepción (16), Juan (15), Fermina (12), Tomas (10), Maria (8), Blas (7), Andrés (6) e Angel (1), somando dez pessoas, o casal e oito filhos, cujos nomes constam da página 45 da lista de embarque, consultada no Museu da Imigração. A família de Blas Gonzalez Fernandez veio de Múrcia, região de mineração. Em 25 de fevereiro de 1906, o *Aquitaine*, que comportava mais de 300 pessoas, partiu de Barcelona, passou por Valência no dia seguinte, em Málaga, em 28/2, em Madeira, em 3/3, e chegou a Santos em 21 de março, uma viagem de quase um mês para atravessar o Atlântico.

A importância de se fazer referência a essa família é que ela conheceu, no vapor, a de Tomas Mas Calvo. A consequência foi que seus filhos Manoel Mas Herrera e Concepción Gonzalez Garcia se casaram pouco tempo depois, em 1910, configurando novo tronco familiar, segundo certidão de casamento obtida com seus descendentes (Anexo 3). Esse dado confirma a afirmação de Maria Carmem Mas Borges³⁷, filha de Manoel e Concepción, que o casal se conheceu no navio, durante a vinda para o Brasil [informação verbal].

³⁷ Maria Carmem Maz (o sobrenome mudou de Mas para Maz ao longo do tempo) Borges, nascida em 10/11/1913, em Olímpia (SP), e falecida em 12/8/1998, em Penápolis (SP). Cabeleireira de profissão e esposa do subdelegado Pedro Sólón Borges, pesquisado nesta dissertação.

Foi possível encontrar, em 1920, avaliação sobre o *Aquitaine* como um navio negreiro, igual ao *Provence*, ambos considerados imundos e proibidos de atracar em Montevideu e Buenos Aires. Muitos dos embarcados chegavam enfermos e outros sequer conseguiam completar a travessia. Muitos ainda estavam sujeitos, em suas terras, aos *ganchos*. Em matéria no *El Diario Español*, de 26/5/1920, encontra-se:

[...] se essa gente se acomoda em estado enfermo a bordo de transatlânticos, suas condições sanitárias se agravam morbidamente durante a travessia marítima, quer por sua modestíssima alimentação, quer pelas péssimas e infectas instalações que lhe são destinadas na famosa “3ª classe” dos navios que contratam o transporte de tal gente (CÁNOVAS, 2009, p. 272).

Pode-se afirmar que a situação de ambas as famílias espanholas deveria ser desesperadora para se sujeitarem a tal travessia com seus filhos em busca de um futuro incerto.

As reclamações podiam ser punidas. Dos imigrantes que desembarcaram após 1886, muitos protestaram pela superlotação e pelas condições higiênicas nos navios, no porto de Santos, também na Hospedaria, e os maus-tratos nas fazendas: classificados pelas autoridades como anarquistas ou grevistas, podiam ser expulsos, como aconteceu com três reclamantes do navio de Fiorita & Cia (HOLLOWAY, 1984).

O destino seguinte das famílias de Tomas Mas Calvo e de Blas Gonzalez Fernandez foi a Hospedaria dos Imigrantes, em função dos dados localizados nesta pesquisa no Livro de Registro, onde devem ter ficado de 3 a 8 dias, a média então, usufruindo de duas refeições diárias, sendo que as crianças de 7 a 11 anos recebiam metade da ração de um adulto; as de 3 a 6, um quarto; e as com menos de 3 anos não tinham direito a nada. Na família Calvo, Dolores (8 anos) deve ter recebido 1/2 da ração de um adulto, Miguel (5), 1/4, e Francisca (1), absolutamente nada. Na família de Fernandez, Tomas (10 anos), Maria (8) e Blás (7) receberam 1/2 da ração devida a um adulto, Andrés (6), 1/2, e Angel (1) também nada.

A rigidez da Hospedaria não incluía somente a necessidade de divisão da comida, após os imigrantes passarem quase um mês embarcados em um navio com condições críticas. Também não se facilitava a saída deles do prédio, pois se temia que os que chegavam procurassem as cidades e não o campo.

O café começou a ser cultivado no planalto ocidental de São Paulo ao mesmo tempo em que se desenvolvia também no Vale do Paraíba, mas Ribeirão Preto foi “[...] o centro de uma grande concentração do melhor solo para café em todo o mundo”

(HOLLOWAY, 1984, p. 39), a chamada terra roxa. Isso talvez explique por que a família foi requisitada para essa área que dista 330 km da capital paulista. Especificamente em relação à Noroeste, o autor apontou que seu povoamento e desenvolvimento se deram no início do século XX e depois de a estrada de ferro chegar à região: em 1887, a pequena vila *Boca do Sertão*, chamada Bauru, foi a primeira a ser um município independente. Com a chegada da Sorocabana, em 1905, mudou-se o cenário mapeado como terras inexploradas ou habitadas por índios, em referência às tribos Coroados e Caingangues. Holloway completou a informação que nos anos 1920 era considerável o crescimento econômico e demográfico na Noroeste, e cidades como Lins, Penápolis e Araçatuba transformaram-se em importantes centros cafeeiros.

Não há registro exato de onde a família de Tomas Mas Calvo se estabeleceu posteriormente à Vila Bonfim, mas se sabe por meio de documentos e depoimentos familiares que percorreu as cidades de Franca, Monte Azul Paulista, Restinga, Olímpia, Glicério, Braúna, Coroados e Penápolis, fixando-se na Noroeste, portanto.

Especificamente em relação a Manoel, um dos integrantes da família em estudo, sabe-se que nasceu na província de Molinos, Teruel, na comunidade autônoma de Aragón. Nos documentos da certidão de desembarque e de registro na Hospedaria dos Imigrantes, os nomes aparecem com grafia incorreta, como Molinas e Terruello. Na verdade, nasceu em Molinos, Teruel, Comarca de Maestrazgo, em Aragón. Era turolense, portanto. De acordo com sua filha, Maria Carmem Maz Borges, seu pai nunca foi lavrador, mas sim marceneiro [informação verbal]. Em Aragón, era comum, no verão, a migração de jovens que iam exercer o ofício de *aserraderos de madera* (cortadores de madeira).

Conclui-se que era usual entre os imigrantes dar entrada como lavrador, para usufruir dos incentivos da viagem, apesar de exercer outra profissão, para permanecer no Brasil.

Manoel casou-se em 1910, em Franca (SP), com Concepción Garcia Gonzalez, nascida em Massarron, Múrcia, filha de Blas Gonzalez Fernandez e de Carmem Garcia Nicolao (e não Nicolal ou Nicolas), de acordo com documentos familiares. Nos registros de Manoel também há a atividade de jornalero, que aponta para a dificuldade de trabalhos constantes. Há, ainda, outra possibilidade: declarar-se como jornalero era uma estratégia para não revelar a real atividade, uma tática usada por muitos imigrantes espanhóis, conforme atestam os documentos do Consulado Geral da Espanha em estudo efetuado por Cánovas (2009).

De acordo com depoimentos familiares, em sua passagem por Glicério, Manoel fundou uma sociedade hispano-brasileira que teria funcionado por anos, mas sem confirmação possível ainda. Indicou-se também que ele realizava periodicamente reuniões espíritas em sua casa, religião que abraçara desde a Espanha. Este teria sido um dos motivos para que ele fosse detido uma primeira vez e, após uma segunda detenção, acusado de *atividades comunistas*, expulso do País, em 1937, tendo falecido em Puerto de Sagunto, em Valência, em dezembro desse mesmo ano, no conflito civil.

Portanto, trinta anos depois da integração da família *Mas Calvo* em solo brasileiro, dois filhos de Tomas, Manoel e Miguel, e um neto, Thomaz, se tornariam presos políticos. Esses processos do DEOPS/SP e do Tribunal de Segurança Nacional serão apresentados e analisados nesta dissertação mais à frente.

É inegável que independentemente do sucesso obtido com a imigração, a família de Tomas Mas Calvo aqui permaneceu, possivelmente após cumprir o contrato de colono, com exceção de um dos seus filhos, expulso, bem como as gerações seguintes que não retornaram à Espanha. Calvo, a exemplo de outros imigrantes, saiu possivelmente pobre de sua terra, sem bens acumulados, ou tendo muito pouco, o que justificaria ter se aventurado em terras estranhas com uma esposa e cinco filhos para tentar uma oportunidade, já que as de sua pátria se esgotaram.

Na região Noroeste, Tomas conseguiu acumular alguma renda e ter suas próprias terras, em Córrego do Campo e na Fazenda Baixotes, em Coroados. Em função de levantamento realizado no Cartório de Imóveis de Birigui, nos livros de transcrição das transmissões de imóveis, foi possível encontrar três fazendas em nome de Tomas. A primeira delas foi adquirida em 23 de dezembro de 1933, por 4 contos de réis, registrada em 11 de junho de 1935, sob o n. 551, pelo qual Tomas Mas Calvo, lavrador, residente em Olímpia, adquiriu de Alberto Trecco e sua mulher, Gizela Zanela, moradores locais, uma propriedade agrícola encravada na Fazenda Baixotes, em Coroados, comarca de Birigui, com área de 15 alqueires contendo 15 mil pés de café completamente queimados de geada, três casas de morada coberta de telhas, pastos, cercas e mais pequenas benfeitorias, na margem direita do Córrego do Campo, fazendo divisa com a Cia. de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo. A propriedade encontrava-se alienada (anexo 7). Pouco depois, em 6 de novembro de 1935, registrada sob o n. 789, essas terras foram vendidas para Pedro Navarro Recoboni, por 6 contos de réis, praticamente sem benfeitorias de quando foi adquirida (anexo 8). Ou seja, após chegar ao Brasil, Tomas levaria 27 anos para obter suas terras.

A terceira propriedade tem escritura de compra e venda lavrada pelo cartório do 1º Ofício de Olímpia, em 12 de abril de 1938, no valor de \$ 14: 000\$000, registrada em 6 de junho de 1938, sob n. 2263, pela qual Braz Ayres Monteiro, João Matias Ayres Alonso e Feliciano Ayres Alonso, lavradores em Olímpia, adquiriram de Tomas imóvel de 35 alqueires, na margem esquerda do córrego Goyo Tehorro (anexo 9).

Também Manoel Mas Herrera seria proprietário de duas áreas, segundo pesquisa realizada no Registro de Imóveis de Penápolis. Uma delas trata-se de área rural, com 48 hectares (ou 20 alqueires), na Fazenda Guataporanga, em Santa Cruz do Avanhanda (antigo nome de Penápolis), segundo transcrição de transmissão de número 1.827 (anexo 10), no valor de Rs 500\$00 (quinhentos mil reis), datada de 21/6/1920, com limites com Leonardo Garcia, Lélío Piza & Irmãos e outros, na margem esquerda do Ribeirão Goyo Tehorro. Consta a informação que Manoel Mas Herrera residia, então, na Villa Olympia (anexo 10).

A outra propriedade diz respeito a terreno em Glicério, sob registro de n. 15.574, datado de 17/12/1937, relativo à escritura pública de compra e venda lavrada em 28/10/1921. Leonardo Grassi e Maria Mas venderam a Manoel Mas Herrera um terreno de 22 metros de frente e 44 de fundos, na rua Minas Gerais, ao lado da Igreja Protestantes. Manoel e sua mulher, Concepción, venderiam posteriormente esse terreno, com casa construída, em 30 de março de 1937, a José Augusto de Araújo (anexo 11).

Igualmente a família de Blas Gonzalez Fernandez tornou-se proprietária de terras. No *Diário Español*, n. 3.793, de 21/9/1918, em sua p. 2, é possível encontrar nota de agradecimento de doação feita e assim se referem a ele: “nuestros estimados compatriotas D. Blas Gonzalez Fernandez y don José Sánchez Garcia, españoles muy benquistos y estancieros en Villa Olympia nos enviaron 5\$000 el primero y 100\$000 el segundo” (anexo 12).³⁸

Outro ponto coincidente em relação aos demais imigrantes espanhóis foi que, já na geração posterior, o sobrenome espanhol foi adaptado. É o caso de Thomaz Mas Gonçalves, filho de Manoel e Concepción, que perdeu o Gonzalez para uma forma portuguesa com cedilha.

Não foi possível reunir, ainda, dados consistentes a respeito da família de Blas Gonzalez Fernandez, que não se trata do eixo principal desta dissertação.

³⁸ Nossos estimados compatriotas D. Blas Gonzalez Fernandez e don José Sánchez Garcia, espanhóis muito admirados e fazendeiros em Villa Olympia nos enviaram 5\$000 o primeiro e 100\$000 o segundo (tradução nossa).

Esses dados preliminares apontam para a necessidade de se refletir com mais profundidade sobre a história e o cotidiano dos imigrantes e sua participação na construção da identidade do País, levando-se em conta todos os fatores incidentes, econômico, político e social, apesar da distância histórica e da dificuldade em se obter informações.

3 BRANQUEAMENTO COMO SOLUÇÃO NACIONAL

No raciocínio eugenista, o branco encarnaria o ideal de beleza e inteligência e estaria no topo; o amarelo na faixa intermediária; o negro, na base da pirâmide hierárquica social. Desde o final do século XIX, a Europa registrou teorias raciais como as de Gobineau (1816-1882). O inglês Houston Stewart Chamberlain (1855-1911) também traria influência e inspirou as teorias raciais de Adolf Hitler.

Com o biólogo sueco Carl Lineu se iniciou a era da classificação propriamente dita e a cor de pele surgiu como critério de classificação, houve o evolucionismo de Spencer, a antropologia criminal com Lombroso, os que tentaram explicar a diferença da cor da pele por determinações climáticas, como Montesquieu, a ideia de raças superiores e inferiores e o processo de seleção natural de Darwin com sua obra *A origem das espécies*, em 1859.

O termo *raça* foi introduzido, em princípios do século XIX, por Georges Cuvier, com a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os diversos grupos humanos. Para Schwarcz (1993), o conceito, além de sua definição biológica, recebeu interpretação sobretudo social, e a mestiçagem foi interpretada como sinônimo de degeneração não só racial, mas especialmente social.

No Brasil, percebeu-se essa influência de *branqueamento* das raças ao se adotar um discurso contra o negro, o oriental e outras nacionalidades.

Hofbaeur bem observou que “[...] a instituição da escravidão não pode ser explicada apenas como um dado econômico. A escravidão impunha um sistema de relações sociais e se refletia na formação do mundo das ideias” (2006, p. 145) e Schwarcz (1993) reforçou que uma teoria de fato criada no Brasil, é a teoria do *branqueamento*, de início do século XX. Assim se objetiva a adoção de política imigrantista e clara estratégia de Estado. Ainda segundo Schwarcz, a eugenia tinha metas: cientificamente, queria supor nova compreensão das leis da hereditariedade humana aplicada à produção de nascimentos desejáveis e controlados, como movimento social, preocupava-se com casamentos entre determinados grupos e desencorajava uniões avaliadas como nocivas à sociedade.

Esse pensamento eugênico não se construiu no Estado Novo, teve suas raízes fincadas no Brasil Colônia, com prosseguimento na I República, sob a influência de correntes de pensamento predominantes da Europa e da América do Norte, levando à ideia da necessidade de *branqueamento* da matriz nacional.

Houve atuação de eugenistas desde 1880, em movimento científico e social, estendendo-se fortemente para a década de 1920, com reflexos significativos nos anos 1930 e 1940 com Vargas, quando o discurso adotado serviu à legitimação de seu projeto nacionalista.

Tratar de conceitos como *raça*, *etnia*, *eugenia*, *xenofobia* é tarefa complexa que aqui será apenas tangenciada por ser essencial à compreensão do projeto político-ideológico de *branqueamento* que se fez, no Brasil, e do qual participaram indiretamente os imigrantes.

3.1 BREVES REFLEXÕES CONCEITUAIS

Para tentar compreender *raça* e *etnia* é preciso refletir sobre sua produção de sentido e assim se recorre ao *Palavras-chave* de Raymond Williams (2007) no qual é possível encontrar: “utilizou-se *raça* junto com *gênero* e *espécie* na biologia classificatória, porém todas as suas dificuldades têm início quando é usada para denotar um grupo *dentro* de uma espécie, como no caso das *raças do homem*.” Ele reportou-se à classificação baseada na medição de crânios de Blumenbach e a Gobineau ao propor uma *raça ariana* (da palavra sânscrita *aryan*, nobre) para descrever a família indo-europeia de línguas estabelecida pela linguística comparativa. O sentido transposto do grupo linguístico para o físico (racial) foi distorcido por Gobineau “[...] com ideais de uma estirpe pura, da superioridade de um ‘ramo nórdico’ dentro dela e, mais tarde, com uma noção geral de desigualdades *raciais* inerentes” (WILLIAMS, 2007, p. 333). Com Gobineau houve uma inversão e *raça* se transformou na própria essência do ser humano.

O termo racial passou a ser utilizado na língua inglesa a partir de meados do século XIX. Entre as consequências, ideias como o darwinismo social e eugenia – expressão introduzida por Galton (1822-1911), em 1883, no sentido de ótima estirpe, de bem-nascido – adquiriram sentido de superioridade tanto de *classe* como de *raça*, traduzindo uma dominação política. Para Galton, o desenvolvimento da capacidade humana se devia mais à hereditariedade do que à educação.

Williams ressaltou que *racialism* [racialismo] surgiu nos primeiros anos do século XX e *racist* [racista] tem registro desde 1930, ambas as palavras carregando um sentido hostil. Ainda há a nocividade no uso de *raça* em seus sentidos sociais e políticos modernos, usada contra grupos, como os orientais, na projeção do “perigo *amarelo*” (2007, p. 332).

A língua inglesa registra *ethnic* desde meados do século XIV, derivada do grego *ethnikos*, povo, e amplamente usada no entendimento de bárbaro, pagão ou gentio até o século XIX, quando seu sentido foi superado pela característica racial, nos Estados Unidos, como “[...] um termo cortês para referir-se a não-judeus, italianos e outras raças inferiores.”³⁹ É possível deparar-se, ainda, com a compreensão de uma comunidade que guarda afinidades linguísticas, culturais, religiosas e que reivindica estrutura social, política e território próprios, compreendendo-se como minoritária.

Em contraponto, a raça se ateve a características morfológicas que consideraram cor de pele, constituição física, como estatura e traços faciais, por exemplo. Portanto, reforça-se mais uma vez que *raça* foi conceito construído social e culturalmente e não sob bases científicas como alegaram os eugenistas.

Ainda segundo os verbetes de Williams, o termo *nation* (da palavra francesa *nation*, do latim *nationem* – estirpe, raça) foi utilizado no inglês em fins do século XIII, “[...] originalmente com sentido primário antes de grupo racial do que de agrupamento politicamente organizado”. Desde o princípio do século XVII se usou “[...] a *nação* para referir-se a todo o povo de um país, amiúde em contraste com algum grupo no interior deste, como ainda ocorre no debate político” e, ainda, “nacional e nacionalização foram introduzidos no século XIX a fim de expressar os processos de construção de uma nação ou de transformação de algo em caracteristicamente nacional.”⁴⁰

Assim, nação guardaria o significado de comunidade associada a um dado território e poder centralizado com certa unidade coletiva no sentido moral, cívico – com símbolos, hinos, heróis e bandeira fortemente reforçados no sistema escolar –, além do aspecto cultural com a promoção de festas e ritos e especialmente a adoção de língua única. Essa somatória criaria, então, identidade nacional e memória coletiva como justificativa de Getúlio Vargas em seu governo ao privilegiar, no calendário oficial, as datas cívicas de seu interesse em detrimento das religiosas, por exemplo, e ao impor a disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas e o Português como língua nacional.

Para Hofbauer (2006), a biologização da diferença está intimamente ligada a uma burguesia em ascensão e, portanto, *raça* significaria nova referência conceitual possível para pensar *diferenças humanas*. Para ele, ser de boa raça teve o sentido de se pertencer a boa família e não a um grupo étnico ou racial no sentido moderno do termo. No século XIX, passou-se a valorizar características biológicas.

³⁹ Ibid., p. 165.

⁴⁰ Ibid., p. 285.

Em seu trabalho *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*, Hofbauer trouxe tabelas dos eugenistas que prognosticavam o *branqueamento* ou o *empretecimento* via casamentos adequados num período de quatro gerações, ideia muito divulgada na segunda metade do século XVIII. O próprio Papa Clemente XI (1700-1721), em uma de suas bulas, determinou que a designação branco deveria ser conferida já aos descendentes de segunda e terceira gerações de uniões interracialais. O autor refletiu que o que esteve em jogo foi o ideário de *branqueamento* com função ideológica, permeando um discurso a fim de ajustar os ideais missionários cristãos às exigências políticas em um momento de construção de sociedades coloniais. O branco esteve associado à ideia de pureza divina, ao batismo, no sentido religioso, ao progresso. Por isso, o índio foi considerado impuro ao praticar suas cerimônias xamânicas ligadas à natureza e o negro idem, diante dos rituais africanos. A escravização de *infieis* queria se justificar em função da *verdadeira fé*, imposta e oficial.

No Brasil, o eugenismo e o racismo científico ganharam novo impulso no Estado Novo, configurando um período altamente repressivo contra o imigrante, quando práticas demonstraram as relações de força que constituíam a ordem vigente. A manutenção da ordem pública e da disciplina se deu pelo forte controle policial, traduzindo a lógica do poder amparada em formato legal e seu fundamento jurídico.

No século XIX, um dos primeiros a se levantar contra o regime escravocrata foi o jurista, político e jornalista Hipólito da Costa, em 1811, em artigo no *Correio Braziliense*, sugerindo a substituição do trabalho escravo pelo imigrante. Para ilustrar o pensamento à época, e a necessidade de mão de obra, reproduz-se trecho encontrado durante pesquisa no *Correio Paulistano*, que ilustra a preocupação em se trazer europeus ao Brasil. Em assembleia provincial, ocorrida em 13/1/1888, que acolheu o Projeto de Lei n. 2, de conservadores, liberais e republicanos dispôs em seu Artigo 1º:

O presidente da província é autorizado a contratar com a Sociedade Promotora de Imigração a introdução de 100.000 imigrantes de procedência européia, açoriana e canarina, segundo as necessidades da lavoura e a boa localização dos imigrantes (1940, p. 119).

A entrada de japoneses sofreu restrições ao ser considerado “espião de nascença, e nosso inimigo pelo sangue”, trecho de carta de 1907, de Luiz Guimarães Filho, encarregado de negócios do Brasil em Tóquio (1902-1906), ao Barão do Rio Branco (DEZEM, 2005, p. 236). Na gênese do discurso contra o japonês, encontra-se a rejeição

ao *chim* em debate que se estendeu para a imprensa, nos jornais *O Paiz*, de Joaquim Nabuco, e na *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio.⁴¹

A situação foi reavaliada após o governo italiano, em 1902, proibir seus cidadãos a aceitar transporte subsidiado, em função de protestos contra as condições de trabalho aqui existentes, além da repressão que grassava já registrando a expulsão de alguns sob acusação de atividades anarquistas quando os japoneses começaram a desembarcar em 1908 (LESSER, 2001).

A repressão contra o imigrante se legitimou com as leis de deportação de 1907, 1913 e 1921, baseadas na propagação de ideias perigosas por parte dos estrangeiros; as leis eram reformadas a cada greve na tentativa de criminalizar trabalhadores quer por sua origem, militância ou ideologia. Avaliou-se a conveniência de receber determinados grupos, mas com a devida aculturação, sufocando culturas pré-migratórias. A eleição de uma ou outra nacionalidade a ser reprimida também obedeceu a critérios históricos e políticos, como, por exemplo, o afundamento do navio *Paraná*, que levou à ruptura com a Alemanha, em 5/4/1917, e à perseguição de alemães em solo nacional.

3.2 A IMPORTAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS

Os eugenistas brasileiros não criaram uma doutrina própria e original. No século XIX, importaram-se teorias – especialmente da América do Norte e da Europa –, apoiadas em Gobineau, que encontrou eco no Brasil diante da defesa do *branqueamento*. *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855) foi seu livro de maior repercussão e um dos primeiros sobre eugenia e racismo publicados naquele século.

Amigo de Dom Pedro II, Gobineau veio ao Brasil em missão diplomática (1869-1870) e não avaliou positivamente o cenário da sociedade civil em função da presença de raças que julgou *inferiores*, afirmando, diante de uma mistura racial, que surgiriam mestiços e pardos degenerados e estéreis e, por isso, a solução seria o incentivo à entrada de *raças* europeias *superiores*. “Seu senso estético era ferido por ‘uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia’ e ‘todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio: como macacos’ (SKIDMORE, 2012, p. 70). Ele ainda profetizou que em 200 anos não restariam descendentes de Cabral e dos imigrantes que o seguiram devido à degenerescência genética.

⁴¹ Ibid., p. 62.

Outro expoente da época, Louis Agassiz, também defendeu o racismo científico. Em 1865, veio ao Brasil no comando da Expedição Thayer, passando pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Nordeste e Amazônia. Ao julgar os negros como *inferiores*, entendeu a miscigenação como degeneração da Humanidade, pois esta era fruto da criação divina, o que refletia seu pensamento criacionista. Ele queria comprovar que negros e brancos pertenciam a raças diferentes e não podiam habitar o mesmo espaço, pois aqueles eram incapazes de se *civilizar*. Agassiz também pensava em termos de *determinismo climático* e que “[...] as diferentes espécies do gênero *homo* podiam ser atribuídas às diferentes regiões climáticas onde viviam”, querendo proporcionar fundamentação científica à raça branca como superior (SKIDMORE, 2012, p. 93). Depois de sua passagem pelo Brasil, publicou, em 1868, *Journey in Brazil*, influenciando outros intelectuais.

Observadores como o filósofo argentino José Ingenieros (1877-1925) fez elucubrações sobre a inferioridade racial dos não-brancos e o francês Louis Couty, que publicou *O Brasil*, em 1884, acreditava que a presença dos africanos estava na base dos males do país, indicando como “único remédio possível” a colonização por homens livres da Europa.⁴²

Essas doutrinas não só biologizaram as populações, defendendo a supremacia do homem branco europeu a fim de *purificar* o sangue negro, mas levou à adoção de um discurso estratégico contra o africano, o índio, o oriental e demais pessoas que não se enquadravam no padrão almejado. Elas também levaram a tentativas *científicas* de justificar a diferença: em 1904 foi fundado em Long Island (Nova York) o primeiro laboratório de ciências raciais do mundo, o *Cold Spring Harbor Laboratory*, influente centro de estudos norte-americanos sobre a eugenia, contando com fortes recursos financeiros, inclusive da Fundação Rockefeller (KOIFMAN, 2012).

Diversos eugenistas alicerçaram a construção desse pensamento predominante no início do século XX. O médico brasileiro João Batista Lacerda (1846-1915), antropólogo e diretor do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi reportado como o primeiro articulador do projeto político de *branqueamento*, ao discursar no I Congresso Universal das Raças, em Londres, em 1911, onde expôs seus argumentos e previu o desaparecimento da raça negra no prazo de um século, no Brasil.

Nucci (2010) apontou como intelectuais, médicos e políticos antinipônicos Miguel Couto, Vivaldo Coaracy, Oliveira Vianna e Arthur Hehl Neiva com forte

⁴² Ibid., p. 71.

presença na Assembleia Constituinte de 1934, e outros, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Xavier de Oliveira.

No bloco oposto, contra as teorias raciais predominantes estavam Manuel Bomfim, educador e escritor, e Alberto Torres, que foi ministro da Justiça (1896-1897), governador do Rio (1898-1900), tendo servido à Suprema Corte (1901-1909), se desiludido e renunciado à magistratura. Um de seus discípulos foi Oliveira Vianna.

O contraditório Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), mulato fluminense, entendia que a aristocracia era o ponto de concentração dos elementos arianos da Colônia. Para ele, “[...] falta-nos, por exemplo, uma aristocracia local, com a educação, o prestígio, o civismo da *gentry* saxônia” (1956, p. 42).⁴³ Professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, foi intérprete no período entreguerras, publicou grande número de livros e artigos, angariando prestígio e se tornando interlocutor entre o racismo científico, predominante até 1914, e a filosofia social culturalista depois de 1930, mas, em ambos os períodos, o *branqueamento* foi o objetivo racial da elite, na avaliação de Skidmore (2012). Intelectual conservador do regime Vargas e consultor jurídico do Ministério do Trabalho, foi um dos responsáveis pelo controle migratório: o então presidente havia pedido a Vianna que se implantasse forma eficaz de restrição aos estrangeiros.

Na concepção de Vianna, os índios eram inferiores ao negro por não se preocuparem com a propriedade da terra, com uma riqueza organizada, o que determinaria, inclusive, a mobilidade entre classes.

Vianna preconizou que não havia raça sem eugenismo e que era urgente o País resolver a questão da mestiçagem, a seleção eugênica da imigração para que os negros pudessem exercer um *papel civilizador*, misturando-se a outras raças, especialmente arianas ou semitas, para que perdessem a sua *pureza*. Em seu trabalho *Raça e Assimilação* (1938, p. 102, sua 1ª ed. é de 1932), defendeu o *melting-pot*, a biologia dos cruzamentos, dedicando um capítulo inteiro sobre o problema do valor mental do negro e outro sobre o japonês e o seu problema. Ou seja, ele entenderia o negro e o japonês sempre como problema a ser resolvido.

Por isso, encontram-se referências ao *amarelo* como “o japonês é como o enxofre: insolúvel” (VIANNA, 1938, p. 209). Em relação ao negro afirmava “não me parece poder competir com as raças brancas, ou amarelas” e, ainda, “não sou de modo

⁴³ VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 4. ed., 1956. A primeira edição encontrada é de 1922, editada pelo Ministério da Agricultura como contribuição histórica ao volume prefacial dos resultados do recenseamento de 1920.

algum partidário da igualdade das raças. Nem creio que, em face das modernas teorias biotipológicas, seja possível mais admitir-se esta concepção igualitarista” (VIANNA, 1938, p. 244), defendendo a imigração europeia para redução dos *elementos bárbaros* na matriz brasileira a fim de elevar o teor ariano do sangue. Vianna entendia como arianos os portugueses, espanhóis e anglo-saxões e considerou qualquer tentativa contrária à arianização intensiva da composição, “[...] uma obra criminosa e antipatriótica” (VIANNA, 1935, apud NUCCI, 2010, p. 82).

Apesar do discurso *biológico* de Vianna, o que está em curso é um projeto político de controle social. Em nenhum momento Vianna atrelou possibilidades intelectuais às oportunidades sociais e econômicas oferecidas em um contexto político. Sua atuação contribuiu para dar aspecto de legalidade à desigualdade. É preciso reforçar que classificar é instrumento de poder.

Os critérios de superioridade não só eram determinados pela proximidade com as raças arianas, mas também pelo ideal de beleza plástica, inteligência e adaptabilidade biológica de se integrar às diversas zonas climáticas do território. Também havia preocupações econômicas, como a manutenção de postos de trabalho para os brancos.

Outro exemplo vem de Renato Kehl, fundador do Boletim e da Comissão Central de Eugenia, tendo como modelo a Sociedade Alemã de Higiene Racial. O médico Miguel Couto, que apresentou emendas restritivas à Câmara Federal, em 1921 e 1923, associou-se a Kehl para realizar o I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, propondo a restrição da entrada de não-europeus (LESSER, 2001). O presidente desse Congresso foi Roquette-Pinto. Couto relacionou crimes à questão racial em seus discursos na Academia Nacional de Medicina (KOIFMAN, 2012). Em uma série de editoriais em *O Jornal*, em 1925, afirmou que a imigração japonesa era parte de plano expansionista para destruir o Brasil (LESSER, 2001).

Xavier de Oliveira, mais um integrante do grupo eugenista, ao encaminhar a emenda n. 1.164, que proibiu a imigração de negros e amarelos e tornou compulsório o exame de sanidade física àqueles que pediam a naturalização, reforçou a ideia de que os orientais “são uma raça mentalmente indesejável” e que o estado crítico da nacionalidade brasileira se devia à entrada “[...] dos rebotalhos de raças mais ou menos degeneradas, como algumas da Ásia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do Oriente Próximo (Ásia Menor)” (OLIVEIRA 1962, p. 20, apud HATANAKA, 2002, p. 34).

Nina Rodrigues, médico e professor, pregou os efeitos degenerativos da mestiçagem e Arthur Neiva, intelectual getulista, integrou o Conselho de Imigração e

Colonização (CIC), órgão governamental criado em 1938, que contava com publicação oficial, a *Revista da Imigração e Colonização*, difundindo ideais raciais, na qual os japoneses foram citados várias vezes como *indesejáveis*. No CIC, que surgiu em época de baixa migração quando a saída era maior do que a entrada, Neiva, além de integrá-lo, foi autor da emenda n. 1.053, proposta na Constituinte de 1934, a fim de determinar a política de incentivo à imigração branca. Nina Rodrigues, na Bahia, empreende estudo sobre a população constituída pelo elemento afro-americano.

Diante de tentativa de o Estado do Mato Grosso trazer, em 1921, desbravadores através de empreendedores dos Estados Unidos que requisitavam americanos negros, Neiva esbravejou: “Por que irá o Brasil, que resolveu tão bem seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não entra nas nossas cogitações? Daqui a um século, a nação será branca” (SKIDMORE, 2012, p. 269). Em crônica sua, *Presente de negros*, pode-se encontrar:

[...] o senso comum está a nos indicar que devemos evitar, a todo o transe, esse imprudente desafio a futuras e inevitáveis tempestades domésticas que pareciam estar definitivamente afastadas. Caso sejam suscitadas pela presença de uma força catalítica, como seria a vinda de um núcleo de pretos hipersaturados de ódio contra o branco, quem, com segurança, poderá prever o curso dos acontecimentos futuros? (NEIVA, 1927, p. 118).

Neiva também se preocuparia com o perigo da excessiva organização do japonês, pois “[...] os nipões são o milagre da organização e nós o prodígio da desorganização” (NUCCI, 2010, p. 80), ou seja, temeu-se a concorrência que poderia levar à supremacia de uma *raça* em detrimento dos nacionais. Ele também fez observações a respeito da saúde precária e das doenças novas que eles poderiam trazer, além de desqualificá-los esteticamente para o caldeamento das raças.

Outro foco de atenção de Neiva foi a imprensa com seu papel fundamental no processo de reforma nacional, em sua avaliação, e considerando o fato de os brasileiros lerem quatro jornais por mês e nenhum livro, caberia à imprensa a tarefa decisiva de orientação para a construção de um pensamento nacional (NEIVA, 1927, p. 41, apud SOUZA, 2009).

Assim, no início dos anos 1930, com Azevedo Amaral, Neiva chegou a dirigir o jornal *A Nação*, vinculado à corrente tenentista, e esteve na *Revista do Brasil*, ao lado de Roquette-Pinto; revista esta criada pelo chamado grupo de *O Estado de S. Paulo*, em 1916, do qual participavam Júlio de Mesquita, Plínio Barreto, Pinheiro Junior e Alfredo

Pujol. Neiva foi fundador de periódicos científicos, como o *Boletim do Museu Nacional* em sua passagem como diretor da instituição (1923-1927).

O brasilianista Jeffrey Lesser (2001) justificou a preocupação em relação ao perigo *amarelo* porque, durante a década de 1920, os japoneses tornaram-se cada vez mais visíveis no cenário nacional, e em 1930 estabeleceu-se debate antinipônico na imprensa contra e a favor, intensificada ainda mais em 1940. Nos 27 jornais existentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas publicavam-se regularmente matérias contra os orientais, especialmente em 1934-1935. Desses, 13 eram a favor da entrada e sete eram contrários, seis não tinham posição clara e dois deles, *O Globo* (RJ) e *Folha da Manhã* (SP), publicavam artigos favoráveis e contrários, pois era comum a aceitação de matérias pagas. Na análise de Lesser há uma expansão do discurso de etnicidade em curso:

a) O *Jornal do Brasil*, em 1912, atacou os imigrantes japoneses por introduzirem uma formação racial *inferior*.

b) Assis Chateaubriand, à frente do *Diários Associados*, defendeu os *perfeitos imigrantes japoneses*.

c) A *Gazeta do Rio* publicou artigo, em 30/12/1933, de que a Amazônia havia se transformado em posto avançado do imperialismo japonês, com o título *Perigo amarelo no Brasil*.

d) Em 1937, *A Noite* (RJ) afirmou que São Paulo tinha 250 mil japoneses enquistados e militarmente enquadrados a Noroeste.

e) Samuel Wainer, amigo e jornalista próximo a Vargas, sugeriu que a lealdade da população nipo-brasileira era frágil, e que a costa do Estado de São Paulo estava infiltrada de 22 mil japoneses que haviam desaparecido misteriosamente de suas colônias.

Silvio Romero foi outro intelectual que também disseminou seu pensamento hierárquico, fazendo referência a superiores e inferiores, acreditando que, no cruzamento, “[...] o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no Velho Mundo” (SKIDMORE, 2012, p. 78).

Xavier de Oliveira e Renato Kehl seriam autores das principais obras contra os japoneses. Kehl considerou a entrada dos orientais “crime de lesa pátria” (NUCCI, 2010, p. 79), enquanto Oliveira defendeu o controle social e a assimilação e nacionalização compulsórias. Chegou-se a comemorar a desagregação do átomo, em relação às bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki para acabar com um

povo que não aceitava derrota: “[...] Com o Japão, entretanto, o problema, para a Humanidade, não é vencer uma guerra, mas destruir um povo, inimigo do gênero humano”, atacou os núcleos imigrantes como “quistos raciais, espalhados, tentacularmente, como um tumor maligno, em todo o vasto organismo de São Paulo” (NUCCI, 2010, p. 112) e sugeriu a introdução de outras nacionalidades nos locais onde havia concentração nipônica.

Para Koifman (2012), enquanto Renato Kehl era considerado racista biológico, Octávio Domingues e Roquette-Pinto integravam a linha de um racismo sociológico, não considerando a miscigenação propulsora da degeneração racial.

Esgotado em parte esse discurso do racismo científico como teoria das raças, fortaleceu-se outra alocação tendo bases culturalistas e mitológicas:

[...] os novos racistas investem na visão falseada da realidade que ainda sobrevive de mitos: o mito da conspiração judaica, o mito da democracia racial, o mito do perigo estrangeiro e o mito das raças degeneradas [...] esses grupos imaginam uma sociedade purificada, livre de “demônios” cujas imagens são representadas por figuras distintas: ora o comunista, o socialista ou o anarquista, ora o negro, o japonês... (CARNEIRO, 2006, p. 8).

Houve o bloco antirracista e pró-Japão, composto pelo médico Bruno Alvares da Silva Lobo, que escreveu *Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros* (1935), por Alfredo Ellis Jr., Alexandre Konder e Nestor Ascoli. Lobo dizia que, no Brasil, todos eram descendentes de estrangeiros e esteve à frente do movimento contra o preconceito racial, composto por outros intelectuais. Em um manifesto, esclareceu as bases políticas e econômicas do preconceito racial na década de 1930 e os conceitos de povo, raça e nação que se confundia no discurso estabelecido pela imprensa e por parlamentares, inclusive (NUCCI, 2010).

Os anos 1940 repaginaram o discurso intelectual contra o oriental no trabalho *O perigo japonês*, de Vivaldo Coaracy (em 1942, a José Olympio reuniu seus artigos publicados no *Jornal do Commercio* de abril a junho), quando o japonês foi comparado a formigas, desumanizando-o, refletindo que “não havia mais terras no mundo para dividir” e que o incomodava o fato de nossas terras serem “usurpadas por estrangeiros”, reflexo da ascensão do oriental para pequeno proprietário. Coaracy também foi veemente ao condenar o apoio da Inglaterra ao Japão, na guerra russo-japonesa (1905), por permitir que um povo branco e ocidental fosse derrotado por uma “raça de cor, do Oriente” (NUCCI, 2010, p. 94).

Em função dos trechos expostos – a xenofobia a rotular o japonês diante do estranhamento de diferenças culturais, o fato de não serem católicos, comparados a indígenas (no sentido de inferior), *inassimiláveis* física e culturalmente, doentes, com problemas psíquicos e perigosos – percebe-se que esse discurso surge no esforço do projeto de nacionalização e, mais à frente com o embate da II Guerra Mundial. O *enquistamento* era alegação usada contra alemães e japoneses, os chamados grupos idiomáticos.

Na pesquisa realizada nesta dissertação, perceberam-se motivações diversas na perseguição contra estrangeiros: culturais, sociais, econômicas, político-ideológicas, linguísticas, religiosas. No caso dos espanhóis, eles foram retratados como perigosos, ideologicamente, em função da tradição anarquista e em decorrência da Guerra Civil Espanhola, logo após o calor da Insurreição de novembro de 1935, a *Revolta Vermelha*, tentativa de tomada de poder contra Getúlio por iniciativa do Partido Comunista em conjunto com a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Apontou-se, em investigação nos prontuários do DEOPS/SP e em bibliografia, que a maioria dos espanhóis deportados, em 1935-1937, nem sempre teve atuação política ou partidária, apesar de acompanhar obviamente com interesse o que ocorria em seu país de origem.

Na construção da história oficial, ofereceu-se apenas uma versão dos fatos. Conclui-se que a desigualdade foi ideológica. Tentou-se naturalizar essa diferença por meio de um discurso dominante, internalizá-lo, e aqueles que não se enquadravam eram entendidos como *inferiores* ou *indesejáveis*.

Os imigrantes viveram momentos diametralmente opostos, de *desejável* a *indesejável*. O primeiro movimento se deu com o incentivo à vinda de europeus que se esgotou quando o espanhol se organizou em associações, sindicatos, assumiu quaisquer posicionamentos políticos ou reclamou o mínimo de direito. Na posição de *indesejável*, passou a ser vigiado, perseguido, preso e expulso. No caso japonês, sua vinda foi incentivada especialmente quando não se permitiu mais a entrada de europeus devido às péssimas condições de trabalho aqui oferecidas, mas sempre foi monitorado até o ápice que se deu com a participação do Japão na II Guerra Mundial.

Assim, compreende-se que a repressão e o poder disciplinador se institucionalizaram em inúmeros períodos e houve um movimento contínuo de desumanização, primeiro com os índios e negros. Depois, com os imigrantes em função do *branqueamento* da matriz nacional.

Portanto, o projeto político-ideológico de *branqueamento* eugenista necessitou e resultou em uma cascata de legislações específicas de entrada, permanência e controle dos imigrantes, determinada pelo Legislativo ou diretamente pelo Executivo e executado pela Polícia Política. O objetivo era a vigilância, a repressão, o controle com o intuito de influenciar a população, a imprensa, os formadores de opinião a fim de rejeitarem e desconfiarem de algumas nacionalidades. Esse pensamento eugenista foi construído em período anterior, mas intensificado no Estado Novo, por diversos intelectuais, de médicos e cientistas a juristas, de políticos a jornalistas.

3.3 ATENÇÃO LEGAL E REPRESSÃO AO INDESEJÁVEL

Sob o aspecto da legislação referente ao imigrante, há três momentos distintos a serem reportados para fins de contextualização: o da naturalização e os paradoxos repressivos engajados nas Constituições de 1934 e 1937. Ao longo da história brasileira, surgiram diversos mecanismos legais a fim de controlar e punir os estrangeiros categorizados como *indesejáveis*.

Para dar conformidade à permanência dos imigrantes, a Constituição de 1891 proclamou a grande naturalização, considerando brasileiros os estrangeiros que, estando no País, em 15/11/1889, não declarassem, no prazo de seis meses, a sua vontade de conservar a nacionalidade de origem (Art. 69, §4). Após esse período, outorgou-se a cidadania àqueles que tinham bens imóveis, no Brasil, fossem casados com brasileiros, ou tivessem filhos nascidos no território, desde que residentes aqui (Art. 69, §5). Mas era difícil provar residência diante da dificuldade de se obter documentos que a comprovasse.

O processo de naturalização ganhou tonalidades políticas mais à frente quando, em 1928, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a prova não dependia mais de uma declaração formal, mas da posse do título de eleitor (FAUSTO, 1995). A Constituição de 1891 ainda facultou o direito de deportar ou desterrar pessoas para outros locais do território nacional, prevista em seu Art. 80, apesar de assegurar direitos iguais entre residentes brasileiros e estrangeiros. Havia uma preocupação política: em 1893, já houvera a entrada de *anarquistas perigosos* (BASSANEZI et al., 2008, p. 43).

Nessa linha de repressão, constatou-se que surgiram fortes e recorrentes processos de controle, anteriores ao governo Vargas, dependendo do período político e da sua motivação. Por exemplo, atento ao anarquista, incentivou-se a existência da

figura do delator, e aquele era penalizado pelo delito de opinião, agitação e conspiração (ALVES, 1997).

O Código Penal de 1890 – anterior à Proclamação da República – definiria greves como crime e associações secretas como ilegais. Pouco depois, “[...] A deportação passou a ser um recurso legal em 1893, depois que o Supremo Tribunal Federal consagrou essa medida como uma prática administrativa, justificando ser a única maneira de preservar a ordem pública.”⁴⁴ Ainda na análise de Alves, o sistema penal do Império e a formulação do Código Criminal, em 1830, que vigorou até 1890, teriam sofrido influência especialmente de Jeremy Bentham ao determinar a punição dos nocivos ao sistema social.

Entre 1890 e 1927, seis decretos e leis foram publicados com o intuito de expulsar, deportar e desterrar quem era considerado agitador, desordeiro e inimigo da República. A imprensa, por sua vez, foi controlada por quatro decretos e leis para conter opiniões divergentes.

As primeiras repressões ocorreram ainda no governo Floriano Peixoto, em 1894, que se livrou de 16 estrangeiros. Houve expulsões expressivas em 1907, 1912, 1913, 1917, 1919 e 1920, anos repressivos da I República.⁴⁵

No governo Epitácio Pessoa (1919-1922), foram expulsas mais de 150 pessoas e outras 27, no de Washington Luís (1926-1930) (MARAM, 1979).

A xenofobia ganhou contorno no Congresso Nacional, quando se aprovou, em 1907, o Decreto Legislativo n. 1.641, a Lei Gordo, em alusão ao seu proponente, o então senador Adolfo Gordo, chamada de lei infame pelos trabalhadores, pois o foco era o estrangeiro envolvido nas greves frequentes, especialmente anarquistas. Portanto, em 1907 foram expulsos 27 espanhóis, 25 italianos e 47 portugueses, entre outros, totalizando 132 pessoas, ainda segundo Maram (1979, p. 43). Trata-se de número expressivo, pois entre 1908 e 1921 houve 556 expulsões, segundo Claudio Batalha, em *O Movimento Operário na Primeira República* (2000). O primeiro Decreto de censura à imprensa desse período, n. 4743, restringiu a liberdade da palavra também pelas mãos de Gordo.

A Lei n. 2416/1911 regulou a extradição de estrangeiros e estabeleceu as normas e os procedimentos para julgamento e processo dos delituosos.

As greves generalizadas de 1912 levaram o Congresso a reformular a Lei de 1907 e uma emenda retirou o direito de defesa dos estrangeiros, o que resultou em 90

⁴⁴ Ibid., p. 13.

⁴⁵ Ibid., p. 29.

expulsos somente entre 1912-1913. As greves que se prolongaram entre 1917 e 1921 também foram reprimidas, resultando na saída dos seus participantes, especialmente quando ocorreram as paralisações da Estrada de Ferro Leopoldina (RJ), dos portuários das Docas (Santos) e da Estrada de Ferro Mogiana (SP).

Em 1916, outro vetor influenciou o cenário brasileiro com o surgimento da Liga Nacionalista, com viés moralizador dos costumes políticos, pela adoção do voto secreto e da educação popular, atenta à imigração. Segundo a Liga, a nação enfrentava dois grandes perigos: “[...] os imigrantes e seus filhos, muitos deles analfabetos que se sentiam ligados a países estrangeiros, e aqueles brasileiros empolgados por sentimentos que não eram o sentimento nacional” (FAUSTO, 1995, p. 14).

Para Fausto, as hostilidades registradas na década de 1920 foram motivadas por intelectuais, pelos círculos ilustrados, como denominou, que reuniu a Liga, professores universitários e profissionais liberais de prestígio, o grupo próximo ao *O Estado de S. Paulo*, além do Partido Democrático (PD). O Partido Republicano Paulista (PRP) tomou posição em defesa do imigrante, inclusive na imprensa, nas páginas do *Correio Paulistano*, demonstrando como oligarcas autoritários nutriam simpatia por Mussolini. Esse debate se ampliou para o *Diário Nacional* com o PD com discurso restritivo ao imigrante, muitas vezes xenofóbico, “típico dos grupos ilustrados que tinham um peso considerável no partido.”⁴⁶ Se antes a ênfase do discurso oficial era caracterizar o imigrante como suspeito, e por isso a Liga se referia a eles como *agitadores* ou *pobres analfabetos*, nos anos 1920 o foco foi o novo rico imigrante, que ascendia, movido apenas por interesses materiais sem preocupação com a ordem cívica brasileira.

No pano de fundo, também é possível apontar as greves operárias de 1917-1920, no Brasil, concomitante à Revolução Russa, que geraram medo generalizado e a consequente expulsão dos líderes dessas mobilizações, *como agitadores alienígenas*.

Em 1921, o Decreto Legislativo n. 4.247 determinou o controle à entrada de estrangeiros e a Lei n. 4.269, a expulsão de anarquistas de origem estrangeira. Nesse mesmo ano, o governo emendou o Código Penal, por meio da Lei n. 4.629, que em seu Art. 12, § 1º, permitiu fechar sindicatos, associações operárias e outras formas de sociedade consideradas nocivas à ordem pública.

Pouco mais à frente, os estrangeiros teriam pequena participação no embate tenentista de 1924, demonstrando insatisfação com as condições vividas e com a oligarquia. Um relatório policial indicou:

⁴⁶ Ibid., p. 18.

[...] envolvimento de batalhões de húngaros e alemães, duas colônias pouco expressivas em São Paulo. Na maioria dos casos, parece tratar-se de gente recém-chegada ao país, que participara da Primeira Guerra Mundial. Alguns teriam se apresentado como voluntários e outros como soldados profissionais. O relatório fala vagamente de um batalhão italiano (FAUSTO, 1993, p. 13).

Ainda em 1924, a aprovação da Lei de Imigração reforçaria o posicionamento de eugenistas latino-americanos na 1ª Conferência Pan-Americana de Eugenia e Homicultura, em Havana (Cuba), em 1927, quando seus delegados votaram pelo direito de cada Estado controlar sua imigração da forma mais adequada e em harmonia com sua composição étnica (KOIFMAN, 2012).

Em 1926, com Arthur Bernardes (1922-1926), via emenda constitucional, concederam-se poderes ao Executivo Federal de expulsar *indesejáveis*, acabando com a liberdade de associação e de pensamento que ainda resistia na Constituição de 1891. Vários anarquistas foram enviados à prisão na distante Colônia Agrícola de Clevelândia do Norte, no Oiapoque, lugar destinado aos revoltosos da Revolução de 1924 e aos descontentes com o regime de modo geral. Lá, eram espancados, não havia comida suficiente e todos os presos ficaram doentes. Para atendê-los e aplicar 120 injeções por dia, o Hospital Simão Lopes possuía apenas duas seringas e, por vezes, com uma só agulha (DULLES, 1977).

O ano de 1930 carregou medidas legais e populistas, como o Decreto-Lei n. 19.482, que refletiu a tensão existente:

Uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas, frequentemente, contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social (NEIVA, 1942, p. 31 apud HATANAKA, 2002, p. 27).

O Decreto não só restringiu a entrada de imigrantes, que vigorou até 1933, para evitar o aumento do número dos sem-trabalho, como também determinou que as empresas brasileiras tivessem pelo menos dois terços de trabalhadores brasileiros em seus quadros a fim de proteger os nacionais.

A Constituição de 1934, após embate apontado anteriormente na Assembleia Constituinte, refletiria o pensamento xenofóbico de eugenistas e parlamentares: em seu Art. 121, § 6, fixaram-se cotas de estrangeiros, calculadas com base em porcentagem do número dos ingressantes da mesma nacionalidade, entre 1884 e 1933, mas o alvo era a entrada de japoneses com reflexões sobre a “[...] necessidade de assegurar a integridade

étnica, social, econômica e moral da nação, além de se preocupar com o problema de assimilação dos estrangeiros e dos seus descendentes brasileiros na vida nacional”. Em seu Art. 113, dispôs: “15) A União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País.”

Com a Insurreição, em 1935, a imagem do estrangeiro seria atrelada a movimentos rebeldes, de esquerda, com repercussão junto aos órgãos policiais e de controle. O falso Plano Cohen,⁴⁷ de que existia uma revolução comunista em curso, faria o resto para justificar o Estado Novo. Em setembro de 1937, esse misterioso e fictício plano, fabricação dos integralistas, serviu ao então ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para denunciar um complô comunista.

O aperto contra os estrangeiros se fechou com o golpe de Vargas em 1937 e o estabelecimento do Estado Novo. Em 1938, o Decreto-Lei n. 392 regulou a expulsão de estrangeiros, em seu Art. 2º.

Depois de cumprida a pena que lhe tenha sido imposta, fica sujeito a expulsão imediata o estrangeiro:

I – condenado ou processado pelo Tribunal ou Juízo competente, como autor ou cúmplice nos crimes contra a existência, a segurança ou a integridade do Estado e a estrutura das instituições; contra a economia popular, a dignidade pátria, o livre exercício dos direitos políticos; bem como nos de conspiração, sedição, ajuntamento ilícito e sabotagem; nos eleitorais de caráter doloso e em qualquer outro crime político (p. 47).

A lei ordinária em vigor, que dispôs sobre a expulsão de estrangeiros foi o Decreto-Lei n. 479/1938. Ainda nesse ano, o Estado Novo contou, além de suas disposições legais, com a atuação do recém-criado CIC, voltado à promoção da *nacionalização* das comunidades estrangeiras, “[...] especialmente da ala militar, que manifestava a preocupação com a possibilidade ou o perigo de desmembramento do território nacional” (MOVSCOWITZ, 2001, apud KOIFMAN, 2012, p. 106), pois os quistos étnicos eram considerados impedimento à política nacionalista.

A presença estrangeira nas mais importantes cidades era considerada preocupante. De acordo com Koifman, baseado em informações do então conservador

⁴⁷ O Plano Cohen seria obra de um adepto do integralismo, o capitão Olímpio Mourão Filho, que aparece mais à frente envolvido com a Revolução de 1964. Mourão provaria sua inocência em 1956 no Conselho de Justificação do Exército Brasileiro. Outra hipótese é que o plano foi arquitetado pelo general Góis Monteiro, na época chefe do Estado Maior do Exército. Em 26/6/35, o jornal *O Globo* publicou matéria sobre um Plano Vermelho vindo da Rússia para a destruição da nação brasileira. *Soviets no Brasil*, CPDOC/FGV (artigo divulgado pelos integralistas do Rio Grande do Sul, 1935).

ministro da Justiça, Francisco Campos:⁴⁸ a partir de 1887, metade dos imigrantes tinha como destino São Paulo, configurando, em 1920, 18,2% da população total; no Distrito Federal, 20,8%; em Mato Grosso, 10,4%; no Paraná, 9,2%; e no Rio Grande do Sul, 7,1% (2012, p. 102-103). Para o ministro, nessas concentrações “reside o perigo da desnacionalização” (2012, p. 111).

Há duas observações interessantes apontadas por Campos em seu relatório a Getúlio, que escreveu:

[...] dos japoneses, que praticam, no Estado de São Paulo, uma invasão pacífica que nos poderá causar um dia os mais sérios dissabores, seja quanto à composição étnica da população de grandes e ricas regiões do Brasil, seja quanto aos interesses imediatos da segurança nacional (KOIFMAN, 2012, p. 117).

E, quanto à desconfiança que guardava da atuação do governo espanhol, especialmente após o fim da Guerra Civil Espanhola, que “ensaia assumir, por seus representantes consulares e diplomáticos e pelas fundações de propaganda, o controle dos seus nacionais residentes em nosso país.”⁴⁹ Como se pode perceber, por esses dois recortes, torna-se explícita a rejeição ao japonês alegando-se motivações étnicas e de segurança nacional, ou seja, de fundo político, que reaparece fortemente na questão espanhola.

Campos não só cuidou atentamente da Constituição de 1937 como também elaborou o Decreto-Lei n. 3.175/1941, cuja ementa restringia a imigração, inspirado no pensamento eugenista norte-americano e seu *Immigration Restriction Act* dos Estados Unidos, em 1924. Conexas a esse Decreto-Lei, viriam as leis de nacionalidade (naturalização, inclusive), de repressão à atividade política de estrangeiros, de expulsão e extradição que ele qualificou em seu livro *O Estado Nacional* (1940) como um magnífico campo de leis nacionalizadoras, de grande significado na história da pátria, “exprimindo novo estado de consciência coletiva” (KOIFMAN, 2012, p. 18).

Em 1936, o processo de naturalização ganhou dificuldades a mais, pois as polícias estaduais seguiam as determinações da Polícia do Distrito Federal comandada por Filinto Müller. Assim, antes de se atender o requerente, abria-se sindicância para

⁴⁸ Em seu trabalho **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, Fábio Koifman analisa detidamente 21 das 52 páginas de exposição de motivos de Francisco Campos a Getúlio Vargas para elaboração de lei restritiva à imigração. O autor também abordará o pensamento de outro intelectual à época, Ernani Reis, principal agente incumbido pelo Estado Novo de participar da elaboração e da prática das políticas que se consideraram necessárias em relação à entrada de estrangeiros.

⁴⁹ Ibid., p. 121.

vasculhar suas atividades sociopolíticas para somente depois lhe conceder a nacionalidade (CANCELLI, 1994). Essa mesma polícia era responsável pelo cumprimento do Decreto-Lei n. 383/1938, que obrigava as sociedades de estrangeiros à nacionalização para se licenciarem: diretoria com dois terços de brasileiros e o presidente também brasileiro.

Com o Estado Novo, promulgaram-se vários instrumentos, como o Decreto-Lei n. 406/1938 e o Decreto-Lei n. 3.010/1938, que impuseram a necessidade de exame e de laudo médico, que passaram, entre outras exigências, a integrar o rol de documentos necessários à obtenção do visto.

Em consonância, Campos foi representante dos interesses da Igreja Católica junto a Vargas. O então ministro refletiu uma plataforma xenofóbica e controladora ao reformar as instituições jurídicas (Códigos de Processo Penal e Civil, Código Penal) e a implantar a centralização política, por meio do Decreto-Lei n. 1.202/1939, que dispôs sobre a administração dos Estados e Municípios e organizou o sistema de interventores.

Na exposição de motivos de Francisco Campos a Vargas para a elaboração de lei restritiva à imigração, analisada por Koifman, foi reiterado que o imigrante agravaria as condições econômicas dos nacionais. É possível encontrar também referência ao termo *racial suicide* (de Edward Ross, que expôs à American Academy of Political and Social Science como a desenfredda imigração do *inferior* asiático que levaria à extinção dos norte-americanos) (KOIFMAN, 2012).

O projeto de nacionalismo de Vargas primou pela negação da diversidade do outro, daquele que quis ascender socialmente, reconhecer-se como cidadão e, diante de seus direitos negados, muitas vezes precisou partir para o confronto e sofreu retaliações e violências respaldadas em mecanismos jurídicos para seu controle ou expulsão. Em entrevista concedida à imprensa de Porto Alegre, Vargas mencionou que:

[...] nossas estatísticas têm demonstrado que o crescimento da população do País se deve mais à natalidade do que à imigração. Precisamos cuidar das crianças, criá-las, higiênica e saudavelmente, enfim, obedecer aos preceitos da puericultura. As crianças é que povoarão o Brasil, e não os imigrantes (KOIFMAN, 2012, p. 82).

Portanto, o discurso de Vargas foi claro quanto à rejeição ao imigrante, apostando a constituição da nacionalidade brasileira nas crianças, de nativos ou das novas gerações com ascendência estrangeira, quem sabe, mas não do imigrante em si.

Essa coleção de leis contra os imigrantes, citada brevemente, vem auxiliar na elucidação discursiva utilizada com a segurança nacional que encobre, na verdade,

justificações e preconceitos de toda ordem. No Brasil, ainda encontramos tardiamente, em 1945, o Decreto-Lei n. 7.967 com tons eugenistas:

Art. 1º - “Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por essa lei”.

Art. 2º - “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional”.

Também os jornais publicavam de forma recorrente editoriais contra estrangeiros, caso do *Correio Paulistano* e *Jornal do Commercio*, em São Paulo (ALVES, 1977). Houve noticiário abundante sobre expulsões e se defendeu a repressão, considerando a versão oficial de conspiração secreta internacional a favor do comunismo como verdadeira. Estabeleceu-se um debate contra os imigrantes que só tiveram voz em seus próprios periódicos até sua circulação ser proibida.

A polícia foi presença constante na vida do imigrante. Quem trabalhava era ordeiro e disciplinado em contraponto ao *anarquista agitador* (aproximando-se do sentido de bagunça) e *comunista* que criaram sindicatos, lideraram greves e, por isso, mereciam ser punidos. Temos então o binômio ordem/desordem, disciplina/indisciplina no discurso varguista porque desobedecer a lei imposta era crime; o imigrante que não trabalhava poderia ser enquadrado como vagabundo, motivo suficiente para a expulsão. A polícia prendia preventivamente, muitas vezes na calada da noite, invadindo casas, implantando o medo em nome do controle. O que se queria era um ser apolítico, moldado, em uma submissão consentida a fim de se evitar a inquietação social.

No Estado Novo (1937-1945), incentivou-se a criação de uma identidade a fim de relegar a um segundo plano o passado escravocrata que justificaria o atraso do País em todos os sentidos, o material, o cultural, o alto índice de analfabetismo. A orientação política retratada como *revolucionária e nova* visava garantir a continuidade dos interesses de grupos da elite, mas com roupagem diversa. O objetivo era ocultar a frágil trama de relações no tecido social em período de ebulição que se resolveu com a repressão e leis que atraíram para a estrutura paternalista do Estado o trabalhador que começava a reivindicar benefícios e a se mobilizar.

4 O GOLPE DE 1930 E O ESTADO NOVO

O getulismo assumiu posicionamento totalitário, em período marcado por importantes transformações no Brasil com o fim da I República, dois golpes de Estado (1930 e 1937), a Insurreição (1935), e, no mundo, com a Revolução Espanhola (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945).

Com o governo Vargas houve uma cascata de medidas: a Lei de Segurança Nacional (LSN), em 1935, colada à decretação de Estado de Sítio com prisões indiscriminadas no mesmo ano, o Estado de Guerra e a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC), a determinação de se colocar os partidos políticos na ilegalidade e a instituição do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em 1936, a fim de julgar os envolvidos em ações consideradas esquerdistas. Essas medidas deram suporte a um período repressivo no País administrado basicamente por decretos.

No golpe, em gesto simbólico e mítico, Vargas vestiu pela última vez a farda militar, trocada por trajes civis, e assim esteve à frente do poder em dois períodos. O primeiro, de 1930 a 1945, em quinze anos ininterruptos, divididos em três fases: de 1930 a 1934, com seu Governo Provisório; de 1934 até 1937, como presidente do governo constitucional, eleito pela Assembleia Nacional; e de 1937 a 1945 liderando o Estado Novo após novo golpe. Deposto em 1945, voltou à cena pública como senador (1946-47) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – quando teve participação nula na Constituinte e foi o único a não assinar a Constituição de 1946 – até sua campanha à presidência da República, em 1950, com o *slogan* ‘Ele voltará!’. Eleito por voto direto, Getúlio governou contraditoriamente por três anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até a madrugada de 24 de agosto de 1954, quando se suicidou aos 73 anos com um tiro no coração, em seu quarto, no Palácio do Catete (RJ), ao perceber a manobra militar que tencionava destituí-lo. Assim, ele sairia ‘da vida para entrar na história’.

De família política, de São Borja (RS), nascido em 1882, Vargas iniciou carreira militar, em 1898, como soldado de guarnição com apenas 16 anos. Ao ser transferido para a capital gaúcha, conviveu com os cadetes da Escola Militar Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que se tornariam homens fortes na política brasileira, inclusive em seu governo. Bacharel em Direito (1907) e com a patente de sargento, foi promotor público em sua capital, deputado estadual pelo Partido Republicano Riograndense (PRR, 1909), reeleito em 1913, sucessivamente em 1917, 1919 e 1921, e líder do partido. Concorreu ao cargo de governador do seu Estado (1927), enterrando 30

anos do governo de Borges de Medeiros e urdindo o golpe de 1930 contra o então presidente Washington Luís de quem fora ministro da Fazenda (1926-1927) (NETO, 2012).

Compreende-se que o colapso dos preços internacionais do café na Bolsa de Nova York, em 1929, havia transformado o cálculo político: a desvalorização ocorreu três meses após a indicação de Júlio Prestes à presidência. Washington manteve a candidatura do seu indicado, como queriam os cafeicultores paulistas, apesar de Vargas concorrer ao cargo também. Estabeleceu-se o embate de forças sociais: a oligarquia do café se enfraquecia frente à burguesia industrial crescente e à organização dos trabalhadores.

Três Estados negaram apoio ao presidente: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, articulando a Aliança Liberal (AL), frente ampla de oposição, cuja maioria de políticos e tenentes recusou o resultado das urnas que dava a vitória a Prestes e conspirou a fim de impedir sua posse. O comando militar ficou a cargo de Góis Monteiro e os fatos se precipitaram com o assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, em 16/7/1930, no Recife, vice de Vargas. Um motivo para acirrar os ânimos.

Em novembro, Getúlio Vargas chegou ao Rio de Janeiro e tornou-se à força presidente do Governo Provisório, encerrando o que se denominou República Velha e sua política café-com-leite. No afã do golpe, Vargas fez promessas: anistia aos integrantes de movimentos rebeldes dos anos 1920, criação dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública (1930), o primeiro Código Eleitoral (1932), com o voto obrigatório, secreto e feminino. Também em 1932 foram marcadas eleições diretas para maio do ano seguinte com o objetivo de se eleger os membros da Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse cenário de mudanças e rupturas, os tenentes do Clube 3 de Outubro (organização fundada em 1931, no Rio, por militares vinculados ao movimento tenentista em apoio ao Governo Provisório) exigiram de Vargas o prolongamento indefinido de seu governo, argumentando que as mudanças estruturais que o Brasil precisava seriam frustradas por eleições imediatas que reconduziriam ao poder a elite tradicional; também rejeitavam a Assembleia. Enquanto isso, os constitucionalistas liberais insistiam no pleito.

O clima de efervescência desembocou logo depois na Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932, a guerra paulista, tocada por civis e militares. Os rebeldes aguentaram os combates e o cerco até 2 de outubro, quando se renderam. Encerrado o conflito, Vargas procurou se reconciliar com São Paulo e nomeou como

interventor um civil paulista que apoiou o movimento de 1930, Armando de Sales Oliveira, substituído posteriormente por Adhemar Pereira de Barros (1938-1941). Outra medida foi instruir o Banco do Brasil a assumir o bônus da guerra que os bancos paulistas tinham emitido a fim de financiar o esforço de guerra. Foi uma forma de contentar os homens de negócios que alegavam que nada justificava a destruição do centro mais rico e produtivo do País. Em 1932, uma única indústria, a cervejaria Antarctica, pagava mais impostos à Federação do que cada um dos quinze Estados brasileiros (WEINSTEIN, 1990, apud LEVINE, 2001). São Paulo respondia àquela altura por 40% da produção industrial nacional.

Depois de 1932, a classe média não se agrupou apenas em torno do tenentismo, mas também surgiram os partidos Trabalhista de São Paulo, Aliança Socialista e Partido Socialista, além da sigla Comunista. Mas sua ditadura feroz se deu entre 1935 e 1945. Com Vargas ganharam força a censura e os aparatos repressivos e policiais, dando contorno à criação do inimigo útil: o perigo *amarelo* (em função do nacionalismo japonês) e o perigo *vermelho* (no qual se incluiu o espanhol, anarquista ou comunista), entre outras nacionalidades. Adotou-se um discurso em prol da preservação dos valores e da segurança nacional. As prisões se encheram e o perigo estrangeiro foi usado para dar legitimidade à era Vargas em seu projeto de centralização do poder.

Desde os anos 1930, a *ameaça comunista* se tornara uma de suas obsessões. Mas o cenário político estava bipartido. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) apoiou a frente popular Aliança Nacional Libertadora (ANL) que contou com parte do apoio da classe média apostando em outro gaúcho, Luís Carlos Prestes, conhecido como o Cavaleiro da Esperança.⁵⁰ À direita, desde 1932 organizava-se a Ação Integralista Brasileira (AIB) representada por Plínio Salgado com sua simbologia e hierarquia militares, guardando semelhança com o fascismo europeu. Seus integrantes faziam comícios massivos e enfrentavam violentamente nas ruas os integrantes da esquerda. Os integralistas atraíam seguidores entre as classes média e alta, especialmente entre oficiais da Marinha e o Clero.⁵¹

⁵⁰ Prestes deu evidência ao tenentismo, nome dado ao movimento político-militar e à rebelião de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro que discordavam da situação política do País, e exigiam voto secreto, obrigatoriedade do ensino primário e limitação dos poderes do Executivo. Entre os movimentos tenentistas, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes (1925-1927).

⁵¹ Os católicos se organizavam em associações como a Liga Eleitoral Católica (LEC) e endossavam a perseguição policial aos comunistas. Uma série de dispositivos católicos seriam incorporados à Constituição de 1934 levando à repressão contra protestantes, espíritas, testemunhas de Jeová, judeus etc., ou seja, a liberdade de culto era uma farsa. Surgiram jornais que combatiam essa mentalidade como o anticlerical *A Lanterna*. A Encíclica *Divini Redemptoris*, de 1937, do Papa Pio XI, conhecida como *Sobre o Comunismo*, era a preocupação de Roma com o Catolicismo nas Américas e a abominação frente à

Skidmore (1982) reforçou a ideia de que o Integralismo e a ANL foram os primeiros movimentos políticos nacionais de orientação ideológica. Vargas realizou eleições para a Assembléia Constituinte em 1933, promulgando nova Carta em 1934, considerada por ele liberal demais no combate aos movimentos.

Assim, em julho desse mesmo ano, pôde eleger-se indiretamente pelo Congresso Nacional para um mandato que se estenderia até a eleição direta agendada para janeiro de 1938. Mas, em meados de 1937, surgiram dois candidatos à sucessão presidencial no cenário: Armando de Salles Oliveira, apoiado pela recém-formada aliança política, a União Democrática Brasileira, e José Américo de Almeida, ex-tenente e político da Paraíba. Vargas não apoiou nenhum dos dois e os integralistas ficaram esperando pelo seu posicionamento claro, o que não ocorreu, e por fim indicaram Plínio Salgado como candidato em junho de 1937. Vargas tentou conversar com os integralistas, mas a campanha presidencial transcorria sob violência: os membros da AIB, em brigas de rua em Campos (RJ), deixaram saldo de 13 mortos.

Os conselheiros de Vargas plantaram a ideia de que somente ele poderia dar o *continuismo* necessário. A ideia de golpe, alimentada desde 1935, somou-se ao fato de o Congresso ter concedido facilmente poderes de emergência ao governo autoritário até que se recusaram pela primeira vez, em junho de 1937, a renovar o Estado de Sítio.

Porém, em 1º de outubro, o Congresso aprovou a suspensão dos direitos constitucionais que haviam sido negados anteriormente e foi declarado Estado de Guerra em todo o País. Vargas conspirou com seus generais para encenar um golpe, ganhando antecipadamente a eleição, já que a lei não permitia mais que fosse reeleito.

Os preparativos para o golpe de 1937 se aceleraram. Marcado para 15 de novembro, a fim de coincidir com os 48 anos da Proclamação da República, foi antecipado para o dia 10. Nessa data, em seu programa de rádio, Vargas avisou que o Brasil precisava abrir mão da democracia partidária que “ameaçava a unidade pátria” e descreveu o Congresso como um “aparelho inadequado e dispendioso”, cuja manutenção era “desaconselhável” e por isto este foi cercado por tropas e fechado.

Escreveu-se a Constituição de 1937, elaborada pelo ministro ultraconservador Francisco Campos,⁵² a *polaca* (gíria para prostituta por ter sido inspirada na da Polônia,

ideologia que se infiltrava nas associações e publicações católicas. Vargas era agnóstico, mas mantinha relações estreitas com o clero por razões políticas. Estava de acordo com muitas opiniões da Igreja e menosprezava o Espiritismo, que a Igreja chamava de “fábrica de loucura” (Levine, 2001, p. 62) e os cultos afro-brasileiros, considerados aberrantes, que foram suprimidos pela polícia (ibid., p. 90).

⁵² Autoritário e antiliberal, Francisco Campos foi professor, político e jurista. Ferrenho opositor do movimento tenentista, participou das conspirações que levaram à chamada Revolução de 1930, encerrando o período da República Velha. Esteve no Ministério da Educação e Saúde (1931-1932) e foi

imitando modelos corporativistas e fascistas europeus). Com amplos poderes concedidos no Estado Novo, instaurou-se a ditadura com a justificativa que o regime recém-instalado combateria a situação de pré-guerra civil que o Brasil vivia naquele momento, conforme consta no preâmbulo da Carta. Vargas agendou um plebiscito dali a seis anos para a escolha de novo presidente, mas este nunca foi realizado.

Getúlio construiu o inimigo objetivo, comunista, real ou imaginário, e amparou-se na Lei de Segurança Nacional para o emprego da tortura, expulsões e assassinatos. Com garantias individuais suprimidas, os departamentos policiais dedicados à repressão política e social ganharam musculatura sob a liderança de Filinto Müller (1933-1942). Homem próximo de Vargas, foi militar e ocupou cargos parlamentares, chegando a presidir a Arena, partido de sustentação do governo. Teve trajetória contraditória: participou da Revolta Paulista de 1924, dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Na coluna Miguel Costa-Prestes, Müller foi promovido de capitão a major das forças revolucionárias por Prestes e oito dias depois escreveu carta aos seus sargentos e soldados propondo a deserção coletiva, alegando que não alimentava esperanças. A carta chegou às mãos de Prestes, que o acusou de covarde e desertor.

Müller foi chefe da Polícia do Distrito Federal (ainda no Rio de Janeiro) de 1933 a 1942. Após a Insurreição, em 1935, Müller integrou operações contra os movimentos comunista e integralista, estando ligado à deportação da esposa de Prestes, a judia alemã Olga Benário, grávida, e morta em câmara de gás em campo de concentração alemão.

Assim, reforçou-se o governo autoritário com as nomeações do general Eurico Gaspar Dutra, em dezembro de 1936, como ministro da Guerra, e, em julho de 1937, do general Góis Monteiro, como chefe do Estado-Maior do Exército. Foram cerceados os direitos e as garantias individuais durante o regime de exceção:

O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela (1938, p. 311).⁵³

Os partidos políticos e movimentos foram abolidos (Decreto-Lei n. 37/1937), em 2/12, inclusive a Ação Integralista Brasileira que, em 8/5/1938, atacaria o Palácio

nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe para a instalação do Estado Novo, encarregado por Vargas da redação da Constituição de 1937. Na Justiça, permaneceu de março a setembro de 1932 e, depois, de 1937 a 1942. Foi um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil e também esteve à frente da redação dos Atos Institucionais nº 1 e nº 2 do golpe de 1964.

⁵³ VARGAS, Getúlio, **A Nova política do Brasil**, vol. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Presidencial defendido pelo próprio Getúlio, sua filha Alzira, mais o *staff* pessoal, que estiveram entrincheirados até a chegada de apoio. Os líderes do Levante Integralista foram presos ou exilados e, com isso, os dois movimentos políticos surgidos na década de 1930, integralista e comunista, acabaram contidos.

A consequência foi que o golpe de 1937 fechou o sistema político e deu início à segunda metade do seu governo de 15 anos, iniciado em 1930 e encerrado em 1945. O Estado Novo levou à centralização e unificação administrativa e a articular rede de alianças políticas autoritárias que não produziu novos partidos imediatamente. Em função do projeto populista, regulamentou-se a sindicalização das classes patronais e operárias (Decreto n. 19.770/1931), tornando obrigatória a aprovação dos seus estatutos pelo Ministério do Trabalho e se instituiu a carteira de trabalho e a jornada de 48 horas semanais para funcionários do comércio e da indústria (1932). A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) chegaria mais tarde, em 1943.

Com o Ministério do Trabalho, os sindicatos corporativistas foram absorvidos na estrutura paternalista do Estado. O sindicato transformou-se em órgão consultivo, esvaziado de função política; regulamentou-se sua organização e a escolha dos dirigentes. Quem quisesse falar nas reuniões precisava apresentar a carteira de identidade, uma forma de controle. Foi modificada a lei de sindicalização impondo apenas uma associação por categoria, ocorrendo fiscalização e a determinação da regra que permitia apenas brasileiros à frente das organizações dos trabalhadores porque foi elevado pela elite à categoria de *operoso e patriótico*, em posição superior ao estrangeiro que passou a ser considerado *falso e desleal*, refletindo a campanha nacionalista (MARAM, 1979).

O Ministério recolhia e canalizava todas as contribuições sindicais e exercia poder de veto nas eleições. As greves eram ilegais, entre 1937 e 1946, e nenhuma negociação existia entre sindicatos e empregadores. Esses mesmos benefícios não foram estendidos ao setor rural porque este representava perigo menor de mobilização, mais fácil de ser reprimido pelos fazendeiros.

Boa parte da inspiração para a nova legislação trabalhista de 1939 teve inspiração na *Carta Del Lavoro* do Estado fascista italiano, e no Ministério do Trabalho havia, inclusive, um busto de Benito Mussolini:

No decorrer da década de 30 os tecnocratas do governo, liderados pelo advogado e filósofo político Oliveira Vianna, usaram seus poderes arbitrários para modelar uma rede de sindicatos oficialmente estabelecidos (organizados por ofício) em nível local. Cada sindicato

sediado em um município era impedido de ter relações diretas com sindicatos de outros municípios no Estado, mesmo sendo do mesmo ofício. Federações estaduais e confederações nacionais eram permitidas, mas estas também estavam impedidas de ter vínculos diretos com organizações de nível local (SKIDMORE, 2003, p. 166).

Vargas se tornou patrono da industrialização, especialmente entre 1937-1945, ao apostar na construção do parque industrial brasileiro. Os líderes do setor, como Roberto Simonsen, apoiavam e aguardavam as medidas de crescimento do presidente que cortejava o investimento estrangeiro.

Nesta pesquisa, o período de interesse se inicia em 1930 e se encerra com a derrocada do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945 com a deposição de Vargas por um movimento militar liderado por quem lhe era próximo, como Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Um dos pretextos do golpe envolveu o irmão de Vargas, Benjamin, o *Bejo*. Em 25 de outubro, comunicou-se a João Alberto, chefe de polícia do Distrito Federal, que ele seria substituído por Bejo, conhecido por se envolver em confusões e ligações a negócios políticos sombrios. A revolta dos que estavam à volta do então presidente foi imediata.

No regime Vargas, o abuso contra os direitos humanos atingiram níveis sem precedentes com seus aparatos de segurança. O saldo de 10 mil presos políticos pode se elevar ainda mais em função de Filinto Müller ter queimado documentos da polícia, quando deixou o cargo em 1942 (CANCELLI, 1994). Portanto, milhares de presos não contavam com um processo formal e o Tribunal de Segurança Nacional era o responsável pelo alvará de soltura.

Vargas nunca foi incriminado pelas atrocidades desses anos – torturas que levaram presos à loucura, caso de Harry Berger, assassinatos de presos políticos, expulsões e deportações e a entrega de Olga Benário e Elise Berger à Gestapo.

Os anos 1930 foram férteis em leis sociais e trabalhistas com o objetivo de destruir organizações independentes e suas lideranças. Uma delas agregava os anarco-sindicalistas sob a bandeira da Federação Operária de São Paulo (FOSP), principal órgão de liderança da classe trabalhadora até o início dessa década, que acreditava que somente a união dos trabalhadores, sem um poder central constituído, poderia ser capaz de alcançar o verdadeiro socialismo.

Portanto, os anos 1930-1940 registraram forte crise política promovendo mudanças sociais e rupturas diante do fascismo italiano, do nazismo alemão, do imperialismo japonês, que desembocou na II Guerra, além do nacionalismo de

Francisco Franco e a Guerra Civil Espanhola. No Brasil, o governo Vargas, com seu projeto populista, fez coro ao nacionalismo crescente em âmbito mundial.

4.1 1935: AMEAÇA EXTERIOR

Um forte discurso de Luís Carlos Prestes, por ocasião do aniversário da revolta no Forte de Copacabana, em 5 de julho, deu a Vargas a possibilidade de aplicar a Lei de Segurança Nacional (n. 38/1935), que definiu crimes contra a ordem política e social e a subversão da ordem pública, dando poderes especiais ao governo federal para reprimir o nascente movimento político popular encabeçado por comunistas. Em seu discurso, Prestes usou a expressão “a ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas” e pediu todo o poder à ANL.

Mais de 1.600 seções locais da ANL haviam surgido até maio de 1935, ano em que Müller, em entrevista à imprensa, anunciou evidências inquestionáveis sobre a fixação de comunistas estrangeiros na América do Sul, tendo o Brasil como foco de disseminação da propaganda comunista. À entrevista de Müller, seguiu-se o Decreto n. 229/1935 de 11 de julho, que garantiu o fechamento das seções da ANL. No dia 13, a polícia invadiu sua sede, confiscou documentos para provar a influência comunista e deteve militantes. Roberto Henrique Sisson, secretário-geral da Aliança, fez caravana por diversos estados para manter células clandestinas, que se transformaram depois em células do PCB com 8 a 10 mil militantes (DULLES, 1977). Em 1934, o PCB apoiou e promoveu o movimento da ANL com Prestes ainda fora do país, aclamado como seu presidente honorário.

Essas ações, entre outras, levaram à Insurreição. A revolta irrompeu em bases militares de Natal, Recife e Rio. É bom frisar que a repressão se deu intensamente depois contra civis, intelectuais e estrangeiros, mas os militares eram a maioria dos sublevados, conforme alerta Vianna (2011). Em 23 de novembro, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, a revolta se deu em nome da ANL com 45% dos revoltosos sendo militares – sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores inconformados com a aposentadoria militar – e apenas 27% de operários. Em 24 de novembro foi a vez do 29º BC de Recife. No levante, 52,5% eram militares e 25%, operários. Na revolta do Rio, 65% eram militares e 11%, operários. Muitos destes foram processados por serem do Partido Comunista e 42 estrangeiros foram também envolvidos nas rebeliões, em sua maioria, espanhóis e portugueses. Em 25 de novembro, o Congresso atendeu pedido de Vargas e declarou Estado de Sítio em todo o território nacional pelo prazo de um mês.

Sem coordenação das forças do Nordeste e do Sudeste, a revolta dos militares comunistas foi facilmente contida por Vargas. O evento seria a prova ideal da ação *bolchevique* e, no dia seguinte à vitória, fez-se circular histórias exageradas de oficiais legalistas, desarmados, baleados em suas camas. Na avaliação de alguns historiadores, houve otimismo exagerado de Prestes, que acreditou na infiltração suficiente do Partido Comunista no Exército para a tomada do poder.

Segundo Prestes, “[...] muita gente diz que foi a IC que determinou a Insurreição no Brasil. Eu não sei de onde tiraram isso”; a ideia teria sido levantada por Filinto Müller. Desde junho de 1935, a polícia forjava ‘planos comunistas elaborados por Moscou’, que o jornal *O Globo* publicava com destaque.⁵⁴ Na avaliação de Vianna, para o governo era essencial ligar o movimento comunista à Internacional Comunista (IC) não só para justificar o perigo estrangeiro, como também a falta de reação no quartel do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, e a desabalada fuga do governo tão logo se ouviram os primeiros tiros. Assim, a repressão teria como foco central o comunismo.

Vianna concluiu que entre as motivações que levaram à Insurreição estão: o espírito tenentista e a tradição de movimentos militares nos setores ativos da sociedade, como a ANL e o PCB, com a figura de Prestes; mobilização popular contra o integralismo, reforçada pela rejeição ao nazifascismo; oposições estaduais a Vargas; insatisfação dos militares subalternos; e lutas políticas locais que se desenvolveram principalmente com as eleições estaduais de outubro de 1935.⁵⁵ As insurreições nesses três estados foram marcadas pela autonomia e o PCB não deu a elas uma marca político-partidária.

Líderes do Partido Comunista foram presos, menos Prestes, que fugiu dos perseguidores até 5/3/1936, detido por Müller. Em 14 de dezembro endureceu-se a Segurança Nacional por meio da Lei n. 136, que definiu novos crimes contra a ordem pública. Em 18 de dezembro de 1935 promulgaram-se três emendas à Constituição de 1934, dando mais poderes ao Estado.

As prisões rapidamente se encheram. O navio *Pedro I*, ancorado na baía da Guanabara, transformou-se em navio-prisão, detidos foram levados para as ilhas de Fernando de Noronha, no Nordeste, e ilha Grande, a oeste do Rio de Janeiro. A Casa de Detenção do Rio de Janeiro recebeu mais de 1.200 prisioneiros, apesar de sua capacidade ser 400. Em São Paulo, a prisão do *Paraíso* e a *Bastilha do Cambuci* não

⁵⁴ Ibid., p. 150.

⁵⁵ Ibid., p. 407.

comportaram todos os presos. Por isto, no final de 1935, a fábrica de tecidos de Jorge Street, Maria Zélia, paralisada diante da grave crise econômica, virou prisão.

A Insurreição não foi o único motivo para o golpe de Getúlio, dois anos depois. Naquele ano, ocorreram inúmeras greves e manifestações integristas. Maio e junho foram meses tensos por causa da reivindicação de reajuste dos militares. O movimento operário também pedia reposição.

Em dezembro de 1935, o PCB tentou arrecadar fundos para manter ativas sua imprensa e divulgação; no ano seguinte, preocupou-se em reorganizar suas células divididas entre camponeses e operários, sendo reagrupadas nove delas, mas quatro funcionavam precariamente. Os grupos de Socorro Vermelho, formados em sua maioria por não-comunistas, tentaram debilmente prestar assistência às famílias dos presos. No interior, as forças prosseguiram dispersas (DULLES, 1985).

Em novembro de 1938, o regime comemorou o 1º aniversário do Estado Novo com uma Exposição Anticomunista e de Propaganda do Estado Novo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na qual se podia ver armas apreendidas durante a Insurreição, mapas da *aventura comunista* e uma vitrine na qual se ridicularizava a República espanhola, considerada tão ofensiva que gerou queixa formal da Embaixada desse país.

O governo esteve atento à movimentação ao baixar o Decreto-Lei n. 1371/1939, que restringiu o número de estrangeiros no porto de Santos (SP) para 1/3 do efetivo, exigindo a naturalização para quem estava há dez anos no Brasil (TAVARES, 2001). Nesse porto, boletins comunistas eram colocados na dobra da costura dos sacos que iam ser embarcados para que fossem encontrados por outros trabalhadores: “[...] os operários não foram fichados na polícia por quererem se sindicalizar ou reivindicar seus direitos, mas porque, como comunistas, se opunham politicamente ao regime, sendo fichados como ‘presos políticos’.”⁵⁶

Houve tentativas de se aproximar de uma geração combativa: em 11/3/1940, o *Diário Oficial* publicava o Decreto-Lei n. 2.072 que criava a Juventude Brasileira, movimento cívico encampado pelo governo, inicialmente idealizada por Francisco Campos para ser uma organização de caráter paramilitar (SANTANA, 2009).

Em 18 de abril de 1945, o Decreto n. 7.474 concedeu anistia geral para todos os condenados por crimes políticos praticados a partir de 16 de julho de 1934, data da promulgação da Constituição daquele ano, incluindo-se a libertação de Luís Carlos

⁵⁶ Ibid., p. 58.

Prestes após oito anos de prisão, como parte do esforço de *conquista* e busca de apoio dos comunistas.

Essa anistia foi a que alcançou a família espanhola Mas Herrera, presente nesta dissertação. Outras medidas dizem respeito ao Partido Comunista, que voltou à legalidade em 1947 sob a luz da Constituição de 1946, bem como a esquerdista Confederação dos Trabalhadores do Brasil e 143 sindicatos (de um total de 944), e a edição de novo Código Eleitoral.

4.2. APARATOS REPRESSIVOS

A partir de 1855, quando o fluxo migratório para o Brasil aumentou, em especial para São Paulo, a associação entre o elemento estrangeiro, da camada pobre e a criminalidade seria imediata. A polícia seria a responsável pelo processo de disciplinarização da sociedade.

Portanto, ganhou importância, no contexto desta dissertação, o nascimento da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS, em 1924) e sua função estratégica como braço repressor e aparelho ideológico do Estado. Essa reflexão passou obrigatoriamente pela compreensão da ideologia autoritária que moveu o governo de Getúlio Vargas com seu Estado Novo e do interventor Adhemar de Barros (1938-1941).

Para se ter uma ideia, em janeiro de 1931, o recém-chefe de polícia do Rio de Janeiro, Batista Luzardo, fez uso da campanha dos comunistas pela *Marcha da Fome*, justificando a ação policial a fim de deter o “plano criminoso de elementos nocivos” que, “disfarçados em seu trabalho, pretendem implantar o terror na cidade” (NASSER, 1966, p. 11). A partir daí passou a coordenar prisões, anunciando que comunistas estrangeiros seriam expulsos do território nacional. Luzardo foi o primeiro chefe de polícia a ordenar prisões por questões sociais, enviando os presos para a Casa de Detenção, sem processo ou inquérito, reunindo os presos políticos aos comuns.

A *Marcha* foi a primeira demonstração de massa organizada pela polícia que, com o apoio de 29 associações operárias, 15 mil pessoas foram reunidas para passeata em homenagem ao Governo Provisório, que acabou no Palácio do Catete, e seus integrantes foram recebidos por Vargas. Cerca de seis semanas depois da *Marcha*, pediu-se ajuda aos Estados Unidos no combate ao bolchevismo, e a polícia de Nova York enviou uma equipe. Coincidência ou não, um mês depois, em abril de 1931, ocorreu a prisão em massa de comunistas e, em seguida, houve a explosão de uma

bomba dentro do quartel-general da polícia, no Rio de Janeiro, o que levou à proibição de qualquer manifestação no Dia do Trabalho, em 1º de Maio (ROSE, 2001).

Cancelli alertou para o início da técnica policial de organização das manifestações massivas comuns entre 1930-1945, que contava com o impulso do Ministério do Trabalho, que acionava seus líderes locais arregimentando trabalhadores; a polícia fechava lojas, bares e café, na tentativa de reunir multidões. “Notícias e protestos contra abusos policiais passaram a ser bastante corriqueiros, e se falava em chacina, assassinatos, desaparecimentos, tortura de presos, prisões ilegais e invasão de sindicatos e associações” (1994, p. 111).

Em 1932, foi feita a Consolidação das Leis Penais. Em 1934, o governo de Vargas implementou a maior reestruturação policial jamais vista por meio do Decreto n. 24.531. Com a Constituição de 1934, criou-se o Conselho de Segurança Nacional. Com a Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, definiram-se os crimes contra a ordem política e social, estabelecendo medidas punitivas. Em 8/6/1935, o Decreto-Lei n. 479 passou a regular a expulsão de estrangeiros. Nesse mesmo ano, a partir de novembro passou-se a exigir que todos que quisessem viajar precisariam de permissão especial da polícia.

No Congresso Policial de 1936, o item *expulsão de alienígenas* foi o ponto mais alto e obedeceu aos procedimentos da polícia do Distrito Federal. Para atingir aos partidos políticos, Vargas fechou, em 1937, as siglas partidárias tradicionais. Em 1940, o Estado Novo aprovou o Código Penal que entraria em vigor em 1942.

Todo o processo de centralização policial foi formatado nos anos 1930. A reforma da polícia, em São Paulo, resultou na criação das Escolas de Polícia, que funcionaram apenas nessa década. Sua estrutura, em 1936, contemplava um setor somente para os presos da Superintendência de Ordem Política e Social. Magalhães lembra que:

A Polícia Política teve sua origem em 1924, quando foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social no Estado de São Paulo (Lei n. 2.034), vinculada ao Gabinete de Investigações. À medida que as atribuições dessa delegacia se ampliavam, ela foi ganhando novas denominações e funções ao longo de sua existência. Em 1936, o que existia era uma Superintendência de Ordem Política e Social, abrangendo a Delegacia de Ordem Política, a Delegacia de Ordem Social e a Delegacia de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições. Somente em 1945 a Delegacia de Ordem Política e Social transformou-se em Departamento de Ordem Política e Social, com várias delegacias especializadas (Decreto-lei n. 14.854) (MAGALHÃES, 2008, p. 73).

O DEOPS foi extinto pelo Decreto n. 20.872, de 15/03/1983. Magalhães apontou os motivos de existência do DEOPS: essa Delegacia esteve vinculada ao Gabinete Geral de Investigações. Mais à frente, o interventor Adhemar de Barros, por meio do Decreto n. 9.893-B/1938, alterou o nome dessa Delegacia Especializada para DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), suprimindo o cargo de Delegado Especializado, segundo a Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, mas o seu fundamento é o mesmo, a ação repressora. Antes subordinado aos Governos Estaduais, receberam outras denominações, dependendo da época e do local. Em São Paulo houve vários nomes (delegacia, superintendência), até ser extinto em 1983. No final, era Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

Os comunistas foram os que mais sofreram com a ação da polícia, com repressão maior entre 1935 e 1937, ou seja, entre a Insurreição e o início do Estado Novo. O país vinha fazendo uma série de acordos internacionais visando o combate ao comunismo:

Em 1936, o governo brasileiro emprestou secretamente ao Departamento de Estado americano, para que fossem tiradas cópias, as fichas sobre atividades subversivas no Brasil e em outros países. Estes documentos estavam escritos em português e alemão. [...] As ligações com o serviço secreto britânico vinham de longe, nos anos 30, eles prestavam uma série de informações à polícia brasileira. Graças a esta ligação é que foram presos Harry Berger e Luiz Carlos Prestes. [...] Logo após novembro de 1935, começavam as negociações mais definitivas para que a Gestapo e a polícia brasileira pudessem ratificar um acordo que visava, eminentemente, combater os comunistas (CANCELLI, 1994, p. 84).

Oswaldo Aranha, por exemplo, teria pedido ajuda ao FBI para ajudar a organizar um serviço secreto com foco nos espões nazistas e italianos, no Brasil (ROSE, 2001). E há registros que comprovam a intenção de se formar uma rede de comunicação para vigiar as atividades de brasileiros comunistas na Espanha, e vice-versa, de atividades de subversivos espanhóis em território brasileiro (SOUZA, 2009).

De acordo com Rose (2001), um dos irmãos de Filinto Müller, Júlio, interventor no Mato Grosso (1937-1945), convivia com alemães suspeitos e a mulher de Antônio de Barros, um dos irmãos de Adhemar, era prima-irmã de Joseph Goebbels, chefe da propaganda de Hitler. Adhemar havia estudado em Berlim antes do advento do nazismo, mas sua cunhada trabalhava no Consulado Alemão. São exemplos que a dura repressão política no País teve influências externas – a mesma acusação que se fazia contra os comunistas – e que poderia ter descambado para um caminho nazista. Filinto Müller, xenófobo, recebia regularmente materiais *educacionais* da Gestapo (LEVINE).

Naquela época, havia tantos presos que foi necessário usar navios da Marinha convertidos em cadeias flutuantes no calor insuportável do Rio de Janeiro; os que não eram brasileiros foram expulsos.

De 1930 a 1937, reforçou-se o aparato repressivo contra os estrangeiros, especialmente com o DEOPS. Um dos marcos do período de maior repressão ao estrangeiro foi o ano de 1938, e também 1942, com a II Guerra Mundial, quando se adotou um discurso forte que alcançou a imprensa, legitimando o governo xenófobo e nacionalista de Vargas: “[...] apostando em identificação entre Estado e Nação em luta comum contra o comunismo, os exóticos (estrangeiros), parasitas (judeus) e as raças ditas inferiores (negros e semitas)” (TAKEUCHI, 2002, p. 20). As ações desse período revelam a preocupação quanto aos imigrantes que extrapolavam a simples funcionalidade de ocupar terras e ser mão de obra barata.

O torpedeamento de cinco navios cargueiros do Brasil e dos EUA por submarinos alemães, por exemplo, foi atribuída à espionagem dos *súditos do Eixo* e, por isso, houve a evacuação de Santos em 24 horas, retirando-se cerca de 10 mil famílias alemãs e japonesas, transferidas do litoral para o interior (TAKEUCHI, 2009, p. 274).

O Decreto n. 383/1938, determinou várias proibições: os estrangeiros não poderiam participar de atividades políticas, formar quaisquer tipos de associação, falar idiomas estrangeiros em público ou usá-los na alfabetização de crianças. As transmissões radiofônicas e os impressos em outro idioma haviam sido proibidos. Assim, a publicação de jornais em japonês requeria obrigatória tradução para o português.

A presença dos japoneses no interior paulista, especialmente na Noroeste, mereceu atenção por parte da Polícia Política e foi alvo de circular por parte do delegado de Bauru, Rolim Rosa. O material, provavelmente de 1941-1942, elencou as proibições e demonstrou a tentativa de desterritorialização e desconstrução da identidade:⁵⁷

- 1 – Os japoneses não podem se reunir e conversar em japonês.
- 2 – Não podem fazer exercícios e ginástica de qualquer espécie.
- 3 – Não podem possuir ou ouvir rádio.
- 4 – Não podem viajar dentro do município a não ser acompanhados de brasileiros de confiança que os fiscalize e mediante licença do inspetor de quartirão do seu bairro.
- 5 – Não podem residir no meio de mato ou de capoeira.
- 6 – Não podem possuir arma de fogo de qualquer espécie.

⁵⁷ Artigo de jornal. Fonte não identificada. Pront. n. 552 – Delegacia Regional de Bauru, vol. 2. DEOPS/SP, DAESP. BRUSANTIN, 2003, p. 72.

- 7 – Não podem possuir terrenos, que pela sua localização e planura ou configuração possam servir de campo de aviação.
- 8 – Não podem ter com eles livros, máquinas fotográficas ou documentos em japonês.
- 9 – Não podem residir próximo às pontes, usinas ou fontes de água potável e de serventia da população.
- 10 – Os matos, plantações e terrenos de japoneses devem ser examinados por caboclos de confiança, para a averiguação de armas enterradas (*sic*) ou escondidas por eles embrulhos, sacos ou caixas suspeitas.

Medidas extralegais tomadas pela polícia, como a prisão relativamente longa para averiguação de elementos considerados nocivos à ordem pública, foram rapidamente sendo substituídas por medidas ilegais, como a manutenção de prisioneiros que já haviam cumprido suas penas:

[...] A polícia passou a ser controlada pelo governo e não por poderes judiciários independentes que seguissem a tradição clássica republicana. A modificação desta ênfase foi importante para a história social e política do Brasil, porque estas forças policiais passaram a trabalhar tanto com os delitos penais quanto com os delitos políticos (CANCELLI, 1994, p. 29).

A Polícia Política invadia casas na calada da noite, desfazia famílias inteiras com prisões e expulsões e promovia o medo como forma de controle social.

Cancelli (1994) alerta que não só em virtude da legislação, mas pelo caráter do governo federal, somente nos primeiros anos da década de 1930 é que se tratou de transformar as várias prisões e penitenciárias em um sistema. Antes disso, eram os estados que regulamentavam os serviços prisionais e as funções de execução penal eram basicamente administrativas. Além do mais, o Decreto n. 22.322/1933, segundo a autora:

O decreto de 10 de janeiro de 1933 era uma armadilha de poder, escondendo, sob tutela do Ministério da Justiça, o fato de o chefe de polícia responder diretamente às ordens da Presidência da República. Filinto Müller escrevia a Vargas, em 1937, a respeito da detenção de presos políticos sem processo formal que ‘somente ao presidente da República devo dar conta de meus atos no exercício do cargo com que sua confiança me honrou’ (CANCELLI, 1994, p. 51).⁵⁸

O autoritarismo de Vargas não se deu por um partido. Foi estratégia direta de governo, com inimigo objetivo, o comunista, a fim de justificar a repressão e a

⁵⁸ Arquivo Getúlio Vargas, vol. XXXVI, doc. 65. In. SILVA, Hélio, **Todos os golpes se parecem**, 1937, p. 581-582.

centralização do aparato policial. Nessa mítica da violência, o comunismo servia à manutenção do poder a fim de criar um clima de instabilidade para se governar.

Um aliado essencial de Vargas, no plano político estadual, foi o populista e contraditório Adhemar de Barros,⁵⁹ que tomava posições de acordo com interesses e conveniências. Aproximou-se, inclusive, dos integrantes da *Shindô Renmei* promovendo libertá-los assim que fosse eleito, mas a comunidade estava ressabiada quando se candidatou pela primeira vez ao governo do Estado (1947-1951) e coligou seu Partido Social Progressista (PSP) com o PCB. Em função dos protestos católicos e pressões do governo federal e dos partidos tradicionais, rompeu com os comunistas antes mesmo de tomar posse e passou a persegui-los, por meio do DEOPS. Sua ligação com Getúlio Vargas também foi conturbada: deputado estadual até fins de 1937, momento do golpe do Estado Novo, foi vítima do presidente que fechou as casas legislativas no País.

Vargas, ao trocar os interventores nos Estados a fim de afastar as hierarquias estaduais, mesmo com desavenças, nomeou Adhemar (com a recomendação de Filinto Müller) como interventor federal até ser exonerado pelo mesmo acusado de corrupção.

A segurança era uma das preocupações de Adhemar: criou e organizou, em 5/12/1938, pelo Decreto Estadual n. 9.789, a Casa de Detenção de São Paulo, extinguindo a Cadeia Pública e o Presídio Político da Capital. Neste mesmo ano, foi criado o Serviço Reservado.

[...] que deu origem, dois anos depois, ao Serviço Secreto. Este se constitui em um importante setor do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, o DEOPS (1924-1983). O decreto nº 11.128/40, que criou o Serviço Secreto, estabeleceu que teria 16 setores responsáveis pelas atividades sociais que poderiam representar algum perigo à ordem interna do Estado de São Paulo. Foram eles: comunismo; integralismo; fascismo; nazismo; niponismo; estrangeiros de modo geral; armas, explosivos e munições; ordem política; ordem social; ordem econômica; censura telefônica; censura telegráfica; censura à imprensa; censura postal; documentação e estatística e correspondência cifrada (ARAÚJO, 2001, p. 23, apud MORAES, 2004, p. 12).

⁵⁹ Médico, aviador, empresário (Lacta e Rádio Bandeirantes), de família tradicional de cafeicultores. Foi político entre as décadas de 1930 e 1960: deputado estadual de 1934 a 1937, prefeito de São Paulo (1957-1961) e duas vezes governador do Estado (1947-1951 e de 1963 até 1966 quando teve seus direitos políticos cassados sob a acusação de corrupção e excessivas nomeações, mas inocentado). Candidatou-se, sem sucesso, à presidência da República em duas ocasiões (1955 e 1960). Foi interventor em São Paulo (1938-1941) e sua trajetória esteve ligada à Revolução Constitucionalista de 1932; recebeu, em 1939, Edda Ciano Mussolini, filha do fascista Benito Mussolini; em 1940; confiscou o jornal *O Estado de S. Paulo*, devolvido aos Mesquita somente em 1945; em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros à presidência, apoiou a Campanha da Legalidade a favor da posse de João Goulart, mas, em seguida, atuou no golpe de 1964, liderando a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*.

Seu Serviço Secreto, formado por agentes reservados, eram incumbidos de infiltrar-se em fileiras comunistas. Para combater os movimentos organizados, solicitou dados estratégicos aos delegados de política do interior (1947) ao encaminhar questionário para ter informações sobre candidatos comunistas nas eleições municipais.

No fundo documental do DEOPS, reunido no prédio antes localizado à rua 7 de Abril, n. 81, é possível encontrar informações relativas aos conflitos entre agricultores e colonos, o nascimento de sindicatos e associações de imigrantes, além dos processos de deportação dos *indesejáveis*.⁶⁰ Uma parte desse arquivo se perdeu por diversos motivos, dificultando reconstituições históricas.

O arquivo acumulado pela Polícia Política, durante sua existência, sofreu perdas quando passou por um incêndio e quando pessoas interessadas, e com acesso à documentação, viram-se no direito de levar para casa o que lhes interessava. O restante do arquivo está hoje sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (MORAES; SANTOS, 2004, p. 35).

No fundo do DEOPS é possível encontrar documentos dos suspeitos usados como provas contra os mesmos, como cartas, fotos, recortes de jornais, livros e, de outra parte, os relatórios produzidos pela própria polícia que cumprem a função de legitimar o discurso oficial.

É válido lembrar que os processos policiais têm o filtro de escrivães e delegados, que impõem uma narrativa construída. Os registros históricos das ações da polícia política brasileira demonstram que o governo republicano, em distintos momentos, valeu-se de tribunais fortes para investir contra determinado grupo étnico ou político. Em muitos casos, o cidadão sob suspeita era forçado a testemunhar contra si mesmo.

Esses relatórios policiais serviram de legitimação à política varguista. É importante observar que, na construção da história oficial, ofereceu-se apenas uma versão dos fatos. Os prontuários eram apresentados como verossímeis, frutos de árdua investigação, um simulacro da realidade.

Diversos fatores reforçaram o imaginário contra o comunismo encampado pelo DEOPS. Acreditava-se que o perigo era alienígena e o comunista subvertia a ordem social. A partir de 1934, o PCB ganhou força junto aos militares e à classe média. Esse processo se acirrou com a Insurreição.

⁶⁰ Para saber mais: Serviço Secreto – Histórico: Dossiê 50-Z-30-4740, DAESP.

O Estado Novo contou com o apoio da imprensa e de intelectuais na criação do mito do perigo comunista, com o apoio do escritor modernista Cassiano Ricardo,⁶¹ por exemplo. Ele esteve no *Correio Paulistano*, jornal governista do Partido Republicano Paulista (PRP) – o diário mais antigo da cidade (1854) –, onde Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, dois de seus futuros grandes amigos, já trabalhavam. Tanto Ricardo como Del Picchia, em 1936, atuaram ativamente no *Movimento Bandeira* ao lado de outros modernistas:

O Movimento Bandeira, além de contrapor-se à vertente integralista de Plínio Salgado, na década de 30, ao congregar a maior parte dos outros integrantes verde-amarelos com outros intelectuais, como Mário de Andrade e Monteiro Lobato, saiu em defesa de um certo nacionalismo que se opunha a todas as influências estranhas à vida brasileira. Nesse sentido, fazia crítica não só do fascismo e da democracia liberal como da entrada no país do comunismo, considerado pelos movimentos como incompatível com a índole pacífica e os fundamentos cristãos da sociedade brasileira (CAMPOS, 2005-2006, p. 144).

Trecho do trabalho de Ricardo, *O curupira e o carão* (em conjunto com Plínio Salgado e Menotti Del Picchia), dá o tom que imperou à época: [...] “o bandeirismo foi marcadamente cristão, na luta contra tudo o que era comunismo feroz e monstruoso” (1927, p. 42).

Havia os jornais varguistas *O Dia*, sob os cuidados de Cassiano Ricardo, e *A Noite*, com Picchia, em cujas páginas encontram-se artigos, inclusive, de Oliveira Vianna.

Ao longo dos 15 anos do regime Vargas, as manifestações foram proibidas e reprimidas sob alegações que iam da tentativa dos comunistas de instalarem uma nova ordem mundial (até 1938), contrários à guerra (1941) ou quererem derrubar o regime (1943-1944) como bem alerta Cancelli (1994).

⁶¹Na administração de Armando de Salles Oliveira, Cassiano Ricardo é chefe de gabinete daquele tanto como interventor quanto governador, a partir de 1935. Permaneceu no gabinete do governo na gestão do interventor Adhemar de Barros, em 1938. No ano seguinte, segue para o Rio à frente da revista *Brasil Novo*, do Departamento Nacional de Propaganda, enaltecendo o Estado Novo. Volta logo depois a São Paulo, como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo e, em 1941, volta ao Rio de Janeiro escolhido por Getúlio Vargas para ser o diretor do jornal *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo, onde ficará até 1945.

4.3 A PROPAGANDA DE VARGAS

Com a rápida urbanização do país, em 1940, existiam quase um milhão de aparelhos de rádio, o que facilitou a propaganda do Estado Novo. O rádio aproximou Vargas do povo com insistentes discursos contra os comunistas e tons ufanistas para a construção de sua imagem de estadista, uma tática emprestada do fascismo europeu.

Em 1936, em seu discurso de Ano-Novo, Vargas disse que o comunismo “[...] é o mais perigoso inimigo da civilização cristã” porque traz desordem e, para os trabalhadores, um regime de trabalho escravo sob o disfarce da liberdade do proletariado. Os trabalhadores brasileiros, exortou, resistiram ao bolchevismo, exportado por países cuja vitalidade fora solapada pela I Guerra Mundial. A segurança nacional, afirmou em um discurso feito em junho do mesmo ano, necessitava do sacrifício de metas menores e exigia um clima de paz nas relações do trabalho. Uma nova nacionalidade brasileira logo emergiria, prometeu, espalhando-se de Norte a Sul – uma nacionalidade fundamentada no respeito à ordem e resistente aos agentes da subversão que operavam na clandestinidade. Os trabalhadores estariam protegidos pela Lei de Segurança Nacional, que livraria o País dos subversivos (LEVINE, 2001).

Em um programa transmitido no Dia da Independência, Vargas assegurou à nação que a liberdade chegou por intermédio do Estado Novo, a que chamou de democracia funcional. Todo dia, durante dez minutos, o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, dirigia-se à nação na mesma *Hora do Brasil*, iniciando sua fala com um “Boa noite, trabalhador”. Os trabalhadores, dizia ele, eram “os produtores da riqueza do Brasil”; eles “estavam fabricando um Brasil novo, com mais direitos, mais justiça social e mais dignidade humana”.

Em 1937, em novo discurso de Ano-Novo, Vargas proibiu todas as bandeiras que não fossem a nacional, músicas, saudações, uniformes e emblemas relacionados a organizações políticas (ROSE, 2001). O alvo eram os rituais adotados pelo integralistas, com suas camisas verdes e gravatas pretas, com braçadeiras com a letra grega *sigma* a representar a unidade, além da saudação *anauê*, ‘salve’, em tupi, dito com o braço esticado. O próprio governo italiano teria contribuído com a AIB, bem como o III Reich por meio de empresas alemãs instaladas no Brasil.⁶²

A censura foi estabelecida sobre a mídia. Publicações antigovernistas foram confiscadas de bancas de jornais e queimadas. O mesmo destino teve os jornais comunistas que se encontravam na Biblioteca Nacional (LEVINE, 2001). As redações

⁶² Ibid., p. 60.

do *Jornal do Brasil* e do *Diário Nacional* foram invadidas; o *Correio Paulistano*, desapropriado pelo governo, teve suas oficinas anexadas à Imprensa Nacional (CANCELLI, 1994) e houve censura contínua à imprensa.

A repressão e a propaganda se mesclavam. O processo de convivência de parte dos intelectuais à época, o papel exercido pela imprensa em consonância com a política oficial e os aparelhos repressores do Estado, como o DEOPS (1924-1983) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP, 1939-1945), responsável pela divulgação das diretrizes ideológicas e culturais do regime, além de realizar o culto a personalidade, deram suporte à estratégia de fortalecimento da imagem de Vargas.

Entre as atribuições do DIP, estava a censura à mídia: proibiu-se a veiculação de 108 programas de rádio e 373 músicas, muitas delas carnavalescas (LEVINE, 2001). Havia cinco divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. Um sexto departamento movimentava verbas secretas a fim de pagar jornalistas, artistas e intelectuais cooptados pelo regime.

Antes, em 1931, existira o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que fornecia informações oficiais à imprensa. O DIP, surgido depois em 1939, teve importância estratégica, pois enviava material informativo às redações e contava com uma subdivisão, a Agência Nacional, que fornecia cerca de 60% das matérias que eram publicadas. O objetivo era enaltecer o governo Vargas e foi dirigido por Lourival Fontes, jornalista criador do bordão de Getúlio como *pai dos pobres*, diretor do DIP e admirador de Mussolini. Fontes enfatizou palavras-chave como *a voz, a voz do povo* (LEVINE, 2001) e atingia seu público ao falar diretamente, divulgando os feitos do getulismo nas transmissões de *a Hora do Brasil*, criado em julho de 1935, que depois ganhou nova denominação, *a Voz do Brasil*, existente até hoje.

O DIP ainda era responsável pela agenda de festas patrióticas e manifestações cívicas, transformadas em espetáculo, como o 1º de Maio, que perdeu sua significação como data proletária. Muitos operários participavam mediante a apreensão de sua carteira de trabalho (TOMAIN, 2006). O DIP contava com representações em muitos Estados com o nome de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) com o intuito de uniformizar a informação e construir uma identidade nacional. Mais à frente, o DIP exigiu registro do jornal e dos seus jornalistas junto ao órgão e também produziu cinejornais. O Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) foi criado em apoio à produção audiovisual. Já o Ministério da Agricultura contava com o Serviço de Informação Agrícola com produção paralela ao DIP.

Outra função do DIP era a exaltação do presidente em publicações como *O Brasil de Hoje, de Ontem e de Amanhã*, lançado em 1939. Um dos colaboradores de Müller no Departamento seria o eugenista Artur Hehl Neiva, colaborador da revista *Cultura e Política*, escrevendo geralmente sobre a imigração (CANCELLI, 1994).

Müller centralizaria as informações e o contato diário da Polícia do Distrito Federal com os Estados e territórios, além do *Press Ofício*, serviço oficial de propaganda. Por meio do serviço de divulgação, manteve-se a distribuição diária de artigos e comunicados para cerca de 1.300 jornais espalhados pelo Brasil. Em dois anos (1937-1939), foram distribuídos 90 mil retratos de Getúlio Vargas, 45 livros e folhetos, cujas edições variaram de 10 a 75 mil exemplares cada uma.⁶³

O secretário de gabinete de Vargas, Simões Lopes, em viagem à Europa, ficou encantado com a propaganda nazista e sugeriu a criação de um departamento de propaganda e encontrou ressonância. O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado em 1934, promovia o sentimento nacionalista mediante eventos públicos e escolares. Os feriados mereciam discursos especiais e suas aparições sempre eram filmadas para serem reproduzidas em cinejornais.

Também ocorreram ofensivas estrangeiras no campo cultural. Na propaganda, as agências norte-americanas também se tornariam dominantes a partir de 1930. Nelson Rockefeller foi designado para cuidar de escritório aqui a fim de promover as relações culturais com a América Latina, tendo o Brasil como alvo principal. Foram recrutados os talentos de Orson Welles e Walt Disney para cuidar de filmes pró-EUA. Entre 1928 e 1937, 85% dos filmes exibidos no Brasil vinham de Hollywood. Em 1941, o ator e cineasta Welles tentou rodar *It's All True*, filme que teria o País como cenário, fazendo apologia das realizações de Vargas, mas o trabalho acabou não sendo finalizado.

No Estado Novo, o paternalismo de Vargas foi acompanhado pela exigência de subordinação, censura e cerceamento. Na gênese desse pensamento impositivo está sua formação militar, que contou com o apoio definitivo da imprensa, especialmente de Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de jornais, incluindo-se os *Diários Associados*, auxiliar na consolidação da imagem de Vargas como estadista. E também de seu amigo Samuel Wainer, editor do diário pró-governo *Última Hora*, que recebeu empréstimos privilegiados do Banco do Brasil, e que se envolveria em um conflito com o jornalista Carlos Lacerda; este confirmou que aquele nascera na Bessarábia enquanto a lei brasileira proibia que estrangeiros possuíssem jornais (ROSE, 2001).

⁶³ Ibid., p. 56.

É bom frisar que não foi um governo isento de conflitos no campo da mídia: Lacerda fez oposição ferrenha, e os jornais de esquerda idem. Houve constantes acusações de que Vargas contava em seu governo com adeptos do fascismo, o que o levou, em determinado momento, a demitir Francisco Campos, Filinto Müller e Lourival Fontes.

Mas, alimentou-se fortemente a imagem de Vargas como o líder que personificou o Estado, capaz de oferecer segurança diante do mito da conspiração, pronto para combater inimigos externos. Para realizar este contraponto, construiu-se a imagem do inimigo, dos estrangeiros como sabotadores, dos comunistas como nefastos à sociedade que seria vítima da escravidão e da reforma social se eles assumissem o poder. O governo também se incumbiu de criar nova imagem para o trabalhador, ordeiro, disciplinado, avesso a greves. Para isso, o corporativismo funcionou como amortecedor e substituto da luta de classes.

4.4 VARGAS E A II GUERRA MUNDIAL

Desde a Revolução de 1930, Vargas redefiniu as relações internacionais, mas sempre de modo ambíguo. Em 1934, o conflito geopolítico na Europa já estava se tornando claro e a Alemanha considerava o Brasil como importante parceiro comercial a ponto de utilizar-se de uma moeda alemã exclusiva nas trocas bilaterais, por isso o comércio teuto-brasileiro cresceria consideravelmente de 1933 a 1938 era o principal mercado para o algodão brasileiro e o segundo maior importador de café e cacau brasileiros, trocados por produtos industriais alemães (SKIDMORE, 2003).

Essa era uma maneira de a Alemanha atrair o Brasil para sua esfera política, a ponto de os militares norte-americanos tentarem agir contra as ofertas de armas e treinamento alemães. Vargas, em telegrama de 1941, desejou a Hitler os melhores votos de felicidade pessoal e de prosperidade para a nação alemã (1941, DULLES, apud Levine, 2001).⁶⁴

A cooperação comercial entre Brasil e Alemanha, mais o fato de o País ter deportado a esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, em 1936, levaram mais à frente ao convite para o Brasil integrar-se às potências do Eixo.

Getúlio havia se inclinado a estabelecer laços militares com os Estados Unidos a fim de comprar armas, antes de se aproximar da Alemanha. Em 1937, oferecera bases

⁶⁴ New York Times, 10 de maio de 1941, citado por DULLES, John W. F. em *The contribution of Getúlio Vargas*, p. 48.

litorâneas ao presidente Roosevelt. Essa proximidade gerou questionamentos do governo norte-americano sobre o alinhamento internacional varguista que manteve aparente política de neutralidade até 1941, regulamentada, inclusive, pelo Decreto-Lei n. 1.561/1939:

Art. 1º: O Governo do Brasil abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilie ou hostilize a ação dos beligerantes. Não permitirá também que os nacionais ou estrangeiros, residentes no país, pratiquem ato algum que possa ser considerado incompatível com os deveres de neutralidade do Brasil.

Os Estados Unidos se articulavam para invadir o Nordeste se Vargas insistisse na neutralidade. Em 1941, Getúlio moveu-se em direção aos Aliados ao aprovar o projeto da Pan American Airways (sob contrato do Exército dos EUA), a fim de modernizar aeroportos do Norte e Nordeste. O Estado de Guerra no País foi declarado em 31/8/1942. A entrada do Brasil na II Guerra Mundial teve importância essencial no jogo de forças internacionais. Houve o torpedeamento de cinco navios cargueiros do Brasil e dos EUA, que haviam zarpado de Santos, em 8/7/1943, por submarinos alemães com saldo de 21 submarinos alemães e dois italianos afundados e 36 navios mercantes brasileiros com 1.691 naufragos e mais de mil mortos.

Esse ataque levou Getúlio a se aproximar dos Aliados que precisavam da borracha brasileira, do quartzo (essencial para comunicações por rádio) e outros minerais, além de possíveis bases aéreas e marítimas em pontos estratégicos do Oceano Atlântico. Assim, Getúlio conseguiu um acordo que incluiu o fornecimento de matéria-prima aos Estados Unidos em troca de equipamento militar, assistência técnica e financiamento para a indústria siderúrgica brasileira em Volta Redonda, em 1942, com o compromisso de financiar a malha ferroviária e a fabricação e motores de aeronaves. A partir deste embate, intensifica-se a perseguição contra os imigrantes dos países do Eixo, Itália, Alemanha e Japão.

5 SAGA ESPANHOLA: ESTUDO DE CASO DOS MAS HERRERA

Na década de 1930, com a crise política e econômica que assolou o País e a ação da ANL, Vargas se inspirou em sistemas fascistas europeus e, ao mesmo tempo, rejeitava as Frentes Populares organizadas na Espanha. O comunismo foi eleito o principal inimigo da nação, sustentando o discurso oficial contra o perigo *vermelho*.

A Guerra Civil Espanhola teve importância central como preâmbulo da II Guerra Mundial e dividiu a opinião pública entre nacionalistas e republicanos com grande impacto em todo o mundo, ultrapassando fronteiras pela radicalização ideológica e a proliferação de mitos políticos. No Brasil, não seria diferente.

Houve a aproximação e o estreitamento de interesses de Vargas com Francisco Franco, na Espanha, cujo governo foi reconhecido pelo presidente brasileiro, em 1939, momento em que os republicanos espanhóis seriam reforçados na lista de inimigos do Estado Novo.

Vargas, escorregadio, jogou com os dois lados: em 1936, o ainda ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, fez insistentes apelos para que o presidente o autorizasse a tomar decisões no sentido de definir-se a favor das forças de Franco. Em sigilo foram doados alimentos à zona nacionalista logo após a deflagração do conflito, tendo recebido de Franco carta de agradecimento, em 29/10/1936, pelo açúcar e café enviados (SOUZA, 2009b).

No plano interno, o governo brasileiro ordenou que sua representação em Madri reconhecesse o governo republicano, apesar de seu alinhamento de neutralidade em consonância com a política dos Estados Unidos.

Os integrantes da República Espanhola se sentiram à vontade, com o aparente apoio do governo brasileiro, para o envio de telegrama à presidência pedindo a libertação do líder comunista Luís Carlos Prestes, gesto considerado como interferência nos assuntos internos.

No campo diplomático, ocorreu um embate. Oswaldo Aranha, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, escreveu a Vargas, afirmando que as manifestações contrárias ao governo brasileiro e a favor de Prestes eram provocadas por agentes comunistas ‘disfarçados e ostensivos’ e reforçava o pedido de neutralidade quanto à questão espanhola.⁶⁵

⁶⁵ Telegrama de Oswaldo Aranha para Getúlio Vargas (s/d). Arquivo Getúlio Vargas (GVc, 1936.05.00 / XXII – 54). CPDOC/FGV apud SOUZA, 2009, p. 50.

No plano doméstico, a repressão do governo Vargas contra comunistas recebeu elogio de setores conservadores espanhóis. A ideia de que havia uma conspiração de caráter internacional povoava o imaginário em ambos os países.

No plano familiar, uma hipótese existente é que Manoel Mas Herrera teria sido fuzilado pelas forças nacionalistas assim que desembarcou no porto de Vigo, após sua expulsão do Brasil, em 1937. O perigo era real pelo fato de um grupo anterior, de 1936, conhecido como os espanhóis residentes em Nova Granada, segundo o DEOPS/SP, ter sido executado após o desembarque. O trem paulista tinha o nome de São Paulo-Goiás, mas só ia até Nova Granada, onde os trilhos terminavam, por isso, essa denominação. Dali saíram presos vários espanhóis:

As pessoas eram presas sem saber por que: espanhóis de Nova Granada, município paulista perto de Rio Preto, de São Caetano também, foram presos e enviados à Espanha já com Franco desencadeando a sua incansável matança sobre o povo espanhol, e sendo estes espanhóis, radicados em nossa terra, entregues aos carrascos franquistas para, sumariamente, serem assassinados (DIAS, 1983, p. 36).

Talvez este fato explique por que se encontra em um dos relatórios, no prontuário de Manoel, a residência equivocada em Nova Granada que está a mais de 160 km da região de Braúna e Glicério, onde residia.

Em 1937, ocorre um fato excepcional: o grupo expulso de 27 espanhóis, incluindo-se Manoel, foi beneficiado por Andrés Rodríguez Barbeito (prontuário n. 3.817),⁶⁶ do Consulado da Espanha, em Santos (SP), que pagou a diferença das passagens e o enviou diretamente a Marselha (França) para livrá-lo da execução. Parte de seus integrantes levou quatro meses para atravessar a fronteira e isto possibilitou que

⁶⁶ Barbeito foi um dos principais mentores da campanha pró-República da Espanha, no Brasil. Seus pais emigraram para Buenos Aires, Argentina, onde Barbeito iniciou sua atividade jornalística e política. Voltou à Espanha em 1926, onde fundou em sua terra natal, Vigo, um jornal esportivo. Em 1929, retornou a Buenos Aires, passou por Cuba, Uruguai e Bolívia. Em Madri, ficou detido de 1934 a 1936 por seu ativismo político na revista das *Astúrias*. Foi beneficiado pela anistia da Frente Popular. Tornou-se repórter político do diário *Claridad*, vinculado à UGT, órgão do comunismo espanhol, tocado por Caballero. Na Guerra Civil, foi secretário particular do presidente Caballero, de setembro de 1936 a janeiro de 1937. Em desavença com anarquistas, no começo da Revolução, optou por um consulado nas Américas, trabalhando a favor da República. No *Diário de S. Paulo*, em 26/8/1937, há nota sobre ele que deixou de ser cônsul em Santos e passou a vice-cônsul em São Paulo. Em novembro desse ano seria detido. Como ele não possuía o exequator – documento de anuência do governo brasileiro ao recebê-lo – não conseguiu invocar sua imunidade diplomática e foi obrigado a sair do Brasil por suas ações extrapolarem sua função, segundo as autoridades policiais. Expulso, seguiu para o Panamá. Com o fim da Guerra Civil, exilou-se em Nova York (EUA), trabalhando para jornais e a emissora *Voz da América*. De lá, seguiu para o México e a Guatemala e, em 1953, estava de volta a Buenos Aires, onde permaneceu colaborando com publicações internacionais, utilizando-se do pseudônimo *Amadiós*, falecendo nessa capital em 1968. Disponível em: <<http://www.fpabloiglesias.es/archivo-y-biblioteca/diccionario-biografico/biografias/8078 rodriguez-barbeito-Andrés>>. Acesso em: dez. 2013.

Manoel chegasse depois à área dos republicanos, em Valência, e sobrevivesse alguns meses até ser morto em bombardeio enquanto trabalhava em um armazém, em Puerto de Sagunto, Valência.

Com a pesquisa realizada no prontuário do diplomata Barbeito, concluiu-se que também foi perseguido. Preso em 22/11/1937, aos 39 anos, pouco antes, em junho, tentou transferir-se para o Chile ou o México. Ele saiu do Brasil em 6/12/1937, acompanhado da esposa Manoela Rey Franqueira Barbeito, 27 anos, e seus dois filhos. Sua despedida foi evento concorrido pela colônia. A expulsão oficial foi decretada em 4/10/1938.

Vigiado de perto há longo tempo, no prontuário de Barbeito consta que ele era agitador conhecido na Galícia, trabalhou para a Cruz Vermelha Espanhola, esteve inscrito na Federação Anarquista Ibérica (FAI), militou na União Geral dos Trabalhadores (UGT), no Partido Socialista Obreiro, organizou festas a fim de obter recursos para serem enviados aos comunistas e queria fundar um Centro Republicano.

Barbeito também recebia material a ser distribuído na colônia, e com sua convivência com “elementos de inferior classe social deve exercer missão de propaganda de ideias extremistas”, segundo a Polícia Política. Foi considerado perigoso receber cartas diretamente, por ter imunidade diplomática, sem passar pela censura.

O delegado Venâncio Ayres determinou medidas enérgicas contra a colônia espanhola, recomendando o fechamento e apreensão da *Gaceta*, providências junto ao Ministério de Relações Exteriores sobre a atitude do cônsul Barbeito por exercer atividades comunistas e fazer propaganda do credo *vermelho*.

Em batida à sede da *Gaceta Hispana*,⁶⁷ em 23/11/1937, foram obtidos documentos contra Barbeito e se apreenderam mimeógrafos. Colaborador assíduo, ele ajudou a dirigir o impresso, mas o Art. 122 da Constituição de 1937 proibia estrangeiros como proprietários de jornal, isto cabia somente a brasileiros natos. A redação da *Gaceta* ficava nas salas FG, no 10º andar do prédio Martinelli, à rua São Bento, n. 51, e ao lado estava instalado o *Comité Central de Propaganda de Hespanha Republicana*. Foi solicitado o policiamento junto ao *Diário da Noite* a fim de evitar aglomeração à sua frente, pois lá era rodado o *Gaceta*. Também seriam fechados o Centro Republicano Espanhol, em Santos, o Centro Republicano Espanhol, em Sorocaba, e suas similares na

⁶⁷ A última edição do *Gaceta Hispana* circulou em 23/6/1940. Luiz Amador Sanchez, secretário da Embaixada no Rio de Janeiro, afastado com o franquismo, passou a dirigi-lo. Acusado pela polícia de ser extremista, um velho espanhol, D. Lucas Taboena, também teria influência sobre o impresso.

capital. Somente a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos conseguiu funcionar depois, precariamente, resistindo até hoje como Sociedade Hispano-Brasileira.

Para a Polícia Política, a ideologia que presidiu essas organizações “[...] foi marxista com acentuadas tendências para o esquerdismo, inclinação essa que tomou um rumo definitivo de comunismo enquanto durar a República Espanhola”. O delegado ainda pediu providência ao general Deschamps Cavalcanti, executor do Estado de Guerra, a fim de cessar a publicação de artigos, notícias e fotografias que envolvessem o regime na Espanha governista, “[...] em desacordo com o regime adotado no Brasil” (em 24/11/1937).

Um fator complicador em território nacional foi a presença da Falange Espanhola, o que levou a delações à polícia, divergências e conflitos internos na própria comunidade espanhola: “Ao governo espanhol também interessava o conhecimento de atividades de ‘subversivos’ espanhóis em território brasileiro, como forma de precaver-se contra a possível entrada desses na Espanha” (SOUZA, 2009b, p. 27).

Sob o viés do discurso anticomunista, os espanhóis tornaram-se um dos grupos de estrangeiros mais visados pela Polícia Política. Eram considerados perigosos à ordem pública e social por defenderem, em sua maioria, projetos políticos que contestavam a ditadura Vargas e foram rotulados como agitadores.

No percentual verificado por Campos (1997), eles representaram 46,34% do total de expulsos, quase metade dos registros de novembro de 1935 a outubro de 1937. No total, 38 espanhóis, 14 lituanos, 10 portugueses, 8 italianos, 3 poloneses, 2 romenos, 2 alemães, 2 franceses, 1 tchecoslovaco, 1 inglês e 1 paraguaio, perfazendo o total de 82 pessoas. Nessa lista não estão incluídos 6 foragidos: os espanhóis José Moya Pereno, Ramon Prieto Bernie, Cassiano Fernandes e 3 lituanos.

No prontuário de Manoel Gonzales (n. 4254, DEOPS/SP) encontrou-se a lista dos 11 espanhóis expulsos em 1936, todos enviados a Vigo, em diferentes datas, que Barbeito alegava terem sido mortos por franquistas: José Maria Caballero Martinez, Ricardo Fontan, Leôncio Martins, Affonso Aranda, João Ribas Murillo, Ignacio Martinez Balagner, Fernando Gago Moreno, João Geraldo Costa, José Gonzalez Leiras, Francisco Marques Martinez⁶⁸ e Bernardino Martins.

Em pesquisa realizada nos prontuários do DEOPS foi possível estabelecer que um grupo maior, o de 1937, seguiu reunido, no dia 5 de junho, para Marselha, embarcado no vapor *Alsina*, entre eles: Antonio Guáman Gusmão Soler, Pedro Higuera

⁶⁸ Há referência a Francisco Sanchez em Souza, 2001b, p. 36.

Rodriguez, Gines Peres Valverde, Diego Perez y Perez, Diogo Herrera Carrasco,⁶⁹ Manoel Mas Herrera, Manoel Gonzalez Olivares, Juan Lopez Suarez, Francisco Canuto Lopez, Antonio Marques Rodrigues, José Moreno Sanchez, Manoel Gonzalez Bajo, [Antonio] Miguel Herrera [Esteban], Antonio Almedina, Eugenio Alonso, Bernardino Martinez Perez, Diego Gimenez Alfonso, José Martinez, Rodrigo Valdez, Francisco Calmaextra, Antonio Garcia Rodrigues, José Iglesias y Iglesias, Julia Garcia y Garcia, Higino Alonso Delgado, José Maria Clemente Imbernon, Luiz Perez Hernandez, Frutuoso Sanchez Dias e Avelino Fernandez.

Eles foram acusados de infringir a Lei de Segurança Nacional, envolver-se com partidos ilegais e propagar o credo *vermelho*. Por haver registro, em 1934-1935, da participação estrangeira em segmentos operários e ferroviários, inclusive de espanhóis, o imigrante acabou triplamente rotulado: anarquista, comunista e estrangeiro, *indesejável* em sua essência.

Em lista de presos à disposição do DEOPS/SP, de novembro de 1935 a fevereiro de 1937, se relacionam o nome de 554 pessoas, da capital e do interior, 17 delas vindas de Glicério (prontuário nº 3.764, de Thomaz Mas Gonçalves, DEOPS/SP).

Assim, por meio do inventário desse fundo documental (DEOPS/TSN), somado a fontes inéditas, acredita-se que a análise de múltiplos dados sobre a intolerância possibilite compreender que os discursos político, jurídico e jornalístico compuseram o perfil do inimigo imigrante em nome da segurança nacional. Em nome dela depoimentos foram tomados não se sabe em quais condições, pois muitos sequer estão assinados, inúmeros foram ameaçados e assim diversos imigrantes foram expulsos do Brasil e entregues ao regime do general Franco com a conivência de Vargas e da comunidade internacional.

A partir de 1942, devido à identificação do governo franquista com a Alemanha nazista, a Embaixada da Espanha passou a representar os interesses alemães aqui no Brasil. Somente em 1946 o regime franquista seria condenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que refutou países fundados sobre princípios fascistas: a revogação da resolução condenatória viria em 1953. Três anos mais tarde, Espanha e Brasil se reaproximariam com a visita de Juscelino Kubitschek àquele país, quando foi recebido com honras por Francisco Franco, cuja ditadura perduraria até 1975 com a sua morte.

⁶⁹ Diogo Herrera é filho de Ramon Herrera Fernandez e Alfonsa Carrasco Crespo, nascido em Vila Garcia, Cáceres, em 1895, residindo em Mundo Novo. Não foi possível estabelecer qualquer parentesco com a família Herrera em estudo.

Na Espanha, a Lei de Memória Histórica de 2007 não anulou os juízos contra os republicanos, mas supôs virar a página desse episódio. A Lei formalmente condenou aos grupos de esquerda e a ditadura, proibiu o uso de símbolos e referências ao regime em espaços públicos e determinou a retirada de monumentos em homenagem a Franco. Também se declararam ilegais os julgamentos políticos dos seus adversários e as prefeituras foram obrigadas a auxiliar na remoção e exumação dos corpos enterrados em sepulturas sem identificação.

Há indicação de um túmulo, na quadra 35, segunda fila, no cemitério de Sagunto, onde teriam enterrado Manoel Mas Herrera, mas sem possibilidade de comprovação até o momento. Até 1940, Puerto de Sagunto não contava com cemitério, o que leva à suposição que esteja realmente em Sagunto (HEBENSTREIT, 2014).

5.1 MANOEL MAS HERRERA

O anarquismo foi relacionado aos movimentos ocorridos nas duas primeiras décadas do século XX, ligado aos trabalhadores urbanos, sindicatos e imigrantes europeus. Na década de 1930, o discurso se voltou contra o comunismo. É nesse cenário contrário a essas duas ideologias que se insere o caso de Manoel Mas Herrera, contextualizado com o acesso permitido aos documentos do DEOPS/SP e do Tribunal de Segurança Nacional/RJ.

Para fins de esclarecimento, o acervo do DEOPS/SP é composto por 101 livros de Registros de Inquéritos Policiais que, antes, estavam sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo. São 1.100.000 fichas remissivas que remetem à documentação de 9.626 pastas, com a probabilidade de uma ficha endereçar a outra. Criaram-se famílias e códigos como 10, 20, 30, 40 e 50, em referência às décadas.

A família 30 corresponde aos documentos que envolveram a perseguição de suspeitos de atividades comunistas, socialistas e anarquistas, especialmente daqueles que supostamente tinham alguma ligação com o PCB. Somente na família 30 há 842 dossiês e 1.381 pastas (AQUINO, 2002) e os setores foram subdivididos em letras. O grupo B agregava operários, sindicalistas e a maioria era formada por estrangeiros. Portanto, na pasta 30-B-054, prontuário nº 4.670, encontraram-se dados do espanhol Manoel Mas Herrera.

Ele foi detido pela primeira vez em 24/6/1929, aos 41 anos, pela Delegacia de Vigilância e Captura, mas não existem detalhes mais precisos em seu prontuário. Há

apenas sinalização quanto ao “Art. 24 com referência ao Art. 17 do Decreto n. 4.226 de 30/12/1920, crime eleitoral”.

Condenado há dois meses de prisão celular,⁷⁰ Manoel ficou detido por um ano e meio, sendo libertado em 6/1/1931, sem qualquer julgamento ou depoimento sinalizado ou, ainda, resultado de processo criminal, segundo pesquisa realizada em seu prontuário e, inclusive, nas duas pastas que contém documentos da Delegacia de Braúna.⁷¹ Seu processo se deu pela Delegacia de Glicério, subdistrito de Penápolis.

De acordo com o Decreto citado, de 1920, que ‘modifica a legislação sobre o alistamento eleitoral, e dá outras providências’:

Art. 17. Quando o juiz do alistamento ou a Junta de Recursos encontrar, no decurso do processo de um alistando, ou no do recurso, qualquer prova de falsidade de declarações, ou da falsificação de documentos, imporá, ex-officio, ao seu autor ou signatário a pena disciplinar de prisão até 30 dias, sem prejuízo do processo criminal, que deverá ser intentado no prazo competente.

[...]

Art. 24. A fraude de qualquer natureza no processo de alistamento do eleitor, já pela declaração de residência em distrito eleitoral diverso do da verdadeira residência do alistando, já pela exibição de quaisquer documentos falsos, falsificados ou adulterados, no todo ou em parte, já com o reconhecimento de firmas ou letras, falsas ou falsificadas, além de, a todo tempo, determinar a anulação do alistamento, mediante recurso regular, sujeitará o alistando a pena de dois meses a um ano, de prisão celular, acarretará ao tabelião a multa de 500\$ a 2:000\$, de cada firma fraudulentamente reconhecida, e o dobro destas penas na reincidência.

[...]

§2º As penas de multa serão convertidas em prisão simples, na proporção de 10\$ por dia, quando não forem pagas.

Este Decreto, ainda do governo Epitácio Pessoa, traz em seu Art. 26 “[...] que os crimes definidos nesta e nas outras leis eleitorais e os de igual natureza do Código Penal serão inafiançáveis” e, no Art. 27, “[...] a ação contra qualquer desses crimes prescreverá em oito anos”, o que leva à suposição que, com a libertação de Manoel em 6/1/1931, seu suposto crime prescreveria em 1939. Mas, antes, em 1935, foi detido outra vez. Essa primeira prisão pode ter influenciado desfavoravelmente a condução de seu julgamento no TSN.

⁷⁰ O Código Penal de 1890 previa espécies de penas privativas de liberdade, entre elas, a **prisão celular** que se aplicava a quase todos os crimes e contravenções, sendo a base do sistema penitenciário. Trata-se do isolamento celular com obrigação de trabalho cumprida em estabelecimento especial, de acordo com seu art. 45.

⁷¹ No arquivo do DEOPS/SP, uma das pastas está catalogada como OP (Ordem Política), n. 0083, e a outra como OS (Ordem Social), n. 0453, com documentos de 1957 a 1963. Não há registros anteriores.

Ao longo desta pesquisa percebe-se que o ano de 1929 foi agitado: os gráficos se mantiveram em greve por 72 dias sob a liderança de comunistas, categoria sobre a qual tinham certa influência, bem como metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, da indústria alimentícia, de fábricas de tecidos e couros, marinheiros e carpinteiros, profissão exercida por Manoel. Mas não foi possível relacionar sua prisão a qualquer atividade sindical à época.

Como não há justificativa explícita dos motivos dessa primeira detenção, os depoimentos colhidos entre os descendentes de Manoel apontam para o fato de que ele, declaradamente espírita, se desentendera com um religioso católico da família Volpão em função do preço de serviço executado na Igreja de Braúna e, então, teria sido denunciado às autoridades como comunista. Em pesquisa realizada na cidade, e em face dos depoimentos colhidos, soube-se que, durante as obras de construção da matriz, um dos coordenadores era de família tradicional da cidade, muito envolvida com a Igreja Católica, apontando a possibilidade de ter ocorrido realmente uma desavença àquela época ou que as reuniões espíritas realizadas por Manoel, em sua residência, foram avaliadas como encontros políticos. Mas não foi possível comprovar o fato.

Apesar de o Brasil ter se tornado um Estado laico com o Decreto nº 119-A/1890, havia liberdade de crença, mas não de culto. Com a imposição do Catolicismo e por pressão do clero e dos positivistas, o Espiritismo, que não era compreendido como religião, foi associado a curandeiros, receitistas e rituais praticados nas senzalas pelos escravos. A consequência foi a prisão de vários espíritas desde 1891.

A perseguição contra os chamados médiuns tinha como base legal o Art. 157 do Código Penal de 1890: “[...] é considerado delito praticar o Espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, fascinar e subjugar a credulidade pública”. Os centros espíritas podiam ser submetidos a fiscalização pelos agentes policiais e eram obrigados a manter um livro com os dados pessoais dos praticantes, com foto, que precisava ser levado à delegacia para registro oficial. Questionava-se, inclusive, a sanidade mental dos médiuns. O exercício do Espiritismo era punido com multa de até 500 mil réis e detenção de um a seis meses de prisão celular.

A Constituição de 1934 reconheceu a liberdade de culto, desde que não contrariasse a ordem pública e os bons costumes. Em seu Capítulo II, *Dos Direitos e das Garantias Individuais*, o Art. 113 traz - A Constituição assegura a brasileiros e a

estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

4) Por motivo de convicções filosófica, políticas ou religiosas, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos, salvo o caso do art. 111, letra b.⁷²

5) É inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costume. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil.

Segundo a família de Manoel, ele era praticante desde a Espanha onde ocorreu a queima de livros espíritas, em Barcelona, por ordem de seu bispo, em 9/10/1861. O evento foi chamado de *Auto de Fé* por Allan Kardec, o codificador da Doutrina.

Em sua segunda detenção, em 20/12/1935, o prontuário de Manoel indicou que ainda se encontrava domiciliado em Braúna e depoimentos familiares confirmaram que ele pixou em um muro, na cidade, a frase “Abaixo a ditadura de Getúlio Vargas!”, o que deve ter chamado a atenção da Polícia de Vigilância e Captura, sem dúvida.

Durante a madrugada, sua casa foi invadida por policiais armados, tendo trancas e fechaduras arrombadas, quando também foi detido seu primogênito Thomaz Mas Gonçalves (prontuário nº 3.764, DEOPS/SP).

Todos os presos foram transportados em caminhão. Após ser fichado e fotografado,⁷³ Manoel afirmou que não foi espancado durante a invasão nem quando esteve na cadeia, mas que bateram e queimaram os pés do seu filho, em depoimento tomado e assinado em 27/12/1935. Segundo Nasser (1966), os pés eram queimados com maçarico. Nota-se, na figura 3, que prometeram morte a Manoel se não confessasse ser comunista, o que não fez, segundo se pode depreender dos depoimentos analisados nesta pesquisa. Preso no interior, foi levado à rua Visconde do Rio Branco, 267, no bairro da Liberdade, na capital, sede da Escola de Polícia de janeiro de 1936 a 1937.

Seu irmão, Miguel Mas Herrera (prontuário nº 3.072, DEOPS/SP), também acabaria preso, e os três membros da família passariam a ser acusados de atividades

⁷² Art. 111 - Perdem-se os direitos políticos: b) pela isenção do ônus ou serviço que a lei imponha aos brasileiros, quando obtida por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política.

⁷³ A fotografia tem seu caráter documental e psicológico. A partir de 1902 utilizou-se o modelo antropométrico do francês Bertillon. A fotografia foi usada para identificação criminal e, depois, para causas civis. Para Bertillon, os delinquentes deveriam ser apresentados com escrupulosa feiúra, de maneira a pôr em evidência verrugas, sinais, cicatrizes, barba e pequenas rugas. Duas fotografias foram, a partir de então, acrescentadas à ficha antropométrica. Uma delas mostrava o perfil direito e a outra, a face (MAGALHÃES, 2008, p. 108). Desfavorecido pela polícia, o retratado com o moral abatido, barba por fazer, roupas amassadas e cabelos desgrehados era a personificação do desleixo, da desordem, da indisciplina a fim de representar o que ocorria com aqueles que não obedeciam às regras estabelecidas.

comunistas. No fichamento feito pelo DEOPS/SP, consta que o Nº Geral de Manoel era 405.390 e seu prontuário remete a outro, n. 3.766, de Eugenio Alonso. Entre seus dados pessoais, tinha à época 48 anos, era casado, branco, cabelos pretos, barba e bigode feitos, olhos castanhos, 1,83 m de altura [segundo a família, Manoel tinha pouco mais de 2 metros e calçava algo em torno de 50, sendo visto frequentemente carregando fôrma própria para mandar fazer seus sapatos sob medida. Seu tamanho e o gênio forte lhe renderam o apelido de *Cavalão* e *Gigante da Noroeste*].

Quanto à profissão, era agricultor, em outro ponto aparece também como jornalero, atuando como carpinteiro, mas também realizava serviços de pedreiro, e possuía grau de instrução primária. Manoel declarou sua religião, espírita, com onze filhos brasileiros⁷⁴ e fez questão de frisar que todos eram batizados na Igreja Católica Apostólica Romana.

Ao reafirmar que não era comunista, esclareceu que o senhor Eugenio Alonso (o espanhol que organizava as reuniões sindicais na Noroeste das quais teria tomado parte) era um *sr. extranho* (*sic*).

No prontuário consta que se “tratam estes autos de inquérito policial, da averiguação da responsabilidade criminal de vários indivíduos que, filiados ao COMUNISMO [com letras maiúsculas], agiam, com invulgar desassombro, neste município de Glicério” (1936, p. 22)⁷⁵ e cita os nomes de Manoel, Miguel e Thomaz, entre outros.

FIGURA 2 - Manoel Mas Herrera.

Fonte: Prontuário n. 4.670, 1935, DEOPS/SP.

⁷⁴ Thomaz (nascido em Franca, em 1910), Maria (nascida em Olímpia em 1913), Fermina, Carmem, Braz, Cecília (nascida em Glicério, em 1921), Mário, Antonio, Manoel Filho, Aurora, Alzira.

⁷⁵ O prontuário não possui uma numeração própria, pois é composto de documentos do investigado mais folhas avulsas que fazem referência a ele, mas que se encontram em prontuários de outros processados. Portanto, a numeração apontada é uma possibilidade e facilitação de localização.

342 466 05-1-1936 18-01-36

JUIZO DE DIREITO COMMISSARIO PARA INQUIRIÇÃO DE PRESOS POLITICOS

Declarações que presta o detento MANOEL MAZ HERRERA

Aos 27-12-935, nesta Capital de São Paulo, á rua Visconde de Rio Branco, 267, onde se acha instalado este Juizo, presente o M. M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima, commigo escrivão designado, presente o detento MANOEL MAZ HERRERA, foram prestadas as declarações seguintes, em resposta ao interrogatório que lhe fez o M.M. Juiz, a saber: que é haspanhol, nascido na Provincia de Teruella; com 48 annos de idade, casado, tem 11 filhos, lavrador, trabalhando tambem em carpintaria, residente em Grauna; que é espirita, sendo certo que todos os seus 11 filhos são, entretanto, baptisados na egreja catholica; que não é communista, desconhecendo mesmo, por completo, essa doutrina; que o declarante, Eugenio Alonso, um sr. extranho e mais algumas pessoas de Grauna se reuniram afim de fundarem e formarem um syndicato perfeitamente legal; que o declarante foi surprehendido ás 2 horas da madrugada, em sua casa, pela invasão de cinco sujeitos que, armados de fusis, revolveres e tremendas ameaças, arrebatando os fechos, tramelas e trancas de sua casa, ppr ella irromperam em formidavel apparato bellico; que conduzido á cadeia ahi lhe - prometteram morte afim de que se confessasse communista, sendo, porem, certo que não foi espancado; ao seu filho, todavia, queimaram os pés, diz, todavia, bateram muito nos pés. Nada mais, encerra-se. Eu, *Paulo de Faria*

Manoel Maz Herrera

4670

FIGURA 3 - depoimento assinado por Manoel Mas Herrera.

Fonte: Prontuário n. 4.670, 1935, DEOPS/SP.

Em 3/9/1936, o inquérito de Glicério foi remetido ao DEOPS. Em documento do delegado de polícia local, Francisco Gomes Marsiglia, para a Delegacia Regional de Penápolis, escreveu-se o seguinte sobre os estrangeiros arrolados no processo: “[...] que perturbavam a vida normal e tranqüila de centenas de trabalhadores felizes, não vacilam

em empregar todo o esforço de que são capazes e todos os alcances de sua inteligência para transformar e arruinar uma pátria que não lhes pertence” [grifo nosso].

No inquérito, afirma-se que a delegacia de Glicério descobriu que outros membros do PC chefiavam célula em Braúna, sendo eles Manoel Mas Herrera (o chefe), Thomaz Mas Gonçalves (secretário) e Miguel Mas Herrera (vulgo Joaquim de Oliveira). Eles disseram que foram “ludibriados” por Eugenio Alonso por participarem de reunião que seria de formação de um sindicato agrícola com o objetivo de defender interesses dos trabalhadores. Para despistar a polícia, eles usariam codinomes. Assim, Manoel seria *Corrente*, Thomaz, *Lamparina*, e Miguel, *Ribeira*.

Em Dulles, há referência à brochura *Problemas de organização*, de 1936, de Hermínio Sacchetta – do PCB e um dos editores de *A Classe Operária* até 1937 –, na qual se orienta que os integrantes de movimentos que demonstrassem ‘combatividade e visão política’ deveriam ser conquistados para o PCB. O objetivo era a instalação de células, sem revelar isto às organizações de massa, pois cada uma delas tinha dupla função: o movimento de massa em si e o trabalho secreto para o Partido: “Não temos nenhuma necessidade de que alguém nos venha a conhecer como comunistas; pelo contrário, se for necessário, negaremos que o somos” (1985, p. 40).

Na pesquisa realizada no DEOPS/SP, constatou-se que os processos relativos à família Mas Herrera se deram a partir das prisões e tomada de depoimento de Eugenio Alonso (prontuário n. 3.766),⁷⁶ Manoel Gonzalez (prontuário n. 4.254, preso em 8/12/1935) e Albertino Marques (prontuário n. 2.115, detido em 10/12/1935), que estavam atrelados a encontro ocorrido no km 41 da Estrada de Ferro Noroeste, em princípios de dezembro de 1935.

O objetivo era o suposto plano de assaltar Glicério e promover greves na região, segundo relatos policiais. Do interrogatório desses “perigosos partidários do comunismo”, segundo os prontuários, resultou o prosseguimento das diligências que levaram à prisão de outras pessoas.

Em depoimento assinado em seu prontuário, Eugenio Alonso declarou que a polícia de Glicério o coagiu a assinar uma porção de papéis que não sabia do que se tratava, mas que tentou organizar os trabalhadores com a finalidade de obter melhorias. Com ameaças, e depois de estar completamente nu, recebeu tapa e soco nas costelas.

⁷⁶ Quando foi detido, em 20/12/1937, contava 38 anos, era viúvo, com quatro filhos menores e residia em Glicério. Nascido em Ponte Vedra, Vigo, jornalero, oleiro e foguista, não era analfabeto e estava há 22 anos no Brasil. Recolhido à Penitenciária do Estado, foi condenado a 1 ano e 6 meses e faz parte do grupo que embarcou no *Alsina*, rumo à França, em 1937. Morreu ao engajar-se na luta republicana após chegar à Espanha.

Segundo Alonso ouviu de Manoel Sanchez, ele também foi maltratado e houve quem apanhasse de chibata. José Moreno Sanchez, espancado e ameaçado de morte, também foi obrigado a assinar inúmeros papéis. Ao pedir para lê-los, o delegado deu-lhe com o revólver no rosto, chamando-o de “filho da puta” e mandou ler o “caralho no inferno”. Seu filho, José Moreno Filho, também teve os pés queimados.

FIGURA 4 - Eugenio Alonso.

Fonte: Prontuário n. 3.766, 1935, DEOPS/SP.

FIGURA 5 - José Moreno Sanchez.

Fonte: Prontuário n. 4.669, 1935, DEOPS/SP.

FIGURA 6 - Manoel Gonzalez.

Fonte: Prontuário n. 4.254, 1935, DEOPS/SP.

Outros três fatos moveram os processos contra Manoel, Miguel e Thomaz, além desse encontro no km 41. Houve o relato de três reuniões, uma delas em uma casa abandonada, em Brejo Alegre, outra na residência de Julia Valera, em Braúna, e mais outra, reportada nos autos, na casa de Eugenio Alonso, em setembro de 1935, da qual Manoel e Thomaz, entre outros, teriam tomado parte, de acordo com autos remetidos à Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS), em 6/1/1937. Essa foi a justificativa da polícia, mas não há quaisquer provas anexadas ao prontuário de Manoel. Apenas se apontou que nas atas da reunião, folhas 22, 23 e 24 do 2º volume, estava escrito que “*Corrente* era um comunista consciente e prestante” (1936, p. 25).

Em outro trecho de seu prontuário, lê-se:

Vejamos o procedimento criminoso-sedicioso de Manoel Mas Herrera [e outros] que procurou na polícia representar um papel ingênuo no intuito de fazê-la acreditar na sua ignorância sobre os verdadeiros fins do Sindicato Agrário ao qual deu a sua adesão julgando tratar-se de uma organização legal cujo objetivo seria a proteção da classe proletária. A verdade, entretanto, é que Manoel Herrera não desconhecia que o pomposo título de Sindicato Agrário mascarava apenas a ação de um bloco comunista. Tanto assim que alistando-se com o objetivo declarado, recebeu o pseudônimo de “Correntes”; e passou deliberadamente a ser um comunista infatigável, sempre pontual às reuniões realizadas na célula a que pertencia.

Alonso, reportado como um dos chefes e principal dirigente dos trabalhos *bolchevistas* na Noroeste, interrogado, tratou da participação da luta pela implantação do comunismo e citou nome de companheiros já detidos. Em sua residência, foi

recolhido material *subversivo* impresso, basicamente jornais e panfletos, e circular que incitava à greve e a demonstração de força com a extinção da ANL.

Em transcrição de seu prontuário: “[...] ensinamentos de Stálin e de mais vozes conceituadas pelos comunistas que procuram fixar e estabelecer com clareza a linha revolucionária marxista-leninista”, sublinhando que todos os elementos citados de início tiveram ativa participação nos trabalhos comunistas de Glicério [grifo nosso].

Em seu depoimento, Alonso atribuiu a chefia da célula comunista de Braúna a Manoel, Miguel e Thomaz, além de Manoel Gonzalez, fato que pode ter complicado a situação dos integrantes da família Herrera.

No mesmo inquérito de Manoel, afirmou-se que “[...] Frutuoso Sanches Dias está na mesma posição que os demais, devendo-se apenas salientar que as suas atribuições na célula de Glicério era (*sic*) as de chefe”. Oscar Sampaio é tido como “coordenador de todas as parcelas comunistas na Noroeste”. Essas informações da própria Polícia Política desmentem que os Herrera chefiavam célula na região. Essa função esteve atribuída a Dias, que teria dito que em sua casa foi instalada a célula local, e a Oscar Sampaio, guarda-livros, residente e delegado do Partido Comunista em Araçatuba.

No prontuário de Manoel Mas Herrera, há diversos trechos elucidativos das ações policiais:

Rompidos os movimentos extremistas no Norte do País e na Capital Federal, esta delegacia redobrou a vigilância em que vinha mantendo os suspeitos comunistas nesta cidade, quando no dia seis [de dezembro de 1935] recebeu a denúncia de que dias antes se reuniram no km 41 da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, entre esta cidade [Glicério] e Coroados os indivíduos Eugenio Alonso, Albertino Marques Barreto, Antonio Romera Cabrera, Oscar Sampaio e Manoel Gonzalez, os quatro primeiros desta cidade e o último de Araçatuba, com o fim de combinar as condições de um golpe extremista para a deposição das autoridades locais. Absurdo pareceu a princípio esse golpe isolado comunista. Refletindo melhor, esta Delegacia desconfiou que podia tratar-se de um movimento para toda a Noroeste que a reunião em questão tinha por fim combinar a parte que caberia à célula comunista de Glicério no movimento. [...] Tomadas as declarações dos três primeiros, ficou esclarecido que o fim da reunião era combinar a ida de um emissário a Lins no dia 8 do corrente, onde se reuniriam os emissários de toda a Noroeste, a fim de receberem instruções sobre as bases e a data do movimento extremista a irromper em todo o Estado em resposta aos movimentos do Norte e da Capital do País. Em Lins, encontraria Oscar Sampaio o emissário desta cidade e o primeiro orientaria esse último sob a sua ação no Congresso. Para esse movimento, afirmou Oscar Sampaio, contava-se com o apoio de parte do 4º B. C., aquartelado em Bauru e da tropa federal de Mato Grosso. Os membros da célula comunista local, sabendo-se vigiados

pela polícia, em vista da necessidade do salvo-conduto, não enviaram o seu emissário a Lins. Por essa razão, não se conseguiu o resultado da reunião de Lins. Antonio Romera Cabrera e Oscar Sampaio negaram em suas declarações que tivessem tomado parte na reunião no km 41 ou que fossem membros do Partido Comunista (Prontuário de Manoel Mas Herrera, p. 30, 1935).

Em outra parte do texto se tratou do Sindicato Agrícola:

Todos residentes no município de Glicério, há tempos que os referidos indivíduos, orientados por Eugenio Alonso e pelo nacional Oscar Sampaio, residente em Araçatuba, vinham promovendo uma série de reuniões com o fim de catequizar os colonos das fazendas do município referido. Eugenio Alonso, arguto, inteligente conseguiu reunir diversos elementos seus sob o pretexto de ser fundado um Sindicato Agrícola, mais (*sic*) que no fundo era o Partido Comunista. [...] O delegado de polícia de Glicério teve o conhecimento de que elementos filiados ao Partido Comunista iriam realizar uma reunião, no dia 4 de dezembro de 1935, em uma localidade próxima daquela cidade. Nessa reunião devia ser estudado o preâmbulo de um movimento extremista revolucionário, movimento a irromper em todo o Estado, em continuação ao movimento extremista irrompido no Norte do País e na Capital Federal. Foi esse o plano exposto por Oscar Sampaio na referida reunião (declarações de Albertino Marques Barreto, às fls. 209 destes autos). A essa reunião compareceram Eugenio Alonso, Manoel Gonzalez e outros.

Ambos, Eugenio Alonso e Manoel Gonzalez, teriam confirmado a participação em tal encontro. Eugenio Alonso “disse que pertence ao Partido Comunista desde 1932, tendo adotado naquela época o pseudônimo de *Araribá*” e fez menção às atividades de José Moreno Sanchez, Manoel Gonzalez e Manoel Mas Herrera afirmando que os três estiveram presentes na casa de Brejo Alegre e na de Julia Valera.

Na sequência, Manoel Gonzalez prestou declarações e se referiu à fundação da ANL, em Glicério, com filial em Braúna, sob orientação de Alonso, e da qual faziam parte, além dele, Manoel Mas Herrera e José Maria Clemente Imbernon. Ele acrescentou que os danos causados ao telégrafo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e às empresas elétricas foram de autoria de Alonso. Em seu prontuário, há a informação de que se preocupava com sua ‘ilustração’ pela coleção de jornais e artigos sobre o comunismo encontrada em seu poder.

Julia Valera, prestando declarações às folhas 215, informou que Manoel Mas Herrera teria pedido a casa para realização de reunião ocorrida altas horas e nela tomaram parte, além de Alonso, o próprio solicitante e Manoel Gonzalez, entre outros. Miguel Mas Herrera prestou declarações logo a seguir, não negando que, a convite de seu irmão Manoel, compareceu à tal reunião. Thomaz também confirmou sua presença

(1937, p. 44). Diego Perez y Perez teria sido outro participante a convite de Thomaz, quando se tratou da fundação de uma cooperativa (p. 73). Alguns dos filhos de Thomaz esclareceram que pai e filho tinham grande proximidade e por isto sempre o acompanhava.

Ainda consta no Prontuário de Manoel Mas Herrera que foram ouvidas treze testemunhas unânimes em afirmar que Eugenio Alonso, principal chefe da célula comunista de Glicério, “[...] auxiliado pelos demais companheiros seus, incluídos como indiciados nesse inquérito, estava se tornando elemento perigoso à tranquilidade pública” (1935, p. 46). Na página seguinte, todos os moradores de Braúna alegaram, em suas declarações, que foram enganados por Alonso e que se reuniram para a estruturação de um sindicato operário e não células comunistas.

Após diligências feitas à olaria de José Moreno Sanchez, em 13/12/1935, recolheram-se atas das reuniões assinadas com os codinomes de *Corrente*, *Balde*, *Lamparina*, *Carro*, *Ribeira*, *Araribá*, entre outros, além de armas. Portanto, no processo policial se alegou que foram “desmascarados esses elementos” e “[...] esta delegacia lavrou a apreensão de todos os documentos importantes e os de menos valor para a prova completa de que as pessoas detidas são de fato comunistas” (1935, p. 47). A Sanchez também foi atribuída a chefia do núcleo de Braúna e de Água Limpa e informou-se que Alonso trabalhou por um mês em olaria de sua propriedade.

De acordo com o inquérito, estavam em poder de Sanchez 28 adesões do Partido Comunista do Brasil, da célula de Glicério, devidamente assinadas por todos os citados e mais 12 em branco.

Já nos documentos do TSN – analisados mais detidamente à frente – encontram-se fichas de adesão ao Partido Comunista de 6 brasileiros (Antonio Rodrigues Monção, Christovam Toquero, Domingos Fialá, Emílio Herrera, João Toquero Lopes e José Toquero Lopes), 1 austríaco (Ivo Guberovich) e 6 espanhóis (Diogo Rodrigues Ariano, João Bolsalobra, José Martins Aranega, José Sanches Domingues, Gadarjoni e também Miguel Mas Herrera). Não foram localizadas as adesões de Manoel Mas Herrera e seu filho Thomaz em nenhum dos arquivos pesquisados. Muitas dessas fichas são impressos rudimentares e algumas feitas à mão, inclusive, contando com a assinatura de pessoas que eram analfabetas levando ao questionamento de sua autenticidade. Muitos nem eram eleitores. A delegacia de falsificações e defraudações submeteu os acusados a exame grafológico e constatou a coincidência de apenas três assinaturas: Fialá, Guberovich e João Toquero Lopes.

Para a Polícia Política, essas cédulas comprovariam que se tratava de comunismo e não de sindicato o que se instalou na cidade e aqueles que se diziam ludibriados eram ingênuos (1935, p. 50), segundo se encontra no Prontuário de Manoel no DEOPS/SP. Ainda se reforçou que Thomaz foi o que mais propôs adeptos e o que mais secretariou as reuniões dessa célula, sendo “ex-soldado do Exército, de um cinismo inqualificável, mentiroso e perigosíssimo”, enquanto seu pai, Manoel, é classificado de extremista. Thomaz, na verdade, apenas prestou o serviço militar obrigatório, no informe de seus filhos, mas o fato de a Insurreição de 1935 ter sido protagonizada especialmente por militares pode ter sido uma boa desculpa para a Polícia Política.

Miguel Mas Herrera, José Lopes e Ângelo Antonio de Oliveira teriam fugido logo após a prisão de Eugenio Alonso e Manoel Gonzalez.⁷⁷

Em função dos fatos, na diligência à olaria de Sanchez, pediu-se que os envolvidos fossem novamente ouvidos. Diogo Rodrigues Robles, em 12/12/1935, declarou que havia comparecido à reunião na casa de Julia Valera, há uns dois meses, convidado por Alonso e Manoel Mas Herrera “[...] os quais disseram ao declarante que não havia perigo nenhum, pois o partido que se ia formar nesta reunião, a Aliança Nacional Libertadora, era protegido pelo governo.”⁷⁸

Na mesma linha seguiu a declaração de José Maria Clemente Imbernon, em 13/12/1935, funcionário da Estrada de Ferro Noroeste, que igualmente esteve presente em encontro na casa de Manoel Gonzalez, o *Manuelito*, para tratar da fundação do sindicato. Ao perceber que se tratava de núcleo extremista, procurou se afastar de Alonso, que era seu chefe na ferrovia. Como houve princípio de greve, com corte da rede telefônica e telegráfica entre Glicério e Coroados, e sabendo que isto era obra de Alonso, foi por este ameaçado de morte se relatasse sua influência no movimento.⁷⁹

Já Frutuoso Sanchez Dias confirmou que foi procurado por Alonso na fazenda de Carolina Carrero de Melo, em Braúna, onde era colono, para a formação de um sindicato camponês. Ele reuniu cerca de dez pessoas no mesmo dia desse encontro, em sua casa, no bairro Perobal, à noite e todas preencheram as propostas apresentadas e ganharam codinomes.⁸⁰

No dia 16/12/1935, uma das testemunhas a depor foi o prefeito de Glicério, Antenor da Costa e Silva, que alegou ter sido procurado por outro depoente, José

⁷⁷ Ibid, p. 47.

⁷⁸ Ibid., p. 68.

⁷⁹ Ibid., p. 70.

⁸⁰ Ibid., p. 75.

Gimaiel, funcionário municipal, abordado pelo seu amigo Alonso que “[...] andava aliciando gente pelos bairros do município com o fim de dar um golpe às autoridades constituídas, depondo-as, pois Alonso é conhecido comunista e aproveitava a situação atual do país para dar cabo a sua atitude.”⁸¹ Disse ainda que foi ameaçado ao se recusar a participar do grupo que Alonso dizia ser composto por 150 homens. Outro depoente foi Antonio Marques Alves, brasileiro, lavrador, convidado por Alonso para ingressar no Partido Comunista que afirmou estava organizando um congresso, em Braúna, sob a sua presidência.⁸²

Em outro relatório:

[...] a Polícia de Ordem Social, prosseguindo na campanha de defesa do regime que lhe foi imposta pelo momento, fez processar a 26 estrangeiros que se tornaram “indesejáveis” por efeito de suas atividades comunistas [...] todos os estrangeiros que se constituíram em indiciados no presente inquérito, devem ser expulsos do território nacional. Tal decisão será uma medida não somente de defesa do regime, mas ainda altamente patriótica porque não é possível continuarmos a permitir que indivíduos rebeldes às nossas leis e ao nosso regime permaneçam no País, fazendo propaganda extremista e agitando as classes populares. Da indesejabilidade dos estrangeiros envolvidos no presente inquérito há provas acentuadas e convincentes nestes autos (1935).

A quase totalidade dos indivíduos apontados é de espanhóis enquadrados nos dispositivos de n. 15 do Art. 113 da Constituição Federal de 1934: “A União poderá expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País”.

No Prontuário de Manoel, há o informe de uma carta de apelo protocolada por Concepción, sua esposa, ao presidente da República (mas não anexada, em 17/12/1936, p. 5). Na avaliação do DEOPS, Manoel exerceu atividades comunistas e se tratava de um caso que devia aguardar o pronunciamento do Tribunal Especial (TSN) e, portanto, não foi beneficiado.

⁸¹ Ibid., p. 76.

⁸² Ibid., p. 82.

**RELAÇÃO DOS PRESOS COMUNISTAS ENCAMINHADOS À SUPERINTENDÊNCIA
DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL.**

+++++

EUGENIO ALONSO
ALBERTINO MARQUES BARRETO
MANOEL GONZALES
OSCAR SAMPAIO
MANOEL MÁZ HERRERA
THOMAZ MÁZ GONÇALVES
DIOGO PEREX PEREZ
FRUCTUOSO SANCHES DIAS
MIGUEL HERRERA
JOSÉ ROMERA CABRERA
ANTONIO ROMERA CABRERA
JOSÉ MORENO SANCHES
MANOEL GONÇALVES
JOSÉ MARIA CLEMENTE INVERNON
ANGELO CAJASDONI
JOSÉ MORENO BELHO
DIOGO RODRIGUES ROBLES

total 17.

(Carimbo)

DELEGACIA DE POLICIA- GLYCERIO

FIGURA 7 - Lista dos 17 presos políticos de Glicério.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera, 1935. Fonte: DEOPS/SP.

Manoel e Thomaz ficaram detidos no Presídio Político Maria Zélia, na avenida Celso Garcia, 471, na capital, onde havia policiais infiltrados entre os presos (ROSE, 2001). O Maria Zélia, no Belém, foi uma fábrica têxtil do empresário Jorge Street vendida diante de dificuldades financeiras. Com a crise de 1929, esteve inativa até 1936 quando foi transformada em Presídio Político pelo Estado Novo, operando por aproximadamente um ano e sendo desativado no final de 1937. Pelo local passaram cerca de 700 pessoas.

Também no Maria Zélia estavam Eugenio Alonso, Diogo Perez y Perez (em alguns documentos é reportado como Diego), Antonio Marques Rodrigues, Diego Herrera, Luiz Munz (iugoslavo), José Estanislau Stankevicius, Gines Perez, Affonso Kisseolar, José Iglesias y Iglesias, Gusmão Soler, Ângelo Las Heras, Antonio Garcia Rodrigues, Francisco Calmaextra, Manoel Gonzalez Bajo, Stefano Makaroff (ucraniano), José Moreno Sanchez, Ida Sazan ou Sasam (lituana, que atuaria em hospitais, na retaguarda da Guerra Civil Espanhola), José Martinez e Rodrigo Valdez. A Polícia de Vigilância e Captura pediu que dessa lista fossem apresentados três por dia, para que os mesmos fossem devidamente legitimados, segundo o Prontuário de Manoel (1937).

De acordo com documentos do DEOPS/SP, Manoel deu entrada no Presídio Político em 28/4/1937, mas a carta censurada (FIGURA 8) traz a data de 28/9/1936, não sendo possível, portanto, a confirmação exata de sua entrada no Maria Zélia. Detido, recebeu e escreveu algumas cartas aos filhos e ao amigo e genro Pedro Sólón Borges, subdelegado em Braúna (1936-1948 ou 1949). É visível a preocupação em resolver questões práticas que ajusassem na solicitação de *habeas corpus*, o que envolvia ter propriedade no Brasil:

FIGURA 8 - Carta censurada de Manoel Mas Herrera, em 28/9/1936, no Presídio Político.

Fonte: Acervo familiar.

São Paulo, 28-9-1936. Amigo e genro Pedro: muitas saudações e votos de saúde para todos. Tem esta por fim pedir-lhe que vá ao cartório de registro de imóveis, tire lá uma certidão de transcrição da minha casa e um terreno e me envie essa certidão aqui para o presídio por carta expressa porque tenho bastante urgência dela. O meu endereço é este: Avenida Celso Garcia, 471. Presídio Político, S. Paulo. Lembranças para minha filha e netos e abraços do seu sogro e amigo. Manoel Mas. P.S.: o cartório do registro fica em Penápolis.

Nessa época, a correspondência não só era censurada como também muitas vezes não chegava ao seu destino e seguia diretamente para os prontuários policiais (BATTIBUGLI, 2004).

Em 9/1/1937, o inquérito de expulsão de Manoel foi remetido ao DEOPS. Em 10/3/1937, a portaria de expulsão, assinada pelo delegado adjunto Enzo Julio Tripoli, chefe da seção de expulsandos, foi endereçada ao Dr. Manuel Ribeiro da Cruz, delegado auxiliar da 5ª Divisão Policial, Chefe do Departamento de Ordem Política e Social. Na lista de expulsos, que somou 266 pessoas, Manoel foi o nº 141 (são 27 espanhóis, entre outras nacionalidades, mas, em alguns documentos, chega-se ao número de 28 espanhóis expulsos).

Em 12/3/1937, solicitou-se ao diretor do presídio político, na capital, que fosse facilitado ao deputado Campos Vergal⁸³ avistar-se com o detento Manoel. Não há informações de que o encontro tenha realmente ocorrido. Essa aproximação de Herrera e de Vergal indicou o interesse de ambos em torno da Doutrina Espírita e apontou algumas suposições: os dois se conheciam e Manoel tentou solicitar a intervenção de pessoa notória e atuante da mesma religião que poderia ajudá-lo; os dois não se conheciam, mas Manoel apelou a um parlamentar espírita na tentativa de ser libertado; ou, ainda, o deputado soube de alguma forma que um praticante do Espiritismo estava preso, com o risco de ser expulso do País, e tentou intervir. Ainda não foi possível estabelecer uma intervenção de fato por parte de Vergal, mas se esclareceu com depoimentos familiares que Thomaz Mas Gonçalves era grande admirador do parlamentar e orador espírita. Os espíritas, nessa época, votavam em peso em Vergal.

⁸³ Nascido em 1903, em Serra Negra (SP), e falecido na mesma cidade em 1980, exerceu a função de jornalista, escrevente juramentado de cartório, presidente do Banco Agroindustrial de São Paulo. Como político pelo Partido Social Progressista, foi deputado estadual (1935-1937), federal em diversas legislaturas (1946 a 1970) e exerceu a liderança na Câmara dos Deputados (1946-1950). Como orador espírita, foi um dos mais requisitados de 1930 a 1950. Em 1936, ajudou a fundar a União da Mocidade Espírita de São Paulo. Integrava a diretoria da União Federativa Espírita Paulista e foi diretor-presidente da Sociedade Rádio Piratininga (PRH-3), emissora na qual apresentava o programa *Espírita Evangélico do Brasil*. São de sua autoria *Reencarnação e pluralidade das existências*, *Levante-te e caminha*, *Bandeirantes da imortalidade*, *Uruburetana* (indigenista) e *O Conde de La Rose* (contos).

Também foi possível aferir que, quando preso na capital, Manoel recebeu visita de uma das suas irmãs, Dolores.

Finalizado o processo do Tribunal de Segurança Nacional, o resultado é que Thomaz foi posto em liberdade, Miguel foi excluído do processo e Manoel foi expulso, em 1937, como *indesejável*, e embarcado no *Alsina* com destino à França em 5/6/1937.

Manoel, após ser detido no interior de São Paulo, ao que tudo indica, foi trazido para o DEOPS, esteve na sede da Escola de Polícia, em 27/12/1935, e deu entrada no Presídio Político Maria Zélia, em 28/4/1937. Depois, foi enviado à Cadeia de Santos a fim de aguardar a data de embarque para a Espanha. Lá, o grupo expulso de 27 espanhóis recebeu a visita de Andrés Rodríguez Barbeito, Cônsul da Espanha, em Santos (SP), como explicado anteriormente.

Segundo os relatórios policiais, na visita à cadeia, Barbeito “[...] saudava-os com os punhos fechados, como é de uso comunista”, e ao ser observado este fato, “[...] atentatório da boa educação e do respeito que deve ao Brasil” alegou que essa saudação era a usual entre os antifascistas de todo o mundo.

FIGURA 9 - Solicitação de visita do deputado Campos Vergal.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera, 1937, DEOPS/SP.

No Prontuário de Barbeito se encontra relatório do Serviço Especial (SOPS) sobre os espanhóis que aguardam a expulsão, em Santos, afirmando que “[...] tais elementos, ao passarem por esta cidade, foram cumulados de gentilezas por parte do diplomata e dos extremistas, os quais lhes fornecem alimentação, doces e até dinheiro, além de ter aberto lista de subscrição em seu favor, a qual, segundo consta, alcançou a importância de R.S. 11:000\$000 (onze contos de réis), comprometendo-se a obter recursos financeiros para auxiliar as famílias que aqui permaneciam.

Não há informação de que esses recursos tenham chegado à família Herrera efetivamente.

Também no prontuário de Barbeito foi possível encontrar a informação que dias antes, em 17/6/1937, o *Gaceta Hispana* havia dado notícia sobre os expulsos. Na p. 2 do exemplar analisado ao qual se teve acesso, Barbeito, em consulta ao delegado de Vigilância e Captura, Bráulio de Mendonça afirmou que “[...] entonces supo que las autoridades del Estado de S. Paulo mandaban a los españoles considerados indeseables por ellas al puerto de Vigo, por el hecho de que era el más cercano y, por consiguiente, el importe del pasaje más barata.”⁸⁴ E, se não havia inconveniente, o governo espanhol pagaria a diferença para os deportados chegarem a terreno controlado por legítimos governantes espanhóis. As autoridades francesas não ofereciam resistência e concordaram com a proposta.

O jornal traz o apelo dos que foram vítimas: “A él se acercaban las familias de aquellos víctimas, clamando justicia contra quienes en la obligación de prestarles auxilio los enviaban junto los enemigos del pueblo trabajador español”. [...] “De cárceres y presidio llegaban dramaticos escritos pidiendole que su gestión se orientase en el sentido que ellos ambicionaban: ir al lado del gobierno legal”.⁸⁵

Barbeito esteve junto dos presos políticos até a partida do *Alsina* e “[...] les hizo entrega de una cantidad en francos franceses que les permitiese hacer frente a los gastos indispensables en una travesía como ésta. No podemos olvidar el loable comportamiento de las entidades de la capital del Estado. Directivos del Centro

⁸⁴ Então soube que as autoridades do Estado de São Paulo mandavam os espanhóis considerados *indesejáveis* por elas para o Porto de Vigo, pelo fato de ser mais próximo e, conseqüentemente, o valor da passagem era mais barato [tradução nossa].

⁸⁵ Dele se acercavam as famílias daquelas vítimas, pedindo justiça contra quem deveria prestar-lhes auxílio, mas os enviava junto aos inimigos do povo trabalhador espanhol. [...] Dos cárceres e do presidio chegavam relatos dramáticos pedindo que a decisão se orientasse no sentido de que solicitavam: seguir para o lado do governo legal [tradução nossa].

Republicano Español y de la Federación se trasladaran a Santos y obsequiarón a los que iban con diversas cosas, tales como cigarillos, pañuelos, jabón, plines etc.”⁸⁶

Afirmou-se que a terra brasileira é “nuestra segunda pátria y la autentica de nuestros hijos”.⁸⁷ Assim, no dia 17/6/1937, ano II. N, 54 de *Gaceta Hispana*, encontra-se:

En nuestro numero anterior dábamos una breve noticia referente a la salida de 27 compatriotas que el gobierno del Brasil considero oportuno expulsar del país. Decíamos, también, que este asunto sería tratado ampliamente; cumpliendo tal promesa queremos poner de relieve este significativo hecho, para lleva a la concencia de la masa española todos los detalles relacionados con él. Sin ninguna classe de titubeos, aseguramos que esto – el que esos 27 ciudadanos vayan a desembarcar a un puerto francés con toda classe de garantias – es lo más importante que se há producido en nuestra Colonia de muchos años atrás a la fecha. Bien reciente está el caso de algunos españoles que – en las mismas condiciones fueran a parar a las manos de los facciosos rebeldes, que pagaron con su vida la criminal perversión que anima a los militares y paisanos que se alzaron en armas contra la Republica Española.⁸⁸

O *Gaceta* fez questão de frisar que o caso dos 27 espanhóis é um dos fatos mais importantes ocorridos na comunidade, pois foi possível enviá-los à França e não à área dos nacionalistas. Assim, invoca-se a consciência da massa espanhola na matéria, observando-se que o *Gaceta* é declaradamente republicano e que um de seus colaboradores é justamente Barbeito.

⁸⁶ “[...] lhes fez a entrega de uma quantidade de francos franceses que lhes permitisse arcar com os gastos indispensáveis em uma travessia como esta. Não podemos esquecer o louvável comportamento das entidades da capital do Estado. Dirigentes do Centro Republicano Español e da Federación se deslocaram para Santos e presentearam aos que partiam com diversas coisas, tais como cigarros, lenços, sabão, prata etc [tradução nossa].

⁸⁷ Nossa segunda pátria e a autência de nossos filhos [tradução nossa].

⁸⁸ Em nosso número anterior demos uma breve notícia sobre a saída de 27 compatriotas que o governo do Brasil considerou oportuno expulsar do País. Dizíamos, também, que este assunto seria tratado amplamente; cumprindo tal promesa, queremos ressaltar este fato significativo detalhadamente, para a ciência da massa espanhola, em todos os detalhes. Sem dúvida, asseguramos que este fato – o desembarque dos 27 cidadãos em um porto francês com toda garantia – é o mais importante de nossa Colônia até essa data. É bem recente o caso de alguns espanhóis que – nas mesmas condições foram parar em mãos dos facciosos rebeldes –, pagaram com sua vida a criminosa perversão que anima aos militares e contrerrâneos que se levantaram em armas contra a República Espanhola [tradução nossa].

FIGURA 10 - *Gaceta Hispana* de 17/6/1937, capa. **Manoel Mas Herrera é o quinto, da esq. para a dir., na última fileira.** Estão retratados Julia Garcia y Garcia, Higino Alonso Delgado, Diego Herrera Carrasco, José Iglesias y Iglesias, José Moreno Sanchez, Antonio García Rodríguez, Manuel González Olivares, Antonio Vázquez Rodríguez, Rodrigo Valdés Fuentes, Antonio Guáman Soler Soler, Juan López Suárez, Ginés Pérez Valverde, Pedro Higuera Rodríguez, Diego Perez y Perez, Antonio Almedina Almedina, José Maria Clemente Imbernón, Luis Pérez Hernández, Francisco Calmaextra Gordo, Avelino Fernández N., Eugenio Alonso, José Martínez Giménez, Diego Giménez Alfonso, Manoel Mas Herrera, Antonio Miguel Herrera Esteban, Bernardino Martínez Pérez, Francisco Canuto López, Manoel González Bajo. Fonte: Prontuário n. 3817 de Andrés Rodríguez Barbeito. DEOPS/SP.

FIGURA 11 - *Gaceta Hispana* de 17/6/1937, p. 2.

Fonte: Prontuário n. 3.817 de Andrés Rodríguez Barbeito. DEOPS/SP.

O Estado de S. Paulo, em 6/6/1937, um domingo, trouxe informações sobre a “expulsão de comunistas”, incluindo a de Manoel:

Foram removidos ontem pela manhã com as necessárias garantias policiais, 28 indivíduos de nacionalidade espanhola, com exceção de 2, todos adeptos ao credo de Moscou e que foram devidamente processados uns pela polícia desta cidade e outros pela de São Paulo. Todos eles não esconderam a sua atividade comunista, sendo solicitada a sua expulsão do território brasileiro por serem nocivos ao atual regime e à ordem pública.

FIGURA 12 - OESP, 6/6/1937, p. 9.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade/SP.

Nessa nota sucinta, percebeu-se, de início, que seu título trouxe uma sentença, *expulsão de comunistas*, como se não se devesse contestar se são comunistas ou não. Isto é apresentado como um fato na avaliação feita diante da pesquisa realizada. A expressão com *as necessárias garantias policiais* insinuou periculosidade.

Ao se tratar de *indivíduos de nacionalidade espanhola*, não se informou que eram imigrantes há décadas no País, que com exceção de dois deles, sem nomear quais, todos eram adeptos do *credo de Moscou*. Não se explicaram os critérios atribuídos para se chegar a tal afirmação, mas que foram *devidamente processados*, carregando um sentido de corretamente, logicamente processados. Na frase “[...] todos eles não esconderam a sua atividade comunista” não há explicação de como se chegou a tal conclusão: eles foram entrevistados? Isto se baseou em dados do processo policial? Em depoimentos apenas? Ao se escrever *não esconderam* concluiu-se que a atuação deles era ostensiva ou que eles a assumiram de forma clara? Por fim, a explicação de que a

expulsão se deu por *serem nocivos ao atual regime e à ordem pública* remeteu à Constituição de 1934 a fim de justificar a expulsão. Ou seja, o jornal reforçou o discurso oficial em consonância com o autoritarismo de Vargas.

Já a *Folha da Manhã*, de 6/6/1937, trouxe em sua capa relatos sobre a Guerra Civil Espanhola e, na p. 2, foi possível encontrar nota na qual se afirmou que seriam libertados os presos que não respondiam a processo. Porém, foi na p. 20, em Notícias do Interior, se encontrou “Comunistas Deportados – devidamente processados por exercerem atividades comunistas no nosso país, tiveram ordem de expulsão as seguintes pessoas [...] Esses comunistas vieram ontem, (5) de São Paulo e hoje foram embarcados no *Alsina*”. Consta o nome de Manoel Max Herrera, com grafia incorreta.

FIGURA 13 - *Folha da Manhã*, 6/6/1937, p. 20.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade/SP.

Na *Folha da Manhã* usou-se a expressão *devidamente deportados*, justificando mais uma vez o discurso oficial. Acrescentou-se a informação de que eles chegaram às vésperas de embarcar no navio *Alsina*, sinalizando que teriam ficado à espera no Presídio Político Maria Zélia.

No *Diário de S. Paulo*, na nota *Expulsos do território nacional*, afirmou-se que:

[...] o presidente da República assinou decreto, na pasta da Justiça, expulsando do território nacional, na conformidade do que dispõe o Art. 113, n. 15, da Constituição Federal”, o francês..., a lituana..., o português, o ucraniano..., o polonês, o iugoslavo, um de cada, e os espanhóis Antonio Marques Rodriguez, Antonio Garcia Rodriguez, Diogo Herrera, Diogo Perez, Eugenio Alonso, Frutuoso Sanches, José Martinez, José Noya Peraño, João Lopez Soarez, Jacyntho Ruiz Garcia, José Iglesias, Manuel Gonçalves, Manuel [Mas] Herrera, Manuel Gonzalez, [Antonio] Miguel Herrera [Esteban] e Rodriguez Valdez (6/6/1937, p. 3).

FIGURA 14 - *Diário de S. Paulo*, 6/6/1937, p. 3.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade/SP.

Portanto, mais uma vez os jornais justificaram a ação de Getúlio Vargas baseada em uma Constituição que foi imposta a fim de atender ao seu governo autoritário. Esse posicionamento dos jornais paulistas pode indicar forte censura, a presença de censores na redação ou a consonância com o discurso anticomunista governamental. Aparentemente, deu-se a última opção.

5.1.1 Condenação e morte

Em 7/7/1938, Manoel Mas Herrera foi condenado oficialmente a um ano de reclusão pelo TNS pelo grau mínimo dos Art. 20 e 23 da Lei n. 38, de 4/4/1935, que define crimes contra a ordem política e social. O Art. 20 traz:

[...] promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade que exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em Lei. Pena de seis meses a dois anos de prisão celular.

E o Art. 23 se refere a:

[...] A propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular.

Segundo informação do próprio DEOPS/SP, Manoel havia cumprido dezessete meses e quinze dias de pena, ou seja, além do previsto. A condenação tardia possibilitou que ele ficasse detido além do prazo necessário, demonstrando desrespeito aos seus direitos e que os sistemas judiciário e policial atendiam apenas aos interesses do regime discricionário.

Conforme os documentos apresentados a seguir, pediu-se que fosse preso para o cumprimento da pena, mas essa decisão chegou quando Manoel já havia falecido, na Espanha, em dezembro de 1937. Legalmente, o Decreto-Lei n. 383, de 18/4/1938, que proibiu atividades políticas de estrangeiros em solo brasileiro, seria instaurado apenas após a expulsão de Manoel.

DELEGACIA ESPECIALISADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SÃO PAULO.

Doc. No. 22
 PROMPT. 16.40
 DATA 20/8/38
 (COPIA)

Justiça Especial

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

M A N D A D O DE P R I S Ã O na forma abaixo:

~~XXXXXXXX~~

.....O CORONEL - Luiz Carlos da Costa Netto.....
JUIZ do Tribunal de Segurança Nacional.

MANDO

à autoridade a quem este for apresentado, indo por mim assinado, que, em seu cumprimento e no da decisão proferida em sentença ~~XXXXXX~~ Penitenciária do Est. ~~XXXXXX~~ ~~XXXXXX~~, em data de hoje, prenda e recolha a ~~XXXXXX~~ ~~XXXXXX~~ ~~XXXXXX~~ ~~XXXXXX~~, à ordem e disposição deste Tribunal.....

.....MANOEL MÃS HERRERA.....

visto ter sido condenado as penas de 1 ano de reclusão, grão mínimo do artigo 23, 1ª parte da lei n. 38 de 4 de abril de 1935

O que cumpra sob as penas da lei. Eu, Anôr. Margarida.....

O. subscreevo..Rio de Janeiro, D.F., 7 de Julho de ~~XXXXXX~~ 1938

O...JUIZ do Tribunal de Segurança Nacional

(a)..Luiz Carlos da Costa Netto.....

TRANSCRITO, fielmente do original, por mim.....

.....escrevão, que datilografei em parte, conferi e assinado.

FIGURA 15 - Mandado de prisão de Manoel Mas Herrera.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera. DEOPS/SP.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SÃO PAULO

BOLETIM DE INFORMAÇÃO referente ao preso

MANOEL MÃS HERRERA

condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Nome Manoel Mãs Herrera

Data da condenação 7 de julho de 1938

Juiz Cel. Luiz Carlos da Costa Netto

Data da execução do mandado

Tempo da condenação 1 ano de reclusão

Tempo de prisão cumprida anteriormente 17 meses e 15 dias

Tempo de prisão a cumprir - - - - -

Cadeia onde cumpre a pena - - - - -

São Paulo, 19 de Agosto de 1938

O Encarregado do Arquivo Geral

(José Netto Leme)

FIGURA 16 - Condenação de Manoel Mas Herrera no TSN.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera. DEOPS/SP.

No Brasil, Manoel Mas Herrera foi anistiado em 1945. O Jornal *A Gazeta* (SP) publicaria, em 18/4/1945, notícia da assinatura do Decreto de Anistia, por Getúlio Vargas, relacionando o nome dos 600 beneficiados pelo ato governamental, incluindo os de Manoel Mas Herrera e Thomaz Mas Gonçalves. É fundamental observar que o

nome de Manoel foi incluído em “são os seguintes os brasileiros condenados que o decreto de Anistia atingirá” [grifo nosso], mas foi julgado como estrangeiro *indesejável*.

Rio, 18 (Asapress) – Urgente – O presidente da República assinou o decreto concedendo anistia a todos os presos políticos. O ato teve lugar às 6 horas, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis. Logo após a sua assinatura foi feita comunicação direta do Palácio Rio Negro ao Ministro João Alberto, chefe de Polícia.

FIGURA 17 - Relação do nome dos anistiados.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera, 1937. DEOPS/SP.

5.2 MIGUEL MAS HERRERA

O inquérito de Miguel Mas Herrera (Prontuário n. 3.072/DEOPS/SP) seguiu o mesmo ritual de seu irmão Manoel; baseou-se no processo inicial contra Eugênio Alonso, que deu desdobramento à perseguição contra diversos espanhóis e alguns nacionais. Em seu processo, houve uma confusão de nomes: Miguel Mas Herrera, também Miguel Maximiniano Mas, Miguel Mas ou ainda Joaquim de Oliveira (não se trata de codinome comunista, mas de apelido português adquirido ao trabalhar como colono e usar camisa de algodão; os demais trabalhadores achavam que ele parecia mais um imigrante português do que um espanhol). Miguel também foi detido no mesmo dia que seu irmão Manoel e do sobrinho Thomaz, em 20/12/1935. Tinha, então, 36 anos, natural de Gargallo (Teruel), era casado e colono.

Em 3/9/1936, o inquérito foi remetido à SOPS. No dia 28/3 do mesmo ano, Miguel prestou depoimento à Delegacia Regional de Polícia de Penápolis afirmando que residiu em Glicério por cerca de seis anos, tendo trabalhado na Fazenda de José Rosa de Carvalho, no bairro do Macuco, em 1932. Nessa propriedade era foguista Eugenio Alonso que lhe propôs várias vezes integrar a Liga Operária, com sede nessa mesma cidade. Ele recusou o convite, pois como só sabia assinar o nome, isto de nada valia e, além do mais, precisava trabalhar para cuidar da família.

Depois, foi morar em Coroados, em Córrego do Campo, na propriedade de seu pai Tomas, voltando depois novamente a Glicério. Diz que um dia foi à casa de seu irmão Manoel Mas Herrera, em Braúna, e que por insistência deste, “dado a ideias extremistas”, soube que Manoel havia aderido ao Partido [Comunista], mas não tinha assinado nenhuma proposta de adesão, segundo seu depoimento. No entanto, Manoel teria afirmado que isto era de grande conveniência e que se ele [Miguel] não aderisse, depois seria pior. Este ainda afirmou que residiu no bairro Paraguai, em Penápolis, na propriedade de Cecília Molina. Mais à frente, afirmou que o irmão Manoel entrou no Partido após ter chegado da capital, onde esteve com um filho em tratamento médico.

Há uma data ainda não esclarecida a apontar que Miguel esteve foragido por um certo tempo, pois em relatório à SOPS há referência a ele nos seguintes termos:

Há, ainda, três outros indivíduos de nome José Lopes, Miguel Mas e Anjo Antonio de Oliveira, os quais, enquanto não tenham sido ouvidos neste processo por estarem foragidos, são igualmente responsáveis pela vulgarização de ideias subversivas, todos dedicados agentes do credo *vermelho* (2/4/1937).

Na mesma data, o delegado Venâncio Ayres, em carta escrita a mão, recomendou a soltura de Miguel, baseando-se nos argumentos que “[...] a sua atuação como extremista não é das mais acentuadas [...]” e os outros já haviam sido postos em liberdade, apesar deste figurar no processo de Eugenio Alonso, mas recomenda que a polícia o vigie de modo a não perdê-lo de vista.

Em 19/4/1937, aparentemente solto, Miguel comunicou à delegacia Regional de Polícia de Penápolis que se achava de mudança para Olímpia, ficando de indicar a fazenda onde fixaria residência. Informou logo depois, em 24/4 do mesmo ano, que residia à rua Coronel Francisco Nogueira, 60, na cidade indicada, e reafirmou “[...] que não tem nenhuma ligação com indivíduos de ideias extremistas, mas seu irmão Manoel sim” (o depoimento não está assinado).

Em relatório anexado ao processo de Miguel, um delegado da capital afirma que este “[...] não se trata de um inquérito senão de um amontoado de papéis sem classificação, sem ordem, sem nexo, de difícil apreciação e estudo [...]” e pede reorganização.

Durante a pesquisa, percebeu-se que há provas inconsistentes e o inquérito foi construído mais com base em elucubrações policiais, afirmando-se que os imigrantes pregavam o credo *vermelho* e que abusavam de “uma terra que não lhes pertenciam”, alicerçado em um discurso preconceituoso e xenofóbico.

A pedido do Ministério Público, em 31/1/1938, o TSN o excluiu da denúncia no inquérito contra os supostos comunistas, mas aconselhou que o *indivíduo* ficasse sob vigilância policial.

Ainda em 1938, em 25/5, em telegrama de Olímpia, nº 235/431, indicou-se que ele havia sido recolhido à cadeia local, preso por agredir, em sua casa, na Fazenda Campestre, a machadadas, Maria Ribas,⁸⁹ com quem era casado e tinha filhos. A motivação: ciúmes. Ele aguardava julgamento do crime ocorrido em 5/5/1937, segundo documento em seu prontuário no DEOPS/SP, e instarou-se inquérito. Em documento obtido junto à Delegacia de Penápolis/SP, uma anotação esclarece que a agressão se deu com uma navalha e não com um machado.

Em 27/5/1938, em despacho, afirmou-se que o conhecido por Joaquim de Oliveira foi procurado por atividades comunistas pela delegacia de Glicério, não

⁸⁹ Maria Ribas nasceu em 11/12/1900, em Jaboticabal, filha de José Ribas e Isaltina (?) Ribas, doméstica e com instrução primária.

interessando sua apresentação de acordo com o delegado de Ordem Social de São Paulo, Juvenal de Toledo Ramos.

Dr. Superintendente de Ordem Política e Social		Instruções de Serviço	
São Paulo		2.0 AA 0A7AM 107H1	
RECEBIDO		SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA	
de oi		CARIMBO	
is 20,20 de 25.5.38		Depart. de Comunicações e Serviço de Radio Patrulha	
por pst		SÃO PAULO	
RADIO-TELEGRAMMA DE Olimpia		N.º 235/431 PIs. 81 Data 25 Hora 14,00	
Numero 123 pt Solicito vos informações urgentes, se si interessa essa espe- cializada, se apresentação de Maximiliano Miguel Ma's ou Miguel Ma's pt Re- ferido individuo echa-se recolhido na cadeia, e o mesmo se flagrante quando ferie a machadades, se a sua esposa Maria Ribes e aguarda julgamento do crime ocorrido no dia 5 de maio do ano passado pt			
Saúde e Fraternidade			
Roque Arnobio			
Delegado Policia			

FIGURA 18 - Telegrama da Rádio Patrulha sobre prisão de Miguel Mas Herrera.

Fonte: Prontuário n. 3.072 de Maximiliano Mas Herrera, 1935, no Arquivo do Estado de SP/DEOPS.

Assim, Miguel Mas Herrera saiu do âmbito de preso político para preso comum. De acordo com depoimentos familiares, Miguel Mas Herrera apresentava comportamento alterado sempre que ingeria álcool e esteve internado por um tempo significativo no Hospital e Colônia de Juqueri, em São Paulo, à época Colônia Agrícola do Asilo de Alienados, por problemas psicológicos, onde possivelmente faleceu. Há informações familiares de que Maria Carmem Maz Borges chegou a visitar o tio na instituição.

Apesar desse desdobramento, em seu prontuário no DEOPS/SP encontra-se que embarcou no navio *Alsina* em 5/6/1937, junto com seu irmão Manoel Mas Herrera, sendo uma clara confusão com outro espanhol [Antonio] Miguel Herrera [Esteban], que não tem aparentemente parentesco com a família em estudo.

T. G. I. - Mod. 11

(DELICTOS E CONTRAÇÕES EM GERAL)

POLICIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ao Serviço de Estatística Policial comunica a Delegacia de Polícia de *Penápolis (Regional)*

Natureza do delicto: (1) *offensas físicas leves*
 Em que ponto do município? *Fazenda Campesin*
 Data do delicto: *27* de *Março* de 1937 Hora: *1*
 Em dia (2) *de Trabalho*
 Lugar onde foi praticado: (3) *casa de residência*
 Meio empregado: (4) *com auxílio de instrumento cortante a machete*
 Causas presumíveis: (5) *ciúmes*

QUALIFICAÇÃO DO AUTOR

Nome: *Maximiliano Miguel Mas* Vulgo: *Lequinho de Oliveira*
 Idade: *36* annos. Nascido em *20* de *Junho* de 1901
 Filho de Pae: *Thomas Mascaro*
 Mãe: *Maria Caladim*
 Estado civil: *casado* Religião: *Catholica*
 Nacionalidade: *Espanhol* Naturalidade: *Fazenda*
 Profissão: (6) *operário agrícola* Instrução: (7) *primaria*
 Tem filhos? *Sim* Conduta: (8) *sem antecedentes policiais*
 Residência: *Fazenda Campesin*
 Dá-se ao vicio da embriaguez? *Não* Côr: (9) *branco*

QUALIFICAÇÃO DA VICTIMA

Nome: *Maria Ribas* Vulgo: *mad. Tem*
 Idade: *36* annos. Nascido em *11* de *Dezembro* de 1900
 Filho de Pae: *José Ribas*
 Mãe: *Martina Ribas*
 Estado civil: *casado* Religião: *Catholica*
 Nacionalidade: *Brasileira* Naturalidade: *Brasileira*
 Profissão: (6) *domestica* Instrução: (7) *primaria*
 Tem filhos? *Sim* Conduta: (8) *sem antecedentes policiais*
 Residência: *Penápolis (Fazenda Campesin)*
 Dá-se ao vicio da embriaguez? *Não* Côr: (9) *branco*

OUTROS DADOS

Valor dado pela victima: (10) _____
 Ha inquerito? *Sim* Houve prisão em flagrante? *Não*
 Evadiu-se o criminoso? *Não*
 Qual o lugar provavel do seu homisio? _____
 Foi solto mediante fiança? *Não* Em quanto foi arbitrada? _____

OBSERVAÇÕES (11)

Delegacia Regional de Polícia

FIGURA 19 - Boletim de ocorrência.

Fonte: Prontuário n. 1.889 da Delegacia de Penápolis.

O resultado é que falta clareza quanto à ocorrência de fatos, de datas, nos prontuários, e se estabelece uma confusão entre o nome dos investigados; este é claramente o caso de [Maximiliano] Miguel Mas Herrera e Antonio Miguel Herrera Esteban.

5.3 THOMAZ MAS GONÇALVES

O Prontuário nº 3.764, do DEOPS/SP, que se refere a Thomaz Mas Gonçalves perfaz 59 páginas e lhe foi acrescentado o sobrenome Herrera, pois havia sido preso juntamente com seu pai. As acusações e os processos são praticamente os mesmos: participação em atividades comunistas, em Braúna, por envolvimento com o espanhol Eugenio Alonso.

Em sua ficha consta que foi detido aos 26 anos. Nasceu em 25/12/1910, era natural de Restinga, mas consta em seu prontuário que era de Franca. Era casado com Ana Rosa com quem teve sete filhos, tinha instrução primária, 1 metro e 71 cm de altura e residia à Avenida Barão do Rio Branco, em Braúna, rua central da cidade.

Mod. 2030

FIGURA 20 - Thomaz Mas Gonçalves.

Fonte: Prontuário n. 3.764, 1937, no Arquivo do Estado de SP/DEOPS.

Em seu prontuário, coincide a informação que consta também dos autos de seu pai, Manoel, que “[...] esta delegacia mandou deter Eugenio Alonso, Albertino Marques Barreto, Manoel Gonzalez, conhecidos chefes da extinta Aliança Libertadora Nacional, em Glicério. Outrossim, foi pedida a vinda de Oscar Sampaio para esta cidade”

(19/12/1935, p. 26), ou seja, esta informação se deu um dia antes da prisão de Thomaz. Apontou-se, ainda, que seu codinome seria *Lamparina*.

Também detido em 20/12/1935, procedente da cidade de Glicério, foi condenado pelo TSN, em 18/8/1938, a 7 meses e 15 dias de prisão celular, em função do grau médio do Artigo 20 § 2º da Lei n. 38 de 1935. Mas há documento condenando-o a um ano de reclusão quando já havia cumprido 18 meses e 17 dias.

cumpra automaticamente 18 meses e 17 dias

2ª VIA

Modelo G

JUSTIÇA ESPECIAL

TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

MANDADO DE PRISÃO

na forma abaixo:

O DESEMBARGADOR

FREDERICO DE BARROS BARRETO

Presidente do Tribunal de Segurança Nacional

MANDO

à autoridade a quem este fôr apresentado, indo por mim assinado, que, em seu cumprimento e no da decisão proferida pelo Tribunal, em sessão de 15 de Agosto corrente, prenda e recolha a o presídio ou estabelecimento que parecer mais conveniente à segurança pública, à ordem e disposição deste Tribunal THOMAZ MÂS GONÇALVES - filho de Manoel Mâs Kencia e Genesina Gonçalves

visto ter sido condenado a 7 meses e 15 dias de prisão celular, grau médio do art. 20 § 2º da Lei n. 38 de 1935.

O que cumpra sob as penas da lei.

Eu Antônio Albino de Almeida Secretário.

o subscrevo.

Rio de Janeiro, D. F., 18 de Agosto de 1938

O **PRESIDENTE** DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL,

F. de Barros Barreto

Imprensa Nacional -- 137-G

FIGURA 21 - Mandado de prisão do TSN.

Fonte: Prontuário n. 3.764, 1938, p. 39.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

SÃO PAULO

31-04-38

BOLETIM DE INFORMAÇÃO referente ao preso

THOMAZ MÁZ GONÇALVES

condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Nome Thomaz Más Gonçalves
 Data da condenação 7 de julho de 1938
 Juiz Cel. Luiz Carlos da Costa Netto
 Data da execução do mandado
 Tempo da condenação um ano de reclusão
 Tempo de prisão cumprida anteriormente 18 meses e 17 dias
 Tempo de prisão a cumprir - - - - -
 Cadeia onde cumpre a pena - - - - -

São Paulo, 19 de Agosto de 1938

O Encarregado do Arquivo Geral

(José Netto Lima)

FIGURA 22 - Tempo de condenação de Thomaz Mas Gonçalves.

Fonte: Prontuário n. 3.764, 1938, p. 23.

Em seu depoimento assinado, reforçou-se o que havia dito seu pai, Manoel, em depoimento anterior: que fora espancado e tivera os pés queimados. Aqui, acrescentou-se que ele fora xingado e apanhara em frente à delegacia de polícia, uma medida policial no sentido de humilhar e desqualificar o detido, a fim de servir de exemplo às pessoas que estavam presenciando a punição de um brasileiro, filho de espanhóis.

Como já foi informado, de acordo com depoimento prestado por alguns dos filhos de Thomaz, pela proximidade, este sempre acompanhava o pai em diversas ocasiões. Por isto, seu nome, nas supostas reuniões comunistas, como *Lamparina*, aparece com frequência ao lado de Manoel, *Corrente*.

40 458
 JUÍZO DE DIREITO COMMISSARIO PARA INQUIRIÇÃO DE PRESOS POLITICOS
 THOMAZ MAZ GONÇALVES

Declarações que presta o detento MANOEL MAZ GONÇALVES

Aos 27-12-935, nesta Capital de São Paulo, á rua Visconde de Rio Branco, 267, onde se acha installado este Juízo, presente o M. M. Juiz de Direito Commissario Dr. Alexandre Delfino de Amorim Lima, commigo escrivão designado, presente o detento MANOEL MAZ GONÇALVES, foram por este prestadas as declarações seguintes, em resposta ao interrogatorio que lhe fez o M.M. Juiz, a saber: que é bra-

sileiro, nascido em Franca, filho de Manoel Maz Herrera, com 25 annos de idade, casado, tem 2 filhos, carpinteiro, residente em Brauna; que o declarante não é communista, desconhecendo por inteiro essa doutrina; que tomou parte uma reunião, em Brauna, da qual faziam parte seu pae, Eugenio Alonso, um sr. desconhecido, algumas pessoas de Glycerio, outras de Brauna, afim de formarem um syndicato; que preso foi mandado espancar pelo delegado - o individuo appellidado por " Dr. Francisco Mussa "; que disso foi incumbido ~~por~~ o soldado Lucas que o descalçou e lhe deu muito nos pés com uma grossa borracha; que o delegado, não satisfeito com as violencias a que submetera o declarante ainda lhe chamou de " filho de puta " e quejandas; que a sóva que tomou se deu em frente á delegacia, e foi presenciada por umas dez pessoas, inclusive um sinisiforo Angelo e uns empregados da Camara. Nada mais, encerra-se. Eu, *Francisco Infante* *alguacil*

Thomaz Maz Gonçalves

FIGURA 23 - Depoimento de Thomaz Mas Gonçalves.

Fonte: Prontuário n. 3.764, 1935, p. 37.

Como o pai, Thomaz foi enviado ao Presídio Maria Zélia, na capital. Para estar próxima do marido detido, a esposa Ana Rosa mudou-se para a capital e passou a morar com a sogra Concepción, esposa de Manoel.

Ao ser mantido nos porões, ele desenvolveu bronquite e tuberculose, o que fragilizou sua saúde e o levou, ao deixar o Maria Zélia, a voltar para o interior, mudando-se para Marília em 1937. Por outro lado, seus filhos recordam que o pai desenvolveu noções de Exatas, como Geometria e Álgebra, no Zélia, junto de engenheiros, e especialmente argentinos que estavam detidos.

Ao longo da pesquisa, encontrou-se a informação que, no início de 1936, o cineasta Paulo Emílio Sales Gomes, orador da ANL, ao ser enviado ao Maria Zélia, que foi dividida em oito seções, organizou espetáculos teatrais e uma escola para os colegas

analfabetos e uma universidade para os mais instruídos (DULLES, 1985). Talvez tenha sido o influenciador educacional entre os detentos. Ainda em Dulles, relatou-se que a comida servida era repleta de vermes e a assistência médica, precária: uma única pessoa dedicava apenas meia hora por semana e os remédios prescritos aos detentos faziam mais mal do que bem.

Exímio carpinteiro, como Manoel, Thomaz também exerceu profissão de protético, entre 1948-1950, e cartorário de Padre Nóbrega, distrito de Marília, onde fixou residência ainda moço. No cartório, conheceu o farmacêutico Gabriel Ferreira que o convidou a trabalhar no Hospital Espírita de Marília (HEM) como secretário. Foi grande colaborador do Hospital e orientador espírita desde 1956. Sempre atuante no Espiritismo, teve incumbências administrativas e de doutrina, militando até seu falecimento em 24/2/1997 aos 86 anos, segundo informações de seus filhos e do próprio Hospital. No HEM, ministrava aulas evangélicas diariamente junto aos doentes. Essas palestras eram dadas em Marília e região.

Também foi sócio-fundador do Educandário Dr. Bezerra de Menezes nessa cidade. Respeitado por suas atividades de caridade, Thomaz esteve presente em diversas entidades espíritas com o intuito de levar esclarecimento e trabalhar pela igualdade de oportunidade entre os homens.

Foram 60 anos de trabalho espírita incessante, como atestam os filhos Walter e Arnaldo Mas Rosa. Segundo eles, o pai era chamado de ‘biblioteca ambulante’ em função do grande conhecimento da Doutrina.

FIGURA 24 - Thomaz Mas Gonçalves ao centro, em pé, em palestra espírita.

Fonte: Acervo pessoal de Arnaldo Mas Rosa.

Com vida singela, até o final de sua vida Thomaz conservaria o hábito de seu vestir formalmente, camisa de mangas compridas e paletó, mesmo quando realizava trabalhos assistenciais. Talvez o costume possa ser atribuído, em parte, ao seu pai, Manoel, que mandou confeccionar ternos pouco antes de sua morte, na Espanha.

5.4 CRONOLOGIA

DATA	Manoel Mas Herrera	Miguel Mas Herrera	Thomaz Mas Gonçalves
1929 a 6/1/1931	1ª prisão		
20/12/1935	2ª prisão (Braúna)	1ª prisão (Braúna) ou foragido?	1ª prisão (Braúna)
27/12/1935	Escola de Polícia SP		
28/4/1937 (?)	Prisão Maria Zélia		
7/7/1937			Posto em liberdade
4/10/1936	Início do inquérito de expulsão	Início do inquérito de expulsão	
10/3/1937	Expedida portaria de expulsão	Expedida portaria de expulsão	
Véspera embarque	Presídio de Santos		
5/6/1937	Embarque Alsina		
Agosto de 1937	Chega a Valência		
22/12/1937	Morte em bombardeio em Puerto de Sagunto, Valência, Espanha		
27/12/1937	Carta censurada de Higino Alonso Delgado sobre a morte de Manoel, em Puerto de Sagunto		

21/1/1938		Excluído da denúncia pelo Tribunal de Segurança Nacional	
5/5/1938		2ª prisão, em Olímpia, por agressão à esposa Maria Ribas	
7/7/1938	Sai condenação, no Brasil, a um ano de reclusão		Sai condenação, no Brasil, a um ano de reclusão
18/4/1945	Beneficiado pelo Decreto de anistia	Beneficiado pelo Decreto de anistia	Beneficiado pelo Decreto de anistia

QUADRO 1 - Cronologia dos Mas Herrera. Fonte: própria autora a partir de dados compilados.

5.5 TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi criado pela Lei n. 244/1936, que o instituiu como órgão da Justiça Militar, com o objetivo de manter no poder o governo ditatorial por meio de atos policiais de terrorismo e repressão, abrindo espaço para a farsa judiciária. O Supremo Tribunal Federal decretou que o TSN era constitucional. Com o início de suas audiências em 11/9/1936, na Escola Alberto Barth, no Flamengo (RJ), sua única função era julgar atitudes consideradas ofensivas contra Vargas. Todo o ritual estabelecido dificultava a defesa do réu.

No dia da segunda sessão do Tribunal, em 19 de novembro de 1936, ficou determinado que suas sessões deveriam ser públicas, salvo nos casos em que o Tribunal resolvesse o contrário. E, mesmo sendo públicas, só seriam permitidas as entradas do réu, do advogado e das pessoas que o presidente do Tribunal autorizasse. Depois de receber o inquérito sobre o crime, o presidente da Corte deveria remetê-lo ao procurador e designar um juiz para o julgamento. Imediatamente, era ordenada a presença do prisioneiro, que deveria se apresentar em 12 horas. Caso o indiciado não estivesse sob custódia, uma nota pregada na sede do Tribunal tratava de comunicar a necessidade da presença do réu. Em 24 horas eram apresentadas as acusações formais ao acusado. O julgamento não ultrapassava 24 horas depois de feitas estas acusações. Nesta situação, não havia nem mesmo a garantia de que o réu pudesse estar presente à sessão do Tribunal, ou de que pudesse convocar o número de testemunhas que achasse necessidade para seu julgamento. Depois da apresentação das evidências e do

exame das testemunhas de ambos os lados, a acusação e a defesa tinham, cada uma, 15 minutos. O acusado não podia apresentar mais de duas testemunhas, que não poderiam gastar mais de cinco minutos cada. O juiz poderia dispensar a presença do acusado. [...] A farsa jurídica do Tribunal de Segurança não permitia recurso ou apelação à sentença, prevendo apenas a apelação interposta ao Tribunal Militar, sem direito a qualquer efeito suspensivo sobre a sentença do Tribunal de Segurança. O Tribunal funcionava revestido de toda a pompa possível, no sentido de impressionar através de seu ritual e de sua suposta magnitude jurídica. Assim, as vestes dos juizes foram confeccionadas especialmente para as solenidades de julgamento, e o procurador e o secretário também usavam trajes especiais (CANCELLI, 1994, p. 102).

O devido processo legal foi invertido: o acusado deveria provar sua inocência. Além do mais, uma ordem do PCB pedia que os próprios presos boicotassem o julgamento do TSN, uma maneira de desconsiderá-lo. Os internos do presídio Maria Zélia receberam carta de Agildo Barata, tenentista e integrante do PCB, com essa orientação, mas, internamente, líderes da ANL presos nem apoiavam o boicote e nem o diretório externo. O boicote foi uma iniciativa do Rio, mas no Maria Zélia a maioria o apoiava (DULLES, 1985). O resultado é que com os presos políticos recusando-se a nomear advogados, o TSN pediu ao conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que o fizesse. Parte do próprio conselho entendia como inconstitucional a existência desse Tribunal, mas, em votação, um voto de minerva levou à cooperação com a ressalva de não necessariamente reconhecê-lo.

A respeito de Manoel Mas Herrera, não há informações de nomeação de advogado próprio e que tenha sido levado em algum momento para o Rio de Janeiro a fim de prestar depoimento e ser julgado.

Enquanto durou, o TSN julgou 6.998 processos que se referiam a mais de 10 mil pessoas, das quais 4.099 foram consideradas culpadas e condenadas a penas que iam de multa a 27 anos de prisão (ROSE, 2001).

A expulsão do território nacional do estrangeiro nocivo à ordem pública era garantida nos termos do Art. 143 da Constituição de 1934. As Leis ordinárias definiam os casos em que o estrangeiro era considerado nocivo à ordem pública e, por isso, passível de expulsão (MACIEL, 1953).

No Arquivo Nacional da Presidência da República, no Rio de Janeiro, foram localizados quatro volumes e um apenso com documentos relativos a Manoel Mas Herrera, em função da apelação de Eugenio Alonso e outros, com data de 26/2/1938. Trata-se de processo que se localiza no Fundo/Coleção do Tribunal de Segurança Nacional (C8) com a seguinte notação: BR.AN.RIO.C8.0.APL.0127, somando 716

páginas. Há a observação de que ele está atrelado ao processo n. 283 da Secretaria [de Estado dos Negócios da Segurança Pública] e 127 do Cartório de São Paulo.

Apesar da indicação de que “[...] os únicos elementos contra os indiciados são certos papéis e documentos apreendidos em poder dos mesmos”, são ouvidas doze testemunhas moradoras em Braúna à época, entre eles: José Sanches Domingues, Emilio Herrera, João Bassalobra, João Martins Aranega, José Toquero Lopes, Diogo Rodrigues Ariano, Domingos Fialá, Ivo Guberovich, Antonio Rodrigues Monção, João Toquero Lopes e Christovam Toquero. A maioria dos depoentes era brasileira e confirmou o bom caráter dos acusados no processo de Eugênio Alonso e outros e o não-envolvimento deles com o Partido Comunista.

Uma delas, José Nunes Soares, diz que sabe, por insinuações, de “Miguel Mas [Herrera] e outros indivíduos reconhecidamente COMUNISTAS [em maiúscula no documento] as pessoas que acima vem de fazer referências, entraram e tomaram parte na formação de um sindicato agrário”, que mais tarde o depoente veio a saber que não passava de um ‘lougro’, no qual caíram aquelas pessoas, vítimas de sua própria ignorância (apenso 1, 1936, p. 43).

Na sequência, Luiz Ramos da Silva (conhecido como Lucas Ramos) confirmou estar surpreso com a prisão de algumas pessoas, “[...] que o depoente sabe que estes indivíduos, na mais completa ignorância, assinaram alguns documentos que lhes foram apresentados pelo indivíduo Manoel Mas, conhecido comunista, sob o disfarce de sindicato agrário”. Outra testemunha, João Vicente, reportou que Domingos Fialá e Antonio Rodrigues Monção frequentavam sessões espíritas, como adeptos desse credo, que o depoente sabe por ouvir dizer que eles assinaram documentos apresentados por Manoel Mas e outros, “[...] estes conforme boatos correntes em Braúna são adeptos do credo COMUNISTA [em maiúscula no documento]” (apenso 1, 1936, p. 44).

PENÁPOLIS

CITAÇÃO

O doutor Benedito de Oliveira Noronha, juiz de direito desta comarca de Penápolis, etc.

FAZ SABER aos que o presente virem, ou dêem conhecimento tiverem, que em virtude de carta precatória vinda do E. Tribunal de Segurança Nacional, está se procedendo ao sumário de culpa dos indiciados Eugenio Alonso, José Moreno Sanchez, Oscar Sampaio, Tomas Más Gonçalves, Miguel Herrera, Manuel Gonçalves, Manuel Gonçalves, José Maria Clemente Imbernon, Diogo Peres Peres, Fructuoso Sanchez Dias, José Sanchez Valéra, Manuel Más Herrera, Angelo Gajardone, Antonio Romero Cabrera, Albertino Marques Barreto, José Moreno Filho e Miguel Saur, como incurso nas penas dos artigos 1.º e 4.º combinados e 30, da lei n.º 38, de 4 de abril de 1935. E não tendo sido referidos denunciados encontrados nesta comarca, conforme certidão do oficial de justiça encarregado da diligência, pelo presente cita e chama a este juízo Eugenio Alonso, José Moreno Sanchez, Oscar Sampaio, Tomás Más Gonçalves, Miguel Herrera, Manuel Gonçalves, Manuel Gonçalves, José Maria Clemente Imbernon, Diogo Peres Peres, Fructuoso Sanchez Dias, José Sanchez Valéra, Manuel Más Herrera, Angelo Gajardone, Antonio Romero Cabrera, Albertino Gonçalves Barreto, José Moreno Filho e Miguel Saur, para, sob pena de revelia, comparecerem perante este juízo, no Fórum, no dia 30 do corrente mês de maio, às 13 horas, afim de assistirem á inquirição das testemunhas arroladas e que são: dr. José Avelino Gurgel de Alencar, Julia Valéra, José Guimarães, Antonio Marques Alves, Joaquim Cotrim, Jeronimo Vicente de Araujo, Ezequiel dos Santos, Umberto Timarco, Roque Maximo dos Santos, José Marques, Miguel Más e Diogo Rodrigues Robles. Para conhecimento dos interessados se lavrou o presente edital, que será afixado no lugar publico do costume e publicado na forma da lei. Passado nesta cidade de Penápolis, em 25 de abril de 1938. Eu, Francisco Luiz Leme, escrevente, o subscrevi. O juiz de direito (a) B. Oliveira Noronha. — Nada mais. Cof. O escrevente, F. L. Leme.

(Ex-of.)

7

FIGURA 25 - Intimação, no *Diário Oficial* de 7/5/1938, pelo TSN, de pessoas que haviam sido expulsas em 1937, incluindo-se Manoel Mas Herrera, já falecido.

Thomaz Mas Gonçalves também seria convocado (vol. 1, p. 118, 1935).

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

No relatório do delegado de polícia de Glicério, Francisco Gomes Marsiglia, datado de 5/10/1936, ele refletiu que, como única prova, havia pedido de adesão ao Partido Comunista feito pelos indiciados, mas que esse simples elemento não era satisfatório:

[...] mormente em face da prova testemunhal produzida que é inteiramente favorável aos indiciados e, ainda, quer diante da ordem de soltura emanada do Juízo Federal por meio de “habeas corpus” concedido, quer em consideração à ignorância e nenhuma cultura moral e intelectual dos indiciados. Assim, ao invés de dar o presente inquérito por ultimado, determinei o prosseguimento de mais diligências consistentes na rigorosa observação das atividades dos indiciados. Essa observação criteriosa que vem datando de vários meses, trouxe como resultado não se constatar a prática de qualquer ato que denotasse ligeiras tendências comunistas na conduta e no procedimento dos indiciados. Trata-se, na verdade, de pessoas simples, dentre as quais várias não sabem escrever; contudo, no pedido de adesão destas, está assinado! Sabe-se, entretanto, que os propagandistas do credo vermelho têm procurado, ultimamente, obter o maior número possível de adesões, preocupando-se com a quantidade e não com a qualidade [...] estudada, assim, a índole desses indivíduos, é de se crer que a prova testemunhal seja exata e que os mesmos, realmente, tenham sido vítimas da palavra insinuante de hábeis propagandistas do comunismo.⁹⁰

No processo do TSN, volume 1, contra Eugenio Alonso e outros, observou-se que o encontro no km 41 da Noroeste foi enfatizado como um dos principais elementos desencadeadores do processo.

No depoimento prestado por ele, em 12/12/1935, em Glicério, ao tratar da reunião em casa de Julia Valera, a ata teria ficado sob responsabilidade de Thomaz Mas Gonçalves, mas o declarante disse não tê-las recebido (TSN, 1935, vol. 1, p. 19). Quando foi preso, Alonso trazia um revólver marca Detective sob a roupa, e em sua casa foram apreendidos panfletos e jornais, incluindo-se *A Platea*, considerado de esquerda.

Há informações reiteradas de que Thomaz era o secretário da célula de Braúna e Manoel Mas Herrera a presidia, por isso, ambos foram intimados pela Delegacia de Glicério, em 10/12/1935, ou seja, dez dias antes de serem presos.

⁹⁰ Ibid., p. 49.

QIS

Em vista de terem sido apontados, como ligados aos fatos constantes deste processo, intimasse Dona Julia Balera, José Balera, Thomaz Mas, Manoel Mas, Diogo Rodrigues Nobles, Manoel Gonçalves, Miguel Herrera, Diogo Perez, José Moreno Sanchez e Antonio Cabrera, para comparecerem nesta Delegacia, afim de serem ouvidos na forma da lei.

Glycerio, 10-12-1935

O DELEGADO DE POLICIA

[Assinatura]

- DATA -

Na mesma data recebi estes autos com o despacho supra. De que para constar lavrei este termo. Su *[Assinatura]* Escrivão, que o dactylographei.

- CERTIDÃO -

CERTIFICO em cumprimento ao despacho supra, que intimei no distrito de Brauna, neste Município, em suas próprias pessoas, Dona Julia Balera, José Balera, Thomaz Mas, Manoel Mas, Diogo Rodrigues Nobles, Manoel Gonçalves, Francisco Toquero, Diogo Perez, José Moreno Filho e Antonio Cabrera, para comparecerem nesta Delegacia, no dia (12) doze do corrente, afim de prestarem declarações no presente inquerito, na forma da lei, de que sciencificaram.

O referido é verdade e dou fé

Glycerio, 10 de Dezembro de 1935

O ESCRIVAO

[Assinatura]

- INFORMAÇÃO -

Em vista da grande documentação apreendida, foi desdobrado este processo em duas partes (segue segunda parte)

Glycerio, 10 de Dezembro de 1935

O ESCRIVAO

[Assinatura]

213/61

DELEGACIA DE POLICIA DE GLYCERIO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCLUSÃO

Na mesma data faço estes autos conclusos ao doutor delegado de Policia, do que para constar lavrei este termo. Su *[Assinatura]* Escrivão que o dactylographei e subscrevo.

[Assinatura]
segundo volume; faça-se a
transcrição das pgs. a título
de informação.
Glycerio, 16/12/1935
v. *[Assinatura]*
Delegado de Policia

DATA

Na mesma data recebi estes autos com o despacho supra do que para constar lavrei este termo. Su *[Assinatura]* Escrivão que o dactylographei e subscrevo.

FIGURA 26 - Intimação Thomaz Mas Gonçalves e Manoel Mas Herrera (vol. 1, p. 118, 1935).

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

Manoel Gonzalez foi outro depoente, em 12/12/1935, que detalhou que, na encruzilhada que vai ao bairro do Baixote, tomou lugar no caminhão Manoel Mas Herrera, passaram na casa de seu filho, Thomaz, e seguiram para a reunião do grupo.

Outras informações que dizem respeito à família espanhola em estudo estão na p. 8, “[...] por não encontrar elemento de convicção que fundamente a denúncia, deixa esta Procuradoria de denunciar 23 pessoas”, incluindo-se Miguel Mas Herrera, em 21/1/1938, que passou a figurar nos processos como testemunha e não mais como indiciado, apesar de existir a orientação para que ele fosse vigiado e que a polícia não o perdesse de vista.

Percebe-se que a estrutura adotada nas células comunistas incluía uma seção de finanças, outra de propaganda e agitação (agit-prop), uma terceira de organização e também uma sindical, na qual se localizavam os processados de Braúna que

acreditavam estar participando da fundação de um sindicato, sem conexão com uma sigla partidária proscrita, portanto.

Em reunião realizada no dia 25/10/1935, uma ata apreendida com Alonso indicou a participação de Manoel (*Corrente*). Na ordem do dia, durante o debate sobre a parte sindical, ele reclamou que por falta de material não estava trabalhando. Não é possível determinar a qual material se referia. Jornais? Panfletos? Tintas? Mas esse fato sinaliza que esteve envolvido com a mobilização de pessoas em torno do que seria um futuro sindicato ou cooperativa.

FIGURA 27 - Esquema do Partido Comunista apreendido com Eugenio Alonso elucidando que a parte sindical era braço de atuação na sua convenção (vol. 1, p. 21).

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

283/96-A As C. são compostas de 1 Sec.
 1 Enc Sindical 1 Enc Organizaç.
 1 Enc finanças e 1 Enc^{de} propaga-
 da (Agit-Prot. 160)

As C^{de} deverão reunir-se 1 vez
 por semana mandando os trabo.
 1 vez cada 15 dias

FIGURA 28 - Anotação encontrada com Eugenio Alonso sobre a organização das células, sendo a sindical um de seus braços (vol. 2, p. 160).

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

283/87

147

Ata da reunião extraordinária
da Seção B. L. ao 25 do 10 de 1935

Presentes camaradas, Corrente, Pecon,
Carro, Garrafinho, ~~Engel~~ Valde,
Alfonse, Feise, como delegado local
Liberal, Eflor

Foi eleito como Presidente, o camarada
Liberal, foi a ordem os trabalhos
informada a ordem do dia

- 1 ponto informe
- 2 " organização
- 3 " congresso campones
- 4 " trabalhos sindical
- 5 " varios

1 informe o camarada ~~eflor~~ pediu para
os camaradas informarem o camarada corrente,
informou que por falta de material
não tem podido trabalhar a seção
o camarada Valde, informou que
a jítou dois camaradas e não foram
recitados por falta de idição
e na fase nola vale formoso a jítou
dois camaradas para o sindicato
os quais se tão prontos, 2 ponto
o camarada ~~eflor~~, o comitê da zona
é responsável pelos erros que cometer
em ~~de~~ ~~apreço~~ formar o comitê de zona

FIGURA 29 - Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso,
com a presença de Manoel (Corrente), vol. 2, p. 147-148, 1935.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

FIGURA 30 - Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso, com a presença de Manoel (Corrente), vol. 2, p. 147-148, 1935.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

Foi possível constatar que Manoel informou “[...] que tem várias pessoas que estão prontas para o sindicato”, não fazendo referência a partido político. Isto reforça a possibilidade de que Eugenio Alonso trabalhasse para a formação de uma célula sindical dentro do Partido Comunista, ligado à conferência regional da sigla [confrontar figura 27], mas não era claro em relação a esse ponto durante a mobilização de populares. Pode-se deduzir, hipoteticamente, que a estratégia de Alonso era angariar simpatizantes, mobilizá-los em torno de uma causa e depois avançar para um engajamento partidário.

No volume 3, há troca de cartas de Eugenio Alonso e dirigentes locais, de 2/11/1935, afirmando que não poderiam enviar alguém para se encontrar com eles [em Braúna], pois estavam atropelados com a organização do Congresso Camponês, dia 9, em Bauru, mas que ficaram impressionados com os relatos [de Eugenio Alonso] a respeito da conferência dos bairros do Baixote, Braúna, Vale Formoso etc. Na sequência, pediu-se o estabelecimento de correspondência via caixa postal e que se enviasse um representante para o encontro próximo em Bauru.

Mais à frente, a solicitação de envolvimento de religiosos no movimento: “[...] é preciso organizar uma comissão de espíritas, maçons e protestantes a fim de angariar

donativos para a luta anti-fascista sem falar em companheiros”. A correspondência está assinada por A. Barbosa com um recado final para pixar a sede dos integralistas.

Neste volume há a reprodução de muitos livros e jornais que foram encontrados em poder dos investigados como se o fato de buscar informação e conhecimento constituísse crime.

No volume 4, é possível encontrar, no relato do procurador Honorato Himalaya Vergolino, do TSN:

[...] Nas localidades de Glicério, Braúna, Coroados, Birigui, Água Limpa faziam-se, altas horas da noite, reuniões clandestinas, onde os colonos, atraídos pela propaganda da fundação de um sindicato agrícola, pretexto sob o qual Eugenio Alonso e outros conseguiram reuni-los, eram doutrinados e imbuídos das ideologias comunistas. Assim, conseguiram os indiciados, por longo tempo, uma larga e eficiente propaganda subversiva naqueles meios coloniais, cuja população é na maioria de origem estrangeira, salientando-se como mais pertinazes: Eugenio Alonso, José Moreno Sanchez, Oscar Sampaio, Thomaz Mas Gonçalves, Miguel Herrera [Esteban], Manoel Gonzalez, José Maria Clemente Imbernon, Diogo Perez Perez, Frutuoso Sanches Dias, José Sanches Valera, Manoel Mas Herrera, Ângelo Gajardone, Antonio Romero Cabrera, Albertino Marques Barreto, José Moreno Filho (1938, p. 297).

Por isto, todos foram denunciados. Como testemunha, figura Miguel Mas Herrera. No Apenso 1 (TSN, p. 31), o indiciado Ivo Guberovich, austríaco, proprietário de um sítio, usando o codinome *Alfaje*, segundo a polícia, em depoimento tomado em 28/12/1935, revelou que Manoel Mas Herrera foi a sua casa, convidando-o para tomar parte em cooperativa agrícola que os espiritistas de Braúna [grifo nosso] estavam fundando naquela vila. O declarante negou-se a fazer parte de tal sociedade, não dando adesão alguma para esse fim ou para qualquer outro e disse que, se a sua assinatura foi encontrada entre os papéis e documentos do Partido Comunista, era falsa.

Também no Apenso 1, Antonio Rodrigues Monção, baiano, analfabeto, utilizando-se do codinome *Maranhão*, disse que estava passeando pelas ruas de Braúna e encontrou-se com Manoel Mas Herrera, que fundava uma cooperativa para melhorar a vida dos trabalhadores e assim deu de bom grado seus dados.⁹¹

No mesmo Apenso, Diogo Rodrigues Ariano explicou que, em novembro de 1935, havia ido à casa de Frutuoso Sanches ver uns animais de sua propriedade que estavam em seu pasto. Lá, encontrou-se com Eugenio Alonso, e sem lhe dar explicação perguntou-lhe o nome, a idade e nacionalidade e poucos dias depois Ariano foi preso

⁹¹ Ibid., p. 34.

(TSN, 1938, p. 25). Outra testemunha ouvida foi Domingos Fialá que teria ido à casa de Manoel Mas Herrera, a fim de acertar umas contas, e foi convidado por Thomaz Mas Gonçalves a ingressar em um sindicato agrícola que beneficiaria os trabalhadores da roça, uma vez que o sindicato venderia os produtos a preço de custo, por isso assinou uma lista que lhe foi apresentada.⁹²

Com o acesso aos prontuários, percebeu-se que Alonso exerceu diversos trabalhos e transitava pela região, com frequência, sendo funcionário, inclusive, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ele assumiu o codinome *Araribá* e faz a ata desta reunião realizada em 31/8/1935, confirmando a presença de trabalhadores como Manoel (*Corrente*) e Thomaz (*Lamparina*).

Essa ata apreendida com Alonso pareceu crucial na prisão dos Mas Herrera. Foi a única encontrada com o cabeçalho Partido Comunista do Brasil, setor Glicério, célula de Braúna. Nela se diz que Manoel foi indicado para *agito prot.*, quando a sigla utilizada pelo PCB era agit-prop, agitação e propaganda, tendo Thomaz como secretário e Miguel Herrera [Esteban] como encarregado da propaganda sindical. Segue a observação de que Getúlio havia autorizado o funcionamento da Aliança, o que pode ter levado ao equívoco de que a mobilização partidária e sindical era legal e apoiada pela ditadura.

Outras atas encontradas com Eugenio Alonso tratam da preocupação com o conflito internacional e a situação da classe proletária.

O fato de trabalhadores se organizarem a fim de fundar uma cooperativa não pode por si só ser um delito. É legítima a iniciativa de melhoria das condições de vida a fim de amenizar as dificuldades diárias propiciando o desenvolvimento necessário e a realização do homem como ser criativo que busca alternativas para a superação de seus problemas. Na ditadura Vargas esse direito foi negado.

⁹² Ibid., p. 28.

283/85 Estrada de Ferro Noroeste do Brasil REFERENCIA 112

de de 19

Partido Comunista do Brasil
Setor de Glebas (Seção 4 C)
Cidade G, F, B

Em 31 de agosto de 1955
presentes as Camaradas Liberal e Perceval
A. L. Araribá, J. Oliveres e Belamanga
do C. G. B. S. e fadada do C. G. D. H. em reu-
nião para a formação da presente C. G. F.
e que passam a funcionar com as
camaradas presentes: Recurrente, Langue-
rina, Carra, Bastião, Carragecho, Enxada
Barrel, Machadão, Feltro, Balde
~~entre outros~~ e a partir de agora a abertura
dos trabalhos pelo C. G. Araribá que
propôs a J. Oliveres para a reunião
trabalhos o qual foi aceite, por todos
passando a os trabalhos que são
1º Organização
2º Colheita
3º Auto Crítica
4º Vários

FIGURA 31 - Ata de reunião encontrada com Eugenio Alonso, vol. 2, p. 142-144.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

283/85-A 143 144
 1º ponto a presente reunião é feita
 para organizar a presente C. que
 presentemente para a funcionar
 com os camaradas acima e
 futuramente se se organizada
 outra para melhor eficiência dos
 trabalhos passando a eleição dos
 membros componentes da mesma
 C. foi indicado a C. de Corrientes
 para Agente Prot. conseguir foi
 indicado a Cda. Sengraima para
 Secretario e Cam. do Balde indi-
 cado para Tesoureiro, a Cda. Carro
 para Encarregado da propaganda
 Sindical e para S. do Socorro
 Vermelho a Cda. Carapicho os
 cujos foram todos aprovados
 ficando bem entendido que todos
 camaradas deveras participar
 da organização e da luta
 2º ponto foi feita uma exposição
 pello Cda. fada sobre politica dos
 dados em Cro. ados comecando

283/85-B Rec. 283 144 145 Mod. 144
 Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
 REFERENCIA 144
 de de 19
 a Getulio por ter autorizado
 o funcionamento da Aliança
 a qual deve ser reforçada em um
 campaigno de luta contra as
 camarellhas da mesma
 3º ponto neste ponto não ha
 tratar por se tratar e mais de
 organizacao
 4º ponto neste ponto não ha
 assunto e não ha mais a
 tratar foi encerrado a sessão
 pello Cda. presidente e em secre-
 tario a escreva
 Araribá,
 Presidente
 J. Oliveira Barão
 J. B. Amaral
 Helmiro Valde
 G. Ferraz
 J. da
 Campesinato
 Liberal
 Castello
 G. da
 S. da

FIGURAS 32 e 33 - Ata de reunião encontrada

com Eugenio Alonso, vol. 2, p. 142-144.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

De acordo com os relatórios policiais, havia cédulas de adesão ao Partido Comunista de todos os participantes dessas reuniões no prontuário de José Moreno Sanchez (DEOPS/SP). Com o acesso ao prontuário, não foram localizadas as fichas de Manoel Mas Herrera e Thomaz Mas Gonçalves. Nos documentos provenientes do TSN foi possível encontrar, entre várias, cédulas de adesão escritas a mão, que poderiam ser forjadas pela Polícia Política, e algumas que realmente eram impressos. Uma delas diz respeito a Miguel Mas Herrera, cujo codinome seria *Ribeira*.

169

Partido Comunista do Brasil

(Secção da Internacional Comunista)

Pedido de Adesão

O partido é o elemento mais consciente e avançado de uma classe, a sua vanguarda. A força desta vanguarda é 10 vezes, 100 vezes superior ao seu valor numerico. E' isto possivel? Cem homens podem mais que mil? Sim, se esses cem homens estão organizados. A organização decuplica a força. (LENINE)

O camarada (pseudonymo) Ribeira

pede para ser admitido como membro do Partido Comunista do Brasil, aceita conscientemente sua disciplina revolucionaria e compromette-se a acatar as resoluções das instancias superiores do Partido e da I. C., bem como a trabalhar activamente na organização partidaria.

D A D O S

Em que bairro reside? Glória Profissão Compositor

Salario mensal \$000. Empresa em que trabalha

Endereço da empresa

Quantos operarios nella trabalham Homens Mulheres

Jovens A que sindicato pertence?

Nacionalidade Espanhol Si é estrangeiro, ha quantos annos está no Brasil? 29 Idade 34 Estado civil Casado

Ha quantos annos reside na região 29

Pertence a outra organização ou partido politico? Não

Qual? É eleitor? Não

Onde? Seus paes eram operarios, camponeses, pequenos burguezes Campones

Data da acceitação na cellula O Secr.

Data da acceitação na zona O Secr.

Data da acceitação na região O Secr.

Miguel Mas

FIGURA 34 – Cédula de adesão de Miguel Mas Herrera, vol. 2, p. 169.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

283/64

DELEGACIA DE POLICIA 124

GLYCERIO – Est. São Paulo

Auto de qualificação

Aos 0900 dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e cinco, nesta cidade de Glycerio na sala de audiências da Delegacia de Polícia onde se achava o Doutor Francisco Lucio Delegado de Polícia, com o escrivão de seu cargo, adiante nomeado e assinado, compareceu Miguel Herrera

a quem a autoridade fez as seguintes perguntas:

Qual o seu nome?
Respondeu chamar-se Miguel Herrera

Qual a sua idade?
Trinta e cinco

Qual o seu estado?
Casado

Qual a sua filiação?
Manoel Herrera e Dona Ignaz Estevan

Que cor tem?
Branco

Qual a sua profissão?
Lavrador

Qual a sua nacionalidade e lugar do nascimento?
Espanhol Granada Província de Granada

Sabe ler e escrever?
Sim

Qual a sua residência?
Brauna Estado de São Paulo

E, nada mais havendo, mandou a autoridade encerrar este auto, que assigna com o qualificado com o escrivão e a datilografia que o datilografel subscreva e assinou.

Francisco Lucio
Miguel Herrera
Escrivão

FIGURA 35 – Auto de qualificação de Miguel Herrera [Esteban], vol. 2, p. 124.

Fonte: Tribunal de Segurança Nacional.

Apresenta-se o auto de qualificação de Miguel Herrera, na verdade, Antonio Miguel Herrera Esteban, pois muitas vezes este se confunde com Miguel Mas Herrera nos processos. O primeiro era filho de Manoel Herrera e o segundo, de Manoel Mas Herrera, que integra a pesquisa desta dissertação.

No dia 30/5/1938, em Penápolis, houve nova tomada de depoimento de testemunhas que reforçaram as atividades comunistas de Eugenio Alonso e nem tanto dos demais com a seguinte avaliação de Antonio Gonçalves:

As testemunhas que depuseram fazem apenas vagas e fugazes alusões às atividades comunistas de um só dos denunciados: o espanhol Eugenio Alonso. Essas alusões por si só não constituem elemento de prova que levem ninguém a condenação, segundo preceito expresso de nosso direito constituído nem são sequer indícios que autorizam uma pronúncia quanto mais uma condenação, não constituem sequer uma presunção de provas. Nessas condições espera-se que o Régio Tribunal decrete a absolvição dos denunciados, inclusive a de Eugenio Alonso. Assim procedendo mais uma vez a fará com a costumada justiça que caracteriza as decisões dessa alta corte de Justiça. Penápolis, 6 de junho 1938 (vol. 4, p. 308).

Faz-se necessário reforçar que o próprio DEOPS reconheceu que as provas e os documentos juntados não ofereciam consistência, ordem e lógica e pediu sua reorganização. Essa dificuldade também foi sentida ao longo da pesquisa, pois faltam documentos citados, a continuidade de depoimentos e não se pode confiar na precisão absoluta quanto a datas e nomes.

De acordo com o levantamento realizado das reuniões para esta dissertação, tendo como base os depoimentos e os dias da confecção das atas, elas aparentemente não ultrapassaram onze, doze encontros em 1935: 31 de agosto; 15, 25 e 26 de setembro; 6, 13, 23, 25 e 30 de outubro; 3 e 27 de novembro. Veja-se a coincidência ou proximidade daquelas datas com o levante militar ocorrido no Recife (24/11), em Natal (entre 23 e 25/11), no Rio de Janeiro (27/11) e a declaração de Estado de Sítio (25/11).

A reunião na casa de Julia Valera teria ocorrido em outubro, provavelmente. Não foi possível determinar em qual data ocorreu o encontro na casa abandonada em Brejo Alegre. O encontro ocorrido no km 41 da ferrovia se realizou em princípios de dezembro, apontando-se para o dia 6; alguns espanhóis foram detidos no dia 10 e outros no dia 20 desse mês.

Diversas expulsões foram determinadas, mas algumas não puderam ser cumpridas por questões legais: os expulsandos não possuíam passaporte ou outro documento qualquer que provasse a nacionalidade, processo que dificultava, ainda, a obtenção do documento junto ao consulado do país de origem que exigia a apresentação do auto de qualificação contendo informações fornecidas pelo próprio declarante (com a nacionalidade e assinatura). Tal fato levou muitos estrangeiros à clandestinidade ou à tática de a polícia levar estrangeiros até a fronteira do Brasil com países vizinhos para

saírem do território nacional. A própria polícia dizia que isso era artimanha dos expulsandos que queimavam seus papéis para que não se cumprisse a portaria de expulsão (RIBEIRO, 2001).

Não só as provas apresentadas ao TSN se revestem de fragilidade, fato apontado algumas vezes pelos próprios aparatos constituídos na ditadura, como há denúncia de coação, tortura e ameaça de morte para a assinatura de documentos sem que os indiciados pudessem lê-los. O fato se repetiu, inclusive, com analfabetos e pessoas que sabiam firmar apenas o próprio nome.

Esses fatos levaram à indicação que muitos depoimentos foram forjados a fim de mostrar *trabalho* e dar o suporte necessário à fabricação do inimigo objetivo do governo Vargas, o comunista.

Um exemplo é que, nos anos 1940, nas chamadas *canoas*, técnica de repressão ao imigrante utilizada pela Polícia Política paulista, vários investigadores eram designados para percorrer bairros de estrangeiros, a fim de prender aqueles que estivessem falando um *idioma proibido*: “Como recorda Miguel Ângelo Prado Marcondes, ex-investigador do DEOPS/SP, essas pessoas, que inocentemente falavam palavras em italiano, eram presas, para mostrarmos serviço” (SANTOS, 2001, p. 19).⁹³

Nasser defende a tese que a polícia brasileira fez da caça aos comunistas uma rentável indústria: “[...] grandes verbas secretas eram consumidas nesses serviços de pseudosalvação nacional. Os auxiliares diretos do chefe de política construíram magníficas residências. Nunca se exigia, por parte do sr. Filinto Müller, a explicação dos altos gastos” (1966, p. 15) e ainda se pagava aos informantes algo em torno de 50 mil-réis por indivíduo delatado.

Como último aspecto a ser observado, Dulles (1985) traz a informação de que, entre dezembro de 1936 e janeiro de 1937, foram soltos mais de 100 prisioneiros políticos que não eram considerados nem culpados nem perigosos. Em junho de 1937, como ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares suspendeu temporariamente o Estado de Guerra que anulava os direitos individuais, o que levou à libertação de prisioneiros políticos ainda não condenados (BATTIBUGLI, 2004). Um mês depois, o TSN condenaria muitos dos libertados.

Possivelmente esta tenha sido a ação que levou à liberação de Thomaz Mas Gonçalves, em julho de 1937. Miguel Mas Herrera seria excluído da denúncia do TSN somente em janeiro de 1938 e Manoel Mas Herrera jamais foi beneficiado.

⁹³ Em entrevista concedida a Viviane Teresinha dos Santos. **Vigilância policial aos italianos no Brasil**. Revista Histórica, n. 3, abr/2001, p. 17-20. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Portanto, os prejuízos causados à vida de centenas de imigrantes e seus descendentes não importava, desde que o aparato repressivo fosse fortalecido e Vargas controlasse, com unhas e dentes, qualquer movimento contrário à sua ditadura, especialmente de *supostos comunistas*, com o objetivo de ter um inimigo claro que justificasse seu regime discricionário.

6 A VOLTA À ESPANHA: A GUERRA CIVIL (1936-1939)

Com o intuito de situar o retorno de Manoel Mas Herrera à Espanha, faz-se breve contextualização da Guerra Civil que pediria por si só um capítulo à parte. Considerado o primeiro conflito bélico europeu no qual os civis se tornaram alvos de massivos ataques aéreos nas cidades, outro aspecto foi o uso intenso de técnicas de propaganda e a internacionalização da guerra: houve 35 mil estrangeiros nas Brigadas Internacionais, inclusive mais de 20 brasileiros. Os que já eram militares integraram o Exército Popular Republicano. Essa participação não ocorreu sem conflitos: os voluntários eram enviados a ataques arriscados e se sentiam sacrificados, muitas vezes. Apresentaram-se para lutar por seis meses, mas depois não conseguiam retornar aos seus países. Também não existiam mapas e as Brigadas tinham de desenhá-los. Muitos espanhóis se ressentiam de ser comandados por estrangeiros que não falavam sua língua. Dois mil brigadistas seriam, ainda, vítimas de tifo, além das baixas provocadas pela guerra. As Brigadas Internacionais, apesar de estarem à parte do Exército, estavam ligadas ao Estado-Maior espanhol (BEEVOR, 2007).

Na raiz do conflito podem ser apontados o processo de industrialização incipiente, a inexistência de instrução pública, a excessiva influência da Igreja Católica na vida política e a intervenção constante do Exército. O *pronunciamento* (golpe de Estado) era tradicional na Espanha que, em 122 anos (1814-1936), enfrentou 52 deles, sendo 11 vitoriosos, e foi o país europeu com “mais golpes militares registrados” (CARR, 1986, p. 86, VILAR, 1989, p. 27, apud BATTIBUGLI, 2004, p. 104).

Outros fatores apontados são a depressão mundial de 1929, além da assimetria existente entre áreas urbanas e rurais: 20 mil integrantes da elite concentravam as terras em um país de 24 milhões de habitantes, sendo 12 milhões analfabetos, 8 milhões de miseráveis e 2 milhões de agricultores sem-terra.⁹⁴

Esses fatores se somaram aos aspectos próprios da Espanha, como as culturais, em uma nação que convivia com inúmeros idiomas, o castelhano, o catalão, o galego e o basco, além do catolicismo arraigado versus o anticlericalismo, e regiões que requisitavam sua autonomia. Após sair de uma ditadura recente (1923-1930), empobrecida nos anos 1930, a nação investia em guerras coloniais, como no Marrocos, e assim os militares se configuravam também em um dos grupos de pressão.

⁹⁴ Ibid., p. 104.

O resultado, em três anos de guerra, foi de mais de meio milhão de mortos, um holocausto, mas há discordância quanto à cifra de um milhão de óbitos, em 1944, devido às execuções em massa ordenadas pelo general Francisco Franco, umas 35 mil, mas quando se somam os fuzilamentos não-oficiais e os que morreram durante a guerra por execução, suicídio, fome e doenças, na prisão, chega-se a 200 mil. Também havia milhares de presos políticos, mais de 270 mil, segundo o Ministério da Justiça, e 300 mil exilados. Os números não são conclusivos. Os nacionalistas tendem a exagerar o saldo de mortes para culpabilizar os republicanos. A população na Espanha, em 1936, era de 26 milhões de pessoas.

Para Beevor:

[...] aproximadamente 200 mil pessoas morreram no *front* ou nos bombardeios sobre áreas urbanas. A esse número há que se acrescentar as 150 mil vítimas da repressão e mais outras 400 mil pessoas que fugiram do país por medo de represálias. Embora a cifra de “um milhão de mortos” seja muito atrativa do ponto de vista literário (a ponto de servir como título para um célebre romance de José María Gironella), os números reais de vítimas são bem inferiores. No entanto, não é exagerado afirmar que a Espanha perdeu um milhão de pessoas, se considerarmos não somente aqueles que perderam a vida, mas também todas as biografias truncadas por exílios, viuvez, orfandade, “depuração” profissional (como aconteceu com centenas de mestres e professores de ideologia progressista) ou por longos anos de prisão (2007, p. 296).

Tapia (2001) traz os seguintes números:

[...] elaborando listas nominais para evitar duplicidade e à espera de que se completem em todo o território nacional, lançam para o período de 1936-1939 um total de 129.472 vítimas da repressão produzida na zona franquista, e 38.563 em zona republicana. À primeira, há que se somar as cerca de 50 mil que se produziram a partir de 1939, já concluída a guerra e até 1975, segundo os dados recolhidos por Francisco Espinosa Maestre em seu *Informe sobre la Represión Franquista* (2011, p. 43).

A cifra de meio milhão adotada por Hugh Thomas (1964) é um mínimo razoável, mas é possível “que os mortos tenham sido 700 ou 800 mil”, na opinião de Herbert. L. Matthews (1975, p. 242).

Em abril de 1931, a Segunda República⁹⁵ foi proclamada e a Família Real deixou a Espanha. O fascismo espanhol vinha ganhando musculatura com a Falange

⁹⁵ A Primeira República (1873-1874) se encerrou com o *pronunciamento* do general Martínez Campos, iniciando-se a Restauração Borbônica. Nesse curto período, contou com quatro presidentes, um golpe de

Espanhola, fundada em 1933 por José Antonio Primo de Rivera, filho do ditador Miguel (1923-1930), a primeira ditadura militar propriamente dita. A Falange se alinhou à Igreja Católica e era um dos pilares de Franco ao lado dos carlistas⁹⁶ e dos monarquistas alfonsinos⁹⁷, abrigando também a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA), que agregava partidos católicos direitistas.

A Segunda República representou um momento de ruptura com a monarquia, as elites e a Igreja Católica, colocando reformas em prática. Nas eleições de 1936, a direita autodenominada *nacionalista*, que defendia a tradição católica, não reconheceu a vitória da Frente Popular,⁹⁸ que aglutinava socialdemocratas, socialistas e comunistas, liderada por Manuel Azaña (11/5/1936 a 3/3/1939).⁹⁹ Somente os anarquistas, muito concentrados em Barcelona, não quiseram participar em um primeiro momento, mas depois, contrariando a própria ideologia, integraram o governo republicano. Os nacionalistas bascos, apesar de católicos, também apoiaram a Frente em troca da promessa de autonomia regional.

O fascismo crescente, na Europa, com a ascensão de Mussolini na Itália (1922), Antonio Salazar em Portugal (1932), com seu Estado Novo, e Hitler na Alemanha (1933) beneficiou os nacionalistas. O motim militar se iniciou entre 17 e 18 de julho de 1936, no Marrocos, e o Exército da África, conhecido por sua truculência e sob o comando do general Francisco Franco y Bahamonde, contou com o apoio de Hitler e Mussolini para o transporte de suas tropas até Sevilha. Assim, o conflito alcançou a Espanha continental.

Como apoio aos nacionalistas, Hitler enviou a Legião Condor – força especial que contava com os últimos modelos de bombardeiros, aeronaves de combate e tanques. Ele queria colocar sua Força Aérea, a Luftwaffe, em operações reais, testando-a antes da Segunda Guerra Mundial. Hitler enviou 20 junks 52, o dobro do que o general Franco pedira inicialmente. Por sua vez, Mussolini mandou sua Força Expedicionária – o *Corpo di Truppe Volontarie* (CTV) – como reforço: 140 mil homens e 600 aviões,

Estado e três guerras civis, a Terceira Guerra Carlista, a sublevação na Espanha peninsular, além da guerra dos dez anos em Cuba.

⁹⁶ Super conservadores, apoiavam a linha de Dom Carlos e pediam uma monarquia tradicionalista ultracatólica. Alguns oficiais carlistas receberam ajuda de Mussolini e foram treinados na Itália.

⁹⁷ Eram solidários ao rei Alfonso XIII.

⁹⁸ A Frente Popular convivia com setores conflitantes, como o Partido Comunista Espanhol (PCE), filiado à Internacional Comunista, o POUM, Partido Comunista dissidente, majoritariamente catalão, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), sindicato operário de orientação socialista, a Confederação Nacional do Trabalho (CNT), sindicato operário de orientação anarquista, além do Partido Nacionalista Basco (PNV), conservador e católico, mas que se opunha aos nacionalistas.

⁹⁹ Antes, a liderança foi de Niceto Alcalá Zamora, formalmente eleito presidente da República de 11/12/1931 a 7/4/1936.

incluindo hidroaviões, e nunca pediu pagamento, ao contrário dos alemães que queriam o minério espanhol. Mussolini chegou a investir 3 bilhões de euros na guerra. Para o *Duce* e o *Führer*, era essencial alterar o equilíbrio de poder na Europa. Mas o general queria ir além:

[...] as frequentes solicitações de Franco para que a Itália lhe fornecesse armas químicas, em 1936 e 1937, mesmo que considerações estratégicas posteriores acabassem por excluir seu uso, refletiam sua experiência anterior no Norte da África (GRAHAM, 2013, p. 44).

Ao lado dos nacionalistas também estavam os Estados Unidos que estabeleceram embargo legal às exportações de armas à Espanha e a Texaco deixou de entregar combustível à República. Ford, Studebaker e General Motors enviaram 12 mil caminhões para os nacionalistas e a indústria química Dupont colaborou com 40 mil bombas (BEEVOR, 2007).

Com a desculpa de que o embate desataria a II Guerra Mundial se houvesse intervenção, estabeleceu-se um Pacto de Não-Intervenção orquestrado pela França e Grã-Bretanha, em agosto de 1936. Essa omissão, na verdade, foi o que permitiu que armamentos alemães e italianos chegassem aos nacionalistas por navios fretados e que também entrassem pelos portos portugueses.

Somente em meados de setembro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) seria solidária à República, apesar de nunca ter oficializado esse apoio, até porque havia aderido ao Pacto de Não-Intervenção. A URSS enviou armas, tanques, carros blindados e bombardeiros Katiuska. Ao todo, 3 mil soviéticos prestaram serviço à Espanha durante o conflito e proporcionaram certa superioridade aérea na batalha por Madri, em novembro. O México também foi solidário com a causa republicana. As demais democracias europeias se omitiram.

Os centros urbanos, com concentração de trabalhadores, apoiavam a República, com exceção de Sevilha. Com o conflito, a sede do governo seria transferida para Valência em novembro de 1936 e, mais à frente, em outubro de 1937, para Barcelona.

Esse mesmo Pacto não permitiu à República comprar armamentos por conta própria, tendo de recorrer ao mercado negro pagando, em ouro, preços superfaturados. Foi o socialista Juan Negrín, ministro da Fazenda (1936-1938), quem convenceu Largo Caballero, à frente do governo (1936-1937), a usar as reservas, abrindo as portas para os palpites de Stálin. A Espanha possuía a quarta maior reserva de ouro do mundo. Somente para Moscou foram enviadas 510 toneladas, o que representava pelo menos

US\$ 518 milhões, em valores de 1936. A notícia de que o ouro estava sendo transferido derrubou o preço da peseta republicana, levando o governo legal a problemas econômicos. O ouro serviu à compra de material bélico até meados de 1938 quando as reservas praticamente se esgotaram. Os republicanos eram obrigados a pagar propinas e muitas vezes nem recebiam a mercadoria: quase metade nunca chegou devido a fraude, bloqueio ou foram destruídas em ataques no meio do caminho. O general Goering, comandante-em-chefe da Luftwaffe, vendia armas à República enquanto os seus próprios homens lutavam com Franco, mas as mais novas eram enviadas aos nacionalistas e as piores aos republicanos (BEEVOR, 2007).

Negociar com a República era bem lucrativo e a Polônia, por exemplo, encontrou a oportunidade ideal para se desfazer de estoques obsoletos e defeituosos. Não raro a munição era incompatível com as armas entregues. Os carregamentos passavam pela fronteira flexível com a França que temia ficar cercada por regimes fascistas. Mesmo assim o armamento que chegava aos republicanos era insuficiente: havia um fuzil para cada três homens e uma metralhadora para cada 150-200 homens (BEEVOR, 2007). As forças eram muito desproporcionais entre nacionalistas e republicanos. Em termos de obsolescência, os dez tipos diferentes de fuzis que vinham de oito países, via soviética, exigiam seis calibres diferentes; muitos eram da I Guerra Mundial. Já os blindados T-26 e os BT-5 eram modernos e superavam os modelos alemães, o mesmo acontecia com os aviões soviéticos, mas que foram rapidamente superados pelos novos aeroplanos de Hitler.

No final de 1937, o efetivo entre os republicanos e os nacionalistas se equiparou entre 650 mil e 700 mil homens, mas o exército de Franco cresceu e tinha a vantagem de estar mais bem alimentado e armado (BEEVOR, 2007).

Nessa época, os republicanos iniciaram a ofensiva sobre Teruel – terra de Manoel Mas Herrera –, capital da província menos povoada, perdida em meio a montanhas, mas era o ponto mais próximo para se alcançar Valência. Essa batalha ocorreu sob severas condições climáticas, menos -20°C , o que provocou muitas mortes por congelamento – 40 mil baixas, um quarto por congelamento de partes do corpo, e as baixas republicanas chegaram a 60 mil¹⁰⁰ – e limitou a movimentação de tanques, aviões e tropas. Em 21 de dezembro, deram-se ferozes combates de rua em Teruel. No Natal, os republicanos deram a cidade por conquistada, mas isto não era um fato. Em 29 de dezembro, os nacionalistas lançaram cem toneladas de bombas sobre as posições republicanas e Franco a tomou definitivamente em fevereiro do ano seguinte.

¹⁰⁰ Ibid., p. 446.

Em março de 1938, Barcelona foi bombardeada durante 24 horas por aviões italianos baseados em Mallorca e Hitler ocupou a Áustria. Em abril, Franco alcançou o Mediterrâneo e dividiu a área republicana em duas partes. Em fins de abril, iniciou-se a ofensiva contra Valência. Em julho, começaram as duras batalhas em Ebro, envolvendo mais de 200 mil soldados. Em setembro, o governo republicano, a fim de conquistar a simpatia dos países do Pacto de Não-Intervenção, desmobilizou as forças internacionais e repatriou os voluntários via fronteira francesa sob o comando do Partido Comunista Espanhol (PCE).

No mês seguinte, Franco rejeitaria proposta de paz. A ofensiva em Ebro terminou em novembro com o recuo das tropas republicanas e o início de ataques aéreos sobre Barcelona e Valência, cuja linha imaginária do avanço franquista rumo à capital valenciana havia estado estabilizada entre Segorbe (interior) e Sagunto (no litoral).

Stálin, na primavera de 1938, passou a ignorar os pedidos da República, prestes a cair, e seu interesse se voltou para o cenário da Europa e as negociações secretas entre Hitler e Stálin que culminou com o Pacto Germano-Soviético em agosto de 1939 de não-agressão. Uma reviravolta depois de interferir tanto nos rumos da República espanhola. Em 22 meses do Pacto, a URSS também forneceu matérias-primas à Alemanha, tais como petróleo e produtos agrícolas (BATTIBUGLI, 2004).

Em dezembro de 1938, houve a ofensiva contra a Catalunha e, em janeiro de 1939, Franco tomou Barcelona levando a população a uma fuga em massa. Em janeiro, Juan Negrín, já como presidente, decretou lei marcial na área republicana e o Parlamento reuniu-se pela última vez em solo espanhol, em fevereiro. Nesse mesmo mês caiu a Catalunha. O general Franco editou a Lei de Responsabilidades Públicas, que considerou, retroativamente, crime a atividade política dos republicanos. Negrín voltou à região Centro-Sul da República.

Em 27 de fevereiro de 1939, a Grã-Bretanha e a França reconheceram o governo de Franco como legítimo, o que abalou os republicanos pegos de surpresa, carentes de tudo, de petróleo a comida após perder suas áreas agrícolas. Nesse mesmo mês, Franco fechou a fronteira com a França; no mês seguinte, este país reteve a base naval republicana de Cartagena para ser entregue ao general, impedindo a saída de milhares de refugiados.

Na República, uma disputa interna acabou sendo fatal: o coronel Segismundo Casado, comandante do exército republicano do Centro, deu um golpe contra o governo de Negrín por acreditar que sua posição o credenciaria a negociar com Franco uma *paz com garantias*. As forças de Casado conquistaram Madri, mas Franco recusou-se a

negociar e Casado, sem saída, ordenou a rendição do Exército e da Força Aérea. Em 27 de março, as forças nacionalistas tomaram Madri.

Há erros atribuídos aos dois lados. No republicano, ocorreram problemas com a organização e disciplina na composição das milícias em exército regular, além da falta de iniciativa de seus comandantes. Lutaram operários e camponeses com pouco ou nenhum treinamento militar e havia discórdia entre comunistas, socialistas e anarquistas. Os maiores opositores da aliança republicana eram os anarquistas. Em Barcelona, em maio de 1937, registraram-se combates nas ruas: anarquistas e trotskistas contra comunistas, com saldo de 500 mortos (BATTIBUGLI, 2004).

O Partido Comunista ganhou espaço: dos 38 mil integrantes, na primavera de 1936, cresceu para 200 mil até o final da guerra e possuía os principais cargos administrativos e os comandos nos campos de batalha. Os milicianos anarquistas entraram em choque com as autoridades comunistas que passaram a recrutar o POUM, uma guerra dentro da guerra civil, com a troca de acusações mútuas entre marxistas rivais (BEEVOR, 2007). Condenaram-se membros do POUM como traidores. Havia prisões secretas de alguns partidos, as chamadas *tchecas*, onde se realizavam muitas vezes julgamentos sumários.

Os republicanos haviam proibido procissões religiosas e cerimônias nas festas dos santos e tentou-se afastar as ordens do ensino. Igrejas e conventos foram queimados e religiosos assassinados, alguns historiadores falam de 7 mil mortes. Assim, a Igreja Católica esteve cada vez mais próxima dos militares e participou, inclusive, da direção de presídios e unidades correcionais da ditadura. Em 1º. de julho de 1937, divulgou-se carta coletiva dos bispos católicos endossando o regime do *generalísimo*. Antes, em setembro de 1936, o bispo de Salamanca, Plá y Deniel, divulgou sua carta pastoral, *As duas cidades*, defendendo os militares e utilizando a palavra *cruzada* para definir o teor da Guerra Civil.

O nome de Franco não foi consenso entre os militares. Ocorreram disputas internas antes que ele assumisse a liderança. O que o ajudou foi o fato de estar à frente do Exército da África, o mais importante entre os nacionalistas. Sem fortes rivais efetivos, e o fato de o movimento nacionalista requerer um comando único e disciplinado, Franco se projetou, inclusive porque Mussolini e Hitler negociavam ajuda bélica apenas com ele. Os setores de direita consideravam que a ação militar era a única saída para conter a ameaça da esquerda. A vitória dos nacionalistas tem relação direta com o fato de estarem mais bem abastecidos, equipados e treinados e por terem comando unificado no sentido militar e político.

Proclamado *generalísimo* em 1º de outubro de 1936, Franco foi designado à frente do Exército e chefe do governo, o que o levou a autoproclamar-se chefe de Estado com poderes totais, Executivo, Legislativo e Judiciário, para conformação do *Nuevo Estado*.

Diante da afirmativa de Franco para um repórter de que iria “salvar a Espanha do marxismo custe o que custar”, este perguntou se mesmo que isto significasse fuzilar metade da Espanha ao que o general respondeu: “já disse, custe o que custar”. A Guerra Civil Espanhola encerrou-se em 1º de abril de 1939, com a vitória das forças rebeldes.

Com o fim do conflito, criaram-se campos de prisioneiros em todo o país, quase 200, que mantinham entre 367 mil e meio milhão de presos (BEEVOR, 2007), incluindo-se estrangeiros das Brigadas. Os presos passavam sede e fome, havia epidemias e encontravam-se mães detidas com suas crianças. A liberdade condicional era vendida e a pena de morte podia ser repassada a outra pessoa se fosse paga uma boa quantia. Em 1943, mais de 12 mil crianças foram tiradas de suas mães e entregues a falangistas, orfanatos e organizações religiosas, muitas dadas em adoção.

Em 1939, 450 mil republicanos cruzaram a fronteira francesa e mais 15 mil conseguiram escapar pelos portos mediterrâneos e acabaram em campos de concentração, em praias francesas, dormindo ao relento, sem comida e muitas vezes bebendo água do mar, vigiados por soldados senegaleses. A mortalidade foi altíssima e chegou a 100 pessoas por dia. As autoridades francesas incentivaram os refugiados a voltar à Espanha e render-se aos nacionalistas e, no final desse ano, entre 140 mil e 180 mil pessoas tomaram essa difícil decisão.

Entre os campos de concentração franceses, os de Argèles-sur-Mer, Le Barcarès, Gurs e Saint-Cyprien. A situação dos refugiados piorou com a invasão alemã à França, em 1940, e o acordo entre Franco e Hitler quanto à entrega ou internamento dos refugiados espanhóis em campos de concentração nazistas, onde morreriam cerca de 10 mil republicanos; Saint-Cyprien encontra-se nessa situação (BEEVOR, 2007).

Havia referência depreciativa quanto aos refugiados, chamados de *la peste rouge*, a peste vermelha, ou *la lie de la Terre*, a escória da Terra (BATTIBUGLI, 2004).

Franco pediu que se preparasse uma lista de *vermelhos* com mais de dois milhões de nomes, ordenou a queima dos livros considerados de esquerda para o bem da *saúde pública* e que os partidos que o apoiavam se unificassem sob o seu controle. Os opositores de Franco, que não foram presos ou eram libertados, corriam o risco de serem denunciados por vizinhos ou por padres que indicavam quem não frequentava a missa. Dificilmente arrumavam emprego e muitos rumaram para grandes cidades onde

eram desconhecidos. Muitos foram condenados com base na Ley contra la Masonería y el Comunismo (Lei contra a Maçonaria e o Comunismo, 1940), la Ley de la Rebelión Militar (Lei da Rebelião Militar, 1943) e la Ley de Bandidaje y Terrorismo (Lei da Bandidagem e do Terrorismo, 1947).

O regime de força de Franco se desdobrou com a proibição de greves e a reforma agrária dos republicanos foi anulada. Estabeleceram-se comitês locais de *justiça* – compostos por um padre, um membro da Guerra Civil e um latifundiário da localidade. Se os três optassem pela condenação, o prisioneiro era executado; outro exemplo de seus atos ditatoriais. Jornalistas que tentaram divulgar o que ocorria foram assassinados.

Apenas seis meses depois do fim do conflito espanhol, em setembro de 1939, iniciou-se a II Guerra Mundial, e Franco acabou não se envolvendo diretamente, desapontando seus antigos aliados, que esperavam retribuição. Assim que essa guerra terminou, em 1945, Franco baixou um decreto concedendo perdão geral a presos políticos da Guerra Civil. O castelhano foi declarado idioma oficial e proibiu-se que se falasse o basco e o catalão em público. Em 1948, aboliu-se o Estado de Sítio. Franco passou a chamar seu governo de *democracia organizada*. A partir de 1965 houve a destruição sistemática dos arquivos judiciais e municipais que continham informação comprometedora (BUADES, 2013).

A cúpula do governo republicano resistiu precariamente no exterior e tentou reorganizar-se. Há relatos de mobilizações isoladas no território espanhol, frequentemente combatidas. Também se registrou profunda divisão das esquerdas espanholas no exílio. O PCE seria responsável pela retirada dos republicanos e de seus arquivos de guerra, fontes essenciais para os pesquisadores atuais.

A ditadura, de caráter fascista, perdurou por 36 anos até a morte de Franco em 20/11/1975.

Pode-se concluir, pelo exposto, que chegar ou sair do território, nesse período conturbado, era uma operação complexa e arriscada tanto para os espanhóis como para Manoel Mas Herrera e o grupo dos 27. O retorno ao Brasil tornara-se impossível: o País reconheceria o governo do *generalísimo* em 28/12/1939, somente um dia após a mesma decisão tomada pela França e Grã-Bretanha.

6.1 OS DOIS CAMINHOS DA EXPULSÃO: VIGO E MARSELHA

A expulsão dos espanhóis do Brasil teve duas vias, a entrada pelo porto espanhol de Vigo, que significava fuzilamento certo, ou a via francesa. Manoel Mas Herrera seguiu para Marselha. No artigo *Adiós compañeros: os espanhóis expulsos na Era Vargas*, tem-se:

Em julho de 1937, a bordo do navio Alsina, 27 espanhóis se despedem do Brasil, seguindo para o porto de Marselha na França. Não podiam mais permanecer em solo brasileiro por serem considerados “perigosos” à Segurança Nacional, tampouco contar com a alternativa de regresso ao país de origem, pois a Espanha nesse momento se achava num conflito civil de grandes proporções: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Desembarcar no porto de Vigo, localizado em uma região da Espanha tomada pelos exércitos do General Franco, que assim como o Governo Vargas era avesso aos ideais de esquerda, equivaleria quase a uma sentença de morte. Com históricos políticos que atestavam comprometimento com os ideais de esquerda, não seria difícil prever quais seriam suas expectativas diante das autoridades franquistas. O receio de serem mortos não se baseava apenas em probabilidades, mas sim no exemplo do triste destino de Francisco Marquez Sanchez, espanhol expulso em 1936 e que, mandado para Vigo no início do conflito civil espanhol, foi sumariamente fuzilado pelo exército nacionalista. A decisão de enviá-los a um porto francês, no entanto, não foi tomada pelos órgãos brasileiros responsáveis pela expulsão dos estrangeiros, mas sim pelo espanhol Andrés Rodriguez Barbeito, vice-cônsul republicano em Santos, que segundo informe de investigação, teria pago do seu próprio bolso a diferença de valor das passagens do porto espanhol ao porto francês (SOUZA, 2001b, p. 36).

A única mulher expulsa com o grupo dos 27 foi Julia Garcia y Garcia (Prontuário n. 3.828, família 30-B-065, DEOPS/SP) que, depois de 20 anos longe do Brasil, em 1957, retornou para a cidade de Santos onde viveu e morreu. O processo de Julia se deu por Santos (SP). Portanto, nada indica que ela e Manoel haviam se conhecido anteriormente, mas que a amizade se deu em função das prisões desses espanhóis e pelo fato de terem viajado juntos e atravessado a fronteira em grupo.

Após alcançarem Marselha, ela e os demais espanhóis seguiram para a Espanha. Meses depois, ela presenciou a morte de muitos desses companheiros de viagem em um bombardeio em Puerto de Sagunto, em Valência, em dezembro de 1937, durante a Guerra Civil.

Muitos dos expulsos não tinham documentos e passaportes, o que dificultava sua obtenção junto ao Consulado do país de origem. Então, o DEOPS fazia um auto de

qualificação, contendo informações fornecidas pelo próprio declarante (RIBEIRO, 2001).

Em seu depoimento,¹⁰¹ Julia afirma que foi presa porque a polícia apareceu um dia em sua casa dizendo que seu irmão Victor Garcia, militante e expulso para a Espanha, em 1934, havia mandado cartas [censuradas] com o timbre do Partido Comunista. E, por isso, também foi presa e expulsa, em 1937. Em conversa com seu irmão, tempos depois, na Espanha, Victor afirmou que nunca mandara essas cartas, uma indicação que a polícia não tinha provas materiais contra quem perseguia e que, algumas vezes, tentava fabricá-las.

Ela lembra que o Consulado [em Santos] era franquista, comandada por um Nicolau, e que, apesar dos apelos de seus advogados e de alguns membros da própria polícia para sua libertação, mesmo assim teve de deixar o Brasil. Julia seria enviada ao porto de Vigo e a mesma confirmou que sabia do fuzilamento do grupo deportado em 1936. Julia disse ainda que tinha conhecimento de que um cônsul, em São Paulo, Andrés Rodríguez Barbeito, republicano, havia pago a diferença das passagens para os expulsos seguirem para Marselha e serem salvos. Ou seja, o governo brasileiro remeteu os espanhóis aqui residentes para a área rebelde, em Vigo, e não para a área do governo legítimo da Espanha, em Valência, dos republicanos. O fato ajuda a demonstrar a conivência de Vargas com o ditador Franco.

Ao conceder entrevista a historiadores do Projeto Integrado do Arquivo Público do Estado e da Universidade de São Paulo (PROIN), Júlia confirmou que o Consulado em São Paulo era franquista, fascista, e os deportados seriam enviados a Vigo realmente. Mais à frente, Julia afirmou que havia bombardeios aéreos diários e intensos sobre Sagunto e que ela e Higinio Alonso reconheceram os corpos:

[...] morreu uma porção de espanhóis, dos que foram comigo. Ou seja, morreram, jogaram 75 bombas, morreram 120 pessoas nessa cidade [Sagunto] e entre eles fazia 20 ou 22 “brasileiros” que tinham sido expulsos, que morreram aí, no bombardeio. E nós, os que *quedaron*, o seu Bernardino, o Higinio [Alonso], uns cinco” [mantida a grafia] [...] Ela diz que no navio estavam 28 dos expulsos. Questionada se ela manteve contato com eles: “No começo sim, mas depois, aí morreram nesse bombardeio na cidade, eles trabalhavam nuns armazéns, perto da estação rodoviária. “Próxima à Valência?”. “É, em Valência. Ou seja, foi mais ou menos no Natal, nós chegamos lá em agosto. Em dezembro foi que eles morreram. “Num bombardeio?”. Num bombardeio, morreram uns seis ou sete. [...]... os que ficamos,

¹⁰¹ Entrevista concedida a Ismara Izepe de Souza e Rodrigo Rodrigues Tavares, em Santos, em 17 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios> Acesso em: 1º jul 2012.

compramos até a sepultura perpétua para eles, se um dia a família procurasse. No dia seguinte, teve um bombardeio tão grande que no cemitério não ficou nada. Olha, ficou uma escavação (gestos) acabou a sepultura perpétua (risos) e tudo o que você quiser porque ficou um barranco só (SOUZA; TAVARES, 2002, p. 6).¹⁰²

Pela afirmação, percebe-se que o grupo levou pouco mais de um mês, de junho a agosto, descontado o período da viagem no navio, para atravessar a fronteira francesa rumo à Espanha. Mais à frente, Aníbal Ortega, amigo de Julia, que cedeu a casa para a entrevista, leu o nome dos que estavam a bordo do Alsina. Entre eles, Miguel Herrera, José Iglesias y Iglesias (ela confirma sua morte no bombardeio de dezembro de 1937), Manoel Marques Herrera (transcrição errada do nome. O correto é Manoel Mas Herrera) e diz que do grupo o único anarquista era Gusmão Soler, que seguiu para Barcelona, dando a entender que os demais do grupo dos 27 não possuíam envolvimento político direto com o anarquismo ou o comunismo.

¹⁰² Há referência em sítio que, em 27 de dezembro de 1944, foi enterrada a última pessoa, no cemitério de Puerto, indicando que ele ainda existe. Disponível em: <www.geocities.ws/sagunto1937_1938/photo.htm> Acesso em: ago 2012.

FIGURA 36 - Carta de Higino Alonso sobre a morte de Manoel Mas Herrera.

Fonte: Prontuário n. 4.670 de Manoel Mas Herrera. DEOPS/SP.

Em carta censurada de 27/12/1937, afirmou-se que a morte de Manoel aos 48 anos, em Puerto de Sagunto, ocorreu durante bombardeio franquista. Informou-se que Manoel Mas Herrera vivia na Calle de Romeu 7, endereço de Higino Alonso Delgado, em Valência, aparentemente uma pensão. Foi possível encontrar Camí de Romeu, na pesquisa.

A esposa de Manoel, Concepción, também receberia uma carta, enviada de Sagunto, possivelmente por Higino Alonso, datada de 6/1/1938, explicando que Manoel falecera quando estava trabalhando em uma fábrica em Puerto. De acordo com a missiva, ele foi enterrado no cemitério local, na segunda fila, na quadra 35.

Um dia antes de sua morte, Manoel havia buscado, no alfaiate, um terno cáqui e outro de casimira, além de um capote, que lhe custaram 300 pesetas. A roupa nova, que não chegou a ser usada, serviria à visita que pretendia fazer aos seus parentes em Aragão. O remetente avisou que “1100 pesetas estão em nosso poder. Tem ainda uma semana de vencimento para receber”, indicando resíduo de salário. Manoel deixara algumas fotografias e o dinheiro seria remetido assim que fosse recebido e após a dedução das despesas com o enterro, sendo 80 pesetas com o caixão, mais um dia de pensão e lavagem de roupa. Assim, “passa de mil o que temos de mandar todos os companheiros de seu marido” (carta encaminhada a Concepción Herrera e publicada no jornal *O Dia*, em 1938).

Também foi feita uma proposta: que os chefes onde eles trabalhavam queriam indenizar as famílias enlutadas ou, se preferissem, poderiam seguir para a Espanha, pois haveria emprego garantido para os filhos e pensão para as viúvas.

O depoimento de familiares indicou que a viúva Concepción recebeu o terno que pertencia a seu esposo Manoel trazido por um dos espanhóis expulsos que retornou ao Brasil, sendo este, possivelmente, Higino Alonso.

O nome de Manoel Mas Herrera consta do Archivo del Registro Civil del Juzgado de Sagunto, libro nº. 58 (1936-1937):

Lista de víctimas de bombardeos (7/3/1937 al 27/3/1939)

Archivo del Registro Civil del Juzgado de Sagunto, libro nº 58 (1936-1937) y nº 59 (1937-1939)

Día	Mes	Año	Nombre	Edad	Vive en	E. Civil	Hijos	Lugar	Causa muerte
22	diciembre	1937	Manuel Mas Herrera	48	Sagunto Romeu 7	C/ C		Estación del Norte	Traumatismo por metralla/ 12 h

FIGURA 37 - Lista de vítimas dos bombardeios em Puerto de Sagunto.

Fonte: Archivo del Registro Civil del Juzgado de Sagunto.

Da lista completa anterior, 33 pessoas morreram no ataque em 22 de dezembro. O sítio traz a contabilidade de mortes nos bombardeios, por faixa etária, discriminando entre população civil e militar. A maioria das vítimas foi de adultos, entre 40 e 49 anos (20,2%), a faixa etária na qual se enquadrava Manoel Mas Herrera, e geralmente formada por civis (81,2%).

Assim, 1937 foi um ano decisivo para os espanhóis *indesejáveis* no Brasil. Como o risco de entrar-se por Vigo e ser morto era realmente grande, o primeiro vice-cônsul em Santos, Andrés Rodríguez Barbeito (Prontuário n. 3.817, DEOPS/SP), ligado ao Centro Republicano Espanhol, pagara a diferença das passagens para este grupo de 1937, composto por 26 homens e uma mulher, para que seguissem para Marselha, no navio *Alsina*, poupando-lhes a vida e impedindo a represália pelos nacionalistas. Além disto, Barbeito também teria aberto lista de apoio para ajudar financeiramente as famílias dos expulsos que haviam permanecido aqui. Ele mesmo teria ordem para ser repatriado em 1938, mas acabou seguindo para o Panamá.

Os ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil, que estiveram envolvidos no caso dos espanhóis, foram José Carlos de Macedo Soares (6/1935 a 11/1936), Mario de Pimentel Brandão (11/1936 a 3/1938) e Oswaldo Aranha (3/1938 a 1/1940). Por sua vez, o ministro de Assuntos Exteriores, na Espanha, foi Jose Giral Pereira, em 1937, ano da expulsão de Manoel Mas Herrera.

6.2 O AVANÇO DOS NACIONALISTAS SOBRE VALÊNCIA: PUERTO DE SAGUNTO

A comunidade autônoma de Valência, sede das Brigadas Internacionais e principal porto de abastecimento da zona republicana, foi atacada constantemente por forças alemãs (BATTIBUGLI, 2004). Sagunto foi conhecida como Murviedro, em castelhano, e *Morvedre*, em valenciano, significando *muro viejo*, expressão medieval, por ter sido palco da guerra púnica entre Roma e Cartago e invadida por povos bárbaros, godos e bizantinos, e, depois, muçulmanos. A cidade tem dois núcleos principais: o casco histórico ou *Sagunto-Ciudad* e o Puerto de Sagunto a uns 5 km da área histórica. No começo do século XX, Sagunto e seu entorno eram eminentemente agrário, com videiras e laranjais, além de gado.

Em 1920, Puerto de Sagunto já configurava uma cidade industrial. Em 1938, a área contava com aproximadamente 20 mil habitantes, com 9.500 em Sagunto e 10.500 em Puerto, onde havia estação de trem e armazéns, além de altos fornos de siderurgia, alvo dos nacionalistas nos bombardeios. Em Puerto, estavam os Altos Hornos de Vizcaya (AHV), filial mediterrânea da maior empresa siderúrgica privada da Espanha. Por isso, essa área sempre contou com forte ativismo sindical e político por ser operária

em sua essência. Nas décadas de 1920 e 1930, e especialmente durante a crise econômica mundial, a anarquista Confederación Nacional del Trabajo (CNT) controlou diversas greves. É interessante frisar que, até o final da ditadura Franco, o único sindicato permitido era o vertical e unificado, Organización Sindical Española (OSE), tendo como exemplo o modelo de Mussolini.

Nos anos da Guerra Civil, um comitê de trabalhadores assumiu temporariamente a direção da produção dos altos fornos a serviço da República (HEBENSTREIT, 2014) que foi, inclusive, um dos pilares importantes de produção bélica, sendo por isso bombardeada, a partir de 1937, por aviões alemães e italianos,¹⁰³ o que obrigava os trabalhadores a dormirem em abrigos antiaéreos e mulheres e crianças refugiarem-se na zona rural.

Os diversos bombardeios foram desastrosos para os dois núcleos: a população civil foi duramente castigada, especialmente em Puerto, pela fragilidade das casas operárias, conforme assinala o sítio:

La fabrica y sus instalaciones no resultaron con mucho daños pese al volumen de explosivo recibido al ser mas de 711 toneladas entre alto explosivo y bombas incendiarias. Según valoraciones oficiales, de 5.100 edificios de Sagunto 500 están totalmente destruidos y 600 parcialmente tocados. En el Puerto de 1.800 casas unas 500 acabaron destruidas y muchas más tocadas.¹⁰⁴

Somente em 1938, ocorreram 46 bombardeios com 30 caças que atacam a população civil e as instalações siderúrgicas lançando mais de 500 bombas. Assim, a cidade de Puerto de Sagunto foi considerada um dos bastiões de protesto contra o franquismo.¹⁰⁵

Durante o conflito, os bombardeiros russos decolavam de Valência, motivo suficiente para os nacionalistas atacarem a área e Palma de Maiorca, nas Ilhas Baleares, era usada como principal base de bombardeiros dos italianos a fim de alcançar embarcações e cidades litorâneas da República, em especial Barcelona e Valência (BEEVOR, 2007).

Na Guerra Civil Espanhola, Sagunto representava boa posição estratégica, com fábricas e armazéns, além de contar com o Puerto. Para os nacionalistas, tornaram-se

¹⁰³ Ibid., p. 56.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://bombardeos.wordpress.com/objetivos-de-bombardeos>>. Acesso: jun 2013. A fábrica e suas instalações não ficaram muito danificadas apesar do volume de explosivos recebidos ser mais de 711 toneladas entre alto explosivo e bombas incendiárias. Segundo números oficiais, de 5.100 edifícios de Sagunto, 500 foram totalmente destruídos e 600 parcialmente afetados. Em Puerto, de 1.800 casas, umas 500 foram destruídas e muitas mais foram prejudicadas [tradução nossa].

¹⁰⁵ Disponível em: www.aytosagunto.es. Acesso: out 2015.

objetivos principais as estações ferroviárias da Estación del Norte e de Xurra de Aragón, os armazéns dos arredores e os pontos do rio Palancia. Também a estrada de Valência a Barcelona era outro ponto de interesse, uma vez que cortava a cidade paralelamente à estrada de ferro. Apesar dos intensos bombardeios das forças franquistas, Sagunto só cairia totalmente em 1º/4/1939, com o fim do conflito.

Em 1937, houve interferência na gerência da siderúrgica, por parte do Ministério da Guerra a fim de assegurar a produção de bombas e projéteis de artilharia, além de chapas para a blindagem de aviões e tanques. Por isso, Puerto de Sagunto se tornou alvo para os bombardeios franquistas. Entre fins dos anos 1950 e os anos 1960 não houve registro de comunistas organizados em Puerto nem organização clandestina do PCE, possivelmente por estar isolado como enclave industrial em relação a outros movimentos operários de Valência e do restante do país (HEBENSTREIT, 2014).

Assim, como já foi dito, Manoel Mas Herrera, após deixar o Brasil em 5/6/1937, chegou a Marselha e teria alcançado com alguns companheiros a cidade republicana de Sagunto, em Valência, por volta de agosto. Pode-se supor que tenham atravessado a fronteira com os Pirineus para conseguir alcançar Valência, uma vez que a utilização de barco naquele período de conflito seria arriscada por conta dos cercos.

É válido lembrar que, desde novembro de 1936, Valência era a capital da República, depois transferida em outubro de 1937 para Barcelona. Ou seja, o grupo quis alcançar a capital e possivelmente uma área mais protegida. Quando o grupo chegou, em agosto, Valência ainda sediava o governo, mas sua transferência denota um perigo próximo diante do avanço das tropas nacionalistas. Os republicanos queriam transformá-la em modelo de sociedade igualitária.

Portanto, Herrera morreria em um bombardeio em dezembro de 1937 na zona portuária de Valência junto com alguns amigos. Pelos relatos históricos citados, estava em uma área alvejada por italianos ou alemães, provavelmente, quando se lançou sobre a região de Puerto de Sagunto mais de 70 bombas, como afirmou Julia Garcia y Garcia.

Portanto, pode-se compreender que Herrera poderia ter motivos a mais para estar em Valência além de acompanhar amigos do grupo dos 27. Valência é caminho para se alcançar Teruel, sua terra, mas, no final de 1937, os republicanos iniciaram ofensiva sobre a área e os franquistas fizeram a contraofensiva e a recuperaram. Assim, a intenção de Herrera de encontrar-se com a família – conforme relato contido em carta que ele mandara fazer ternos para visitar parentes – não se concretizou uma vez que a região estava no centro do conflito, impedindo qualquer movimentação com segurança.

Também se pode supor que, se Manoel tivesse sobrevivido a esse bombardeio, cairia em mãos dos nacionalistas, sendo possivelmente detido, executado ou levado a campos de concentração. Especialmente quando os franquistas entraram em Puerto de Sagunto, foram detidos os *rojos*, entre eles, muitos trabalhadores dos Altos Hornos. Foram levados primeiramente a armazéns em Sagunto e depois à prisão em San Miguel de los Reyes, em Valência, onde a maioria ficou presa por anos. Também em Puerto foram fuzilados vários republicanos.

Assim, a pesquisa desenvolvida até o presente leva a supor que a determinação do Tribunal de Segurança Nacional e da ditadura Vargas de expulsar Manoel Mas Herrera do Brasil levou-o à morte e ao desamparo de sua família que ficou em São Paulo.

Por temor, do mesmo modo que muitas famílias na Espanha diziam a seus filhos para não se meterem em política, o mesmo discurso foi utilizado diversas vezes pela filha de Manoel, Maria Carmem Maz Borges, aos seus descendentes, por causa do desfecho trágico ocorrido com seu pai, no Brasil e na Espanha.

7 A SHINDÔ RENMEI

Com a II Guerra Mundial, enfatizou-se o governo xenófobo de Vargas. Este capítulo, situado prioritariamente na década de 1940, tem como foco a organização japonesa *Shindô Renmei* e sua atuação em São Paulo, surgida no calor do fim da guerra e que traduzia a cisão ocorrida na colônia entre os que acreditavam na vitória. Era o caso dos integrantes da *Shindô*, os *vitoristas* ou *katigumi* ou ainda *kachigumi*, também chamados de *kátá-kátá* ou *kohá* (Miranda, 1948), e os que sabiam da capitulação de Hiroito, os *derrotistas* e *esclarecidos*, nomeados *makegumi* ou ainda *haisen-ronsha*, *nan-ha* ou *maketá*. Também existiam os *leros-leros* que não tomavam posicionamento claro com receio de perder clientes em suas transações comerciais; assim, a prudência seria estratégica diante do conflito interno na colônia. Os distúrbios ainda perdurariam por dez anos após o término da conflagração mundial.

Um ciclo iniciado com o *Kasato Maru*, em 1908, que levou 51 dias para vencer 20 mil km, se encerrou com o *Buenos Aires Maru*, em 13/8/1941, ao trazer os últimos 417 imigrantes japoneses ao Brasil em meio à II Guerra Mundial (1939-1945). Houve consequências em função do bombardeio oriental à base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7/12/1941, em claro confronto com os Estados Unidos, fato conhecido como Dia da Infâmia, do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, Portaria n. 7.572/1942, e do posicionamento do País ao lado dos Aliados, em 6/6/1945, ao cumprir acordo de cooperação e defesa comum de países americanos confirmado na Conferência Pan-Americana.

Reprimiram-se igualmente imigrantes japoneses, italianos e alemães. Iniciou-se intensa vigilância e perseguição, inaugurando novo capítulo na história dos imigrantes do Sol Nascente. O reflexo imediato sob o Estado Novo foi Vargas proibir transações financeiras de empresas dirigidas por imigrantes integrantes dos países do Eixo, sem autorização prévia de fiscal do Banco do Brasil (Decreto-Lei n. 3.911/1941), além do confisco de bens dos súditos (Decreto-Lei n. 4.166/1942, revogado apenas pela Lei n. 1.224 de 4/11/1950 com Dutra). Foram muitos os processados, presos e quase expulsos.

As várias sociedades japonesas constituídas foram proibidas de funcionar sem autorização prévia (Decreto-Lei n. 383 de 18/4/1938 e n. 431 de 18/5/1938). Um exemplo é a Caixa Pia, fundada por Keizo Ishihara, Margarida Watanabe e Massaru Takahashi, em maio de 1942, com autorização da Cúria Metropolitana de São Paulo e da Superintendência de Segurança Política e Social, a fim de auxiliar famílias católicas

pobres. Um dos colaboradores era Junji Kikawa que, tendo se desligado dessa Caixa, fundou com outros patrícios a *Sin Kiu Sai Kai* (Sociedade Mútuo Socorro de Guerra) antes da *Shindô Renmei* (DEZEM, 2005).

As colônias também seriam cerceadas: o Decreto n. 406/1938, em seu Art. 39, determinou que nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia fosse constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade. O Art. 40 autorizava o Conselho de Imigração e Colonização (CIC):

[...] proibir a concessão, a transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros de nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipado, seja contrário à composição étnica ou social do povo brasileiro.

E, ainda, que em cada um deles seria mantido um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade.

O impacto da política nacionalista varguista nas comunidades levou à forte atuação dos quadros da Polícia Política no exercício do controle, especialmente entre os que formavam comunidades *enquistadas*, caso dos nipônicos que, ao lado dos alemães, foram, inclusive, enviados a campos de concentração, em solo brasileiro, por entendê-los como *eixistas*. Um dos destinos dos que estavam na região Norte era a *ilha solitária* em Tomé Açu (PA) (TAKEUCHI, 2002).

De acordo com boletim da polícia paulista, investigadores percorreram o interior, trabalho que se complementou com o das delegacias regionais e do litoral, com a prisão de japoneses em vários núcleos, e, em 1942, a Superintendência de Segurança Política e Social encarregaria um capitão do Exército e um investigador a varrerem cidades do interior, como Botucatu, Bauru, Duartina, Garça, Marília, Tupã, Pompeia, Bastos, Lins, Penápolis e Araçatuba. Aproximadamente 154 mil japoneses estavam sendo monitorados (CANCELLI, 1994).

É preciso compreender esse episódio no contexto de sua história. O Japão guarda trajetória peculiar: desenvolveu espírito bélico e militarista crescente a partir de 1905 ao derrotar a frota russa (foi a primeira vez que um exército oriental venceu um ocidental) e anexar a Coréia (1910). Com a morte do Imperador Taishō, assumiu seu filho Hiroito (1926-1989) que apostou em um Estado Imperial Militar: invadiu a Manchúria (1931) e a China (1937-1945); esta foi a segunda guerra Sino-Japonesa, a primeira delas se deu em 1894-1895.

Esses fatos levaram o Império ao palco da II Guerra Mundial. Hiroito se alinhou ao fascismo italiano e ao nazismo alemão, formando o Eixo. Com o ataque a Pearl Harbour, o Japão colocou os Estados Unidos no conflito, precipitando os fatos que terminariam com o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagashaki. Essa primeira derrota militar japonesa, que passaria a integrar definitivamente sua história, possibilitou novos confrontos, desta vez no campo mítico.

Especialmente no interior, nem todos da comunidade sabiam do desfecho da guerra que ocorria do outro lado do globo. A notícia da capitulação, no dia 14, foi divulgada em 15/8/1945, deu-se via Editio Imperial, mas não resultou no esclarecimento desejado ao deixar de tratar abertamente dos termos da rendição. Esse fato se somou à proibição de publicação de periódicos e transmissões em língua estrangeira, escancarando as portas para o surgimento de organizações ultranacionalistas que alimentavam o desejo da vitória imperial.

Para a colônia de 200 mil pessoas à época, concentrada majoritariamente em São Paulo, não foram transparentes os trechos do Editio Imperial que trazia:

[...] a situação de guerra se desenvolveu de modo não necessariamente vantajoso para o Japão, enquanto as tendências mundiais gerais se voltam contra nosso interesse. Além disso, o inimigo começou a empregar uma nova e mais terrível bomba, cujo poder de destruição é incalculável, tirando a vida de muitos inocentes. Se continuássemos a lutar, isso não apenas resultaria no colapso final e na obliteração da nação japonesa, mas também levaria à extinção total da civilização humana. Dada essa situação, como poderíamos salvar nossos milhões de súditos ou nos explicar diante dos espíritos santificados de nossos antepassados? Esta é a razão por que nós ordenamos a aceitação das exigências da declaração conjunta das potências [...] suportando o insuportável e sofrendo o que é insofrível [...] Cultivem os caminhos da retidão; alimentem a nobreza de espírito; e trabalhem resolutamente para que possamos alcançar a glória inata do Estado imperial e mantermo-nos a passo com o progresso mundial (HATANAKA, 2002, p. 89).

As cartas de parentes e amigos dos japoneses pararam de chegar, não se podia mais viajar pelo território nacional sem o salvo-conduto expedido por autoridade policial nem residir em locais considerados áreas de segurança. Em janeiro de 1942, o governo havia imposto que os moradores das ruas Conde de Sarzedas e dos Estudantes, considerados quistos urbanos, no centro da capital, deixassem o local em poucos dias.

O torpedeamento de cinco navios cargueiros do Brasil e dos EUA, que haviam zarpado de Santos, em 8/7/1943, por submarinos germânicos, foi atribuída à espionagem dos *súditos do Eixo* e, por isso, ordenou-se a evacuação de Santos em 24

horas retirando cerca de 10 mil famílias alemãs e japonesas, transferidas do litoral para o interior (TAKEUCHI, 2009).

Neves (1960) foi um dos advogados de defesa no processo da *Shindô Renmei* e fez uma análise interessante quanto aos documentos que o governo brasileiro se empenhou em divulgar sobre a situação do Japão no pós-guerra e concluiu que nunca foi utilizada claramente a palavra *incondicional* associada à rendição. Um deles, de ampla repercussão na imprensa, foi o reescrito Imperial, de 15/8/1945, recebido com reservas ao considerar a derrota fraudulenta e estratégica a fim de abalar a autoestima dos japoneses espalhados pelo mundo.

Sem representação diplomática japonesa, os interesses estavam a cargo da Suécia. Na colônia, procuraram-se pessoas de projeção, ex-diplomatas e dirigentes das cooperativas, a fim de auxiliar no convencimento. O reescrito imperial foi apresentado em documento assinado, em 5/10/1945, por Jinsaku Wakiyama, Shiguetsuna Furuya, Kunito Miyasaka, Kyoshi Yakamoto, Senichi Hachiya, Chibata Miyakoshi e Kameichi Yamashita. Como as sociedades japonesas já estavam com os ânimos acirrados, os signatários foram considerados traidores e inscritos em uma *lista negra*.

O Editó Imperial, documento que deveria esclarecer o fim da guerra, confundiu os súditos pelas múltiplas interpretações possíveis. Ao ser apresentado, em São Paulo, os *esclarecidos* quiseram relatar passo a passo o caminho seguido pelo documento: após ser lido por Hiroito, em transmissão radiofônica, o Ministério de Relações Exteriores do Japão encaminhou o texto via telégrafo para a Cruz Vermelha Internacional, na Suíça, que o mandou para sua seção argentina, que, por sua vez, fez remessa via correio ao Brasil para sua representação, que também por Correio remeteu o documento ao padre Guido Del Toro, diretor do Colégio São Francisco Xavier (no bairro do Ipiranga, capital), por ser vigário da seção japonesa da Igreja Católica no Brasil, e que, ao tentar ajudar também foi ameaçado pelos *vitoristas* (NAKADATE, 1988). Os *esclarecidos* decidiram levar o documento aos compatriotas, com a anuência das autoridades policiais (OKUBARO, 2008). Como ele chegou com um recorte em francês e inglês, o fato gerou desconfianças. Este é um ponto relevante.

O desencontro de informações e o desalento ao qual foram relegados esses imigrantes têm sido apontados frequentemente por estudiosos como fatores propulsores de movimentos ultranacionalistas complexos, alimentando a fabulação da vitória. Assim, um dos efeitos foi a atuação da organização *Shindô Renmei*, a *Liga do Caminho dos Súditos* ou *Dos que seguem as diretrizes imperiais*. Diante da notícia de subjugação das tropas imperiais pelos Aliados, a colônia dividiu-se entre os *kachigumi*, que eram

mais pobres e menos instruídos, agregando 80% da população, e os *makegumi*, os *corações sujos*, mais prósperos, que tentaram explicar o fim do conflito mundial. Sem sucesso.

Após a distribuição desse Editó, em reunião realizada na Comissão de Estudos de Medidas para Enfrentar a Conjuntura, na sede da Cooperativa Agrícola de Cotia, decidiu-se que os signatários, com a colaboração de elementos *esclarecidos*, fariam viagens a fim de entregar diretamente cópias do documento, mas a situação no interior havia sido dominada pelos *vitoristas* (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992).

O segundo documento, o texto vindo de Genebra, de autoria do Ministro Shiguemori Togo, também não elucidou os termos da rendição:

Obedecendo aos desejos de Sua Majestade o Imperador do Japão, tal como foram expressos na proclamação imperial, de 14 de agosto, o governo e o povo do Japão estão dispostos a enfrentar a situação difícil, mantendo estritamente o orgulho da nação japonesa. Que os súditos do Japão no exterior se mantenham em estrita observância, com o mesmo espírito, é o que esperam o governo e o povo da nossa pátria, que tem compartilhado sempre o pensamento convosco (NEVES, 1960, p. 60).

Com poder simbólico, Hiroíto continuou sendo o monarca, mas, derrotado, foi obrigado a fazer a Declaração da Condição Humana, um discurso público desmistificador de sua suposta divindade quando disse: “[...] os laços que nos unem a vós, nossos súditos, não são o resultado da mitologia ou de lendas. Não se baseiam jamais no falso conceito de que o Imperador é deus ou qualquer outra divindade viva” (MORAIS, 2000, p. 9). Uma vez mais a clareza não foi suficiente: o comunicado do Imperador foi curto e em *keigo*, idioma arcaico, um privilégio dos descendentes dos ‘filhos dos céus’ e que continha expressões chinesas.

Entre seus mitos, o de que o Japão surgiu pelas mãos de dois irmãos, o deus Izanagi e a deusa Izanami.¹⁰⁶ Da ponte flutuante do céu arremessaram, em direção ao abismo, uma lança confeccionada com pedras preciosas e assim descobriram o oceano. Ao revolvê-lo com a lança, gotículas deram origem à ilha de Onogoro Jima. Desceram até ela e decidiram se unir maritalmente. Izanami deu à luz mares, rios, montanhas, vegetações, finalizando a criação do Japão. Outra descendente, Amaterasu Omikami, deusa do Sol, concebida para imperar sobre o Universo, teve mais filhos, alcançando um

¹⁰⁶ Foram encontradas algumas versões para o mito de nascimento do Japão. Aqui trazemos uma delas para fins de contextualização, que pôde ser encontrado em Nakadate (1988).

tataraneto, Jimmu Tenno, o primeiro Imperador. Assim, eles passaram a ser deuses na Terra ao estabelecer a conexão entre os dois mundos. O Japão foi beneficiado pelas deidades e, por essa lógica, era superior aos demais povos. É importante se compreender que havia a crença coletiva da formação da nação japonesa a girar em torno da figura do Imperador. Em função da ideia de que ele não era mais divino, passou-se a usar a expressão *Tenno Tanjobi*, a fim de expressar sua humanidade em contraponto à divindade (MITA, 1999).

O jornal *Buraziru Jiho*, sobre o aniversário do Imperador Hiroito, em edição de 29/4/47, destacaria: “O Imperador do Japão é o Deus salvador de todo o gênero humano, e, como Deus vivente que é, todo o mundo deve respeitá-lo” (MIRANDA, 1948).

Assim, o mito da divindade teria se unido ao da invencibilidade milenar do Império que nunca havia perdido uma batalha. Nesse contexto, a rendição era fato improvável: abalava referências aprendidas tradicionalmente por meio de rituais ou da escola ao longo de décadas e de gerações. Os imigrantes japoneses substituíram o culto ao Imperador pelo dos ancestrais ou por religiões.¹⁰⁷ Entende-se que esse processo levou a mudanças radicais daqueles que deviam obediência ao Imperador como senso de pertencimento. A rendição também teria significado menos mitológico e mais prático: o sonho acalentado de retorno rápido e vitorioso à pátria não parecia mais possível.

A *Shindô* contaria com histórico de atos violentos, por meio de seu braço armado, a *Tokottai* (abreviação de *Taiatari Tokuetu Kogekitai*, que significa Unidades Especiais de Ataque por Choque Corporal),¹⁰⁸ que percorreu o Estado de São Paulo para limpeza na colônia daqueles que tinham o coração impuro e traíam o Império. Tratou-se de fenômeno mais localizado no território nacional, especialmente no Estado de São Paulo, mas houve relato de atividades em Curitiba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o então Distrito Federal, Rio (SILVA, 2006) e em alguns outros países também.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Para saber mais, MAEYAMA, Takashi. *Imin no Nippon Kaiki undo* (Movimento recuperativo do Japão dos imigrantes japoneses no Brasil). Tóquio, Nippon Hoso Shuppan Kyokai (NHK), 1966. A afirmação também parte de estudiosos como Chiyoko Mita, em **Bastos**: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo, Humanitas, 1999, e Sedi Hirano, no prefácio deste mesmo trabalho.

¹⁰⁸ Na II Guerra Mundial, pilotos se chocam contra alvos dos inimigos, como navios e porta-aviões. A tática suicida ficou conhecida como *Kamikaze* (vento divino) ou *Toko-tai* (unidade especial de ataque), significado transposto para as ações da *Shindô Renmei*.

¹⁰⁹ Kenzo Abe e Takeshi Torigoe teriam fugido de Lins e chegado em maio de 1946 à capital do Peru, Lima, enviados pelo *Shindô* àquele país com o objetivo de integrar os japoneses de diversos países a fim de fazê-los jurar lealdade à nação. Foram presos na Bolívia por extorquir dinheiro de patrícios. Abe se apresentava como vice-almirante da Marinha de Guerra Imperial e chegou a organizar uma lista dos *derrotistas*, enviando cartas a 15 deles. Em 7/8/1946, Abe foi preso com 30 *vtoristas* pelas autoridades peruanas. Torigoe também foi preso com mais 30 membros da *Aikoky Doshi-kai* e ambos foram

Há duas evidências da organização nos Estados Unidos:

[...] alguns comentários de um grupo pequeno de senhores idosos que se encontravam toda semana numa montanha do Havaí para falar sobre sua vitória e uma menção no romance de John Okada, *No No Boy*, que trata da questão dos nipo-norte-americanos em campos de internação nos EUA, no qual um dos personagens recebe uma carta do Brasil contando sobre a existência da *Shindô Renmei* (LESSER, 2002, p. 12).

O primeiro a declarar por escrito a existência dos *pelotões suicidas* foi Kiitiro Yoshii, chefe da sucursal da *Shindô* em Lins, que em planfleto trouxe:

[...] fiquem sabendo que vocês acusam a *Shindô Renmei*, a única organização de divulgação no seio da colônia, reconhecida até pelo próprio Serviço Secreto da Polícia de São Paulo. [...] Eu os aconselho, para seu bem, que fiquem calados. [...] Dentro da *Shindô Renmei* temos o *Teishin-shuisin-tai* – o Pelotão de Propulsão com Sacrifício Próprio (ou “pelotão suicida”); temos a seção de Coordenação, de Educação, de Informações; aliás, digo-o claramente, nossa Seção de Informações não é igual a de vocês, que tem ligação com judeus (MIRANDA, 1948, p. 36).

Em 2/4/1946, o DEOPS/SP instaurou inquérito contra a organização com amparo no Decreto-Lei n. 383/1938, que proibia aos estrangeiros o exercício de atividades políticas, de formar qualquer tipo de associação, falar idiomas nativos em público ou usá-los para alfabetização de crianças. No processo, foram coletados 640 depoimentos, todos do sexo masculino, exceção de uma mulher, entre japoneses e descendentes e um ou outro brasileiro.

Durante sua atuação, a *Shindô* deixou saldo de 23 mortos e 150 feridos de janeiro de 1946 a fevereiro de 1947. Em um ano, o DEOPS contabilizou 31.380 suspeitos de crimes. Manoel Thomaz Carvalhal, juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de São Paulo, aceitou a denúncia contra 391 indiciados no caso, dando início ao Processo n. 12.649/1949, considerado um dos maiores até então, com 500 prontuários, tendo

condenados à pena de expulsão por entrada ilegal no país e perturbação da ordem. Enviados aos Estados Unidos, foram escoltados até o Japão. Não houve registro de mortes no Peru, mas surgiram associações nacionalistas. Para alguns integrantes da Seicho-no-iê, Abe e Torigoe são precursores da filosofia em Lima por terem compartilhado ensinamentos da doutrina quando presos. Abe morreu em sua terra, Fukushima, e Torigoe, após cumprir pena no Japão, retornou a Lins, mas foi assassinado por patrícios (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 371). Segundo Okubaro, logo após os conflitos da *Shindô*, em São Paulo, a direção mundial da Seicho-no-iê enviou seu diretor do Departamento Internacional para divulgar os princípios da seita: “O dr. Tokuhisa explicou que, apesar de os japoneses radicados no Brasil estarem brigando, divididos em grupo dos *vitoristas* e grupo dos *derrotistas* por verem através dos cinco sentidos só a vitória ou derrota fenomênica, na visão da Filosofia da Verdade preconizada pela Seicho-no-iê o Japão jamais perdeu guerra alguma, porque, transcendendo a vitória ou derrota fenomênica, na eternidade da Imagem Verdadeira, o Japão é uma nação eternamente vitoriosa” (2008, p. 356).

como base o Decreto n. 431, de 18/5/1938, que definia crimes contra o Estado, a ordem política e social, incluindo o incitamento à prática de atentados pessoais por razões religiosas, políticas ou doutrinárias. Foram condenados de um a 30 anos de prisão 381 deles e 14 *Tokkotais* cumpriram penas por assassinato. Houve saldo de 170 japoneses levados à Ilha Anchieta, entre 11/6 a 29/11/1946 (NAKADATE, 1988; HATANAKA, 2002).

O processo resultou na expulsão de 80 japoneses por decreto assinado já no governo de Eurico Gaspar Dutra, mas que não se cumpriu. Em agosto de 1958, a Promotoria Pública decretou a prescrição da sentença determinada pela 1ª Vara Criminal de São Paulo. No ano seguinte, o ato de expulsão, de 10/8/1946, foi revogado, alcançando 77 japoneses. Em maio de 1966, foi julgada extinta a punibilidade de todos os réus. Assim, o gigantesco processo passou literalmente para a história.

A *Shindô* chegou a possuir 64 filiais em São Paulo e no Paraná e, com doações de seus filiados, alcançou 100 mil associados (SILVA, 2006, NAKADATE, 1988) e 60 mil simpatizantes (MORAIS, 2000). Mita (1999) cita 80 filiais e mais de 100 mil associados.

Apointa-se controvérsia quanto à data de sua fundação: teria nascido em 1942, após se angariar recursos que permitiram estabelecer a sede à rua Paracatu, 96, bairro da Saúde, na capital, e não mais na casa de integrantes da comunidade. Entre seus líderes, oficiais aposentados do Exército, incomodados pelo fato de o Brasil ter se tornado inimigo do Império, entre eles, Junji Kikawa, da Cavalaria, que migrou para o Brasil em 1933 aos 55 anos, seguindo para a cidade de Rancharia. Sem obter êxito como agricultor, mudou-se para a capital, à rua Vergueiro, n. 3.427, e retomou sua antiga profissão: tintureiro. Popular entre os seus, elegeu-se presidente da Liga das Tinturarias de São Paulo, em 1941, e, no ano seguinte, reuniu 400 compatriotas das cidades de Tupã, Marília, Bastos, Pompéia, entre outras, a pretexto de um casamento, em um hotel em Marília, o Sawaya, ou Sawai, na avenida Dez de Novembro, quando teria sido anunciada a criação da *Shindô*.

O *Diário de S. Paulo*, em sua edição de 4/4/1946, confirmou como data de fundação essa reunião no hotel ocorrida em 20/10/1942. Esse encontro também mereceu a atenção de Neves:

O banquete, no entretanto, foi desfeito por um grupo de brasileiros, à frente dos quais colocaram-se as figuras mais representativas da cidade, impediu a afronta aos nossos mortos, náufragos dos navios torpeados, traiçoeiramente, pelos alemães, se verificasse com a orgia

regada a “sake” e enfeitada por “gheisas” de crisântemos artificiais (1960, p. 42).

Ainda foi possível localizar em publicação da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992) o depoimento ao DEOPS de Ryotaro Negoro, superintendente da *Shindô*, a afirmar que sua fundação se deu em 22/7/1945, em Marília, três semanas antes do fim da guerra, mesma data apontada por Nakadate (1988). Já a data de 23/9/1945 foi atribuída por Tomoo Handa (1980) em *Memórias de um imigrante japonês*. Sua sede acabou sendo transferida para a capital.

Um requerimento entregue ao DEOPS por comissão japonesa continha a informação que a *Shindô-Remmei* teria surgido em 15/8/1945. No mesmo documento:

[...] a lei do Brasil é contra imigração nipônica. Assim estabelecendo a entrada de 2% e parece-nos que os brasileiros não gostam dos japoneses porque durante a Guerra Mundial muito de nossos patrícios foram judiados e insultados, chamando-nos de JAPÃO, estrangeiro, quinta-coluna etc., e foi tratado mal espiritualmente e materialmente. Parece quem deseja o retorno dos japoneses para país de origem, são mesmo brasileiros (MIRANDA, 1948, p. 60).

O documento faz referência à Constituinte de 1934, xenofóbica: no Art. 121, § 6, há o dispositivo que ficou conhecido como Lei Miguel Couto, estabelecendo “que a imigração anual de cada nacionalidade não poderia ultrapassar o limite máximo de 2% dos respectivos nacionais entrados no país nos últimos 50 anos” como barreira ao perigo *amarelo*.

Com efeito, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa traz números que ilustram o declínio da entrada de nipônicos no Brasil. Em 1934, 22.832 pessoas; em 1935, 5.648; em 1936, 5.298; em 1937, 4.642; em 1938, 2.555; em 1939, 1.303; em 1940, 1.556, segundo a história da expansão de emigração japonesa (1992, p. 132).

As Leis de Nacionalidade, de Extradicação e de Entrada de Estrangeiros chegariam em 1938. Em seu §7, há determinações qualitativas quanto à imigração: “É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena”.

Kikawa andava às voltas com a polícia por incentivar e dirigir casos de sabotagem em plantações de nipônicos.¹¹⁰ Com o TSN, cumpriu pena e foi solto. Em dezembro de 1945, fazia circular comunicado avisando de sua soltura.

¹¹⁰ Ibid., p. 10.

No programa da *Shindô*, a conservação do chamado espírito nipônico: reabertura das escolas, culto aos antepassados, fidelidade ao Imperador, prática de esportes militares, nada de traição ou *judaísmo* crendo-se na derrota. Miranda reportou que Comissão de Recepção à Missão Japonesa reuniria membros da comunidade no Estádio do Pacaembu. Ao traduzir materiais apreendidos, avisou dos ânimos exaltados e de repercussões futuras. Para ele, a atividade agrícola havia caído 50% e os japoneses não se dedicavam a determinadas culturas com receio de represálias. Outros autores reportaram a tristeza pela derrota como um dos fatores que impactou a agricultura. Apontou-se um dos motivos para se potencializar, no imaginário, a possibilidade de uma organização na Noroeste:

[...] na região de Marília, encontramos o maior núcleo japonês radicado no Brasil e América do Sul e as estatísticas, para a época, falavam em 300.000 súditos, havendo, como ficou comprovado, a possibilidade de organização imediata de um verdadeiro exército, ali colocado pela célebre K. K. K. K. – Kaigai, Kabushiki, Kogyo, Kaisha – com planos pré-estabelecidos, contando, para tal, com o trabalho eficiente de oficiais de todas as patentes, engenheiros, médicos e armamento, ainda que ligeiro, pronto para tomar posição em nosso território, outro tivesse sido o desfecho da guerra terminada em 1945 (NEVES, 1960, p. 47).

Nakadate (1988) afirmou que as sucursais da *Shindô* na linha Paulista reuniam os chefes que estavam bem financeiramente e, na Noroeste, os mais pobres. E há referência (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992) ao relatório do delegado Alfredo Assis, titular da Delegacia de Segurança Pessoal da Polícia Central de São Paulo, que afirmou como precursora da *Shindô* a *Utai Dôkôkai* (Associação de Amadores de Utai), em 1946, em torno da figura de Kikawa também. Outra possibilidade apontada no mesmo trabalho foi que, em fevereiro de 1944, teria surgido a entidade secreta *Kôdôsha* para reorientar os imigrantes no caminho dos súditos. As figuras centrais eram militares e procuraram Kikawa que, em maio de 1945, teria mudado o nome da organização para *Shindô Renmei* por considerá-lo mais apropriado.

Essa organização teve início clandestino e, em dado momento, procurou sua legalidade, negada pelas autoridades brasileiras. A atacadista Casa Paulista, n. 78 do Parque Dom Pedro, na capital, ajudou a *Kôdôsha* a arregimentar sócios. Outro endereço utilizado foi o da Casa Nakaya, importadora de artigos japoneses, na esquina da João Mendes com a Conselheiro Furtado.

Independente da data válida de fundação, a leitura possível é que, em função do repatriamento dos diplomatas e representantes de Tóquio, a comunidade se sentiu desamparada e se mobilizou, possibilitando a existência dessas organizações com a participação de militares afeitos à disciplina. Outra associação *vitorista* à época foi a *Zaigô Gunjin-Kai* (Associação dos Militares de Reserva). As associações japonesas exerciam função vital para minimizar as péssimas condições nas quais se vivia e ofereciam espaço para reprodução de cultos e ritos.

Mesmo que se indiquem como prováveis datas de fundação da *Shindô* o ano de 1942, em Marília, ou da *Kôdôsha*, em 1944, ou ainda 1945, antes ou depois do fim da II Guerra, o fato é que houve confronto envolvendo brasileiros e japoneses na cidade de Marília, ainda em 1942. Kikawa desejava que os agricultores nipo-brasileiros abandonassem ou destruíssem a produção de seda (usada na fabricação de paraquedas) e hortelã (o mentol derivado poderia ser utilizado para tornar a nitroglicerina mais potente). Nas madrugadas de 24 a 28 de abril de 1944, no sítio Bandeirantes, distrito de Primavera, arderam 6 galpões da criação.

Para efeito elucidativo, reproduz-se a estrutura da organização:

ORGANOGRAMA DA SEDE CENTRAL DA SHINDO RENMEI

Diretor-Presidente Diretor-Superintendente	<ul style="list-style-type: none"> Dir. Secretaria Geral (a) Dir. Departamento Educação (b) Dir. Departamento Relações Externas (c) Diretor Departamento de Comunicação (d)
(a) Secretaria Geral	<ul style="list-style-type: none"> Assuntos Gerais Propulsão Tesouraria
(b) Educação	<ul style="list-style-type: none"> Espiritual Língua japonesa Artes Marciais Cursos para Adultos
(c) Relações Externas	<ul style="list-style-type: none"> Estreitamento de relações entre o Japão e o Brasil
(d) Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Imprensa Correspondência Lazer e Recreação

(De um manuscrito do diretor-presidente Kikkawa)

Fonte: Documento do Setor de Interesses Japoneses da Legação da Suécia.

FIGURA 38 - Organograma da *Shindô Renmei*.

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 340.

Na assembleia de fundação da *Shindô Renmei* foi distribuído o seguinte manifesto com seus princípios:

Nós somos súditos do Grande Império Nipônico. Nós, os japoneses residentes no Brasil, devemos cultivar o Espírito Japonês mantendo vivo o orgulho de sermos súditos imperiais. Para isso, necessário se torna praticarmos as seguintes virtudes herdadas dos nossos ancestrais: acatar a virtude moral, ser diligente, paciente e suficientemente corajoso para servir à pátria. Nós colaboramos para a construção da Grande Ásia Oriental. Como japoneses residentes no Brasil, o nosso meio de colaborar para a formação da Grande Ásia Oriental consiste em adaptar a esse objetivo o nosso sistema de educação, isto é, fomentar o culto do shintoísmo, melhorar o desenvolvimento físico e esforçar-nos por ministrar a língua japonesa aos nossos filhos para que estes sejam aperfeiçoados como filhos do Imperador e, sobretudo, não poupar esforços na educação espiritual dos adultos” (WILLEMS; SAITO, 1947, p. 144, apud MITA, 1999, p. 148).

Para a polícia, os diários dos imigrantes, um hábito tradicional, serviram como documento. Em um deles, no de Hasiura, em 30/11/1945, está registrado o que ouviu ao participar de encontro da *Shindô*.

Os princípios da entidade são: o Japão obteve uma vitória espetacular, inimaginável; os japoneses residentes no exterior deverão ser, em futuro próximo, ordenados a reemigrarem para a Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental. Para isso é preciso estarem

preparados, tanto na ação como na formação moral, a fim de não passar vergonha. Quer dizer, promover a ajuda e cooperação entre vizinhos, excluindo o pensamento derrotista, falando exclusivamente o idioma nipônico em família, dedicando-se com entusiasmo ao seu trabalho até o último momento, etc. E os dirigentes da *Shindô Renmei* devem estar decididos a permanecer no Brasil até a partida do último compatriota (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 327).

A presença dos japoneses no interior paulista, na guerra e no pós-guerra mereceu atenção constante por parte da Polícia Política, especialmente aos orientais da região Noroeste. Nas localidades de Bastos, Tupã, Marília, Valparaíso, Bauru, Bilac, por exemplo, encontravam-se grandes núcleos de colonização japonesa. A Polícia Política sabia de tudo o que se passava lá, porque as delegacias regionais eram orientadas pela central do DEOPS (DEZEM, 2000): o fato de os requerimentos estarem sujeitos ao julgamento da Delegacia de Polícia local e regional expressa a comunicação sistemática entre as várias autoridades policiais do interior do Estado com a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo. Miranda (1948) fez referência a uma tabela de associados da *Shindô*, contando com 2.500 membros em Penápolis, o que pode incluir a cidade vizinha de Braúna.

Os prontuários que se encontram no Arquivo do Estado adotam um discurso objetivo contra o imigrante, tanto na Família 31-Z-000, do DEOPS, Prontuário n. 108.981, como nos dois volumes do prontuário *Niponismo* (n. 8.342), há documentos anexados produzidos pelo delegado adjunto do DEOPS, Eduardo Lousada Rocha, e também pelo capitão Silvio Pinto da Luz. Ambos estiveram no interior, em 26/3/1942, por Ordem da Superintendência de Segurança Política e Social e contaram com o auxílio dos delegados de polícia e investigadores regionais a fim de realizar o mapeamento e controle dos orientais. As autoridades policiais sempre apontaram que eles exaltavam o caráter superior da raça e incomodava a presença de ex-militares nas colônias e cooperativas, fato que ocorria desde a atuação da Bratac e da K.K.K.K.

Os relatórios policiais (1942) eram apresentados como frutos de árdua investigação. Exemplo claro são os motivos expostos pelo delegado Rocha a fim de justificar o perigo representado pelos japoneses:

- uma elite de profissionais (militares, aviadores, técnicos, engenheiros, agrônomos, médicos e farmacêuticos) estaria se fazendo passar por pequenos lavradores radicados em um país distante, no caso, o Brasil;
- a predileção dos japoneses pela fotografia e cartas geográficas, cujas apreensões não representavam mais novidade;

- a cuidadosa forma como eles cuidavam de seus campos de algodão e de arroz, áreas planas e amplas que poderiam servir de campos de pouso;
- a localização estratégica dos quistos nipônicos, ao longo do litoral, das estradas de ferro e dos vales;
- a “verdadeira fúria” com que os japoneses, após o rompimento do Brasil com os países do Eixo, compravam aparelhos de rádio levando a crer que existia, no ar, códigos secretos de ordem (TAKEUCHI, 2002, p. 51).

É importante frisar que essa interpretação deve ser articulada com a construção da ideia do perigo *amarelo*, em princípios da imigração oriental. Carneiro e Takeuchi (2010) atestam que, em 1914, a expressão perigo *amarelo* traduzia a suposta ameaça pelo número expressivo de japoneses e os conflitos registrados na Califórnia. A expressão perigo *amarelo* (*kôkaron*) teria surgido nos Estados Unidos, em função dos imigrantes chineses. Na década de 1860, na costa leste (Califórnia) alegava-se que os *chins* trabalhavam na mineração por salários baixos concorrendo de forma desleal com os norte-americanos, economicamente. Na II Guerra Mundial este discurso foi reforçado. Em 1924, aprovou-se lei de cotas que vedou o ingresso de nipônicos nos EUA.

No plano doméstico, essa reflexão passou obrigatoriamente pela compreensão dos ideais autoritários que moveram o governo Vargas, além das ações de Adhemar de Barros, como interventor no Estado de São Paulo (1938-1941). A determinação político-ideológica dos dois políticos deu contorno ao discurso adotado e à forma de ação do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), como braço repressor do Estado.

A segurança foi uma das preocupações do interventor que criou com o Decreto Estadual n. 9.789/1938, a Casa de Detenção de São Paulo, extinguindo a Cadeia Pública e o Presídio Político da capital, dando origem ao Serviço Reservado, com atenção ao niponismo:

[...] que deu origem, dois anos depois, ao Serviço Secreto. Este se constitui em um importante setor do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, o DEOPS (1924-1983). O decreto nº 11.128/40, que criou o Serviço Secreto, estabeleceu que teria 16 setores responsáveis pelas atividades sociais que poderiam representar algum perigo à ordem interna do Estado de São Paulo. Foram eles: comunismo; integralismo; fascismo; nazismo; niponismo; estrangeiros de modo geral; armas, explosivos e munições; ordem política; ordem social; ordem econômica; censura telefônica; censura telegráfica; censura à imprensa; censura postal; documentação e estatística e

correspondência cifrada (ARAÚJO, 2001, p. 12, apud MORAES, 2004, p.12).

A *Shindô* contou com rede de comunicação para divulgar o que compreendeu ser a *verdade* a fim de combater o que se considerou um posicionamento equivocado, irreal e vergonhoso por parte dos *derrotistas*. Uma semana após a rendição, a *Shindô* circulou, em seus jornais próprios que:

O Imperador Hiroito foi forçado a abdicar em favor de um regente, por ter aceito as condições impostas pela Declaração de Postdam. A frota imperial, conjunta recebeu ordens de entrar imediatamente em ação e, numa furiosa batalha que teve lugar em águas de Okinawa, a Marinha e a Força Aérea Japonesas destruíram cerca de quatrocentos navios de guerra aliados, decidindo assim o curso da guerra. Os japoneses empregaram pela primeira vez sua arma secreta, a “bomba de alta frequência”. Uma única dessas bombas matou mais de cem mil soldados americanos em Okinawa, [o que levou à] rendição incondicional dos Aliados [e] o desembarque das forças expedicionárias japonesas na Sibéria e nos Estados Unidos (LESSER, 2001, p. 242, republicação em *Paulista Shinbun*, em 29/4/1947).

Mita (1999) citou trecho do livro de memórias de Tomoo Handa que ilustra a ebulição e o bombardeio de informações aos quais a colônia esteve sujeita:

No dia 2 de setembro, às 10h30, quando chegou um telegrama dizendo que foi assinado um tratado de rendição do Japão, no Couraçado Norte-americano ‘Missouri’, a central de boatos de Pinheiros divulgou aos japoneses em geral uma circular dizendo que ‘os compatriotas no Brasil devem fazer preparativos de boas-vindas confeccionando bandeira nacional japonesa, pois num futuro próximo iria chegar ao Brasil, uma missão japonesa para anunciar a vitória japonesa’. Logo chegou do interior a notícia de que foi esgotado o estoque de tecido branco para fazer a bandeira japonesa [...]. Dizia-se que, em São Paulo, havia muitos japoneses que tinham bandeiras japonesas; que o avião do Japão teria chegado e depois que a chegada desta foi adiada por uma semana. Muitos japoneses do interior vieram para São Paulo a fim de recepcionar a missão japonesa, ou pelo menos, tentar ver o avião japonês, e lotaram os hotéis e as casas de amigos e conhecidos. A quantidade desses japoneses vindos do interior foi estimada em cerca de dois mil (HANDA, 1970, p. 649).

Inicialmente, a data de chegada seria em 11/9, adiada para 15, depois para 21 e, ainda, 24, que se daria no porto de Santos e que teria mudado para o Rio de Janeiro. Portanto, seria preciso organizar uma entidade a fim de recepcionar a missão japonesa e, então, a *Shindô* se julgou apropriada para tal tarefa porque “se considerava durante a guerra como centro mental e social dos japoneses, no Brasil, substituindo os japoneses ‘fugidos’, organizou uma comissão para recepcionar a missão japonesa”. Esse também

foi apontado como um dos motivos para justificar por que os *vitoristas* ganharam força. E, ainda, “diziam-se que os que tiveram a “crença” (ou fé, no sentido religioso) puderam “ver a esquadra japonesa” e “perceberam a sua chegada” na costa brasileira, embora não pudessem realmente vê-la” (MITA, 1999, p. 150).

Em Marília e Lins circularam as seguintes notícias (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 271):

- a) nas proximidades de Tomamkô, as forças japonesas cercaram 160 mil soldados soviéticos, liquidando 60 mil deles; 1.100 belonaves da 1ª, 2ª e 3ª esquadras nos Estados Unidos e 300 capitularam;
- b) o Império do Japão aconselhou a rendição incondicional a 42 países;
- c) no ataque à baía de Tóquio, o Japão empregou a bomba com aplicação de ondas de alta frequência, afundando dezenas de navios inimigos, eles se renderam e MacArthur se dirigiu para lá a fim de assinar a rendição;
- d) a Inglaterra já capitulou, parece que os Estados Unidos estão postergando a decisão;
- e) São Francisco e Nova York se transformaram em mar de fogo;
- f) a evacuação do litoral tratou-se de medida do governo japonês para o desembarque de tropas nipônicas; e
- g) uma aeronave do Sol Nascente sobrevoou o núcleo colonial Taboa, nos arredores da cidade de São Paulo.

Na *Shindô* de Belo Horizonte (MG), documentos apreendidos pela polícia traziam claramente a contrapropaganda: “A guerra tornou-se favorável ao Japão. Ao ver isso, Hiroíto, satisfeito, abdicou em favor de seu filho [...] A bomba atômica inventada pelos cientistas japoneses era mais possante do que aquela que foi inventada nos EE.UU” (MORAIS, op. cit., p. 103, apud SILVA, 2006, p. 56).

O comportamento chamou a atenção das autoridades de São Paulo, o que fez com que, no dia 25, fosse enviada carta de advertência a líderes japoneses solicitando que acalmassem tal agitação e que a polícia daria todo o apoio. Caso não conseguissem isso, haveria repressão direta do poder nacional (*Jornal Paulista*, 1956, p. 18, apud MITA, 1999, p. 152).

Cerca de dez jornais, além de revistas em japonês, e emissoras clandestinas foram colocadas no ar, como a Rádio Bastos, divulgadora de: “O boato de que o Japão perdeu a guerra veio dos judeus do Rio de Janeiro, que estão fugindo para São Paulo,

porque o povo do Rio sabe da vitória certa do Japão” (NAKADATE, 1988, p. 188). A denominação de *judeus* a quem era contrário à *verdade* da vitória será recorrente em outros documentos *vitoristas*, apontando para um discurso antisemita.

Uma das formas de controle, para acabar com a cultura pré-migratória, foi a proibição de jornais em língua estrangeira. O Decreto n. 383/1938 interferiu na publicação de impressos em japonês e requeria obrigatória tradução. Em 1942, Vargas banuiu todos os jornais em língua estrangeira e estabeleceu a censura oficial à correspondência internacional, a cargo dos Correios e Telégrafos, incluindo-se o controle de gravações e de conversas telefônicas e, ainda, viagens ou mudanças sem autorização, especialmente pelos imigrantes dos países do Eixo.

A *Shindô* tinha estratégia de captação de recursos e de simpatizantes e possuía departamento de atuação. Os *Tokkotai*, apesar de pertencerem à organização, não recolhiam contribuições nem eram oficialmente filiados para não levantar suspeita. Eles saíam para as execuções e sempre entregavam ou enviavam cartas solicitando o *seppuku* (suicídio ritual) dos *makegumi*, pois assim eles poderiam *recuperar a honra perdida*. Estes deveriam suicidar-se cortando o próprio ventre, onde, depois, seria colocada uma bandeira do Japão. As cartas começavam dizendo: "Você tem o coração sujo, então deve ter a garganta lavada" (isto é, deveria ter a garganta cortada por uma espada katana, espécie de sabre longo japonês). Os que se recusavam a cometer suicídio eram executados com armas de fogo. Os crimes ocorreram muitas vezes na presença de familiares das vítimas. E, óbvio, nenhum dos *makegumi* recebedor da carta aceitou suicidar-se.

O coronel Kikawa era o encarregado da preparação dos simpatizantes que seguiam para o interior, disfarçados de vendedores, distribuindo panfletos, boletins, fotografias adulteradas, a fim de convencer a comunidade da vitória. A ideia de manipular as fotos teria partido de Massao Sato, chefe da *Shindô* de Pompéia (NAKADATE, 1988). Os retratos falsificados (com carimbo de Foto Yoshida, de Marília. Em Tupã, há indicações que Massashigura Onishi fez o mesmo) foram distribuídos como prova e, no impresso, mudou-se a legenda do Editó Imperial do encorajado norte-americano Missouri de “Nós ordenamos aos nossos súditos suspender imediatamente as hostilidades, depor as armas e obedecer fielmente às cláusulas da parte do documento e às ordens do governo imperial e do Quartel-General Imperial” por:

Ordeno que o supremo comandante aliado aceite as cláusulas da declaração do Império do Japão comunicada em Potsdam, suspender imediatamente os atos de guerra e obedecer as cláusulas do documento do acordo e também a todas as ordens do governo imperial e do Quartel-General Imperial. Hirohito (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 279).

A foto adulterada foi encontrada no Prontuário nº 108.981 da *Shindô Renmei* (vol. IV) e teria sido apreendida na sede da Paracatu.

FIGURA 39 - Foto adulterada pela Shindô de rendição dos EUA ao Japão.

Fonte: Prontuário nº 108.981 da *Shindô Renmei* (vol. IV), DEOPS/SP.

Segundo a Polícia Política, Kamegoro Ogasawara, dono da tinturaria *Oriente*, na capital, seria o coordenador das ações punitivas. Várias pensões de japoneses abrigaram os executores. Uma delas foi a *Cruzeiro*, cujo proprietário era Mongo Yoshizago, localizada na rua Barão de Duprat, n. 119.

Nos autos do DEOPS, segundo o próprio Ogasawara, ao tratar do ataque a Wakiyama, recomendou que, após instigá-lo a cometer o *haraquiri*, em caso de recusa, matá-lo e:

[...] a seguir, apresente-se à polícia e declare ter assassinado Wakiyama porque ele traía a pátria sagrada. E sustente até o fim que não recebeu ordem de quem quer que fosse, nem se apoiou em plano de terceiros, que agiu por puro sentimento de amor à pátria. Essa orientação destinava-se a permitir que eu, em liberdade, pudesse prosseguir nas ações de vingança contra os traidores e lavar a glória da pátria desonrada, enquanto a polícia seria distraída com a apresentação dos criminosos. Mas acabei sendo preso e por isso não consegui levar avante o meu plano. [...] Todos os ataques partiram da chácara de Sawai. Eu sou o organizador da *Tokkôtai* (Grupo de Ataque Especial) e de *Kesshitai* (Grupo Suicida) e também dirigente e financiador desses grupos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 345).

Nos autos do DEOPS, de Hiromi Yamashita, essa recomendação é confirmada:

E no caso de cairmos nas malhas da polícia deveríamos declarar que agimos movidos por fervoroso patriotismo de moços, e que deveríamos negar a todo custo a nossa filiação à *Shindô Renmei*” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 344).

Ogasawara era membro oculto da organização que recebeu verbas para a atuação desse grupo:

O mais impressionante para os investigadores foi a atitude tomada pelos vitoristas após o crime. Os *kachigumi* apresentaram-se espontaneamente ao DOPS – minutos depois do assassinato (os policiais descobriram posteriormente que tal atitude foi determinada por Ogasawa; o chefe dos *tokkotai* queria proteger a *Shindô Renmei*, fazendo os investigadores pensarem que os terroristas agiam autonomamente, impelidos pelas ofensas aos “sentimentos patrióticos...” (SILVA, 2006, p. 78).

Os *Tokkotai* acreditavam matar no estrito cumprimento do dever atendendo a uma filosofia com tons espirituais. O episódio da *Shindô* deve ser compreendido com todas as variáveis que influenciaram a comunidade à época e diz a respeito dos nipônicos que a integraram.

Em sua maioria esmagadora, os japoneses que integraram as associações secretas, tidas como terroristas, não tinham o terror como objetivo. Agiram dentro da mais absoluta boa fé, por patriotismo, mística religiosa, no mais das vezes levados por uma falsa propaganda, que lhes explorava o ascendrado amor à pátria e tradições (NEVES, 1960, p. 34).

Mesmo depois de preso, Kikawa escreveria panfletos sobre a campanha vitoriosa, reforçando a necessidade de culto ao Imperador e honra ao *yamato damashii*. Em novembro de 1945, libertado após um ano e três meses de cárcere, Kikawa, que antes declinara a presidência da entidade sob alegação de motivos de saúde, voltou ao cargo e estranhou as mudanças na estrutura durante seu afastamento, quando esteve sob o comando de Tomari e Negoro. Kikawa teria tentado colocá-la nos eixos, mas estava fora de controle e dividida em duas alas. Tomari e Negoro, inclusive, teriam distribuído fartamente fotos de Kikawa, de uniforme militar, para que os associados acreditassem que ele era oficial do serviço secreto japonês.

No chamado documento 33, encontra-se: “[...] conforme a ocasião apropriada, uma vez organizado o batalhão ativo, punir com a morte os orientadores extremamente maus e liquidar-lhes as respectivas produções”, de autoria de Tomari (MIRANDA, 1948, p. 71). Kikawa chegou a proclamar o fim da organização, cujo documento foi assinado por ele e Negoro em 11/2/1947 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992).

Ainda que extinta, a *Shindô* continuou em atividade, conforme apontou Nakadate (1988): sua sede central foi para a rua Maria das Dores Braga, n. 4, no Bosque da Saúde, e funcionou de 14 de abril de 1948 até maio de 1949, quando todos os elementos ligados à *Renmei* foram libertados da Casa de Detenção e da Ilha Anchieta. Então, o próprio diretor-presidente decidiu pela sua total dissolução. Já em colapso e descerebrada, das 60 filiais em São Paulo, Mato Grosso e Paraná, em fins de 1947, sobraram seis na região Noroeste, entre as quais, a de Lucélia.

7.1 OS CRIMES DE SANGUE

Em abril e maio de 1946, muitos dos que se dedicavam a esclarecer a real situação junto à comunidade foram atacados, alguns levemente e outros levados a óbito. Os conflitos começaram em Osvaldo Cruz, Tupã e Bastos e se espalharam pelo interior, além da capital.

Após o pronunciamento de Hiroito de sua condição humana, transmitida e traduzida pela Rádio Record, um lavrador que ouviu a notícia, morador das proximidades de Tupã, quis se vingar e foi à casa do vizinho Shiguelo Koketsu que estava com outros patrícios. O lavrador ironizou a divindade do Imperador ao afirmar

que cultuavam uma farsa e que o monarca era um homem qualquer. Houve bate-boca e ele percebeu uma bandeira japonesa hasteada no quintal.

No início de 1946, ainda era crime de Segurança Nacional usar os símbolos dos países do Eixo. Ele denunciou o fato aos policiais da Força Pública local, comandados pelo baiano Edmundo Vieira Sá, que foram à casa de Koketsu. O cabo o estapeou e ordenou a apreensão de tudo o que pudesse incriminar os membros da comunidade, mas o pior foi limpar o coturno sujo de esterco de vaca com a bandeira. O episódio, conhecido como *Bandeira do Sol Levante*, considerado uma desonra sem igual, espalhou-se rapidamente entre os patrícios. Os mais exaltados foram presos e se chamou um intérprete, o comerciante Jorge Okazaki, considerado traidor. Ele compreendeu que acreditavam que o Japão havia ganhado a guerra, pois, se a houvesse perdido, ocorreria suicídio coletivo e o Imperador não estaria mais vivo também.

Assim, um grupo de sete orientais – cujo caso ficou conhecido como os sete samurais – tentou matar o cabo Edmundo, a quem foram buscar na delegacia, mas receberam a informação que se encontrava no Tênis Clube e lá foram recebidos, na porta, por soldados armados de fuzis. Miranda relata que eram nove japoneses, mas dois estavam procurando o cabo em outro local (1948). Os policiais pediram que os detidos tirassem suas roupas a fim de encontrar armas, mas se surpreenderam ao descobrir que amarravam a bandeira do Japão no peito. Nela, eles colocaram seus nomes e o local de nascimento, além dos dizeres “é agradável morrer pela pátria” (OESP, 2/4/1946).

Pouco depois, a casa de Okazaki foi pixada com caracteres japoneses, com a mensagem “traidor da Pátria” e, por baixo da porta, foi colocado um papel com o recado “lave a garganta”, o que indicava o hábito entre os militares de aconselhar as vítimas a tomar esta atitude para não contaminar a espada com a qual seria executado. Ao perceber que corria perigo, comunicou o fato à polícia, explicando que o ideograma era de uma associação militarista de fanáticos que acreditavam na vitória do Japão.

Outra tática considerada deplorável, além do episódio da bandeira, chamada de *fumi-ê* (pisar na imagem) e adotada por Geraldo Cardoso de Mello (delegado-chefe do Serviço Secreto do DEOPS), consistia em mandar o suspeito pisar no retrato do Imperador: quem se recusasse a fazer isto era tido como *vitória*. No Japão, quando houve perseguição contra os cristãos, fazia-se uso das imagens de Cristo ou de Nossa Senhora, obrigando os suspeitos a pisá-las também.

A Fazenda Bastos, considerada *quisto nipônico*, foi merecedora de atenção pela sua produção e organização econômica: os serviços públicos (correios, as redes

telefônica e elétrica e transportes) eram dos orientais. Daí o delegado Rocha (DEOPS) concluir que a colônia possuía organização semelhante a do Partido Comunista:

[...] organização secreta sob a capa de inocente estrutura comercial, agrícola e industrial, organismos de direção controlando os diferentes setores de atividade e organização de base, de molde celular (TAKEUCHI, 2002, p. 47).

Em princípios de 1940, Arthur Hehl Neiva, integrante da Polícia Civil do Rio de Janeiro visitou a colônia Bastos (fundada em 1928), verificando que as acusações de descumprimento da lei eram verdadeiras: havia um sistema educacional clandestino (LESSER, 2001).

Centro produtor do casulo do bicho-da-seda, Bastos respondia por 90% do seu cultivo em 1944-1945 (SILVA, 2006), o que significaria que a colônia também seria alvo de atenção por parte dos compatriotas. Os agricultores receberam estímulos e financiamento do governo a fim de escoar a maior parte da produção para os Estados Unidos. Os *vitóristas* não aceitavam que outros enriquecessem com essas culturas valorizadas com a guerra e então bem pagas pelos países em conflito com sua nação.

Por isso mesmo, foi em Bastos que ocorreu a primeira de uma série de crimes. Em janeiro de 1946 apareceram tabuletas com o nome dos principais *derrotistas* a fim de avisar que o castigo divino se aproximava. A primeira vítima fatal foi Ikuta Mizobe, diretor-gerente da Cooperativa Agrícola da cidade, por volta das 23h30 de 7/3/1946. Mizobe havia proposto que se avisasse imediatamente a colônia da rendição do Japão, por meio dos chefes de cada seção, mas alguns foram contra com medo que ocorressem suicídios, pois por ocasião da batalha da ilha de Saipan houve “casos de morte honrosa no Brasil” (TAKAGUI, 1978, p. 241, apud MITA, 1999, p. 161) e um depoente de Bastos no processo jurídico da *Shindô Renmei* disse que em caso de derrota ocorreria suicídio em massa.

O fato levou os *derrotistas* a organizarem uma associação a fim de combater os *vitóristas* com o apoio das autoridades brasileiras. Em 3/6/1946, fundou-se a Comissão Pacificadora de Bastos, cujos membros tiveram permissão para andar com armas e revistar a casa dos suspeitos de assassinato de Mizobe e de atentados a balas e bombas (MITA, 1999).

Seiichi Tomari, ativo dirigente da *Shindô* e integrante da *Kôdôsha*, foi apontado como mentor de assassinatos e incêndios em áreas dessas culturas (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992). Tomari comprou um aparelho para

confeção de chapéus e também percorreu o interior, como comerciante, a exemplo de Kikawa de quem era próximo.

Outro crime ocorreu em 1º/4/1946, no bairro do Jabaquara, na capital, contra o empresário Chuzaburo Nomura que havia sido redator-chefe do *Nippak Shinbun* e ex-secretário geral da *Burajiru Nipponjin Kyôiku Fukyû-kai* (Sociedade de Difusão do Ensino dos Japoneses). Quando sua esposa abriu a porta dos fundos, um grupo invadiu a casa deles e Nomura foi atingido na cabeça (MITA, 1999). O assassinato ganharia as páginas dos jornais no dia seguinte (*O Estado de S. Paulo*, 2/4/1946). No mesmo dia, o ex-diplomata Shigetsuna Furuya se salvou de um ataque protagonizado por onze elementos, em sua residência na Braz Cubas, 258, Aclimação, também na capital. Ele havia sido ministro plenipotenciário japonês na Argentina e era um dos signatários da mensagem explicativa sobre o fim da guerra. Dois integrantes do grupo foram presos pelos guardas noturnos.

Em interrogatório, afirmaram que havia planos de assassinar outros *derrotistas*, como Kenkichi Shimomoto, diretor-superintendente da Cooperativa Agrícola de Cotia, Kiyoshi Yamamoto, gerente-geral da Fazenda Tozan, e Shibata Miyakoshi, representantes da K.K.K.K. Localizada em Campinas, fundada em 1798, a Tozan foi comprada em 1927 pela família Iwasaki fundadora da Mitsubishi.

Em 2/6, foi a vez do coronel reformado do Exército, Jinsaku Wakiyama, outro signatário do documento, ser atacado no bairro da Saúde, na capital. Na carta entregue para que se matasse, encontra-se:

Os trezentos mil compatriotas do Brasil dividiram-se em duas facções, divisão essa que se agrava dia a dia, chegando até ao derramamento de sangue entre irmãos. Por causa dessa situação, cerca de dois mil e algumas centenas de patrícios inocentes estão sofrendo atrás das grades de ferro, deixando suas esposas e filhos perdidos, sem saber o que fazer. De quem a culpa? Com toda certeza, daqueles que, cooperando com a propaganda mentirosa do inimigo, sustentam que a pátria foi derrotada [...] O ato de subscrever a propaganda falsa da derrota da nossa pátria divulgada pelo inimigo, constitui uma evidente violação da dignidade das forças imperiais e conspurca a honra dos leais e valorosos soldados imperiais. Tais crimes de traição à pátria merecem a morte dez mil vezes. Por isso, nós do *tokkôtai* (Unidades Especiais de Execução), respeitando a posição de Vossa Senhoria ser um glorioso militar do Império, proporcionamos a oportunidade de praticar o suicídio, a fim de evitar que continue a viver inutilmente, acumulando seus crimes. Assim poderá espiar o grande delito de lesa-pátria e preservar a sua honra militar. Ao Senhor Coronel Wakiyama. Assinado: Tokkôtai (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 290).

O mesmo autor reporta que, em 2/5, o derrotista Hatiro Abe, em Bastos, “sofreu ferimentos leves, por explosão de bomba de mostarda que lhe foi entregue por uma criança, que recebeu das mãos de um indivíduo desconhecido” (NAKADATE, 1988, p. 257).

Em 7/1946, um ano após o fim da guerra, os distúrbios na colônia se acirraram: foram onze feridos e mortos, com explosão de bombas e assassinatos, especialmente nas áreas próximas às estradas de ferro Noroeste e Paulista.

Ainda em julho, no dia 10, registrou-se agressão a cinco *derrotistas*, em Mil Alqueires, em Coroados, sendo que um deles não resistiu. Em Bastos, no dia 16, um casal foi ferido a tiros. Na mesma data, em Cafesópolis, um menor da família Tamura foi encontrado estrangulado com as mãos amarradas às costas. No dia seguinte, em Cafelândia, seriam registradas mais duas mortes, segundo pesquisa levantada por Nakadate (1988). No dia seguinte, ocorreria um óbito em Getulina e, no dia 18, mais um em Borborema.

Também em julho, duas semanas depois que se ofereceu denúncia contra a *Shindô*, dois japoneses *esclarecidos* foram mortos em Bilac (já se chamou Nipolândia) e outro foi atacado em Braúna, conforme assinalou Okubaro (2008, p. 332). No mesmo mês ocorreram incidentes entre japoneses e brasileiros em Osvaldo Cruz, quando um integrante da *Shindô*, em um bar, disse que ia “matar um ou dois brasileiros” e, com o tumulto, 3 mil brasileiros perseguiram os imigrantes gritando “linchem os japoneses” (apud *Revista Cruzeiro*, RJ, 31/8/1946).

Em Bilac um soldado da Polícia Militar teria matado três japoneses: Matsuyuki, seu filho mais velho, Noboru, e a empregada, Clarice, e ferido o filho mais novo. O soldado afirmou que o dono do bar, Matsuyuki falava muito mal de brasileiros e diziam que os japoneses eram de raça superior (NAKADATE, 1988).

Meses depois ocorreria um tiroteio entre a polícia e membros da *Shindô*, em Penápolis (LESSER, 2001). Em Osvaldo Cruz ocorreriam dois atentados, no dia 23/7/1946, a explosão da residência do *esclarecido* Yutaka Abe e o fogo ateados na casa de Izuyo Suzuki. Pouco depois, em 31/7, o assassinato de um caminhoneiro brasileiro cometido por um japonês fez com que a população da cidade saísse às ruas disposta a linchar todos os orientais, atacando com machados e armas brancas. Os tumultos duraram quatro dias. Entre os *vitoristas*, alguns declaravam “dentro em breve nós mandaremos em vocês” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 291). Os conflitos só pararam com a intervenção das tropas de Exército de

Tupã. Os integrantes do movimento esclarecedor formaram então uma organização de autovigilância para manter a segurança.

A população brasileira reforçou seus preconceitos contra os orientais, acreditando que todos eram fanáticos. Na Fazenda Tietê, muitos beberam demais em comemoração à vitória japonesa e entraram em confronto com brasileiros, sendo presos. Alguns nipo-brasileiros foram espancados em confrontos que ocorreram na região de Tupã.

Após a morte de Nomura e o atentado contra o ex-embaixador, os policiais do DEOPS consultaram seus arquivos e se lembraram que, em janeiro de 1946, um grupo de japoneses tentou registrar uma associação clandestina que contava somente com japoneses em sua direção, o que era proibido pela legislação em vigor. Como retiveram o documento, ao revisitá-lo, encontraram o endereço da rua Paracatu e o relacionaram a Kikawa. O delegado Geraldo Cardoso de Mello e seus homens foram conferir e os que estavam ali presentes não ofereceram resistência. Entre os presos, Ryotaro Negoro e Seiichi Tomari, homens próximos a Kikawa.

É importante ressaltar a ação do interventor federal José Carlos de Macedo Soares, no Palácio dos Campos Elíseos, geralmente tomada como equivocada, quando conversou com integrantes do movimento *vitorista*, em julho de 1946, somando mais ou menos 500 pessoas. A intenção era convencê-los da verdade ao ouvirem do próprio interventor, autoridade máxima em São Paulo, sobre o desfecho da guerra.

Na ocasião, foi lida pelo representante da Suécia, Ragnar Kumlin, uma ata para ser assinada por todos afirmando que o governo japonês, por intermédio de seu ministro Yoshida, reconhecia a derrota e a rendição incondicional. Eles pediram a vinda de representante do Japão ou a ida de cinco membros daqui para lá a fim de confirmar o fato. As autoridades brasileiras pediram respeito para com a representação da Suécia quanto aos assuntos pertinentes ao Japão. Os presentes se recusaram a assinar, então, a ata se as palavras *rendição* e *incondicional* permanecessem e pediram, ainda, a proibição de notícias sobre a derrota japonesa, na imprensa brasileira.

No encontro, os *vitoristas* reafirmaram que não acreditavam na derrota do Japão e se “Vossa Excelência deseja sustar as disputas e atos terroristas entre japoneses, comece por comunicar a vitória do Japão e mande suspender imediatamente a propaganda falsa da derrota” (LESSER, 2001, p. 248). Macedo Soares proibiu os jornais brasileiros de publicarem notícias do fracasso e pediu a retirada dos termos de todos os comunicados oficiais na tentativa de acabar de vez com o conflito, mas os líderes presentes entenderam o gesto como mais uma prova da vitória oriental.

Essa censura levou a uma revolta da imprensa e mereceu diversas notas, inclusive de *A Gazeta*, em 20/7/1946, cujo editorial, *Terrorismo japonês*, utilizou-se de expressões como “na arrogância dos indesejáveis japoneses”; “a megalomania do Imperador Hiroito, o caricato filho do Sol, derrotado pelo heroísmo dos soldados norte-americanos”; “salteadores da tranquilidade interna não querem se submeter à vergonhosa queda do poderio militar de Tokyo”; “o lugar deles é na cadeia, como delinquentes vulgares, de sanha que ameaça a todos. Um deles teve, nos Campos Elíseos, a empáfia de exigir que os jornais silenciem a respeito dos homicídios traiçoeiros perpetrados por ordem da *Shindô*”; “Abusando do espírito de cordialidade do interventor Macedo Soares, os amarelos mostraram a dentuça de saqueadores e canibais como se porventura fosse o Brasil a Coreia ou as Filipinas. A corja nipo-nazi-fascista se engana”; “Ameaçam-nos de morte, se dissermos que o ridículo Imperador do expansionismo nipônico se curvou à supremacia estadunidense”; “Não há dúvida, de que é necessário expulsar da nossa casa os propagadores da onda de delitos que transforma o Brasil em refúgio de bandidos” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, p. 304).

Outra opção para convencê-los foi tomada pela embaixada dos Estados Unidos, em São Paulo, que apresentou diversos jornais japoneses, especialmente das cidades natais da maioria dos japoneses presentes aqui: Tóquio, Hiroshima, Fukuoka, Kumamoto, mas a *Shindô* ou destruiu os jornais ou os considerou falsos (LESSER, 2001).

A expectativa do interventor Macedo Soares foi frustrada quando chegou o mês de agosto de 1946, marcando o reinício dos atentados contra os *derrotistas*. Era uma forma de os *kachigumi*, os *vitóristas*, lembrarem a *vitória* japonesa ocorrida um ano antes.

Nesse mês, três pessoas consideradas *esclarecidas* foram assassinadas em Tupã e outra em Marília. Atentados feriram outras cinco pessoas em Braúna, e em janeiro de 1947 (um morto e um ferido em São Paulo e um assassinio em Penápolis, no dia 10) (OKUBARO, 2008). Essa última morte se refere a Namide Shimano.

O último crime atribuído oficialmente à *Shindô* ocorreu em 6/1/1947. No bairro da Aclimação, na capital, Shoji Suzuki foi vítima de dois homens que, na verdade, almejavam seu cunhado, Yoshikazu Morita, encarregado dos interesses japoneses junto ao consulado sueco.

Suzuki foi dar uma volta com a primogênita de Morita e o mataram com um tiro. A criança de oito meses foi socorrida por uma brasileira que passava pelo local quando

os homens tentavam atirar no bebê também (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992). A contabilidade é de mais de 100 incidentes, classificando os casos relatados como uma tragédia sem precedentes nos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. O número de vítimas, ainda segundo essa Sociedade:

**RELAÇÃO DE CASOS DE FERIMENTOS E MORTES
RELACIONADOS COM A DISPUTA ENTRE ESCLARECIDOS E
VITORISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (jan. 1946/jan. 1947)**

<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>Caso</i>	<i>Vítima</i>	<i>Autores</i>
1946				
7 março	Bastos	morte	Ikuta Mizobe (escl.)	Satoru Yamamoto
1.º abril	São Paulo	ataque	casal Shigetsuna Furuya	Tatsuo Watanabe, Mitsuru Ikeda, Tokuichi Hidaka, Kazunori Yoshida, Shinpei Kitamura
1.º abril	São Paulo	morte	Chuzaburo Nomura (escl.)	Masakicbi Taniguchi, Masao Honke, Fumio Ueda, Hiromi Yamashita, Taro Mushino
11 abril	São Paulo	ataque	Seigui Fujihira (escl.)	Ignorado
17 abril	Marília	ferimentos	Kanezo Shibuya, Hisamitsui Hayashi, Isamu Miura (todos esclarecidos)	Shusui Nakamura, Tadashi Fukuna
19 abril	São Paulo	suicídio	Sukeo Nagano (vitorista)	
30 abril	Presidente Prudente	ataque	Eikichi Tsuzuki (esclarecido)	Ignorado
30 abril	Bastos	explosão	Masao Ikeda (escl.)	Ignorado
Abril	Campos do Jordão	ferimentos	Shishito Chihara (escl.)	Ignorado
1.º maio	Bastos	explosão	Masao Honda (escl.)	Ignorado
1.º maio	Bastos	explosão	Yoshimatsu Kusahara (escl.)	Ignorado

<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>Caso</i>	<i>Vítima</i>	<i>Autores</i>
1.º maio	Bastos	explosão	Shichiro Oba (escl.)	Toshio Nikaido
1.º maio	Bastos	explosão	João Hayashi (escl.)	Ignorado
1.º maio	Bastos	explosão	Gonkichi Yamanaka (escl.)	Ignorado
2 maio	Bastos	explosão	Ichiro Abe (escl.)	Ignorado
2 junho	São Paulo	morte	Jinsaku Wakiyama	Shimpei Kitamura, Hiromi Yamashita, Tokuichi Hidaka, Kazunori Yoshida
10 julho	Braúna	ataque	Katsu Yagi (escl.)	Ignorado
10 julho	Bilac	morte	Goichi Mori (escl.)	Ignorado
10 julho	Bilac	morte	Moichi Mori (escl.)	Ignorado
julho	Bilac	morte e ferimentos	Matsuyuki (vitorista)	Polícia Militar
			Noburu (vitorista)	Polícia Militar
			Clarice (vitorista)	Polícia Militar
12 julho	Milalqueiros (Colorados)	ferimentos	Kaseke Tominaga (escl.)	Akiro Fujimoto
			Kaneko Tominaga (escl.)	Noburo Nawa
			Shutoshi Tominaga (escl.)	
			Hideo Matsuyama (escl.)	
12 julho		morte	Shigeo Toyota (escl.)	Idem
12 julho	Bilac	morte	Isamu Sabanai (escl.)	Ignorado
15 julho	Cafesópolis	morte	Tamura (menor, escl.)	Ignorado
16 julho	Bastos	ferimento	Casal Hiroshi Yamanaka	Ignorado
17 julho	Cafelândia	morte	Kisho Imai (escl.)	Keishi Goto, Kazuo Ono
17 julho	Cafelândia	ferimentos	Takeuchi (escl.)	Ignorado
17 julho	Cafelândia	morte	Masahei Kusunoki	Shide Ito, Tadashi Ono
17 julho	Getulina	morte	Toji Horiuchi (escl.)	Keiichi Kawamura, Jiro Sakurai, Eikichi Tsuchiya, Nagao Eto, Takechiyo Goto, Mino Nakasone, Shinro Ono, Yoshiro Oikawa, Yasuo Ando
18 julho	Borborema	morte	Tokuzo Iwata (escl.)	Shishiro Ono, Kyusaku Watanabe
18 julho	Lucélia	ferimentos	Toshimi Asano (escl.)	Ignorado
20 julho	Braúna	ferimentos	Mineji Saito (escl.)	Tadao Kamezaki
			Tadao Watanabe (escl.)	
23 julho	Osvaldo Cruz	incêndio	Izuyo Suzuki (escl.)	Ignorado
23 julho	Osvaldo Cruz	explosão	Yutaka Abe (escl.)	Ignorado
31 julho	Osvaldo Cruz	ferimentos	Mais de 40 vitoristas e mais dez outros	Ignorado
6 agosto	Imirim	ferimentos	Soichi Mikata (escl.)	Seiji Sachi
			Fumiko Mikata (escl.)	
10 agosto	Marília	morte	Yoshihiro Handa (escl.)	Keito Kato
10 agosto	Tupã	ferimentos	Watanabe (escl.)	Ignorado
14 agosto	Marília	ferimentos	Tooru Miura (escl.)	Yoshio Saruhashi
16 agosto	Tupã	morte	Shiro Ohara (escl.)	Noburu Miyabara
			Minoru Nitta (escl.)	Toshio Hirama
			Jorge Okazaki (escl.)	Chohei Kato
30 agosto	Braúna	ferimentos	Casal Takeshi Tashiro (escl.)	Grupo Matsuie
Novembro	Braúna	morte	Ichijiro ou Jiro Tetsuya (vitorista)	Grupo de esclarecidos
Novembro	Braúna	morte	Hieda (escl.)	Ignorado

<i>Data</i>	<i>Local</i>	<i>Caso</i>	<i>Vítima</i>	<i>Autores</i>
1947				
6 janeiro	São Paulo	morte e ferimentos	Shoji Suzuki (escl.) Mayumi Morita	Sanzo Mushino, Hisamatsu Mitake
10 janeiro	Penápolis	morte	Namide Shimano (vitorista)	Ignorado

Fonte: Nakadate. *A Grande Ofensiva Terrorista Japonesa no Estado de S. Paulo*.

QUADRO 2 - Relação de casos de ferimentos e mortes relacionados com a disputa entre esclarecidos e vitoristas no Estado de São Paulo (jan. 1946/jan. 1947)

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (1992, p. 292).

Interessante observar que uma das mortes listadas, em novembro, em Braúna, incluiu o nome do *vitorista* Jiro Tetsuya, que mais à frente testemunhará no caso de Pedro Seleiro em função da diligência de Araçatuba. Não foi possível esclarecer se configura um homônimo.

TOTAL DE CASOS DE FERIMENTOS E MORTES

	<i>Ferimentos</i>	<i>Mortes</i>	<i>Esclarecidos</i>	<i>Vitoristas</i>	<i>Número de terroristas</i>
1946					
março	—	1	1	—	1
abril	8	2	9	1	12
maio	6	—	6	—	1
junho	—	1	1	—	5
julho	64	11	35	40	18
agosto	6	4	10	—	6
setembro	—	—	—	—	—
outubro	—	—	—	—	—
novembro	—	2	1	1	—
dezembro	—	—	—	—	—
1947					
janeiro	2	2	3	1	2
	86	23	66	43	45
Total	Feridos 86 Mortos 23		Esclarecidos 66 Vitoristas 43		
	109		109		

Fonte: Nakadate. *A Grande Ofensiva Terrorista Japonesa no Estado de São Paulo*.

QUADRO 3 - Total de feridos e mortos da *Shindô-Renmei* no Estado de SP (1946-1947).

Fonte: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (1992, p. 292-294).

Dos 23 mortos, dois eram de Braúna e um de Penápolis. Além de cinco feridos em Braúna.

	A	B	C	D	E	F
1	LOCAL	MORTES	POSIÇÃO		FERIDOS	POSIÇÃO
2	Bastos	1			9	2º
3	Bilac	4	1º		2	
4	Borborema	1			0	
5	Braúna	2	3º		5	3º
6	Cafelândia	2			1	
7	Cafesópolis	1			0	
8	Campos do Jordão	0			1	
9	Getulina	1			0	
10	Imirim	0			2	
11	Lucélia	0			1	
12	Marília	1			4	
13	Milalqueires(Colorados)	1			4	
14	Osvaldo Cruz	0			52	1º
15	Penápolis	1			0	
16	Presidente Prudente	0			1	
17	São Paulo	4	1º		3	
18	Tupã	3	2º		1	
19	Total	22			86	

QUADRO 4 - Total de feridos e mortos da *Shindô Renmei* no Estado de São Paulo.

Fonte: da própria autora.

Entre os vinte e um nomes ligados à *Tokkotai*, levantados em consulta no prontuário do DEOPS, oito eram de Braúna: Kazuyoshi Tetsuya (que atacou Napoleão Yagui), Iritane, Namiji Shimano (ou Namide, morto em 1º/10/1946 na divisa de Braúna com Penápolis), Motossuka Matsuka (chefe da *Tokkotai* na região), Hitoshi Ohara, Luis Itiro Nagahiro (que atacou Yoshio Abe), Kiei Oba e Hiromassa Nishiyama.

O discurso das filiais foi endurecendo ao longo do tempo, quando não se obteve solução para o conflito nem foi possível esclarecer os *vitoristas*. Entre as sugestões da filial de Mirandópolis, em 21/2/1946, encontra-se:

Fuzilamento dos defensores da rendição incondicional e da derrota, condenação à prisão perpétua, exílio numa ilha, esterilização, linchamento etc. Acreditamos que também nós devemos participar, por todos os meios, do expurgo de sangue do nosso povo (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 335).

Percebe-se que os *vitoristas* consideravam que os *derrotistas* não haviam despertado de seus erros e estavam cegos. A filial da Mooca, em 8/3/1946 deu outro exemplo:

Não resta dúvida de que uma vez desembainhada a espada, devemos eliminar o mal pela raiz, revelando a verdade e destruindo a falsidade. Todavia é importante saber escolher o momento oportuno. A *Shindô Renmei* se encontra a um passo de seu registro legal. E o advogado está trabalhando com extraordinária boa vontade. Julgamos por isso mais apropriado evitar, a todo custo, por enquanto, qualquer gesto capaz de provocar as autoridades ou eles (esclarecidos) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 335).

Quando se pediu a legalização da *Shindô* junto às autoridades brasileiras, Seiichi Tomari pediu sigilosamente às filiais que acelerassem as medidas a fim de eliminar o grupo *esclarecido* de acordo com a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. Planejava-se acabar com os *derrotistas* até 15/8, primeiro aniversário do fim da guerra, segundo o *Diário da Noite*, de 13/8/1946. Tomari, considerado comandante das atividades terroristas, nos autos do DEOPS, declararia:

Não sei se existem listas negras com vistas a homicídios, reconheço porém a existência de lista negra dos derrotistas. Qual o destino desses elementos que figuram na lista negra? Respondo à indagação: há duas soluções possíveis. Primeiro, reconhecimento da legalidade da *Shindô Renmei* pelas autoridades. Nesse caso, a *Renmei* protegerá aqueles elementos. Caso contrário, as autoridades deverão protegê-los. Se a *Shindô Renmei* não assumir a liderança da colônia, esta enfrentará grave situação. Porque ainda no decorrer deste ano (1946), deverá visitar o Brasil uma delegação japonesa trazendo a notícia da vitória. Está combinado que nessa oportunidade serão enviados dois representantes de cada localidade (São Paulo) a fim de recepcionar a missão. Parece-me que será impossível as autoridades brasileiras controlarem a exaltação de ânimo desses representantes diante da comunicação da vitória nipônica. E mais ainda, no caso de ser negada a existência legal da *Renmei* pelas autoridades brasileiras, todos os japoneses suspenderão suas atividades e retornarão ao Japão. Aproveito esta oportunidade para solicitar que com o poder de polícia libertem os dirigentes da *Shindô Renmei* e prendam os maus japoneses que promovem agitação na comunidade”.¹¹¹

Na análise desse discurso percebe-se a lógica invertida: são os *derrotistas* que trazem intranquilidade. Na visão dos *vitóristas*, a ideia de a prisão acabar em expulsão era até desejável, pois nutriam a expectativa de serem recebidos com honras patrióticas ao desembarcar no Japão.

Por um lado, houve tentativas de pacificação. Em 4 de agosto de 1946 criou-se a Comissão Tranquilizadora da Colônia Japonesa, integrada por japoneses e brasileiros a fim de esclarecer o que ocorria, mas seu funcionamento foi negado pelas autoridades brasileiras, o que se pode avaliar como um erro. Também se criou um Comitê de

¹¹¹ Ibid., p. 350.

Socorro às Vítimas de Guerra do Japão formado por voluntários em junho de 1947, a fim de esclarecer e prestar auxílio material, funcionando até meados de 1950, mas essas tímidas iniciativas não conseguiram restabelecer o equilíbrio.

Dez anos após a guerra, alguns membros ainda se recusavam insistentemente a aceitar a derrota e outros viam nesse fato uma janela de oportunidade a fim de explorar o patricio. Houve duas manifestações da sociedade *Kokumin Zen-ei Tai*, que ainda pregava a vitória japonesa em 1950 e 1952 (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992).

Em 1953, registra-se o caso *Sakuragumi Teishintai*, o grupo *Sakura* de Voluntários (ou Batalhão Suicida da Ordem da Cerejeira), que teria surgido em Londrina (PR), com treinamento militar e vida coletiva e depois se deslocado para Santo André (SP). Em dado momento, mudou-se o nome da entidade para *Voluntários Comunistas* a fim de libertar Taiwan e chegaram a entrar com requerimento pedindo legalidade. O DEOPS prendeu seus dezessete dirigentes e um deles declarou:

O nosso objetivo consiste em repatriar imediata e gratuitamente todos os 700 mil compatriotas. Nós somos comunistas. Como o governo brasileiro colocou na ilegalidade o Partido Comunista, esperamos ser expulsos do território brasileiro como elementos indesejáveis.¹¹²

O Consulado acabou intervindo sem sucesso. Pareceu ser uma oportunidade declarar-se comunista a fim de regressar ao Japão. Outra referência sobre esse movimento de regresso, que atraiu a atenção das autoridades brasileiras, foi a notícia de que um grupo de 400 japoneses da *Sakuragumi* teria iniciado greve de fome exigindo que o Consulado Geral do Japão os enviasse à terra natal como japoneses justos (*Folha da Tarde*, 7/12/1954). Seus membros foram presos e, após a soltura, o *Sakuragumi* fez passeata com mais de cem pessoas, na Praça da Sé, em 1954 ou 1955, segundo fontes diversas, a fim de apresentar ao Consulado do Japão petição de repatriamento geral. Esse caso *Sakuragumi* foi solucionado com a dissolução compulsória ordenada pela Secretaria de Segurança Pública e de Justiça.

O caso continuou ganhando as páginas dos impressos: “Dizem que entre os elementos desse grupo havia cerca de 70 bastenses discriminados na colônia por causa de sua crença na “vitória do Japão” e que não puderam estabelecer uma vida econômica sólida¹¹³

¹¹² Ibid., p. 366.

¹¹³ *Jornal Paulista*, 1956, p. 33, apud SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992.

A insistência na vitória japonesa também possibilitou a atuação de vigaristas na colônia que registrou o caso do falso príncipe Asaka e daqueles que vendiam iene falso ou desvalorizado e terras nos países dos Mares do Sul. Foram vendidas reservas com antecedência para os navios japoneses que chegariam a Santos para resgatá-los. Muitos orientais venderam terras a preços bem abaixo do mercado, retiraram suas economias dos bancos e filhos das escolas. Foi uma longa espera do enviado especial do imperador que nunca veio. Isto ocorreu muitos anos após o fim do conflito.

Esses fatos, analisados em seu conjunto, podem sinalizar a dificuldade do processo de integração: “em 1954, ainda existiam famílias japonesas que mantinham sua crença na vitória do Japão e recusavam a integração na organização social da colônia restabelecida sob a liderança dos *derrotistas*” (MIZUNO, 1995, p. 231, apud MITA, 1999, p. 174). Ainda segundo Mita, os que participaram desses movimentos passaram a ser absorvidos pelas religiões japonesas que se desenvolveram pós-guerra.

As secretarias da Justiça e da Segurança Pública recorreram ao direito do Estado para dissolver os grupos que ainda resistiam. Em pesquisa bibliográfica, encontrou-se que o movimento *vitorista* recrudescera quando muitos dos seus integrantes efetivamente visitaram o Japão e constataram que sua terra fora devastada pelo conflito, conferindo *in loco* os trágicos resultados. Na volta ao Brasil, assumiram outra postura. Também houve a crença que o Japão não tinha perdido a guerra, no sentido militar; caso contrário, não teria se reerguido tão rapidamente.

7.2 CONTROLE ÀS ESCOLAS E AOS JORNAIS

À criação de escolas de elite não correspondeu qualquer programa de educação de massa e o povo permaneceu analfabeto (RIBEIRO, 2011). A reflexão levou ao fato de as comunidades contarem com suas próprias escolas para transmitirem valores e sua língua a fim de manter coesão e unidade.

Vargas designou uma campanha de naturalização com vistas à absorção das ditas minorias e, em 1939, determinou que os serviços religiosos, as escolas e nos negócios só utilizasse o português e havia uma penalização, inclusive: para quem sabia falar o idioma, o serviço militar seria de um ano; para que não lesse nem escrevesse, um ano e meio; para os que não soubessem falar fluentemente a língua, o serviço militar seria de dois anos (CANCELLI, 1994).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992), a campanha antinipônica teve duas motivações: o fortalecimento do nacionalismo no governo Vargas e do nipônico orientado por governos ultranacionalistas; a campanha antijaponesa foi inspirada na teoria de superioridade da raça branca e na crença de que o oriental era *inassimilável*, acrescido do temor do militarismo expansionista japonês. Duas medidas tiveram efeitos na colônia: a proibição do ensino da língua nativa nas escolas e o fechamento de jornais editados em idioma estrangeiro.

As escolas, nas colônias, obedeciam ao padrão japonês e recebiam livros, programas didáticos, cartilhas e até alguns professores. A Escola Taisho, por exemplo, foi aberta em 1915, no bairro da Liberdade (SP), e surgiram outras depois ampliando o sistema *nippon gakko* (escola japonesa) com o objetivo de aculturação das crianças, e os currículos eram os mesmos do Império (LESSER, 2001).

Em abril de 1934, a Secretaria de Educação do Estado havia adotado orientação em relação ao ensino de estrangeiros residentes com as seguintes medidas: proíbe o ensino de língua estrangeira a menores de dez anos; o ensino de português, geografia e história fica a cargo de professor diplomado, brasileiro nato ou naturalizado; o ensino de língua estrangeira ficará a cargo de professor aprovado em exame de habilitação; os livros para o ensino deverão ser previamente aprovados pelas autoridades de fiscalização.

Se por um lado pode-se compreender que o aprendizado da língua japonesa mantinha a coesão da comunidade, por outro, preparava os que aqui nasceram para o retorno. Assim, a proibição do ensino em língua estrangeira e a transformação das escolas estrangeiras em nacionais afetaram a colônia.

É possível, portanto, fazer a leitura de que o Português imposto como única língua possível nas escolas, Decreto n. 868/1938, atendeu à construção da unidade nacional e ao controle. Houve o fechamento de aproximadamente 100 escolas japonesas, entre 1939-1942 (NEVES, 1960), que passaram a funcionar de madrugada em casas particulares. Há números divergentes: para Hatanaka (2002) o fato resultou no fechamento de mais de 200 delas. Segundo levantamento da Associação de Japoneses, em 1932, das 187 escolares elementares nipônicas, 141 estavam sob administração de associações da comunidade: havia estabelecimentos mantidos por cooperativa de ensino e mesmo associação de moços. No final dos anos 1930, aproximadamente 30 mil *nikkeis* estudavam em 486 escolas japonesas; em 1939, 219 foram fechadas e não havia escolas nacionais nas proximidades (SILVA, 2006).

Como as escolas primárias construídas por japoneses consideravam importante o ensino do português, boa parte estava devidamente legalizada (MITA, 1999), mas existiam as ilegais, no interior, em lugarejos afastados da cidade. Portanto, os descendentes atravessaram uma fase transitória e começaram efetivamente a tomar contato com a língua portuguesa nos bancos escolares que foi conformando, ao mesmo tempo, a ideia de que o retorno não era mais possível e se fixariam de vez a esta nova terra.

Se por um lado a imprensa da *Shindô* foi sensacionalista e tendenciosa, ao desqualificar a fala dos *derrotistas*, não é menos verdade que a imprensa brasileira também adotou a mesma postura. O DIP informava:

[...] um *nikkei* tinha descoberto um plano secreto japonês que previa a ocupação de São Paulo com cerca de 25 mil soldados. Tais soldados contariam com o apoio de espões disfarçados de pescadores. Esses espões teriam arregimentado colonos para explodir unidades militares estrategicamente importantes nos arredores de Santos. E mais: deveriam criar uma nova nação na Amazônia denominada Novo Japão (LESSER, *op. cit.*, apud SILVA, 2006, p. 35), em referência aos jornais *O Globo*, 21/3/1942; *Correio da Manhã*, 22/3/1942; *New York Times*, 22/3/1942.

O Estado de S. Paulo traz o título “Um crime covarde em Bastos” e o entretítulo:

Como surgiu o novo quisto nipônico da Alta Paulista – progresso e riquezas – palavras de parlamentares que devem ser lembradas – uma lenda estúpida corre o mundo: – O Japão não perdeu a guerra; quem se rendeu incondicionalmente foi... o exército americano – As ‘provas’ fotográficas da afirmativa – sociedades secretas em ação – o antigo delegado de Bastos e suas enérgicas represálias contra a arrogância dos nipões do lugar – o covarde assassinato, a traição do superintendente da Cooperativa, dos próprios japoneses que não acreditaram na ‘vitória’ do Japão – o criminoso pode fugir com exquisita (*sic*) facilidade (26/3/1946, p. 9).

Ainda na mesma página, a matéria traça o histórico de Bastos, recém-elevado a município em 1944, com 3.500 habitantes na área urbana e 20 mil na rural:

Nada haveria a dizer sobre o trabalho dos povoadores nipônicos e suas multiformes atividades – se eles não fossem, como são, elementos inassimiláveis, tornando nitidamente japonês o ambiente onde se enquistam, com repúdio completo, indisfarçável aos nacionais, além das ideologias exóticas porque vivem embevecidos e fanatizados (OESP, 26/3/1946, p. 9).

No entretítulo, “advertências e conceitos de parlamentares brasileiros”, alertando que “Bem razão tinha o senador Cunha Melo e o deputado Xavier de Oliveira, quando em 1936 e 1937, nas respectivas casas do Parlamento se insurgiram contra a colonização em larga escala” [...] e traz como justificativa: “o que se examina e se teme para o Brasil é o sistema que este homem representa, a orientação extra-brasileira de seu trabalho, a frialidade nipônica de sua atividade”, ao citar a fala de um dos dois, mas o repórter não é identificado. Na matéria: “os fatos têm vindo provar que tínhamos razão, como a tinham também todos os parlamentares que, obstinadamente, combateram o flagelo que então nos ameaçava”.

FIGURA 40 - O Estado de S. Paulo, 26/2/1946, p. 9.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

FIGURA 41 - O Estado de S. Paulo, 28/3/1946, p. 10.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Ainda se trata “à frente das tropelias andam ramificações *Shindô Ketumei Dan* (Dragão Negro)”¹¹⁴ e *Shindô Renmei*, classificando-as como políticas em terra alheia:

Além do mais – organizações temidas e respeitadas, agindo nas trevas e à socapa com flagrante desrespeito à soberania e às leis do nosso País. Os japoneses de Bastos, segundo parece, já supunham que isto aqui fosse ‘terra conquistada’ [...] permitiam-se o luxo de atitudes arrogantes, quase desafiadoras (26/3/1946, p. 9).

E traz o comunicado, de 26/9/1945, afixado pelo delegado de polícia local, Luís Bernardo de Godói e Vasconcelos, com a lista de proibições, considerando o povo brasileiro ‘superior’. Acrescenta-se à reportagem: “idiotismo da lenda de vitória do Japão” ao contrapor o assassinado Ikuta Mizobe, da Cooperativa, como homem de certa cultura. Ele teria reunido seus conterrâneos para fazer a leitura dos jornais em português que tratavam da rendição, pouco lidos na região. Como determinava a lei, pediu

¹¹⁴ Alguns jornais se ocupariam de manchetes sobre o Dragão Negro agindo em São Paulo, caso do jornal *A Noite*, em 4/4/46. Mas, em abril de 1946, a revista *Diretrizes* mencionou um editorial do *New York Times*, *Dragão Negro no Brasil*, intuindo que a *Shindô Renmei* seria uma filial clandestina dele e o DEOPS teria checado essa informação com os Estados Unidos.

permissão às autoridades locais para o encontro. A cidade só contava com um anspeçada (um posto militar da classe dos praças, mas imediatamente inferior ao de cabo) e um guarda. Esta era toda a segurança da cidade.

O assunto voltou às páginas de *O Estado de S. Paulo* dois dias depois, em 28/3, que em sua p. 10 ganhou o título “Um crime covarde em Bastos”, na qual se lê “mas caiu no desagrado dos elementos partidários da ‘lenda’ profundamente ridícula de que fora o Japão a ‘esmagar’ os Estados Unidos, rendendo-se estes incondicionalmente aos exércitos de Hiroíto, o Divino.”

Na sequência, em 31/3, na p. 10, “Em Tupã a situação não é melhor que a de Bastos”, reforçando que, elevada a comarca desde 1945, possuía 30 mil habitantes e vários bancos: “Como em toda parte, são elementos inassimiláveis, de vida ‘separada’, – com os braços aqui e o pensamento no Japão e na divindade de seu Imperador”.

Para ilustrar a falta de infraestrutura, há a informação que o delegado estava de férias, conforme apurou a equipe do jornal, e que o subdelegado se encontrava em viagem, ou seja, quem respondia era o escrivão José Lemos Filho. Explicou-se que, em função de uma festa escolar da colônia, no bairro de Santa Helena, com hasteamento de bandeira, o cabo do destacamento local, *Piauí*, Edmundo de tal, acompanhado de um soldado foi verificar o que acontecia e acabou limpando a perneira da bota com a bandeira. Foram presos oito japoneses revoltados, que tentaram assaltar a delegacia para matá-lo. Piauí teria sido deslocado para Bauru e foi chamado reforço com metralhadoras de Lins. Tratou-se das placas com os nomes dos *derrotistas* e do ‘atrevimento’ e ‘petulância’ dos *nipões* e que, para comemorar suas datas, usavam casamentos e batizados, por exemplo, a fim de burlar as proibições.

FIGURA 42 - O Estado de S. Paulo, 31/3/1946, p. 10.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Logo depois, em 4/4/1946, “Fanatismo nipônico”, “Descoberta de uma sociedade secreta japonesa”, “Prisão de elementos da quadrilha de fanáticos”.

O *Correio Paulistano* foi um impresso que deu muita visibilidade ao caso e advertiu aos moradores da cidade contra os pilotos suicidas japoneses.

Em 3/4 traria: “Fanáticos nipões agindo em plena São Paulo”; “Dezenas de japoneses ameaçados de morte pedem, atemorizados, garantias à polícia paulista, afirmam que o Japão ganhou a guerra e querem eliminar os que se convenceram da derrota”.

Em 4/4: “Desmascarando as atividades das sociedades secretas japonesas em São Paulo”; “A *Shindô Renmei* tem mais de 100 mil sócios”; “Quadrilhas de ‘Moços suicidas’ desembarcaram em São Paulo para matar japoneses”, “O próprio governo do Japão seria responsável pela firme convicção de vitória de seus súditos no exterior”, “As comunicações oficiais não falam em derrota e justificam as interpretações, tão bem exploradas pelas sociedades secretas”.

FIGURA 43 - *Correio Paulistano*, em 4/4/1946. Na parte inferior, “expulsão para os japoneses indesejáveis” e que o governo japonês estava por trás do desencontro de informações.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Em 5/4, n. 27.614, o *Correio Paulistano* enfatizou em suas páginas a expressão *nipas*, com chamadas “Quadrilhas de moços suicidas”. Na matéria, afirmou-se que ainda há 200 deles em liberdade, não explicou de qual região eram os japoneses citados e se concentrou prioritariamente nos crimes cometidos nos bairros do Jabaquara e na Aclimação. A matéria de capa ainda registrou em sua continuação, na p. 2, “Shindô Renmei mata um Nomura”, “Shindô Renmei, em 1942, em Marília”, “prosperou pela pouca vigilância na colônia” e “capitais vultosos de organizações poderosas do Mikado”, “Hiroito ainda é o descendente dos deuses que velam pelo seu destino e que sua vitória contra os EUA foi esmagadora” e “370 mil japoneses que precisam ser isolados e vigiados para que não se organizem”.

No mesmo número, argumentou-se que nenhum documento foi claro o suficiente e criou-se confusão entre os orientais, possibilitando que surgissem as sociedades secretas que deturpavam as informações. Essa foi uma das raras informações encontradas nos impressos que não atribui somente aos japoneses toda a culpa pela ocorrência dos conflitos.

FIGURA 44 - *Correio Paulistano*, em 5/4/1946, n. 27.614.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Em 9/4, ainda segundo o *Correio Paulistano*: “Quatrocentos japoneses já estão nas mãos da Polícia de S. Paulo”, “A Ordem Política anuncia que a ‘Shindô Renmei’ foi completamente desmantelada”.

Pouco mais à frente, em 20/7, um sábado, o *Correio Paulistano* deu destaque, na última p., a 16: “O governo de São Paulo transige com a intolerância dos japoneses”. “Os nipões, nos Campos Elíseos, exigiram e obtiveram fossem riscadas da ata as palavras ‘derrota’ e ‘rendição incondicional’.” A matéria se refere ao encontro ocorrido no Palácio dos Campos Elíseos com o interventor Macedo Soares.

Ainda no *Correio Paulistano*, no dia seguinte, um domingo, 21/7, destaque para os nipônicos que perderam na Ásia, mas ‘venceram’ nos Campos Elíseos.... “Devíamos agir, energicamente, ameaçar, punir com rigor, deportar, fazer valer nossa autoridade e a vitória das Nações Unidas, e nunca ceder às descabidas e arrogantes exigências dos súditos nipônicos”.

FIGURA 45 - Correio Paulistano em 21/7/1946.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

FIGURA 46 - Correio Paulistano, em 21/7/1946.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Já o jornal *A Noite* (RJ) divulgou o “Crime covarde na cidade de Bastos – como surgiu o novo *quisto* da Alta Paulista”, em 26/3. Ele também traria outras matérias em 4, 5, e 13/4/1946. O assassinato de Nomura mereceu: “Fanáticos de uma organização secreta japonesa tentaram assassinar nesta capital o ex-embaixador japonês na Argentina”. “Gestapo japonesa organizada em São Paulo”, na *Folha da Noite*, em 1/4/1946. Em 10/4/1946: “Um nipo-brasileiro fala: ‘A Shindô Renmei’ continuará”, “Entrevista do jornalista Hideo Onaga a Orlando Criscuolo”. Na mesma data, no *Diário da Noite*, “Uma organização japonesa está agindo em São Paulo”, “Assassinado um industrial no Parque Jabaquara” e “Outra moradia assaltada na Aclimação”.

A *Folha da Manhã*, de 1º/4/1946, trouxe matéria sobre o caso, bem como em 3/4/1946, em sua coluna *Na polícia e nas ruas*, p. 11, destacava a manchete que havia sido localizada “ontem à noite a sede de uma organização secreta japonesa. Quando foi efetuada a batida policial à sede da rua Paracatu, encontrou-se um mimeógrafo usado para rodar o jornal semanal da organização, material de propaganda e uma lista de 130 mil membros”. No subtítulo, ênfase para “preso o presidente da organização – apreensão de grande quantidade de panfletos e de uma radioemissora de ondas curtas – Tipografia clandestina”, referindo-se à detenção de Negro.

FIGURA 47 - *Folha da Manhã* em 3/4/1946, p. 11.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

No dia seguinte, 4/4/1946, a *Folha da Manhã* contou com nova matéria para sua coluna de polícia: “Prosseguem as investigações sobre as sociedades secretas japonesas – prisões efetuadas ontem pela Administração Política e pela segurança pessoal”. O nome de Kikawa apareceu e se reforçou que a *Shindô* explorou os sitiante japoneses, exigindo contribuições em dinheiro, além de praticar chantagens com muitos deles. Na matéria, carta publicada em 14/3/1946 de Ritozu Mitota, residente em Lucélia, filho de japoneses criado no Brasil, e com ponto de vista desfavorável à *Shindô* e coincidente com a linha editorial do jornal. Ele deu conta da existência de associações como a *Senenkai* (Associação dos Moços) ou *Nihonjikai* (Sociedade dos Japoneses), com formato organizado, pedindo contribuição, realizando tribunais de *lesa-Japão*, além de distribuírem jornais clandestinos em língua japonesa; nestes, a derrota dos Estados Unidos com bomba mais poderosa do que a atômica e que navios nipônicos atracarão no Porto de Santos e do Rio para controlar o Brasil e também propaganda contra as Nações Unidas.

Segundo Mitota, há casos nos quais se obrigaram *nisseis*, que conviviam com mulheres não-japonesas, a abandoná-las e mudarem, inclusive, de residência. Na carta, a persuasão para que alunos não falassem o português e contratassem professores a fim de ensiná-los feitos vitoriosos do Japão e “ensinam de tal maneira que os fazem ficar fanáticos e arrogantes”. Também revelou que há uma associação voltada às mulheres, a *Shijokai*, e que se subentende que a *Shindô* era entidade governamental do Mikado.

Especificamente sobre Lucélia, destacou que havia muitos naturais de Fukuoka e Kumanoto-ken envolvidos com a organização, classificando “esses amarelos são talvez os mais atrasados dos japoneses, fanáticos, inescrupulosos”. Mitota encerrou sua carta pedindo que a polícia colocasse um *nissei* infiltrado com espírito de brasilidade a fim de combater os *vitoristas*. É possível avaliar que a carta, que apareceu em um dia em espaço próprio, opinativo, reservado a leitores, em outro, ganhou funcionalidade ao reforçar o pensamento editorial do jornal, sinalizando a cisão da colônia.

Na *Folha da Noite*, em 5/4/1946: “Prisões em massa na madrugada de hoje – “Desarticulação total da ‘Shindô Renmei’ em São Paulo”, “Estão sendo detidos todos os dirigentes da organização no interior do Estado”, “Serão submetidos a processo e possivelmente expulsos do País”.

Foi possível localizar, no *Diário de S. Paulo*, de 25/5/1946, p. 5, também na coluna fatos policiais, “Os crimes da Shindô-Remmei através do relatório do delegado de Segurança Pessoal” com fotos dos *terroristas foragidos*. O assunto ganharia as páginas dos jornais novamente em 20/7/1946.

FIGURA 48 - *Diário de S. Paulo*, 25/5/1946, p. 5.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Outros impressos que retratariam a *Shindô* foram *Correio da Manhã*, em 6/4/1946, *O Dia*, na mesma data, e *Gazeta*, em 20/7/1946. O conflito protagonizado pela colônia japonesa, no Brasil, também ganhou as páginas da revista *Time*. Em *Uma epopeia moderna* (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992) foi possível encontrar indicação da maior parte das matérias publicadas à época, informações que se completaram com a pesquisa realizada nos arquivos do DEOPS sobre a *Shindô Renmei* e o Niponismo, no Arquivo do Estado de São Paulo, bem como na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade.

Neves (1960) apontou um argumento que parece plausível: pelo fato de os depoimentos dos detidos serem mantidos em sigilo, a imprensa esteve sedenta por informações e houve todo um suspense que apaixonou a opinião pública.

A imprensa teve caráter estratégico na disseminação da informação pertinente à comunidade, nos dois sentidos: os impressos controlados pela *Shindô Renmei* adotaram

postura radical, os da comunidade tiveram o objetivo de atualizar os leitores sobre o que ocorria no Japão e, muitas vezes, estes preferiam um posicionamento neutro, nem *derrotista*, *vitorista* ou *lero-lero*, a fim de evitar conflitos com a comunidade dividida. É importante reforçar que os impressos foram centrais como veículo de informação na comunidade até pelo seu histórico.

O primeiro jornal japonês publicado aqui foi o *Shukan Nambei* (1916), quando a colônia somava 16 mil pessoas. Desse momento em diante, o desenvolvimento editorial foi bem expressivo. Em 1933, contabilizavam-se *Burajiru Jiho* (ou *Notícias do Brasil*, 1917), *Nippak Shinbun* (1916 e existente até hoje), *Seishu Shinpo* (1921), *Nippon Shinbun* (1932) e *Aliança Jiho* (1934) e quinze revistas, segundo levantamento da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (1992). Sukenari Onaga, líder da colônia em São Paulo, jornalista e proprietário do *Nippon Shinbun* foi preso quinze vezes pela Polícia Política paulista (TAKEUCHI, 2009).

Assim, são mais de vinte publicações periódicas, além dos órgãos oficiais e dos boletins de associações e cooperativas agrícolas. Importavam-se livros e revistas do Japão e, em 1932, as empresas jornalísticas possuíam gráfica própria capaz de atender a demanda de obras técnicas agrícolas editadas pelo Consulado Geral, pela Kaikô e demais entidades.

Em 1933, os impressos que circulavam duas vezes por semana passaram a diários; em 1938, ganhariam de 4 a 8 páginas por edição.¹¹⁵ Em 1933, o *Nippak Shinbun* contaria com 3 mil exemplares e, em 1938, alcançaria quase 20 mil. Em 1939, 87,72% da colônia assinavam jornais nipônicos (SILVA, 2006), indicando a importância da imprensa na reprodução de seus valores, sentidos e vínculos. Eles se informavam.

Em meados de 1941, os jornais estrangeiros foram fechados. Houve tempos de imposição de um redator brasileiro fazendo o papel de censor e a exigência de publicação de textos bilíngues e patrióticos de autores nacionais.

Em 1946, com a nova Constituição, voltaram a circular o *Burajiru Jiho* e surgiram o *São Paulo Shinbun*, *Brasil-São Paulo*, *Nanbei Jiji* e, em 1947, o *Paurisuta Sinbun* (*Jornal Paulista*), este considerado o único declaradamente *esclarecido* (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992). Hiroshi Saito, um dos redatores e fundadores do *Jornal Paulista*, apresentaria depois *Sindô-Renmei: um problema de aculturação*, em conjunto com Emílio Willems (1947), alegando que o advento do Estado Novo e as medidas contra os imigrantes foram vistos como fatores que levaram ao isolacionismo e desorganização dos núcleos coloniais.

¹¹⁵ Ibid., p. 232.

A primeira publicação da Liga Estudantina Nipo-Brasileira foi a revista *Gakuyû* (*O Amigo do Estudante*), lançado em outubro de 1934, em japonês, e, no ano seguinte, lançaram, em português, o *Gasukei* (*O Estudante*), que pregava a integração dos japoneses à sociedade brasileira, contestando as acusações de que a comunidade era *inassimilável* (TAKEUCHI, 2009). Em 6/12/1942, antigos associados da Liga Estudantina foram presos em um piquenique na represa Eldorado (SP) em função da denúncia de o grupo estar fabricando um submarino à beira da represa e ficaram detidos por quase dez dias.¹¹⁶

Por que então esta imprensa não se prestou ao esclarecimento da colônia? Essa parece ser uma questão interessante a ser analisada mais profundamente por outros pesquisadores. Na aparência, dividida, a imprensa nipônica sofria com a censura, muitas vezes nem tocava na questão dos conflitos por precauções comerciais e, depois, com a proibição governamental, essa possibilidade real de se informar a comunidade se esvaíu.

Pior do que isto, políticos como Adhemar de Barros se aproveitaram dos integrantes da *Shindô*, em 1946, em sua campanha ao governo do Estado de São Paulo, prometendo, se eleito, libertar todos os que estavam detidos na Ilha Anchieta (SILVA, 2006). Muitos orientais deram apoio à sua campanha.

Nakadate (1988) levantou o número de 5 mil presos em todo o Estado e o perfil dos 81 japoneses *vitoristas* detidos e levados à Ilha Anchieta: 49 eram lavradores (60,5%), 2 eram tintureiros (2,4%) e 30 eram profissionais liberais (37,1%).¹¹⁷ Esses números contradizem em parte a hipótese de que eram pouco instruídos: não havia analfabetos entre os presos, 82,7% deles possuíam o 1º grau, 11,2%, o segundo grau e 6,1%, o terceiro. O autor ainda fez um balanço das vítimas, entre mortos e feridos, nos conflitos:

Com relação à matança houve 23 homicídios, sendo que 20, isto é, 87% são derrotistas e apenas 3,13% de vitoristas. Do ponto de vista criminal, os mais prejudicados foram os derrotistas. Dos 3, um é suicídio e 2 vitoristas assassinados pelos derrotistas. Dos 23 mortos, 16, isto é, 69,5% eram casados e 7, 31,5%, solteiros. Crianças de 16 famílias ficaram órfãs.¹¹⁸

¹¹⁶ Ibid., p. 267.

¹¹⁷ Ibid., p. 273.

¹¹⁸ Ibid., p. 419.

7.3 DEPOIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES

Nesta dissertação, contou-se com a contribuição dada por fontes orais a fim de vislumbrar especificidades próprias da comunidade nipônica em torno de um evento incomum como o da *Shindô Renmei*. Por isso, uma série de livros e filmes citados refletiram a necessidade de se entender o fenômeno.

Um relato essencial prestado foi o do jornalista Jorge Okubaro,¹¹⁹ autor do livro *O Súdito: banzai, Massateru!* (2008), surgido como resposta a questionamentos que o livro de Fernando Morais, *Corações Sujos* (2000), não contemplou. Na época do lançamento, Okubaro fez uma resenha para o *Caderno de Sábado* do extinto *Jornal da Tarde*, *Os anônimos da Shindô Renmei*, publicada em 10/2/2001. Para ele, o livro de Morais tratou dos líderes do movimento, embasando-se em dados processuais, mas ficou a dever explicação e contextualização mais densa. Okubaro não viu refletida no livro a postura de uma legião, incluindo seu pai, que acabou sendo um dos 400 processados: “Eu queria entender porque meu pai fazia isso e havia se tornado membro da *Shindô*”, afirmou.

A resenha fomentou fortes comentários à época, o que o levou a perceber que possuía material potencial a ser investigado, transformado em livro sobre a imigração, dando assim sua efetiva contribuição que se justificava porque a sociedade foi estudada por especialistas japoneses, mas era relativamente desconhecida ainda pelo público contemporâneo.

Okubaro concentrou sua pesquisa em torno de documentos do Judiciário,¹²⁰ reunindo fatos relativos ao seu pai, Massateru Hokubaru, nascido em Okinawa, chegado ao Brasil com 13 anos, em 1918, após prováveis oito anos de estudo, no Japão, quando se enfatizava o caráter divino do Imperador nos bancos escolares, além de outros valores nacionalistas e milenares.

Essa forte educação explicou em parte porque a vitória japonesa no conflito mundial era ideia predominante na comunidade. Para Okubaro, a ação desencadeada pela *Shindô*, a partir de agosto de 1945, deveu-se em parte à falta de informação e à anterioridade do quase fanatismo dos japoneses no período pré-guerra à figura do Imperador, além de questões circunstanciais, como a suspensão do uso do idioma natal,

¹¹⁹ Entrevista pessoal concedida à pesquisadora em janeiro de 2014.

¹²⁰ Poder Judiciário do Estado de São Paulo, juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, Processo n. 12.649/49. O Ministério Público contra Mongo Yoshizago e outros com 23 volumes, com 6.035 folhas, sendo 10 volumes de cartas precatórias.

o que exacerbava as convicções da maioria. Ou seja, houve uma combinação de múltiplos fatores na construção desse cenário.

Ele lembrou que seu pai se mantinha bem informado, lia muito, com exceção do período proibitivo de impressos e transmissões radiofônicas da impositura Vargas.

Diante da afirmação de que os eventos da *Shindô Renmei* se localizaram em alguns estados brasileiros, Okubaro fez referência a nipo-peruanos, em sua maioria de Okinawa, que tiveram bens expropriados e acabaram expulsos, no início da guerra, pelo presidente Manoel Prado y Ugarteche. Apátridas, foram levados a campos de concentração no Texas (EUA) e só começaram a ser reconhecidos recentemente, no governo de Bill Clinton. Ou seja, em outros países também ocorreram momentos de forte repressão contra os nipônicos.¹²¹

O entrevistado fez uma observação pertinente quanto ao fim do conflito mundial ao citar que um tio, em visita ao Japão, comprovou que não havia o que comer, tornando a ideia de um retorno impossível: “daqui, muitos passaram a mandar recursos para lá”, completou.

A reflexão que Okubaro fez, para o fato de os incriminados da *Shindô Renmei* não terem efetivamente deixado o país, foi que o decreto de expulsão acabou sendo assinado pelo presidente Dutra¹²² e ninguém cumpriu a Lei de Segurança Nacional, revista em 1953, com base na Constituição de 1946: há uma reformatação do processo à luz da nova legislação, com penas e prazos de recurso menores e que, por sua nulidade, acabou se extinguindo. “O processo, inclusive, ficou completamente parado, de 1948 a 1952, devido a um conflito de jurisdição entre as varas cível e criminal”, esclareceu o jornalista e pesquisador. Em sua avaliação:

[...] o processo de integração deve ter nascido da frustração de que tudo era um sonho e, no caso do meu pai, teria sido radical e absolutamente doloroso diante da decepção com a derrota no conflito mundial e pelo fato de uma professora dizer que seus filhos não terminariam os estudos sem aprender o português.

¹²¹ Após o início da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos fizeram acordo com o governo do Peru a fim de reunir nipo-peruanos levados a campos de concentração controlados pelo Departamento de Justiça. Eles foram internados nas instalações do Serviço de Imigração e Naturalização (INS) em Crystal City e Kenedy, Texas, e em Santa Fé, Novo México, por mais de dois anos até serem transferidos para uma comunidade agrícola em Seabrook, Nova Jersey, em liberdade condicional. No final da guerra, apenas 79 cidadãos nipo-peruanos voltaram ao Peru, e 400 permaneceram nos Estados Unidos como apátridas refugiados. Nos EUA, houve o internamento de 120 mil norte-americanos de origem japonesa durante a II Guerra Mundial, em função de ordem do presidente Franklin Roosevelt. Eles viveram até o fim da guerra internados e, em 1987, a Comissão de Justiça do Congresso norte-americano, por meio de lei, quis compensar monetariamente os 60 mil sobreviventes (NAKADATE, 1988, p. 484).

¹²² O ex-presidente Dutra teve amplos poderes em função da Constituição autoritária de 1937 até a promulgação da nova Carta em 1946.

Massateru decidiu, então, em 1947, que os filhos só falariam português em casa. Essa decisão teria aberto oportunidade para que os descendentes abraçassem novas profissões e se integrassem.

Outro depoimento que também contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa foi de Aurélio Nomura,¹²³ que reportou que, durante a II Guerra Mundial, seu avô, proprietário de uma construtora em Registro (SP), perdeu tudo o que possuía e deixou a cidade, a exemplo de outros que tiveram seus bens confiscados.

Aurélio apontou uma diferença essencial entre os imigrantes que chegavam ao Brasil, no início do século XX: os outros queriam se estabelecer definitivamente, mas os japoneses tencionavam trabalhar durante um tempo com o *ouro negro*, o café, juntar bons recursos e retornar à pátria. Esse foi um dos motivos, por exemplo, para que se casassem entre si e não com pessoas de fora da colônia porque isto dificultaria o retorno. Por isso mesmo, o casamento obedecia a determinados critérios: a permissão era dada por aqueles que ficaram no Japão e que avaliavam a procedência da família do par, se este não pertencia aos párias que para cá vieram (açougueiros, limpadores de latrinas etc). Com pouca mobilidade à época, encontrar a família na terra natal não era tarefa complexa, pois se vivia na mesma área há diversas gerações e todos os moradores praticamente se conheciam, o que tornava a troca de cartas um sistema eficiente.

Como descendente da comunidade, Nomura apontou motivos tradicionais para a imigração, além dos políticos e econômicos. Por tradição, quem herdava tudo da família era o primogênito; aos demais, restava casar-se com mulher rica ou se conformar em trabalhar para o irmão. A dimensão das terras também não era viável para o sustento de várias famílias e rumar para as cidades não se constituía em alternativa, pois elas ainda não haviam se desenvolvido o suficiente. A opção era emigrar com o país envolvido em sua expansão bélica e não havia condições de se armar e cuidar de todos os nacionais ao mesmo tempo. Facilitar-lhes a saída parecia a solução viável.

Ele ainda lembrou que os japoneses vieram com contratos de três enxadas – um casal e um filho ou um agregado –, a fim de garantir a entrada aqui. Mas, “foram enganados. Obrigados a comprar tudo nos armazéns, no final, ainda deviam. Fugiam das fazendas e eram perseguidos”, disse. Nomura ponderou as dificuldades para ingressar e permanecer no Brasil:

¹²³ Entrevista pessoal concedida à pesquisadora em dezembro de 2013. Nomura, atualmente vereador, é neto de um dos pioneiros e filho de um dos primeiros parlamentares japoneses. Somente em 1947 os orientais foram eleitos para cargos públicos, caso de Yukishigue Tamura (deputado estadual em 1950 e federal em 1954), João Sussumu Hirata, Youshifumi Utiyama e Diogo Nomura, formado em Odontologia pela USP, que começou como vereador (1951-54), em Marília, depois, presidente da Câmara Municipal, deputado estadual e federal (SAKURAI, 1995, p. 127).

[...] com as doenças tropicais, que eles não conheciam, não sobrou ninguém em algumas colônias. Meu avô, por exemplo, morreu a bordo do navio e outra pessoa se casou com a minha avó e a assumiu mesmo com quatro filhos. O novo filho desse casal formado foi minha mãe. Já o pai do meu pai era engenheiro civil e a família veio para cá a convite da K.K.K.K. Depois de dois anos, mandaram uma mulher para ele se casar. Meu avô andou por Pedro de Toledo, Registro, Sete Barras. Ele havia sido contratado pela Santos-Jundiaí, saindo para abrir estradas, ficando seis meses fora de casa. Minha avó dizia que não tinha condições de ficar no meio do mato, sozinha, com três filhos, sem nada em volta, nem vizinhos.

A declaração demonstrou a dificuldade encontrada na viagem, a superação de um ambiente hostil, longe de tudo e de recursos básicos. O entrevistado informou que uma das maneiras que os japoneses utilizavam para ascender e comprar terras, por exemplo, era por meio do

[...] *tanomoshi*, um consórcio de dinheiro, entre amigos, no fio do bigode, que existe até hoje. Como eles não tinham fácil acesso a bancos, contavam com um padrinho que o apresentava para entrar no grupo e era o garantidor se o compromisso não fosse honrado. E quem precisava ia lá e se discutia a necessidade para a retirada.

Tratava-se de forma de obtenção de crédito em áreas longínquas a fim de driblar a dificuldade em relação à língua portuguesa na hora de pedir empréstimo e oferecer garantias.

A educação era outra preocupação dos que chegavam. Segundo Nomura, os ingressantes tinham, no mínimo, ensino secundário e se correspondiam com frequência com quem havia ficado. Depois, começaram a pedir o envio de sementes, insumos, dando impulso ao setor hortifrutigranjeiro.

Após um tempo no Brasil, chegaram à conclusão de que pelo menos um filho, geralmente o mais velho da família, precisava estudar, se ele já não estivesse integrado à lavoura. Caso contrário, iria o caçula ou o do meio, as mulheres não. Aquele que estudava tinha a responsabilidade depois de, além de cuidar dos pais, propiciar os estudos dos filhos e dos sobrinhos. Este assumia o papel de liderança e foi um diferencial para a comunidade, na avaliação do depoente.

Ele explicou que seu pai, Diogo, só frequentou a escola regularmente aos 13 anos, pois a mais próxima distava 20 km e não havia unidades de educação japonesa onde moravam, em Registro. Só quando mudaram para a Alta Paulista é que foi possível estudar.

Diogo foi um dos primeiros a se formar em uma faculdade, na Universidade de São Paulo, como dentista, atuando depois em Marília onde só existiam práticos. Conhecido, inclusive em função de seu pai ser influente (proprietário de fábrica de biscoito, de plantação de bicho-da-seda e dono de duas confeitarias na cidade) e pelo fato de falar português e japonês e contar com boa oratória, era convidado para vários eventos e acabou ingressando na política como vereador, sendo um dos primeiros orientais a fazer carreira parlamentar.

Bóris Fausto, ao lado de Sakurai (1995), tem um dos poucos trabalhos sobre a participação dos imigrantes no cenário político:

[...] a aproximação do mundo da política, por parte do imigrante, está assim associada à sua inserção na sociedade receptora e à mobilidade social ascendente. Nos primeiros anos, da imigração em massa, as levadas carentes de italianos e espanhóis praticamente só podiam contar com o protesto individual ou coletivo, a eventual benevolência de algum fazendeiro e a proteção de cônsules. Com o passar do tempo, esses recursos se tornaram insuficientes ou inadequados para atender não mais as queixas de desvalidos, mas os interesses de quem se afirmava social e economicamente na nova terra (FAUSTO, 1995, p. 11).

Em discurso,¹²⁴ Diogo Nomura reportou que os primeiros imigrantes “[...] enfrentaram a dura realidade do trabalho madrugador, despertados pelo sino, sob a severa fiscalização dos feitores com uma garrucha na cintura, os quais estavam ainda mal refeitos e inconformados pela Abolição da escravatura” (2000, p. 2).

Outra observação diz respeito à xenofobia: “[...] nossos pais, em sua maioria labutando nos sertões, sem comunicação e assistência, até ignoravam que as suas presenças eram objetos de tamanha discussão.”¹²⁵ Ou seja, havia mais do que uma preocupação governamental em controlá-los do que sugeria a realidade diária.

Quanto à *Shindô Renmei*, Nomura credita o conflito em parte à censura, pois aos orientais não era mais permitido o acesso aos jornais da colônia e às cartas que vinham do Japão cessaram, impossibilitando compreender os motivos e o desfecho do conflito. Outro motivo diz respeito à atuação do que denominou de espertalhões, que fizeram a invenção do Japão vitorioso com o intuito de arrecadar recursos, atuando prioritariamente na região de Marília, Bastos e Tupã, por exemplo.

¹²⁴ Documento de Diogo Nomura cedido por Aurélio Nomura. Discurso em simpósio sobre as origens e evolução das famílias brasileiras, para o Instituto Genealógico Brasileiro e a Academia Paulista de Letras, em jun 2000.

¹²⁵ Ibid., p. 4.

7.4 O CASO BRAÚNA

A contextualização do cenário encontrado em Braúna, nos anos 1930 e 1940, auxilia no entendimento dos fatos que envolveram os irmãos Mas Herrera, na cidade, e, ainda, de Pedro Sólon Borges,¹²⁶ conhecido como Pedro *Seleiro*, subdelegado no caso da *Shindô Renmei*.

Nas cercanias de Braúna encontram-se Glicério, Penápolis, Coroados, Alto Alegre, Luiziânia e Clementina. A economia do município está baseada na agricultura, especialmente a cana-de-açúcar, pecuária, pequenas indústrias e comércio; antes, o café foi sua forte cultura.

Em pesquisa de campo, tomou-se o depoimento de alguns descendentes de imigrantes que construíram a cidade e colaboraram para o esclarecimento de pontos referentes ao caso dos japoneses e espanhóis.

Neta do fundador de Braúna, Adolfo Hecht (1873-1949), Divaldete Emília Marolato Ramos, a Dete, lembrou que o avô, técnico agrimensor formado na Alemanha, chegou ao Brasil em 1890, com 17 anos. Ele atuou na Sorocabana e em Piracicaba. Como agrimensor, fez levantamentos de terras na região e recebeu em alqueires do governo, tornando-se fazendeiro. Ao receber 800 alqueires fez surgir Braúna, em 1912, antes chamada Braunau em referência à sua cidade, na Tchecoslováquia, e que perdeu o *u* final ao tornar-se Distrito de Paz, em 1928. Em 1953, desmembrou-se de Glicério e se tornou Município. Em 1957, recebeu luz elétrica; antes, a iluminação à base de gás de rua, era fornecida por máquina a vapor de uma serraria. Em 1962, água encanada e, três anos depois, linha telefônica. A reserva indígena existente na área, Icatú, é anterior, reunindo terenas e kaigangues desde 1919.

Os dois avôs da depoente, Hecht e João Ramos da Silva, foram prefeitos de Penápolis e seu irmão Divaldo esteve à frente de Braúna.

Em princípios do século XX, o Município era parcamente povoado com urbanização tímida com suas ruas de terra cercadas por matas, índios e fazendas, habitado por imigrantes portugueses, italianos, alemães, espanhóis, árabes e japoneses. Com a expansão agrícola, a cidade recebeu os Ramos, Borges (português), Cortez, Barrionuevo, Guerrero, Genez, Chacon, Cortez, Verdú (espanhol), Borsanello, Marotta,

¹²⁶ A cidade de Braúna teve duas famílias Borges, uma de Edson do 'Correio', portuguesa, e não há ligação entre esta e a família de Pedro Sólon Borges, de Pernambuco, e que descende de um ramo que saiu possivelmente do Egito e se dirigiu a Portugal antes de vir para o Brasil.

Morelli, Barzotti, Meloti (italiano), Aoki, Ochiro, Serizawa, Yagui, Koike, Saito, Sal, Uemura, Abe, Yamanaka (japoneses) e Muqueri (árabe).

Em 2014, a cidade contava com menos de 5 mil habitantes. Com poucas mudanças em curso, guardou características de típica e pacata cidade interiorana: as famílias se conhecem, são exímias contadoras de história e tentam manter suas raízes.

Portanto, naqueles tempos longínquos e tranquilos dos anos 1930-1940, fato algum indicava que a cidade e seus arredores conviveriam com a forte repressão do governo Vargas contra os espanhóis locais, presos e expulsos, e os acontecimentos protagonizados pela *Shindô Renmei*, com mortos e feridos, pela ação da *Tokkotai*.

Em 1946, dois atentados envolveriam o subdelegado Pedro Borges e essa sociedade. Um deles ocorrido em 1º/7 contra o *derrotista* [Napoleão] Katsuo Yagui, e o segundo levaria a óbito o *Tokkotai* Namide Shimano em 1º/10. Apesar do conflito de datas e nome, Nakadate reportou:

[...] nessa época, quando foi morto Suzuki, sem precisar a data, provavelmente no dia 10 de janeiro de 1947, foi assassinado o *tokkotai* “Nomide Shimano” por um grupo de “derrotistas” desconhecidos, em Penápolis. E não foram os “derrotistas”, por serem desconhecidos, que foram presos mas sim os seguintes “vitoristas”: Naokiti Marui, Otokichi Marui, Massaki Marui, Tokumatsu Komitani e Kisaku Otsuda, quando prestavam homenagem póstuma. A polícia suspeitara que estivessem organizando novo plano de matança. Os irmãos Naokiti e Otokichi constam que eram sócios da *Shindô-Renmei*. Aqui temos uma conexão da sociedade com os *tokkotai* (1988, p. 401).

Ocorreram outras ações em Braúna, uma delas registrada no *Diário de São Paulo*, em 20/7/1946:

Os fazendeiros “derrotistas” Mineji Saito e Tadao Watanabe foram ameaçados de morte, sendo preso um nissei de vinte anos, Takao Kamezaki, que, perguntado pelo delegado se pertencia a *Shindô-Renmei* respondeu: ‘Sou *tokkotai*. Eu estava aguardando a chamada para integrar na *Shindô-Renmei*’.¹²⁷

Em agosto, um *derrotista* conhecido como Hieda foi assassinado quando andava a cavalo. No final do mês, no dia 30, outro atentado registrado, desta vez contra o casal Taveshi Toshio que foi salvo pelo filho.

Em depoimento a Nakadate, Kinichiro Serizawa, residente em Braúna à época dos conflitos, afirmou que era chefe provisório da *Shindô*, mas que realizou apenas três reuniões, mas acabou preso em 10/7/1946, por três meses, primeiro em sua cidade,

¹²⁷ Ibid., p. 355.

depois, em Penápolis e, por fim, foi levado a Araçatuba. Disse estar convicto de que a ordem de matança dos *derrotistas* vinha de cima, porque quando Kioyji Ono, de Penápolis, avisou que três *Tokkotai* iriam eliminar Katsuo Yagui, não quis dizer de quem veio a ordem, apenas que era superior. Serizawa pediu para cancelar o ataque e Ono foi ao esconderijo, no mato, e voltou dizendo que eles não desistiriam de jeito nenhum. Ele soube então que a *tokkotai* era uma organização da *Shindô* (NAKADATE, 1988, p. 585).

Yagui era comprador de cereais, e seu tio, Shiguetzo Serizawa, estava no mesmo ramo, porém era *vitorista*. Nakadate levantou a hipótese de que havia denúncias contra concorrentes para que estes fossem presos e houvesse vantagem nos negócios.¹²⁸ Da família Serizawa também seriam presos Kinichiro e Issao. Em Braúna, Shiguetzo Serizawa ficou preso meio ano por ter abrigado membros da *Tokkotai* em seu sítio.¹²⁹

FIGURA 49 - Vista aérea de Braúna por volta de 1930.

Fonte: Acervo pessoal de Dete Marolato.

¹²⁸ Ibid., p. 569.

¹²⁹ Ibid., p. 343.

FIGURA 50 - Vista aérea de Braúna, também por volta de 1930 com sua rua principal ao centro, a Rio Branco.

Fonte: Acervo pessoal de Dete Marolato.

7.4.1 O subdelegado Pedro Sólon Borges, o Pedro *Seleiro*

O encontro do ramo Mas Herrera com a família Sólon Borges se deu quando Manoel Mas Herrera casou uma das filhas, Maria Carmem, com Pedro Sólon Borges, em Glicério, em 28/11/1931, onde se conheceram em um baile. Segundo a filha do casal, Neide Borges Tancredi [depoimento pessoal],¹³⁰ a mãe de Maria Carmem, Concepción Mas Herrera, fazia “gosto que ela se casasse com um espanhol”, como era costume na comunidade, e não com o pernambucano Pedro. Nesse mesmo dia também se casaria outra filha de Manoel, Fermina, desta vez com um patricio, Gregório Arraz.

De acordo com o depoimento de Vantuil Mas Borges, sua mãe, Maria Carmem, casou-se muito jovem. Pedro contava 23 anos e Maria Carmem 18. Quando seu pai, Manoel, foi detido pela primeira vez, de 1929 a 1931, Maria deixou de estudar para ajudar a cuidar dos demais irmãos menores, Cecília, Braz, Mário e Manoel (Neni). Sua mãe, Concepción, sem o suporte econômico do marido e do filho Thomaz, quando ambos foram presos, em 1935, cozinhava, lavava e passava.

De acordo com relatos familiares, a família Sólon Borges possivelmente saiu do Egito e foi para Portugal, quando um dos seus membros se desentendeu com o restante

¹³⁰ Informações obtidas em depoimento pessoal à pesquisadora em jul. 2014.

da família. Youssef ou José Sólton Borges veio, então, sozinho para o Brasil, desembarcando no Nordeste, talvez em Pernambuco, casando-se em primeiras núpcias com uma viúva e juntando-se depois a Maria Pereira, caçara que foi laçada, em Glória do Goitá.¹³¹ Teve quatro filhos: Ernesto, Elvira,¹³² Pedro e Sebastião. Pedro nasceu em Glória do Goitá, em 11/6/1906, mas também constaria como local de nascimento Chã de Alegria e Floresta dos Leões, municípios próximos.

Com a morte prematura dos pais, Ernesto, o irmão mais velho e já casado, levou seus irmãos por parte de pai, Pedro, com mais ou menos 6 anos, e Sebastião, quase dois anos e meio mais jovem, para o Mato Grosso do Sul. Sebastião morreria ainda criança e Pedro aprenderia o ofício de seleiro e também se tornaria volante da Captura. Visado por esta atividade, andou um tempo pela região Noroeste do Estado de São Paulo.

Ernesto Sólton Borges, nascido em Araruna, Paraíba, atuou como delegado em terras amazônicas¹³³ e ao descer do Nordeste rumo ao Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul, por volta de 1929, tornou-se o primeiro prefeito da cidade de Camapuã (por volta de 1950), e também auxiliou no desenvolvimento de Bandeirantes, na microrregião de Campo Grande, onde era proprietário de restaurante, erguendo casas para os empregados, fazendo assim o vilarejo crescer. Além do curtume, Ernesto possuía serraria, criação de porcos para a feitura de banha, além de imenso bananal contendo mini-zoológico com lobo, macacos, jacaré e sucuri alimentada com bezerrinhos enfraquecidos que ele comprava dos vizinhos para serem comidos vivos.

As onças de estimação de Ernesto passeavam na coleira na cidade. Ernesto seria assassinado exatamente em função desse seu hábito. Ao ir a uma cooperativa, em Campo Grande, a fim de comprar coleira para uma oncinha nova, o motorista de um caminhão de frigorífico ficou aguardando o momento propício e, quando ele foi atravessar a rua, atropelou-o. O motorista, que havia agido a mando de alguém, foi

¹³¹ A vila foi criada em 1837 e tornou-se autônomo de Paudalho em 1877. A denominação do município é a junção do nome da padroeira, Nossa Senhora da Glória, com o Rio Goitá. Goitá vem da palavra indígena “gua-ita” que significa “pedra da baixa”. O vilarejo antes era chamado de Manjolêu. É a terra de José Gomes, o *Cabeleira*, conhecido como o primeiro cangaceiro imortalizado na obra *O Cabeleira* de Franklin Távora, escritor da fase do romantismo brasileiro. É também a terra de Madame Satã, artista conhecido por sua vida conturbada e que rendeu filme homônimo.

¹³² Elvira Sólton Borges se casaria com Zé Pereira com quem teve 32 filhos, sendo 9 vezes gêmeos. Ao morar nas cercanias de Cerco de Angico, Lampião e seu bando teriam mandado um recado para o prefeito local avisando que era para todo mundo ficar quieto, pois eles iriam invadi-la. A cidade se organizou, com a ajuda de Elvira e Zé Pereira, e puseram os cangaceiros para correr. Esse fato renderia uns versinhos de cordel: “Lampião subiu a serra e desceu pelas trincheiras. Perguntou pro Massilon onde mora o Zé Pereira”. Elvira foi enterrada em Mossoró, Rio Grande do Norte. Alguns de seus filhos se tornaram religiosos, padres e freiras e outros teriam problemas com a justiça criminal. Grota de Angico fica no município de Piranhas, em Sergipe. Era o esconderijo e o local onde Lampião e seus homens foram mortos.

¹³³ Informação obtida em depoimento pessoal, em 1982, prestado por Sebastiana, a Tilinha, esposa de Ernesto Sólton Borges, à pesquisadora.

depois morto em circunstâncias misteriosas: alguém atirou nele com o próprio revólver a fim de simular suicídio.

FIGURA 51 - Ernesto e Pedro Sólón Borges. À frente, ao centro, Ernesto rodeado por seus contratados; à esquerda, na última fileira, seu irmão Pedro Sólón Borges.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, provalmente 1920.

FIGURA 52 - Ernesto e Pedro Sólon Borges. À esquerda, o jovem Pedro; À direita, seu irmão Ernesto e funcionários. Ao fundo, pele de onças.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, provalmente 1920.

Em Glicério, após ter se casado, Pedro se viu sem emprego e resolveu voltar ao Mato Grosso do Sul, com a esposa, Maria Carmem, para exercer seu ofício no curtume de Ernesto.

Como Pedro acompanhava muito o irmão em comícios, pois este sempre esteve envolvido com a política local, era comum sua esposa ficar sozinha em casa. Já grávida do primeiro dos cinco filhos do casal,¹³⁴ Neide, para contornar a situação, contratou uma acompanhante, uma senhora também chamada Maria. Em uma noite muito fria, ao reclamar da baixa temperatura, Maria Carmem teve a ideia de colocar brasas do fogão de lenha em uma bacia de alumínio, coberta por tampa de zinco para não incendiar o colchão de palha, embaixo da cama da pajem. Elas não sabiam dos explosivos escondidos no chão de tábuas em função da Revolução de 1932. Com o calor, houve uma explosão e a pajem Maria foi arremessada até o teto do quarto. Apesar do susto, ela sobreviveu ao infeliz acidente.

O casal acompanharia a Revolução ainda no Mato Grosso. Como as casas eram revistadas, no quarto onde estavam as armas, Maria Carmem [depoimento pessoal]

¹³⁴ Os filhos do casal são: Neide, Alonso, Vantuil, Valter e Eloberto.

ficava de camisola com a filha Neide, nos braços, simulando amamentar para burlar as buscas. Ela ainda comentaria que olhava o trem passando com inúmeros jovens bonitos, que iriam para as frentes do conflito, e poucos retornavam, gerando nela uma sensação de profunda tristeza.

Neide explicou os motivos da saída dos seus pais do Mato Grosso do Sul. Foi pedido a Pedro que desse fim a um empregado de Ernesto, apelidado de *Baianinho*, pois era baiano e baixinho, mas que muitas vezes dava apoio a Pedro e a sua esposa. Em função dessa amizade, e como o futuro subdelegado se recusou a fazer isto, *Baianinho* foi executado por outra pessoa. Em função do ocorrido, Pedro e Ernesto se desentenderam e este o expulsou de lá “com uma mão na frente e a outra atrás”, segundo a depoente. Outro filho de Pedro, Valter Máx Borges, relembrou que as dificuldades financeiras enfrentadas com a revolução de 1932 também pesaram na decisão de retorno a São Paulo.

Os filhos Neide, Valter e Vantuil se lembraram de outra história, contada pela mãe, que o caminhão que levava o caixão de *Baianinho*, ao passar em frente à sua casa, atolou. Chovia, o motor não pegou e ninguém conseguiu tirá-lo do lugar. Então, Pedro foi conversar com o defunto, pediu desculpas, reafirmou a amizade dele com sua família, e assim o motorista do caminhão conseguiu dar a partida, saiu do atoleiro e pode seguir rumo ao cemitério.

A filha Neide Borges nasceu no Mato Grosso do Sul, mas acabou registrada em Coroados (SP), inclusive quando já havia nascido seu outro irmão Alonso, que era, na verdade, de Braúna. O registro de Neide, nascida em 10/11/1932, só foi arrumado em 1951, quando veio a se casar [depoimento pessoal]. O de Alonso não foi atualizado.

[...] Como haviam dito que o menino não sobreviveria, era muito frágil por causa da doença de simioto, meus pais ficaram com receio dele morrer sem documento e resolveram registrar os dois filhos juntos, como gêmeos, para economizar no cartório, mas tínhamos quase dois anos de diferença.

Ao deixar o Mato Grosso do Sul, o casal Pedro e Maria seguiu para Guaíçara (SP), quando Maria Carmem ainda estava grávida de Alonso. Antes, Pedro ficou um tempo em Glicério, trabalhando na selaria de um italiano. Ao se deslocar para a Noroeste de São Paulo, tornou-se subdelegado em Braúna, subordinado à regional de Araçatuba.

Quando esteve nessa cidade, no começo dos anos 1930, Pedro enfrentaria a prisão do sogro espanhol Manoel Mas Herrera, pai de sua esposa Maria Carmem, e de

Thomaz Mas Gonçalves, seu cunhado. Nos anos 1940, se veria às voltas com a *Shindô Renmei* e foi protagonista de uma das únicas baixas da organização, a de Namide Shimano, em bairro na divisa com Penápolis, que levou ao fim das atividades da *Tokkotai* no interior paulista.

FIGURA 53 - Casa de Pedro *Seleiro* e Maria Carmem, ainda existente, em Braúna, na rua Enedir de Carvalho, esquina com a Getúlio Vargas onde era a entrada da selaria, em frente à praça da Matriz e, na diagonal oposta, localizava-se a delegacia de polícia foi demolida.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, 2014.

Apesar das entrevistas realizadas em Braúna, não se pôde recuperar informações significativas a respeito da passagem dos primeiros espanhóis pela cidade. Aparentemente, todos a deixaram por algum motivo. A mobilidade dos espanhóis era expressiva. Motivos políticos, nos anos 1930, apontam para uma troca necessária de localidade a fim de recomeçar a vida. Não há mais nenhum membro da família Mas Herrera em Braúna.

Valter Barrinuevo, descendente de espanhóis, trabalhou 30 anos na polícia local, como escrivão, e afirmou que “sindicato naquela época era sinônimo de comunismo” [depoimento pessoal].¹³⁵

Houve avanço, no entanto, em relação ao estabelecimento dos fatos em torno da Igreja na qual Manoel Mas Herrera teria trabalhado quando foi denunciado. À época, só existiam duas Igrejas na cidade, a Matriz Católica e a Congregação Cristã do Brasil, fundada em 19/7/1936, por Pedro Valenta (conhecido como Pedro Valente), que chegou à Braúna em 1917, imigrante da região da Áustria. O pastor Valenta seria o

¹³⁵ Informações obtidas em depoimento pessoal à pesquisadora em jul. 2014.

acompanhante corriqueiro de Pedro Borges nas diligências policiais. Foi possivelmente na Matriz católica que ele, com seu gênio forte, teria se desentendido com um ‘padre’ Volpão que não quis acertar o trabalho de pedreiro ou de carpinteiro que havia sido efetuado.

Em função dos depoimentos, constatou-se que havia um membro dessa família tradicional da cidade, Zeca, coordenador das obras da Igreja que estava sendo erguida, possivelmente sendo confundido com a figura de um religioso por auxiliar nos rituais litúrgicos.

Os Volpão vieram da cidade de Jardinópolis na década de 1930, “montaram uma loja enorme, com umas oito portas, meio quarteirão de secos e molhados, que vendia de tudo”, segundo Barrinuevo, e José Volpão, o Zeca, era o *cabeça*, o mais velho dos irmãos e católico, e uma pessoa *segura, munheca*.

FIGURA 54 - Construção das bases da Matriz católica.

Fonte: Acervo particular de Dete Marolato, provavelmente 1920.

Somente em 1968, Braúna contaria com seu primeiro padre, João Antônio Obendorf (informações recolhidas por Divaldo Braz Ramos, pesquisador e historiador da cidade, neto do fundador e irmão da depoente Dete Ramos).

Em relação aos japoneses, praticamente todos saíram da cidade conforme foram estudando seus filhos e abandonando o campo. Há poucas famílias remanescentes da época da imigração. Uma delas é de Julia Serizawa Omori, cujo nome japonês é Titosse, nascida em 1918, em Guaíçara. Seus pais teriam vindo no Kasato Maru e tiveram 9 filhos:

[...] meu pai, Shigueso Serizawa, veio na primeira leva, com minha mãe e um irmão dele. Eles sofreram bastante porque não tinha japonês aqui e não se conhecia nada. Aí ele passou a ajudar os que chegavam, arrumava trabalho pra eles e esteve à frente de uma cooperativa que acabou porque depois ninguém mais quis assumir. Antes, ele passou por Guaíçara, onde nasci, e Promissão [depoimento pessoal].¹³⁶

Dona Julia chegou a Braúna com 12 anos, ou seja, por volta de 1939, pois se encontra com 89 anos (em 2016). Ela se recordou do clube japonês da cidade, o *Kai Kan*, que frequentou, contando sempre com bailes e festas da comunidade nipônica, além de corridas (de saco etc.). Havia, inclusive, um campo de beisebol e um time por volta de 1950. Feito de tábuas, o clube foi demolido posteriormente dando espaço à construção de residências.

FIGURA 55 - Japoneses no Clube Kai Kan.

Fonte: Acervo particular de Dete Marolato, s/d.

¹³⁶ Informações obtidas em depoimento pessoal à pesquisadora em jul. 2014.

FIGURA 56 - O prefeito de Braúna, Divaldo Braz Ramos (1963-1966),
frequentava o clube Kai Kan.

Fonte: Acervo particular de Dete Marolato, s/d.

Dona Julia confirmou que, no tempo de seu pai, “a colônia aqui era bem unida, depois não. Nem todo mundo queria voltar porque no Japão não tinha lugar para plantar. Meu pai não queria voltar”. Casada com Akira, o casal tinha um bar em frente à casa de Napoleão Yagui. Questionada sobre o atentado contra ele, recordou-se que era tarde e estava tudo fechado: “a gente não podia sair. Começou tudo de repente e ninguém imaginava. Acabou aquele barulho e ninguém falou mais nada, não podia também. [...] a gente tava aqui no Brasil. A gente não sabia de nada, só depois do tiroteio.” Para ela, os integrantes da *Tokkotai* deveriam ser de fora do município, pois não se lembrou de prisões ocorridas à época, somente que morreu bastante gente em Penápolis. Em sua avaliação, os *vitoristas* não podiam fazer isto: “se o Japão perdeu, perdeu, o que fazer?”. E explicou: “A gente não se comunicava com ninguém. Como comerciante, no balcão, não se podia falar nada. As mulheres [japonesas] não abriam a boca e meu marido não estava nem de um lado nem de outro”.

Conforme recordou Alice Ruiz Barrionuevo, Yagui era de família tradicional, bem posicionada economicamente, com carro e caminhão, o que era raro naquele tempo, e estava à frente da Fazenda Barroso que distava cerca de 8 km da cidade. A área foi partilhada em vários sítios, mas o nome do bairro Barroso ainda subsiste.

O pai de Napoleão era médico e ele próprio esteve prestes a se formar também em Medicina, no Japão, quando veio para o Brasil. Por isso, foi considerado um homem

instruído, o que o levou a esclarecer os demais membros da comunidade que o Japão havia perdido a guerra.

Sempre elegante, Alice comentou que Yagui passeava pela cidade “todo posudo, com seu chapéu de três bicos e botas ao lado da bela viúva Agda, dona de pensão na cidade. Ele segurava a sombrinha a fim de poupá-la do Sol”. A informação foi reforçada por Valter Barrinuevo, esposo de Alice: “Yagui era conhecido como Napoleão, mas seu nome era Katsuo Yagui. Era mais alto do que a média dos orientais, simpático, educado. Era casado e tinha cinco filhos, três moças e dois rapazes. Quando sua família foi para São Paulo estudar os filhos, ficou cuidando das fazendas e teve um relacionamento com dona Agda”.

Nessa mesma pensão seriam socorridos japoneses feridos nos enfrentamentos. “Eu era criança, tinha uns cinco anos, e a janela da pensão era baixa. Então, via os feridos passando para o quarto dos fundos para não serem descobertos e eram limpos e enfaixados por dona Agda. Lembro-me perfeitamente, mas na cidade não se comentou muito sobre isso”, disse Alice, ao esclarecer que morava nas proximidades.

FIGURA 57 - Frente da casa de Napoleão Yagui, ainda existente, na avenida Rio Branco com a Oswaldo Pilon, palco do atentado, hoje, um comércio.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, 2014.

FIGURA 58 - Visão lateral. Antes, havia uma cerca de bambu que foi motivo de reclamações a Pedro *Seleiro*. A família seguia sem roupa para o ofurô existente no fundo do quintal, um exemplo dos conflitos culturais existentes.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, 2014.

FIGURA 59 - Casa onde funcionava a pensão de dona Agda, ainda existente, na Avenida Rio Branco com a Dr. Machado.

Fonte: Acervo pessoal de Solange de Almeida Borges, 2014.

É viva a memória de Valter Barrinuevo das pessoas gritando, na rua, que a guerra havia acabado, antes de começarem os conflitos na comunidade oriental: “Napoleão era tão amigo do subdelegado Pedro Borges que permitiu que ele ficasse com dois revólveres” porque sabia que um dia alguém viria matá-lo. Foram essas armas que Yagui tentou alcançar quando chegou em casa e encontrou dois homens armados dispostos a matá-lo após se recusar à prática do *seppuku*. Quando começaram a atirar, uma das filhas deu uma paulada, com um cabo de vassoura, em um dos atiradores. Com os agressores distraídos, Yagui pegou a arma e os agressores fugiram.

Nesse episódio, recordou-se Barrinuevo, Jason, açougueiro valente que era vizinho, ao perceber o ocorrido, saiu a cavalo para laçar os dois japoneses. Porém, ao

chegar perto da ponte existente na avenida Rio Branco, eles sacaram os revólveres e Jason deu meia volta para não ser morto, enquanto os dois desapareceram pelo mato.

Era comum os japoneses ameaçados de morte pela *Shindô* andarem armados ou com guarda-costas, caso de Kato Bravo, de Mil Alqueires (Coroados). Em festas de casamento até as mulheres andavam armadas como prevenção (NAKADATE, 1988).

Na avaliação de Barrinuevo, o governo é culpado por não ter permitido que os japoneses se informassem sobre a guerra, o que os levou ao isolamento. Recordou-se:

[...] Pedro Borges era um cara ‘ligeiro’, inquieto, trabalhava, era um subdelegado atuante. Foi muito valente e temido em Penápolis e região e trabalhava de graça, pois era eleito pelo povo. Tinha muito bandido por aqui e Pedro Seleiro era um ‘pegador’ desses caras. Ele escolhia os ‘bate-pau’, os inspetores de quarteirão, que o avisavam quando tinha algo errado na cidade. Depois, foi extinto o cargo de subdelegado e veio o suplente.

Segundo depoimentos familiares, Pedro era subdelegado por insistência da família Ramos e nada recebia por ser *calça curta*. “Uma vez quiseram levá-lo para São Paulo a fim de fazê-lo investigador de polícia, mas ele já estava surdo”, afirmou Vantuil,¹³⁷ um dos filhos de Pedro Borges, nascido em 1936. Então com 10 anos, quando ocorreu o conflito na comunidade japonesa, reforçou que os Yagui e os Kubota eram os mais perseguidos pela *Shindô*. Pedro recebera ordens para proteger os *derrotistas*, entre os quais, os Aoki, Abe e Tutume.

Ao se reportar à morte de Namide Shimano, em diligência feita pelo subdelegado, Vantuil afirmou que “o pai não foi lá [em São Martinho, no bairro Morimoto] para brigar, foi fazer diligência, pois conhecia os japoneses que eram fregueses da sua selaria”.

Como subdelegado, subordinava-se a Penápolis. Os filhos Vantuil e Valter contam que Pedro se comunicou com o delegado dessa cidade, para que mandasse reforço a fim de acompanhá-lo na diligência a ser feita e recebeu, como resposta, que não havia ninguém disponível e resolvesse essa questão com Araçatuba, cidade à qual a região estava subordinada. Ao conversar com a sua Regional, deu-se a autorização necessária para dar andamento ao trabalho apesar de ser outra jurisdição. Anos mais tarde ele comentaria com os filhos que sentiu que esse consentimento complicaria sua vida por ser apenas ‘de boca’.

¹³⁷ Informações obtidas em depoimento pessoal à pesquisadora em jul. 2014.

FIGURA 60 - Pedro Seleiro e Napoleão Yagui.

Fonte: *Corações Sujos*, de Fernando Morais, 2000, p. 324.

Ao tocar para o bairro de São Martinho, o motorista e os demais acompanhantes ficaram aguardando na estrada que dava acesso ao local e ele foi sozinho fazer a abordagem. Era uma casa comprida, de madeira, e Pedro Borges chamou pelo seu freguês: “China, vem aqui pra gente conversar. É o Pedro Borges”. Quando falou que era o Pedro, ele ouviu um barulho, correu para a parte de trás da residência e constatou a janela aberta, sem trâmela, com uns cinco japoneses pulando de cueca e revólver na mão e atirando: “meu pai pegaria eles com a boca na botija, mas poderia ter morrido ali mesmo, na porta”, segundo Vantuil e Valter, lembrando o que contava o pai deles:

[...] os membros da *Tokkotai* correram para um terreno de café e ficaram bem guardados. Meu pai ficou no limpo, de lado, atrás de um pé de mangueira fina, não tinha para aonde ir. E todo mundo de frente, atirando nele. O Shimano atirava e abaixava e atirava com as duas mãos. Quando ele pulou de uma rua [de café] para a outra, o pai pegou ele voando. Como fazia muito frio, estava com um paletó com enchimento que ficou todo furado, arrancado a bala. Aí trouxeram o defunto no caminhão de cereais do Yagui. O corpo dele veio batendo na carroceria da área rural até a cidade.

Os três filhos que prestaram depoimento, Valter, Vantuil e Neide, confirmaram que havia uma bandeira do Japão enrolada na barriga de Shimano com lista de uns dez nomes de pessoas a serem executadas, entre eles Napoleão Yagui e Pedro Abe. O nome de Pedro *Seleiro* aparecia em primeiro lugar.

Segundo os irmãos, quando Pedro voltou para a delegacia, conversou com a Regional e escutou do delegado, que não queria complicações, “que havia mandado fazer a diligência e não matar ninguém”. Então, percebeu estar realmente em apuros pela ausência de um documento, uma autorização por escrito. Ao pedir isto ao delegado, houve nova negativa, e decidiu ir a Araçatuba conversar pessoalmente. O superior, no entanto, havia ido a Marília onde então morava a namorada. Quando Pedro chegou em Araçatuba só encontrou um funcionário, da família Fatori, a confirmar que o superior nem queria saber daquele caso. Mas, para ajudá-lo, bateu à máquina uma autorização de diligência com data retroativa ao dia anterior: o que faltava era só a assinatura.

Ao ser informado em qual hotel se localizava o delegado, Pedro pediu ao seu motorista Freitas que estacionasse o carro, mas deixasse a *baratinha* ligada para qualquer emergência e entrou sozinho no hotel. Ao se identificar na portaria, recebeu em troca a informação do quarto no qual estava hospedado seu colega e para lá se dirigiu. Por sorte, a porta estava destrancada e viu quando o delegado saía do banho. Pedro não permitiu que ele se aproximasse do criado-mudo a fim de alcançar o revólver. “Pára aí que você morre!”, teria dito, segundo relato dos filhos. Ao ser indagado o que fazia ali, o subdelegado mostrou o papel: “Quer assinar ou quer morrer?”. Como andava de casamento marcado ao que parece, assinou a fim de encerrar o conflito, mas Pedro alertou que se comunicasse o fato à polícia e ele fosse preso, quando liberto o procuraria. O episódio não teve desdobramentos.

P O R T A R I A

Tendo esta sub-delegacia de Policia de Brauna se dirigido ao Patrimonio de São Martinho afim de dar cumprimento a ordem telegônica que lhe fora transmitida pela autoridade Regional de Policia de Araçatuba referente á execução de intimação dos suditos japonezes,hoje,de nome Giro Tetsuya,Kadiyoshi Tetsuya e outros,sendo as autoridades executantes da ordem recebidas a bala,resultando tiroteio,em consequencia de que veio a falecer o Toko Tai conhecido pelo nome de Shimado Namide,determino que,A esta,lavrasse auto de resistencia,para o que nomeio escrivão ad-hoc o snr. Hiram Carrara,brasileiro,maior,residente em Brauna, que deverá prestar o compromisso de praxe.Em seguida,remeta-se o auto lavrado e assinado pelas testemunhas presenciaes ao ocorrido,ao Snr. Dr. Delegado de Policia de Penapolis,para os devidos e legais efeitos.

CUMpra-se

São Martinho,1 de outubro de 1.946.

O Sub-delegado de Policia.

(PEDRO BORGES)

FIGURA 61 - Documento do cumprimento de ordem telefônica dada a Pedro Borges por parte da regional de Araçatuba para realização de diligência.

Fonte: Prontuário n. 6.472, arquivo da Delegacia de Polícia Civil de Penápolis.

Vantuil também se recordaria de outro ataque da *Shindô*. Em Tupã, um japonês estava na caixa d'água da cidade. Flagrado, um guarda ordenou que parasse e, como não obedeceu, acabou sendo alvejado. Constatou-se que ele estava com lata do formicida da marca Tatu possivelmente para envenenar a água fornecida aos moradores.

Um dos motivos alegados por Maria Carmem para ir embora de Braúna, segundo a filha Neide, foi o fato de integrantes da *Shindô* terem ido atrás de um patrício no bairro japonês Morimoto. Como ele não estava em casa, trabalhava no campo, mataram sua mulher e parece que um filho e os penduraram na porta da casa. Este parece ser o caso de Hieda (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992) ou ainda o caso de um menor da família Tamura, estrangulado em Cafesópolis (NAKADATE, 1988).

Sempre com receio de represálias, quando Pedro saía para as diligências, Maria Carmem colocava os filhos para dormir e ficava com a espingarda, na sala, atenta à porta. A ordem de Pedro era atirar se alguém forçasse a entrada.

Os vizinhos da frente, Dona Rita e seu Emilio, muitas vezes gritaram “fogo” para alertá-la quando percebiam que alguém tentava incendiar a casa. A porta ficara preta tantas foram as tentativas. Em outros dois episódios, quiseram envenenar a água do poço que existia no fundo da casa de Pedro e, em uma noite, a família acordou com um porco da criação grunhindo. *Ligeiro*, Pedro saiu pela porta da frente, a da selaria, deu a volta até os fundos e viu um japonês cutucar um dos porcos enquanto outro, armado, aguardava o subdelegado sair pelos fundos, pronto para atirar. Eles foram surpreendidos e saíram correndo pelo quintal do vizinho Agenor Vasconcelos, deixando pedaços da camisa na cerca então existente, conforme contou Valter.

Todos esses episódios reforçaram a vontade de Maria Carmem deixar a localidade, além das dificuldades enfrentadas, pois muitos clientes da selaria eram japoneses. A família, então, rumou para São Paulo, mas diante de novas dificuldades econômicas, retornou ao interior, desta vez para Penápolis, onde Pedro *Seleiro* estabeleceu nova selaria existente até hoje que esteve sob os cuidados, nos últimos anos, especialmente dos filhos Vantuil e Alonso.

A morte de Namide Shimano encerraria o episódio da *Tokkotai* no interior de São Paulo. Com parentes distantes, seu corpo foi requisitado por simpatizantes para ser enterrado no cemitério de Penápolis. Ironicamente, Pedro e Shimano estão sepultados a aproximadamente 40 metros um do outro, distância similar que os separou no enfrentamento entre as eiras de café, tirando a vida do integrante da *Tokkotai* e encerrando a carreira do subdelegado.

7.4.2 Prontuário da Delegacia de Polícia de Penápolis e o processo da Promotoria Pública

No Prontuário de Pedro Borges, localizado na Delegacia de Polícia Civil de Penápolis, n. 6.472, composto de 22 páginas e aberto em 1º/10/1946, às 23h, foi possível levantar informações sobre o caso de Namide Shimano. Confirmou-se, em função dos depoimentos e dos documentos anexos, que o subdelegado de polícia de Braúna se dirigiu a São Martinho (no distrito de Alto Alegre, pertencente a Penápolis) a fim de dar cumprimento à ordem verbal que lhe foi transmitida pela regional de

Araçatuba para intimação de Kadiyoshi Tetsuya, Itigiro Tetsuya (o tiroteio ocorreu na casa deste), mais três acusados de serem da *Tokkotai* e foi recebido à bala, nessa diligência, o que resultou na morte de Shimano. Foi solicitado que se lavrasse auto de resistência.

Na autópsia, consta que Shimano apresentava escoriações que pareciam antigas, provenientes de luta corporal anterior. Em documento, sem data, esses ferimentos são confirmados por Yoshio Abe, Kahei Hassui e Rioji Endo. Tetsuo Jiro (ou Jiro Tetsuya ou ainda Itigiro Tetsuya) teria comparecido à Delegacia de Polícia em 26/10/1946, mas seu depoimento não consta desse prontuário. Também houve nova intimação de Pedro Borges e Rioji Endo, em 15/12/1947, a pedido do delegado Washington de Oliveira Filho.

No Fórum de Penápolis, foi possível levantar o processo da Promotoria Pública contra “Pedro Sólon Borges e outros”, de 10/6/1948, lote n. 80, registro n. 76, do livro 2, ‘por crimes tipificados nos Art. 121 e 129 (o primeiro se refere a matar alguém e o segundo, ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem), combinados com o Art. 51 do Código Penal, que trata de pena da multa. A expressão *outros* se refere a Rioji Endo, Takeshi Shirakawa, residentes em Braúna, Mitsuyuki Kono, de Nova Promissão, então município de Glicério, Tetsuya Jiro (este nome aparece com variação significativa em documentos, tais como Tetsuo Jiro ou Jiro Tetsuya) e Tetsuya Kazuoshi ou Kazuyoshi Tetsuya, residentes no bairro São Martinho.

O processo trata do tiroteio ocorrido em 1946, que “perdurou uns quinze minutos”, e “findo o tiroteio, constatou-se no local a existência do cadáver de um japonês, que mais tarde foi reconhecido como Namide Shimano, membro da Toko-Tai” (1948, p. 3) e o auto de exame conclui ter sido causa da morte hemorragia traumática intra-torácica, produzida por projéteis de arma de fogo, e constata, igualmente, várias lesões contundentes produzidas em vida do ofendido.

No rol de testemunhas, convocou-se Manoel Martins de Freitas, motorista, Kahei Hassui, comerciante, Katsuo Yagui, lavrador, todos residentes em Braúna, e, ainda, Yoshi Abe, comerciante, residente em Nova Promissão (Glicério), e Sebastião de Tal, inspetor de quartelão de São Martinho.

Seguem-se os autos da Delegacia de Penápolis de 1º/10/1946, dando conta do tiroteio ocorrido por volta do meio-dia, entre “caravana policial de Braúna e terroristas japoneses”, referindo-se a auto de resistência do “terrorista nipônico desconhecido” lavrado pelo subdelegado Pedro Borges. No auto de levantamento do cadáver de Shimano, foram encontrados: um revólver calibre 32, marca H.O., n. 272-923, cabo

quebrado com seis balas no tambor, sendo três deflagradas e três intactas; um pano branco amarrado sobre a cintura e dentro desse uma bandeira da organização *Tokkotai*, mais seis balas de calibre 32 intatas, mas nenhum documento de identidade.

Namide Shimano tinha 28 anos, era solteiro, residente outrora em Cafelândia e lavrador. Exame necroscópico realizado no necrotério da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis, pelo doutor Romeu Ferraz e o médico-legista regional Amir Alves Leite, atestou que o cadáver foi perfurado por projéteis de diversas armas de fogo porque as eram de diâmetros diferentes. Constatou-se a presença de balas em ambos os pulmões e também no coração. Os médicos questionaram “Qual deles o mortal? O que transfixou-lhe o tórax? Ferindo ambos os pulmões? O que foi encontrado dentro do coração? Qualquer um deles seria capaz de provocar a morte imediata da vítima”. E concluíram que a morte se deu por hemorragia interna traumática. Foi afirmado que não há dúvida que a vítima foi primeiramente ferida em vida, devido a manchas arroxeadas, por instrumento contundente, “não se pode afirmar qual seja. Mãos, pés, cacete, pau?”. Em seguida, confirmaram que nenhum tiro foi dado à queima-roupa porque nas vestes de Shimano a perícia não encontrou vestígios de pólvora (1948, p. 18).

A tia de Shimano, Matzuko Maebala, residente em Tangará, Cafelândia, soube da morte do sobrinho por notícia publicada no *Diário de São Paulo*, do dia 9/10/1946, e prestou depoimento à polícia. Ela confirmou que ele estava no Brasil há três anos, morava na casa dela, mas se ausentou por mais de três meses sem declarar para onde ia e não sabia que ele pertencia à *Shindô Renmei* e à *Tokkotai*.

Ainda prestaram depoimento Tetsuya Jiro, que confirma pertencer à *Tokkotai*, e que esteve no tiroteio ocorrido por volta das onze horas, e também integrantes da caravana de Pedro Borges, Riojo Endo, Takeshi Shirakawa, Mitsuyuki Kono, Katsuo Yagui, Yoshio Abe, que confirma ter sido ameaçado de morte pela *Shindô* (não integrou a caravana, mas chegou ao local após ouvir disparos), Manoel Martins de Freitas (motorista do caminhão), Kahei Hassui. Mais à frente, os mesmos citados aparecem em autos de interrogatório e todos confirmam que foram os *vitóristas* que começaram a atirar primeiro. E, ainda, a informação de que Tetsuya Jiro e Tetsuya Kazuoshi estavam foragidos.

FIGURA 62 - Processo da Promotoria Pública contra
Pedro Sólton Borges e outros, de 10/6/1948, lote n. 80, registro n. 76, p. 13.

No auto de qualificação do subdelegado Pedro Borges (1948, p. 35), ele esclareceu que localizou os dois *Tokkotai* que haviam invadido a casa de Katsuo Yagui e comunicou-se imediatamente com o dr. Eurico José de Miranda, delegado adjunto respondendo pelo expediente da Delegacia Regional de Araçatuba. Este avisou que não havia soldados e nem inspetores de polícia e ordenou que Pedro fosse ao local necessário para proceder à diligência acompanhado de japoneses de sua confiança para

servirem como intérpretes a fim de tornar mais fácil as intimações. Portanto, Pedro Borges seguiu na companhia de seis japoneses: Katsuo Yagui, Mitsuiuki Kono, Takashi Shirakama, Rioji Endo, Kahei Assui e Tashiro de tal. Em São Martinho, ao chamar os residentes da casa, notou que quatro japoneses saíram pela porta da cozinha e ele teria gritado “Calma, rapazes, façam o favor”, ao mesmo tempo em que levantava uma das mãos. Eles se esconderam no cafezal e começaram a atirar contra o declarante que, em legítima defesa, e os que o acompanhavam e estavam a certa distância, abriram fogo contra os *Tokkotai* e que somente depois se verificou que havia um morto. Esses elementos, dias antes, na Fazenda Senador, haviam atirado contra o sargento Jardim e outros dois soldados, Sebastião de Sena e outro conhecido como *Lampeão*. O subdelegado afirmou que ignora quem tenha sido o autor do tiro que matou Shimano, pois na ocasião a “confusão era grande”. Acrescentou que era subdelegado de Braúna desde 1936.

Os “fatos expostos pormenorizadamente levam à conclusão de que o então subdelegado e seus companheiros agiram em legítima defesa ao atirarem na vítima e seus comparsas” (1948, p. 84), segundo o promotor público em comissão (assinatura ilegível) e que, a seu ver, “devem ser impronunciados por esse crime”, datado de 29/1/1949. Na folha seguinte, há anotação do advogado Ênio Soliani ao juiz da comarca, João Guzzo Filho: “À sensata conclusão do honrado representante do Ministério Público, poderíamos acrescentar: Pedro Borges, e seus denodados companheiros, ao invés de se verem processados, mereciam condecorações, por exporem a vida graciosamente, no extrito (*sic*) cumprimento do dever”, em 17/2/1949. Mais à frente, comunicou-se que por decisão do Juízo de Direito da Comarca de Penápolis, datada de 4/3/1949, foi julgada improcedente a denúncia contra Pedro Borges (1949, p. 95).

Segundo o depoimento de seu filho, Valter, Pedro Borges deixou o cargo de subdelegado por volta de 1948 ou 1949. O confronto da comunidade nipônica também afetaria os negócios, pois 90% dos clientes da selaria de Pedro eram orientais. Com dívidas e a fim de liquidar seus negócios em Braúna para mudar-se de cidade, levou carregamento de mercadorias para o Mato Grosso do Sul, onde estava seu irmão Ernesto. Após a venda, foi roubado em seu retorno e ficou sem recursos.

De acordo com o relato de Maria Carmem aos filhos, anos depois, nessa cidade, dois agentes do governo de São Paulo teriam procurado o ex-subdelegado Pedro Borges “a fim de corrigir o erro cometido”. Para dar andamento a isso, ele teria de assinar uma procuração. A esposa foi avisá-lo da presença dos visitantes e ele, já escaldado, disse a

Maria Carmem que iria buscar o *trem de carga*. A esposa pediu então para os dois correrem, pois o marido voltaria armado dos fundos da casa. Pedro teria gasto muitos recursos com o processo movido pela Promotoria Pública no governo de Adhemar de Barros (1947-1951).

Em Penápolis, não houve registro de novos atentados contra Pedro Borges que passou o restante dos seus dias cuidando da sua selaria ao lado dos filhos Alonso, Vantuil, Valter e Eloberto. Pedro acabaria falecendo aos 57 anos, em 18/8/1963, vitimado por um enfarto fulminante.

7.4.3 Outros documentos

Na pesquisa empreendida na Delegacia de Polícia Civil de Penápolis foram encontrados os prontuários de diversos japoneses presos simultaneamente, com anotação de ordem política como motivação, ou para averiguação. Verificou-se que as prisões se iniciaram no ano de 1942 e prosseguiram até 1946, somando trinta pessoas:

Em 1942:

Em 12/2, Arlindo Mion Tirotini, de Promissão, prontuário n. 3.844.

Em 14/3, Tetsusuki Tamaro, de Lins, prontuário n. 3.855; Noda Guenko, de Getulina, prontuário n. 3.856.

Em 15/3, Makoto Takahashi, de Valparaíso, prontuário n. 3.860.

Em 21/3, Yujiro Goto, de Penápolis, prontuário n. 3.873.

Em 22/3, Mohei Matssura, de Araçatuba, prontuário n. 3.859. Taraok Kamiya, de Penápolis, prontuário n. 3.874.

Em 24/3, Shinsuki Yuassa, de Pereira Barreto, prontuário n. 3.861.

Em 27/3, Takaki Denji, de Alto Alegre, prontuário n. 3.816.

Em 28/3, Yostaro Oda, prontuário n. 3.832; Keigi Izuno, do bairro Dois Bracinhos, prontuário n. 3.840; Gen Ichi Morimoto, de Cafelândia, prontuário n. 3.848; Kaneo Minamizaki, de Cafelândia, prontuário n. 3.849; Kutuza Hukoshima, de Nova Promissão, prontuário n. 3.850; Katsuo Yamamoto, de Cafelândia, prontuário n. 3.851.

Em 2/9, Taro Matsumoto, de Penápolis, prontuário n. 4.231.

Em 10/9, Kazuo Thio, de Penápolis.

Em 20/9, Taji Higa, de Penápolis.

Em 21/11: Sadaji Fujisarua, prontuário n. 4.233.

Em 23/12: Ueiji Shimisu, de Andradina, prontuário n. 4.251.

Em 1943:

Em 28/2: Hyakumatsu Kuada, prontuário n. 4.575.

Em 30/3: Magoji Jikihara, prontuário n. 4.602.

Em 7/4: Kanegae Mitoshi, prontuário n. 4.628.

Em 3/12: Seiji Miney, prontuário n. 4958; Kuneji Anabuki, prontuário n. 4.960.

Em 1944:

Em 9/6: Usaburo Tsugifuji, prontuário n. 6.036; Saiti Aoyama, prontuário n. 6037.

Em 1946:

Em 7/4, Tsuneo Kazwa, de Penápolis, prontuário n. 6.401.

Em 10/4, Kiyoji Ono, prontuário n. 6.405.

Em 14/4, Naoyoshi Shirakasin, de Penápolis, prontuário n. 6.036; Shinpei Yamashita, de Penápolis, prontuário n. 6.391; Yaichiro Nakamura, de Penápolis, prontuário n. 6.392.

Percebeu-se que a maior parte dessas detenções ocorreu na região de Penápolis com a II Guerra Mundial ainda em curso. É preciso observar que, ao se fazer o levantamento desses dados, obteve-se a informação que a antiga delegacia de polícia da cidade teve seu arquivo prejudicado com o teto que ruiu, em um temporal, e muitos documentos foram destruídos. Assim, esses trinta nomes listados anteriormente não expressam a totalidade de orientais detidos, nessa cidade, mas sinaliza apenas uma mostra da perseguição desencadeada nesse período.

Em levantamento realizado no Arquivo do Estado de São Paulo, especialmente em relação ao Prontuário n. 108.981 da *Shindô Renmei*, foi possível encontrar, segundo a visão oficial que os maiores núcleos orientais se encontravam em Cafelândia, Tupã, Lins¹³⁸ e Bastos (vol. 1). Nele também consta relatório ao Serviço de Informações (SS) da Secretaria de Segurança Pública (DEOPS), de 20/3/47, com dados referentes aos integrantes da organização na região de Braúna. Da lista de vinte e um nomes da *Tokkotai* na região, oito são apontados como de Braúna. Os demais são de Garça, Tupã, Oswaldo Cruz, Cafelândia, Marília e Bastos.

Assim, em Braúna, foi possível encontrar:

¹³⁸ Os municípios de Lins e Promissão surgiram do loteamento feito por Shuei Uetsuka, funcionário da Companhia de Imigração Imperial. NAKADATE, 1988, p. 117.

- Luiz Itiro Nagahiro, 26 anos, atacou a tiros de revólver, em 10/7/46, no bairro de Eitakú,¹³⁹ o japonês Yoshio Abe.

- Motonabu Iritani (Guaporanga, Braúna) foi cúmplice de Kazuyoshi Tetsuya e foi encontrado na casa de Ryioji Okamoto, em Vera Cruz.

- Hiromassa Nishiyama, 30 anos, figura como integrante do grupo de Iritani, e tentou assassinar, em 10/7/46, no bairro Nova Promissão, o *esclarecido* Tadao Watanabe.

- Nagahiro volta à carga dias depois contra Katsuo Yagui, em 16/7/46, também em Braúna, agindo em conjunto com Motonabu Iritani e Kiey Oba (Guaporanga, Braúna). Indiciados em inquérito de expulsão foram encaminhados à Ilha Anchieta.

Entre os foragidos listados: Kazuyoshi Tetsuya, do bairro Senador, que atacou Yagui, em sua residência, em 1º/7/46, a tiros de revólver. Iritane e Namiji (ou Namide) Shimano também estão envolvidos neste atentado. Este último foi morto no dia 1º/10/1946, em encontro com a caravana de Araçatuba, segundo este volume do processo.

- Motossuka Matsuka (Perobal, Braúna), 45 anos, seria o chefe da *Tokkotai* na Alta Sorocabana e Alta Noroeste. Seu grupo é autor de vários crimes de morte. Do grupo de Matsuka também aparecem como cúmplices, no volume 1 do processo, os nomes de Kiey Oba e Gunzi Shina.

- Hitoshi Ohara (Guaporanga, Braúna), 23 anos, é apontado como o assassino dos irmãos Mori (Goichi e Moichi), em Bilac, em 10/7/46. Vulgarmente chamado de Chico, foi cúmplice de Joaquim Kato.

No volume 2, encontra-se a carta de rendição e Hiroíto autorizando Mamoru Shigemitsu Zyosanmi, 1ª classe da Ordem Imperial do Sol Nascente, a assinar o documento. Também foi possível encontrar fotos da casa do Kikawa (rua Vergueiro, 3.427), da sede da *Shindô*, na rua Paracatu, 96, e da rua Caramuru, 1.069.

Como representantes da *Shindô*, em Promissão, apontam-se Junji Shimizu e Magosaburo Ofuji (ou Daito). Em Penápolis, Kinzo Idemori, Kenzo Kajita, Naokiti Marui e Okokiti Marui.

Nos volumes 3, 4 e 6 não foram encontradas informações relevantes para esta pesquisa. No volume 5, há jornais com recortes sobre greve de fome dos que estavam presos e notícias da Casa de Detenção. Dos oitenta indicados à expulsão no processo da *Shindô Renmei*, que efetivamente não ocorreu, nenhum é de Braúna.

¹³⁹ Na verdade, este bairro não existe em Braúna. A referência da polícia deve ter sido o bairro indígena dos kaingangues Icatú. Esse povo indígena podia ser encontrado também na Noroeste de São Paulo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos humanos constantes, ao longo da nossa história, alteraram destinos e o panorama dos continentes, seus dados estatísticos e econômicos, mas acima de tudo acarretaram fenômenos profundamente humanos. Os imigrantes ao se arriscarem além das suas fronteiras conhecidas enfrentaram o novo. Mas o que se revelou como novo, afinal?

Em comum, os imigrantes tinham em sua bagagem expectativas a mais de um futuro promissor e oportunidades diversas, uma perspectiva nem sempre concretizada quando embarcavam, distanciando-se de seus países de origem. A esperança e o sofrimento são renovados de tempos em tempos. A incompreensão também. O estranhamento frente ao outro, ao *exótico*, e a xenofobia reverberam igualmente. Há a sensação de pertencimento à sua terra e o não-pertencimento à terra a qual se acerca, uma dualidade que requer compreensão, acolhimento e políticas públicas. A imigração deve ser compreendida como um movimento político. A discordância existente em relação às condições propostas, sejam elas sociais, econômicas, climáticas, coloca um povo em marcha.

No Brasil, os imigrantes de diversas nacionalidades enfrentaram momentos extremamente opostos, *desejáveis* quando chamados às zonas cafeeiras de São Paulo, integrando o projeto político-ideológico de *branqueamento* da matriz nacional após o fim da escravidão e *indesejáveis* ao reivindicar condições mínimas de existência e liberdade. A polícia tornou-se presença constante em sua vida, seja pela vigilância, detenção ou quando o imigrante era solto e obrigado a comparecer com frequência às delegacias. Na gênese dos rótulos *comunista*, *anarquista*, *adepto de culturas exóticas* e *quinta-coluna*, utilizados pelo aparato repressivo, o sentido de indisciplina e traição.

Os anos 1930-1940, ponto central desta dissertação, registraram forte crise política, coincidente com o fascismo ascendente no âmbito europeu. Com o governo ditatorial de Getúlio Vargas em curso, sua Polícia Política invadiu casas, usou de violência, prendeu trabalhadores, desfez famílias, relegou-as à miséria, ao exílio e à morte.

A repressão promovida apoiou-se no repertório de ameaça às instituições, aos valores e à segurança nacional perante um complô comunista internacional inexistente. Dos 10 mil presos políticos da ditadura Vargas, muitos eram imigrantes e tiveram seus destinos alterados.

Como esse autoritarismo deu-se via golpe, não por meio de uma sigla partidária, nessa mítica, a ameaça externa rotulada de *ideologias exóticas e extremistas* queria justificar o uso da força e o poder centralizado. A ameaça comunista, tema obsessivo a Vargas, oferecia as condições ideais para a construção de um inimigo real ou imaginário, independente de qualquer coloração, funcional ao clima de instabilidade que se queria criar a fim de oferecer uma salvação nacionalista.

Assim, a hipótese inicialmente abordada – a perseguição aos estrangeiros, no Brasil, intensificou-se diante do conflito espanhol e a II Guerra Mundial – apontou para sua confirmação cada qual por razões específicas elencadas ao longo desta dissertação.

Em relação às problematizações levantadas, não ocorreu propriamente um temor que houvesse aqui a consolidação de experiência comunista a exemplo da existente na Espanha onde, na verdade, os comunistas não representavam o grupo mais forte quando se iniciou o conflito civil em 1936. Somente com o decorrer da guerra e por questões pontuais à sua história adquiriram representatividade.

Quanto à Insurreição de 1935, no Brasil, sua liderança fundamental era militar, com elementos ligados ao tenentismo, sendo minoritário o número de civis e operários. O que ocorria, na verdade, era um embate antifascista, fenômeno similar no restante do mundo.

A respeito da segunda problematização observada – se o episódio da *Shindô Renmei* representaria a possibilidade de expansionismo oriental –, com a derrota do Japão no conflito mundial, não haveria condições concretas para isto. Anteriormente, com a chegada de levas de imigrantes japoneses, o número da comunidade era inexpressivo frente a outras nacionalidades a ponto de se constituir em ameaça real, apesar do fato de a colônia aqui reunida ser a maior fora do arquipélago. Em ambos os casos, o discurso oficial serviu ao projeto populista e nacionalista de Getúlio Vargas com os golpes de 1930 e 1937, sua continuidade até 1945, e seu retorno entre 1951 e 1954.

Em relação à pesquisa desenvolvida quanto aos espanhóis, corroborou-se a hipótese de que Manoel Mas Herrera envolveu-se em atividades sindicais, possuía posicionamento político, mas não necessariamente comunista, e, ainda, sofreu represálias quanto à sua religião, o Espiritismo.

Quando expulso para a Espanha, em Valência, engajou-se como operário nas forças republicanas e legalistas quer por convicção, que por opção, porque na zona nacionalista e rebelde inevitavelmente seria executado.

A hipótese de abuso de autoridade e de erro jurídico tende a se comprovar em relação a Manoel Mas Herrera, uma vez que teve *habeas corpus* negado, foi expulso do Brasil antes do trâmite final do processo no Tribunal de Segurança Nacional. Em 1945, a anistia geral para todos os condenados por crimes políticos praticados a partir de julho de 1934 não pôde ser alcançada por ele. Como reabilitar uma pessoa morta em 1937 pelas forças rebeldes na Espanha a quem não foi oferecida a possibilidade de defesa?

Manoel Mas Herrera exemplificou, ainda que individualmente, a criminalização ocorrida contra outros trabalhadores da colônia espanhola, especialmente no período 1935-1937 de notória repressão.

A outra corrente imigrante analisada, a nipônica, igualmente sofreria criminalização por aspectos específicos, étnicos e culturais, além de dificuldades de comunicação, fato agravado com o episódio da *Shindô Renmei*.

A própria censura estabelecida geraria o desencontro de informações quanto ao desfecho da guerra mundial. No microcosmo da cidade de Braúna (SP), pretendeu-se analisar parte dos reflexos da cisão ocorrida na colônia japonesa, com o episódio da *Shindô Renmei*, inclusive para brasileiros que se envolveram no conflito como o subdelegado Pedro Sólon Borges, o Pedro *Seleiro*.

Portanto, a conclusão a que se pôde chegar é que, tanto no caso espanhol como no oriental, o governo Vargas utilizou-se de um discurso mítico, elegendo supostos inimigos a fim de justificar sua era ditatorial.

Com o objetivo principal de dar espaço a essas vozes dignas que a história oficial quis silenciar, espera-se ter suprimido parte desta ausência e testemunho.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Blanca Sanchez. **Una nueva serie anual de la emigración española: 1882-1930**. Madrid: Revista de Historia Económica, año VIII, n. 1, 1990.
- ALONSO, Maria Ángeles Sallé (coord.); EYNDE, Ángeles Van den. **La emigración española en América: historias y lecciones para el futuro**. España: Ministerio de Trabajo e inmigración; Fundación Directa, 2009.
- ALVES, Alexandre. **Imigrantes de São Bernardo**: memória dos confrontos. Revista Histórica, n. 3, abr./2001, p. 42-45. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- ALVES, Paulo. **A verdade da repressão**: práticas penais e outras estratégias na Ordem Republicana (1890-1921). São Paulo: Arte e Ciência; UNIP, 1997.
- AQUINO, Maria Aparecida et all. **A constância do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político - Famílias 10 e 20. Col. Dossiê Deops/SP: Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro, vol. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.
- _____. **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP**. O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40. Col. Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro, vol. 3. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002b.
- BAHIENSE DA SILVA, Carlos Leonardo. **Em nome do imperador**: reflexões sobre a Shindo Renmei e sua campanha pela preservação da etnicidade japonesa no Brasil (1937-1950). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006. Dissertação de Mestrado.
- _____. Carlos Leonardo. **“Reinado de terror”**: o fascismo japonês em terras brasileiras – O caso Shindô Renmei. Revista Eletrônica Tempo Presente. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_carlos_leonardo_bahiense_2006.pdf . Acesso em março de 2014.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Sílvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI Oswaldo Mario Serra. **Atlas da imigração internacional em São Paulo (1850-1950)** São Paulo: Unesp; Fapesp, 2008.
- BATTIBUGLI, THAÍS. **A solidariedade antifascista**: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939). Campinas: Autores Associados; Edusp, 2004.
- BEEVOR, Antony. **A batalha pela Espanha**: a guerra civil espanhola: 1936-1939. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945) – Módulo VIII – Geopolítica do controle.** São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BUADES, Josep M. **A guerra civil espanhola.** São Paulo: Contexto, 2013.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Estrangeiros e Ordem Social: São Paulo (1926-1945).** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 17, n. 33, 1997, p. 201-237.

CAMPOS, Maria José. **Cassiano Ricardo e o “mito da democracia racial”:** uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 140-155, dez./fev. 2005-2006.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência: A polícia da Era Vargas.** 2. ed. Brasília: UNB Editora, 1994.

CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. **Hambre de tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista (1880-1930).** São Paulo: Lazuli, 2005.

_____. **Espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: protagonistas ou coadjuvantes.** **História Hoje** - Revista Eletrônica de História, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, v. 2, p. 1-16, 2005b.

_____. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia.** São Paulo: Edusp; Fapesp, 2009.

CARIGNATO, Taeco Toma. **O caminho dos súditos: do terror ao terrorismo.** Revista Psicanálise e Sociedade. São Paulo: PUC, 1998-1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **São Paulo metrópole das utopias: histórias de repressão e resistência no arquivo DEOPS.** São Paulo: Lazuli; Nacional, 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **A tolerância como virtude.** Revista USP, São Paulo, n. 69, p. 6-13, mar./maio 2006.

CARR, Raymond. **Estudios sobre la República y la Guerra Civil española.** Barcelona: Editorial Ariel, 1973.

CORREIO PAULISTANO. Cincoentenário da República 15/11/1889 – 15/11/1939. São Paulo: Correio Paulistano, 1940.

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. **Lembranças da imigração: cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930).** Bauru: EDUSC, 2004.

DEZEM, Rogério; TAKEUCHI, Márcia Yumi. **Os japoneses e o DEOPS (1937-1948).** Revista Histórica, ano 2, n. 2, ago./2000. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: terrorismo e repressão. Módulo III – Japoneses.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

_____. **Um exemplo singular de política imigratória:** subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos pioneiros de colonização japonesa no estado de São Paulo (1910-1930), 2000b. Projeto Proin. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_politica_imigratoria.pdf. Acesso em: jan. 2014.

_____. **O caso Shindô-Renmei no Arquivo do Estado:** fragmentos de uma história a ser contada... São Paulo: Revista Histórica, n. 6, p. 17-21, mar. 2002. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

_____. **Matizes do “amarelo”:** a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). Histórias da intolerância, vol. 4. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005.

DIAS, Eduardo. **Um imigrante e a revolução:** memórias de um militante operário (1934-1951). São Paulo: Brasiliense, 1983.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935).** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **O comunismo no Brasil.** 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELLIS JR, Alfredo. **Populações paulistas.** Série V, Brasiliana, vol. XXVII. São Paulo: Editora Nacional, 1934.

FAUSTO, Boris. **Controle social e criminalidade em São Paulo:** um apanhado geral (1890-1924). In: Pinheiro, Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Imigração e participação política na Primeira República:** o caso de São Paulo. XVII Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais: Caxambu, 1993.

_____; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto; SAKURAI, Célia. **Imigração e política em São Paulo.** São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995.

FERNANDES, Alexandre. **A verdade sobre a Shindô Remmei.** São Paulo: s. n., 1949.

FERNANDEZ, Jesus Garcia. **La emigración exterior de España.** Barcelona: Ariel, 1965.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os imigrantes...** o café e a imigração em São Paulo. São Paulo: edição do autor, 1999.

GATTAZ, André Castanheira. **Braços da resistência:** uma historia oral da imigração espanhola. São Paulo: Xamã, 1996.

GITELMAN, Abrão. **A propósito da Shindô Renmei.** Revista Histórica, n. 2, set./out./nov. 2000. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

- GRAHAM, Helen. **Guerra civil espanhola**. Porto Alegre: LPM, 2013.
- HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.
- HATANAKA, Maria Lúcia Eiko. **O processo judicial da Shindo-Remmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fundação Japão, 2002.
- HEBENSTREIT, Maria. **La oposición al franquismo en Puerto de Sagunto (1958-1977)**. Valência: Universitat de València, 2014.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Fapesp, Unesp, 2006.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KLEIN, Herbert S. **A Imigração Espanhola no Brasil**. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1994.
- KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. **O Deops e a Shindô-Renmei**. São Paulo: Revista Histórica, n. 6, p. 12-16, mar. 2002, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LOBO, Bruno. **Esquecendo os antepassados, combatendo os estrangeiros**. Rio: Alba, 1935.
- LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- MACIEL, Anor Butler. **Expulsão de estrangeiros**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **Espanhóis em São Paulo: modos de vida e experiências de associação**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo: PUC, n. 12, p.173-192, 1995.
- MAGALHÃES, Fernanda Torres. **O suspeito através das lentes. O DEOPS e a imagem da subversão (1930-1945)**. São Paulo: Imprensa Oficial; Humanitas; Fapesp, 2008.

- _____. **A polícia política e a vigilância na sociedade disciplinar: o caso DEOPS-SP.** Revista Histórica, n. 10, p. 20-24, mar./abr./maio/2003, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro** (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MATTHEWS, Herbert L. **Metade da Espanha morreu:** reflexões atuais sobre a Guerra Civil Espanhola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois.** São Paulo: Unesp, 2011.
- MIRANDA, Mario Botelho de. **Shindô Remmei:** terrorismo e extorsão. São Paulo: Saraiva, 1948.
- MITA, Chiyoko. **Bastos.** Uma comunidade étnica japonesa no Brasil. São Paulo: Humanitas; FFLCH USP, 1999.
- MORAES, José Damiro de. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República.** Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_052.html>. Acesso em: out 2013.
- MORAES, Maria Blassioli. **As entrelinhas do serviço secreto.** Revista Histórica, n. 15, jul./ago./set. 2004. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- MORAES, Maria Blassioli; SANTOS, Elisabete Mitiko W. dos. **Prosperidade, cárcere e liberdade:** um histórico do antigo prédio do DEOPS. Revista Histórica, n. 13, p 27-35, jan./fev./mar. 2004, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- MORAIS, Fernando. **Corações sujos:** a história da Shindo Renmei. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MOURA, Soraya (org.). **Memorial do Imigrante:** a imigração no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- MOVSCHOWITZ, Jeronymo. **Nem negros nem judeus:** a política imigratória de Vargas e Dutra (1930-1945). Rio de Janeiro: PPGH-UERJ, 2001.
- NAKADATE, Jouji. **O Japão venceu os Aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social “Shindô-Remei” em São Paulo.** São Paulo: PUC/SP, 1988. Dissertação de Mestrado em História.
- NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg:** torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- NEIVA, A. H. **O Serviço de Registro de Estrangeiros.** In: Revista da Imigração e Colonização, Ano I, n. 1. RJ: 1940.

NEIVA, A. H. 1927 apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de, p. 7, em seu artigo **Arthur Neiva e a “questão nacional” nos anos 1910 e 1920**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol.16, supl. 1, p. 246-264, jul. 2009.

NEVES, Herculano. **O processo de Shindo Remmei e demais associações secretas japonesas no Brasil**. São Paulo: Linográfica, 1960.

NOMURA, Diogo. **Discurso em simpósio sobre as origens e evolução das famílias brasileiras**. Instituto Genealógico Brasileiro e a Academia Paulista de Letras, jun. 2000.

NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

OKUBARO, Jorge J. **O súdito: banzai, Massateru!** 2. ed. revista. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

PARRA, Lúcia Silva. **Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)**. Coleção Inventário do DEOPS, vol. VII. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **A expulsão dos indesejáveis na Era Vargas**. Revista Histórica, nº 3, p. 29-31, abr./2001. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

_____. **Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2012.

RODRIGUES FILHO, Agostinho. **Bandeirantes do Oriente!** Drama íntimo dos japoneses no Brasil. São Paulo: Bandeirantes, 1949.

ROSE, R. S. **Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAKURAI, Célia. **A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil**. In: FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto; SAKURAI, Célia. **Imigração e política em São Paulo**. Série Imigração, vol. 6, p. 127-177. São Paulo: Sumaré; Fapesp, 1995.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. **Espanhóis hacia América: la emigración en masa (1880-1930)**. Madrid: Alianza, 1988.

SANTANA, Márcio Santos de. **Sob o signo da transformação: metrópole, juventude e repressão**. IN: **São Paulo metrópole das utopias: histórias de repressão e resistência no**

arquivo DEOPS. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). São Paulo: Lazuli; Nacional, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Uma história do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1992.

SOUZA, Ismara Izepe de (org.). **República espanhola: um modelo a ser evitado**. Col. Inventário Deops, Módulo IV: espanhóis. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2001.

_____. **Adiós compañeros: os espanhóis expulsos na Era Vargas**. Revista Histórica, ano 3. n. 4, p. 35-39, jul. 2001b. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial.

_____. **Solidariedade internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)**. Coleção Histórias da Intolerância, vol. 5. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2005.

_____. **Espanhóis: história e engajamento**. São Paulo: Lazuli; Editora Nacional, 2006. Col. Imigrantes no Brasil.

_____. **O sol vem da Espanha: memória e história política dos espanhóis na Pauliceia (1930-1945)**, p. 307-322. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **São Paulo metrópole das utopias: histórias de repressão e resistência no arquivo DEOPS**. São Paulo: Lazuli; Editora Nacional, 2009.

_____. **Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)**, 2009b, FFLCH. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em ago. 2013.

SOUZA, Ismara Izepe de; TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **Entrevista com Julia Garcia**. Seminários, v. 1, 2002. Disponível em <www.usp.br/proin/download/revista_revista_seminarios>. Acesso em jul. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Arthur Neiva e a “questão nacional” nos anos 1910 e 1920.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol.16, supl. 1, jul. 2009.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945).** Módulo III: Japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. **Os japoneses e as árvores dos frutos de ouro.** In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **São Paulo metrópole das utopias: histórias de repressão e resistência no arquivo DEOPS.** São Paulo: Nacional, 2009.

TAPIA, Alberto Reig. **A Guerra Civil Espanhola: historiografia e revisionismo,** p. 17-48. In: Sebe MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois.** São Paulo: Unesp, 2011.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. **O porto vermelho: a maré revolucionária (1930-1951).** Módulo VI – Comunistas. Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola.** 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

VARGAS, Getúlio, **A Nova política do Brasil,** vol. 5. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **As rebeliões de novembro de 1935.** Revista Novos Rumos, n. 34, mar. 2003. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/a_pdf/revista_novos_rumos_rebelioes>. Acesso em nov. 2012.

VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação.** 3. ed. Série V, Brasileira, vol. 4. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

_____. **Evolução do Povo Brasileiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

VILAR, Pierre. **A guerra da Espanha.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

TOMAIN, Cássio dos Santos. **Janela da alma: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário.** São Paulo: FAPESP; AnnaBlume, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLEMS, Emílio e SAITO, Hiroshi. **Shindô-Renmei**: um problema de aculturação. São Paulo: Revista Didática e Científica, s/d.

FILMOGRAFIA CITADA

E A PAZ VOLTA A REINAR NA ÉPOCA DA SHINDO-REMMEI. Direção: Den Ohinata, 1956.

CORAÇÕES SUJOS. Direção: Vicente Amorim, 2012.

YAMI NO YCHINICHI: O crime que abalou a comunidade japonesa no Brasil. Direção: Mario Jun Okuhara, 2012.

RELATÓRIOS

Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e outras Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1907. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/pdfs/RSA19060000.pdf>>. Acessado em: 8 jul 2012.

Relatório sobre Núcleos Coloniais - Arquivo Público do Estado de São Paulo - Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/nucleos.php>>. Acesso em: ago 2013.

PRONTUÁRIOS DEOPS/SP E DOSSIÊS NO ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Associação dos Amigos do Povo Espanhol - Prontuário n. 10.503

Albertino Marques Barreto, Prontuário n. 2115

Andrés Rodríguez Barbeito, Prontuário n. 3.817

Antonio Miguel Herrera Esteban, Prontuário n. 3.834

Comité Central de Propaganda de España Republicana – Prontuário 80.136

Diogo Herrera, Prontuário n. 4.593

Eugenio Alonso, Prontuário n. 3.766

José Herrera, Prontuário n. 4.318

José Moreno Sanchez, Prontuário n. 4.669

José Moreno Filho, Prontuário n. 3842

Julia Garcia y Garcia, Prontuário n. 3.828

Higino Alonso Delgado, Prontuário n. 192

Manoel Gonzalez, Prontuário n. 4.254

Manoel Mas Herrera, Prontuário n. 4.670

Maximiliano Miguel Mas Herrera, Prontuário n. 3.072

Thomaz Mas Herrera, Prontuário n. 3.764

Niponismo, Prontuário n. 8.342

PRONTUÁRIOS DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PENÁPOLIS

Pedro Borges, prontuário n. 6.472

Maximiliano Miguel Mas Herrera, Prontuário n. 1.889

FÓRUM DE PENÁPOLIS

Processo da Promotoria Pública contra “Pedro Sólon Borges e outros”, de 10/6/1948, lote n. 80, registro n. 76, do livro 2

PRONTUÁRIO DO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL NO ARQUIVO NACIONAL (RJ)

Processo contra Eugenio Alonso e outros, composto de quatro volumes e um apenso, de 26/2/1938, atrelado ao processo n. 283 da Secretaria [de Estado dos Negócios da Segurança Pública] e 127 do Cartório de São Paulo, segundo o documento C8.0.APL.127 ap.1.

OUTRAS FONTES DE CONSULTA

Depoimentos e documentos familiares reunidos

Hemeroteca da Biblioteca Municipal de São Paulo Mario de Andrade

Madrid, Espanha – Archivo General del Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación y Biblioteca Migraciones, da Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración do MTAS

Memorial do Imigrante

www.migraventura.net/pais-pais/brasil

APÊNDICE A – Caminhos da pesquisa

Para a devida contextualização sobre a imigração, os documentos que a embasaram foram o Relatório da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, de 1907 (ano-base 1906) e o Atlas da Imigração Internacional em São Paulo (1850-1850) de Maria Bassanezi et al. (2008), que trazem especificidades das imigrações espanhola e japonesa.

Durante a pesquisa, ocorreram críticas aos números brasileiros sobre os espanhóis, pois não se distinguiram imigrantes de turistas e nem os que entraram clandestinamente e, ainda, foram contabilizados duas vezes aqueles que estavam apenas retornando. Assim, os dados disponíveis pelo portal espanhol Migraventura, sob os cuidados de acadêmicos, e os trabalhos de Blanca Sanchez Alonso e Nicolás Sánchez-Albornoz (1988) foram fundamentais para refletir essa contradição numérica.

Para os anos 1930 e o Estado Novo, como apoio teórico, o trabalho do pesquisador estadunidense R. S. Rose, o primeiro civil a examinar os arquivos secretos da Polícia Política, no Rio de Janeiro, cuja pesquisa está reunida em *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social dos brasileiros (1930-1954)* (2001). Elizabeth Cancelli, em *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas* (1994), reforçou dois pontos de vista essenciais: que o plano de Vargas era a manutenção do clima de instabilidade para justificar seu governo discricionário que se engajou na luta internacional contra o comunismo por meio de acordos secretos que envolviam o FBI e a Gestapo.

Para a saga espanhola, apresentou-se o estudo de caso específico dos Mas Herrera. Para compor este capítulo, analisaram-se os três processos familiares existentes no DEOPS/SP, no Arquivo do Estado de São Paulo, antes apenas citados em seis trabalhos acadêmicos, sem a devida contextualização e o confronto com documentos, cartas e depoimentos, o que foi realizado nesta dissertação.

A saber, em dois livros: o de Maria Aparecida Aquino et al, *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP. O anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro. Famílias 30 e 40*, 2002; Mariana Cardoso Ribeiro. *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas (1930-1945). Histórias da repressão e da resistência*, 2012.

E em quatro artigos: Marly de A. G. Vianna. *As rebeliões de novembro de 1935*. Revista Novos Rumos, n. 34, 2003. Ismara Izepe de Souza e Rodrigo Rodrigues.

Entrevista com Julia Garcia. Seminários, v. 1, 2002. E, ainda, Alzira Lobo de Arruda Campos. *Estrangeiros e Ordem Social: São Paulo (1926-1945)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n. 33, 1997. E especialmente a afirmação com exceção de Julia e Victor Garcia, nada se sabe sobre os destinos dos demais espanhóis expulsos in Ismara Izepe de Souza. *Adiós compañeros: os espanhóis expulsos durante a Era Vargas*. Histórica, SP, v. 4, jul. 2001, que motivou a investigar o destino de Manoel Mas Herrera após sua saída do Brasil.

Esse ineditismo auxilia no *corpus* desta dissertação ao lado do processo existente no Tribunal de Segurança Nacional, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, referente aos Mas Herrera e outros espanhóis, composto por 716 páginas, também pesquisado pela primeira vez, no caso da família em estudo, mas não foram encontradas referências em outros estudos sobre esse processo.

Também há registro do tronco da família de Tomas Mas Calvo, pai dos Herrera, no Consulado Geral da Espanha, em São Paulo, em seus livros *Inscripción de Súbditos Españoles Residentes en el Distrito Consular*, com dados de 1893 a 1922, constituindo-se em mais um documento de elucidação. Marília Dalva Klaumann Cánovas traz um trabalho interessante junto ao Consulado, que apontou para dados existentes sobre a família Mas Herrera, pois os imigrantes eram obrigados a reportar mudanças de endereço e de atividades, gerando um banco de dados essencial para se estabelecer sua trajetória. Esse arquivo ainda não pode ser consultado devido às negativas do Consulado da Espanha.

Quanto à imigração japonesa, tornou-se essencial a contribuição dos especialistas Rogério Dezem, Marcia Yumi Takeuchi, Jouji Nakadate e o material compilado pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa em *Uma epopeia moderna*, por ocasião dos 80 anos da imigração. Foi possível estabelecer relações e reunir dados essenciais nos diversos trabalhos consultados, possibilitando a construção de um painel de vital importância para esta dissertação.

Este trabalho de pesquisa se completou com o acesso aos arquivos Niponismo e *Shindô Renmei* do DEOPS/SP e o inventário do Projeto Integrado do Arquivo do Estado (Proin) da Universidade de São Paulo, sob a coordenação de Maria Luiza Tucci Carneiro.

Neste trabalho, contou-se com a contribuição dada por fontes orais a fim de vislumbrar especificidades próprias da comunidade nipônica em torno de um evento incomum como foi o da *Shindô Renmei*. Por isso, uma série de livros e filmes refletiram

a necessidade de se entender o fenômeno. O jornalista e escritor Jorge Okubaro e o parlamentar Aurélio Nomura prestaram depoimentos que contribuíram com suas avaliações sobre a imigração japonesa e os motivos que justificaram o surgimento da *Shindô Renmei*.

Quatro estudos jurídicos sobre a sociedade japonesa foram profícuos para o entendimento do pensamento predominante à época no calor do acontecimento dos fatos: o de Mário Botelho de Miranda e seu *Shindô Renmei: terrorismo e extorsão* (1948), Alexandre Fernandes e *A verdade sobre a Shindô Remmei* (1949), para refutar os argumentos de Botelho. *O processo de Shindô Renmei e demais associações secretas* (1960) de Herculano Neves, e um trabalho mais contemporâneo, de Maria Lucia Eiko Hatanaka e *O processo judicial da Shindô-Remmei: um fragmento da história dos imigrantes japoneses no Brasil* (2002).

Fernandes e Miranda se atacaram e este fez o mesmo com o interventor Macedo Soares, defendido por Fernandes, que afirmou estar escandalizado com o fato de Miranda afirmar que “[...] o governador Adhemar de Barros tenha solicitado auxílio dos ‘nisseis’ para ser eleito”. Embora não afirmando, deixa nas entrelinhas transparecer que Barros obteve votos também devido a uma circular da *Shindô*, dirigida aos seus agentes no interior do Estado (FERNANDES, 1949, p. 57).

Ainda segundo Fernandes: “Para dar uma ideia sobre o costume nipônico de se organizarem em clubes e sociedades, vou citar as 233 agremiações japonesas – tão secretas quanto a *Shindô Remmei* – existentes do Estado de São Paulo, até o ano de 1933 e das quais as autoridades tinham amplo conhecimento”,¹⁴⁰ dando conta de 21.982 associados. Em sua linha de raciocínio, não existiam sociedades secretas. Ao se referir à sociedade *Zaihaku Daí Nipon Teikoku Zaigo Gunjin Kai*, afirmou que: “aconteceu com essa sociedade o mesmo que à *Shindô Remmei*. Antes de registrar os seus estatutos na Delegacia de Ordem Política e Social, muito antes disso, verificaram-se desavenças e desvios de dinheiro”.¹⁴¹ E ainda, segundo investigação própria, a *Shindô* não era secreta e não havia mandado matar ninguém: “os crimes verificados foram todos originados por outros motivos. Razões puramente pessoais”.¹⁴² Mais à frente: “Qual seria a razão dessa onda de crimes? Julgamos, isso se deve a um complexo razoável sob o ponto de vista sentimental e psicológico. Longe da Pátria, dos parentes e dos amigos, num ambiente novo e estranho, aqueles homens entregavam-se à bebida, buscando provavelmente um

¹⁴⁰ Ibid., p. 61.

¹⁴¹ Ibid., p. 91.

¹⁴² Ibid., p. 96.

lenitivo às suas mágoas. E, no calor alcoólico, era fácil qualquer explosão de sentimentos menos equilibrados (FERNANDES, 1949, p. 120).

Em Nakadate, encontramos depoimento que traz este ponto de vista: “a Shindô Renmei não tinha nada a ver com o terrorismo, nem mesmo a defesa da vitória do Japão. Foi defendido (*sic*) a vitória para que os lavradores não desanimassem no seu trabalho. O programa central de *Shindô Renmei* é a divulgação do espírito japonês (*yamato damashi*) que não suporta nem humilhação, nem derrota” (1988, p. 610).

Uma epopeia moderna (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992) contém capítulo sobre esses anos conturbados. Taeco Tuma Carignato (1998) publicou artigo sobre a *Shindô* e, nesse mesmo ano, surgiu a dissertação de Jouji Nakadate (PUC/SP): *O Japão venceu os Aliados na Segunda Guerra Mundial? O movimento social da Shindô Renmei*.

A partir de 2000, aparecem outros inúmeros trabalhos sobre o tema com Rogério Dezem, em função da sua atuação no projeto PROIN, culminando com *Corações Sujos* (2000), de Fernando Morais, *best seller* que inspiraria o o filme de ficção homônimo de Vicente Amorim (2012). As telas também ganharam o documentário de Mario Jun Okuhara, *Yami no Ichinichi - O Crime que abalou a Colônia Japonesa no Brasil* (2012), que trouxe o depoimento de um *Tokkotai* que afirmou que não era da *Shindô* e foi sua a convicção pessoal de atacar algumas pessoas, pois elas ‘mereciam ser mortas’. Tokuichi Hidaka tinha 19 anos, em 1946, e foi um dos autores do assassinato do coronel Jinsaku Wakiyama. Entregou-se à polícia com o restante do grupo e cumpriu 15 anos de prisão na Ilha Anchieta. Liberto, foi condenado ao ostracismo sem oportunidade para contar a sua versão.

O primeiro dos filmes a tratar do tema é de 1956, *E a paz volta reinar na época do Shindô Renmei*, dirigido por Den Ohinata, da Produção Cinematográfica Liberdade. Em seu enredo, o fato de no interior do Estado de São Paulo, em 1947, um imigrante japonês, adaptado culturalmente ao país e noivo da filha de um fazendeiro brasileiro, ver-se envolvido com a crescente tensão de seus compatriotas. Frente a isto, um grupo de estelionatários tira proveito da situação, vendendo ienes desvalorizados.

Célia Sakurai e Bóris Fausto têm um dos poucos trabalhos sobre a participação dos imigrantes no cenário político, *Imigração e Política na Primeira República* (1995).

Pareceu de suma importância ao menos ilustrar que houve todo um cerceamento jurídico em torno do imigrante, presente já na Constituição de 1891, que foi sendo aprimorado ao longo do tempo em função da atuação política dos estrangeiros, dos fatos

ocorridos no plano internacional, daqueles que passaram a ser *indesejáveis*. Por isso, sem aprofundar a análise no campo jurídico, que não integra o escopo central desta dissertação, buscou-se brevemente auxílio em Fábio Koifman (2012) e seu *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, Paulo Alves (1997) e *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na Ordem Republicana (1890-1921)* e Anor Butler Maciel (1953) e seu estudo jurídico *Expulsão de estrangeiros*. Também se utilizou a contribuição de Sheldon Leslie Maram (1979) e seu *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*.

O material sistematizado pelo PROIN foi extremamente útil no estudo de caso dos espanhóis por ter facilitado a localização dos prontuários pertinentes à pesquisa.

A contextualização do cenário mítico e xenofóbico contra os espanhóis se complementou o com levantamento de jornais da época, com pesquisa realizada na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, tais como *Diário de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *Correio Paulistano*, com recorte nos anos 1935-1937 e 1945-1947, momentos críticos na construção do discurso contra os perigos *amarelo* e *vermelho*. Também foram localizados alguns jornais espanhóis.

Ainda se utilizaram documentos familiares e cartas censuradas aos quais se teve acesso, bem como depoimentos obtidos de moradores de Braúna e Penápolis e descendentes de Pedro Sólon Borges.

Outro ponto relevante da pesquisa foi localizar o processo dos Mas Herrera no arquivo do Tribunal de Segurança Nacional, no Rio de Janeiro. No processo instaurado, pôde-se perceber que as provas apresentadas contra eles são frágeis e que o pedido de *habeas corpus* de Manoel Mas Herrera foi ignorado.

Ao longo de seus depoimentos, Manoel, Miguel e Tomás insistem em dizer que participaram de reuniões com Eugenio Alonso para a fundação de um sindicato e não sabiam que se tratava de uma ação do PCB. A estrutura do Partido estava subdividida em alguns braços, como o financeiro, o de propaganda e o sindical, e seu desdobramento na hipótese de que as reuniões ocorridas na Noroeste eram efetivamente uma ação do Partido, mas seus participantes não tinham essa informação, apenas Alonso que promovia as reuniões, mais envolvido com questões político-partidárias.

Assim, apresenta-se o resumo das visitas realizadas ao Arquivo do Estado de São Paulo, Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, pesquisa on-line em jornais espanhóis e também em cidades paulistas para a tomada de depoimentos ou coleta de documentos:

DATA	DOCUMENTO PESQUISADO E ENTREVISTAS
8/2/2012	Documento expedido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo - Certidão de Desembarque de Tomas Más Calvo
5/2012	No Arquivo Público do Estado de São Paulo, prontuários de Manoel Mas Herrera (n. 4670, 60 p.), delegacia de Braúna, Ordem Política (OP 0083); Ordem Social (OS 0453 – 1957-1963); delegacia de Araçatuba (OP 0029 e OS 0405 – 1946-1982), Shindô Renmei (Prontuário n. 108.981 – 2 vol.)
19/7/2012	Arquivo Público do Estado de São Paulo, prontuário de Tomas Mas Gonçalves (n. 3.764, 30 p.)
27/7/2012	Arquivo Público do Estado de São Paulo, prontuário de Miguel Mas Herrera (n. 3.072, 27 p.)
8/1/2014	Documento expedido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo - Certidão de Desembarque de Blas Gonzalez Fernandez
20/1/2014	Na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, pesquisa nos arquivos do <i>Correio Paulistano</i> , <i>Folha da Manhã</i> , <i>Diário de S. Paulo</i> , <i>A Gazeta</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i>
20/6/2014	Arquivo Público do Estado de São Paulo, prontuário de Andrés Rodríguez Barbeito (n. 3.817); Eugenio Alonso (n. 3.766); José Herrera (n. 4.318), Diogo Herrera (n. 4.593); Higino Alonso Delgado (n. 192)
20/7/2014	Pesquisa em Poços de Caldas (MG) para tomada de depoimento de Neide Borges Tancredi
22 a 24/7/2014	Pesquisa em Braúna (SP) para tomada de depoimento de Dete Ramos Marolato, Julia Serizawa, Walter Barrionuevo e sua esposa, Alice Ruiz Barrinuevo. Pesquisa em Penápolis (SP), tomada de depoimento de Vantuíl Mas Borges e Valter Máz Borges. E, ainda, pesquisa na Delegacia de Polícia Civil. Entre os prontuários, foi possível encontrar, além dos de Miguel Mas Herrera (prontuário n. 1889) e de Pedro Borges, os de diversos japoneses presos simultaneamente. Pesquisa de processo de Pedro Sólón Borges no Fórum de Penápolis
25/7/2014	Pesquisa em Marília para tomada de depoimento de Valter Mas Rosa e Arnaldo Mas Rosa
28/7/2014	Arquivo Público do Estado de São Paulo, prontuários de Antonio Miguel Herrera Esteban (n. 3.834); Manoel Gonzalez (n. 4.254); José Moreno Sanchez (n. 4.669); Albertino Marques Barreto (n. 2.115); José Moreno Filho (n. 3.842)
10/2014	Pesquisa no Arquivo Nacional (RJ) onde foi localizado processo do Tribunal de Segurança Nacional contra Manoel Mas Herrera e outros (700 p.)
23/1/2015	Pesquisa em Ribeirão Preto e Vila Bonfim (SP), nada foi encontrado. Pesquisa no Cartório de Registro Civil e de Imóveis de Coroados (SP), nada foi encontrado
27/1/2015	Pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos em Birigui (SP) onde foram encontradas as transcrições de propriedades de Tomas Mas Calvo
24/9/2015	Pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis de Penápolis (SP) onde foram localizadas transcrições de propriedades de Manoel Mas Herrera

Pesquisa de jornais espanhóis:

DATA	TÍTULO
15/4/1900, n. 97	Heraldo Militar , p. 2, Relación de honor com referência ao nome de Tomas Mas Calvo
4/1/1902, n. 2	Diario Oficial del Ministerio de la Guerra , p. 5-6, contendo referência ao nome de Tomas Mas Calvo
20/9/1918, n. 3.792	Diario Español , p. 1, referência a Blas González Fernández
TOTAL	3

Resumo de pesquisa em jornais publicados no Brasil, na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, no **Correio Paulistano**:

DATA	TÍTULO
6/6/1937	Vinte e oito extremistas expulsos do território nacional
1º/1/1946	Na última página - Franco apresenta-se como vítima inocente das conspirações internacionais - O ditador espanhol emitiu uma nota declarando que não tolerará a interferência estrangeira nos assuntos internos da Espanha
1º/1/1946	Na última página - Hirohito repudiou o Shintoísmo - O soberano nipônico exorta aos seus súditos para que não se deve mais basear no falso conceito de que o Imperador é divino e que o povo japonês é superior às outras raças - Auspiciosa mensagem de Ano Novo - continua na p. 2
22/3/1946	Na última - O Brasil não aceitará imigrantes japoneses
22/3/1946	Os japoneses de S. Paulo ainda acreditam e juram: Foi o Japão que ganhou a guerra! Sociedades secretas nipônicas agem em todo o país, mantendo a ilusão dos filhos do Sol Nascente - Como funcionam - Escolas clandestinas em pleno campo - A polícia desmascara as atividades da "Shindoremei" - Oportunas declarações de um "nissei" de Lucélia, neste Estado - Continua na p. 6
2/4/1946	Na última página - Dezenas de japoneses ameaçados de morte pedem, aterrorizados, garantias à polícia paulista - Verdadeira fuzilaria contra a casa de um ex-diplomata amarelo na rua Braz Cubas e bárbaro assassinio de um industrial no Jabaquara - Afirmam que o Japão ganhou a guerra e querem eliminar os que se convenceram da derrota - Plano terrorista de uma sociedade secreta - Por que o ex-embaixador foi visado - Continua p. 2
3/4/1946	Na última página - A polícia de S. Paulo no encalço dos responsáveis pelas sociedades secretas japonesas - Intensa atividade na delegacia da segurança pessoal - Continuam "fechados" os nipões presos no Parque Jabaquara
4/4/1946	Na última página - Desmascarando as atividades das sociedades secretas japonesas em São Paulo - Exploram o misticismo e a bolsa de toda a colônia nipônica - Presos mais três criminosos, responsáveis pela morte do industrial amarelo - A "Shindo-Remmei" tem mais de 100 mil sócios - Relação de suas filiais em todo o Estado - Apreendido farto material de propaganda e um receptor clandestino na sede da sociedade. Continua na p. 2 - Relação completa das filias da "Shindô-Remmei"
5/4/1946	Na última página - "Quadrilhas de "moços suicidas" desembarcaram em São Paulo para matar japoneses" - Ainda há cerca de duzentos em liberdade e desconhecidos da Polícia - Dezenas de nipões continuam sob ameaça de morte - A "marca da caveira" é sinal de morte iminente - Alguns dos que estão na "lista negra", inclusive um norte-americano - O chefe da "Shindo-Remmei" reafirma na delegacia que o Japão não perdeu a guerra - O próprio governo do Japão seria responsável pela firme convicção de vitória de seus súditos no exterior - As comunicações oficiais não falam em derrota e justificam as interpretações, tão bem exploradas pelas sociedades secretas - Onde aparece a assinatura de Furuya, o ex-embaixador - Expulsão dos japoneses indesejáveis - Continua na p. 2
6/4/1946	Na última página - Japoneses ameaçados de morte até pelo Correio - Presos cerca de 200 japoneses - Súdito nipônico ameaçado de morte, por carta - "Essa é a maior vergonha da história da imigração japonesa e me sinto envergonhado com a estupidez de meus patrícios - Outras notas

7/4/1946	Na última página – O Correio Paulistano entrevista: O homem que denunciou à polícia a existência das sociedades secretas japonesas – É inglês, e não norte-americano, o cidadão também ameaçado de morte pelos fanáticos nipões – Viajava pelo interior com o infortunado Nomura, o assassinado industrial do Jabaquara, quando descobriu toda a trama amarela – Uma reportagem do nosso jornal teria precipitado os acontecimentos – Convencidos de que voltariam para o Japão, os agricultores nipônicos plantaram este ano apenas 60 por cento do que faziam normalmente – “Um policial brasileiro vale por dez japoneses...” - Continua na p. 6
9/4/1946	Na última página – 400 japoneses já estão nas mãos da polícia de SP – A Ordem Política anuncia que a “Shindo-Remmei” foi completamente desmantelada – Presos os principais mentores – Os “moços suicidas” e as “mulheres purificadoras” – até da Casa de Detenção, o militar japonês dirigia os seus patrícios – Médico no Japão e marceneiro em São Paulo – Outro oficial amarelo era vendedor ambulante nesta capital – A situação no interior – pormenores - Continua na p. 2
10/4/1946	Na última página – Preso ontem perigoso súdito japonês – Prosseguem as diligências da Polícia Política – Quem é Kishimoto – Prisão de amarelos no Rio de Janeiro - Continua na p. 2
11/4/1946	Na última página - Shindo-Remmei – A polícia continua prendendo fanáticos amarelos – O superintendente da Ordem Política e Social promete não descansar enquanto houver um japonês perigoso em liberdade – Detido ontem, depois de demoradas pesquisas, o autor do assassinio de Bastos – Outros detalhes a respeito – Continua na p. 6
12/4/1946	Os governos brasileiro e sueco vão dirigir-se à colônia japonesa dizendo que o Japão perdeu a guerra - Na última – Plantar no Brasil é trabalhar contra o Mikado. E com esse “slogam”, os nipônicos da famigerada “Shindo-Remmei”, sabotaram grandemente a produção de menta em S. Paulo – Vascilhada pela polícia a caixa postal daquela sociedade secreta – Correspondiam-se em código especial – Continua na p. 2
16/4/1946	Na última página – Repercutem no Japão as atividades dos japoneses em SP – Repercutem no Japão o terrorismo nipônico em S. Paulo
18/4/1946	Na última página – Recrudescem as atividades dos terroristas japoneses em Marília, um bando de agentes secretos da “Keiko Fukoku” tentou contra a vida de três nipônicos – Hospitalizadas as vítimas – Dois dos criminosos presos em flagrante e o terceiro detido em Quintana
19/4/1946	Na última página – Manchete: suicidou-se na casa de detenção um membro da “Shindo-Remmei” - A legação da Suécia explica que o Japão perdeu a guerra – Nota necessária em face da atitude da colônia nipônica – A base do fanatismo amarelo entre os filhos dos japoneses – Oportunas declarações de um professor brasileiro conhecedor do assunto – Continua p. 2
27/4/1946	Na p. 9 – As razões que levaram o Japão a capitular – “Os laços existentes entre nós e nosso povo não se firmam na falsa acepção de que o Imperador é divino e de que o povo japonês é superior às outras raças”, diz Hirohito na carta-juramento do dia 1º do ano – Mais documentos para convencer a incrédula e fanática colônia amarela
30/4/1946	Na última página – Mais um japonês vítima de atentado de patrícios fanáticos – A polícia já tem em mãos os dez dirigentes principais da “Shindo-Remmei”
Maio/1946	Nenhuma matéria localizada
4/6/1946	Na p. 2 - Moços suicidas da “Shindô-Remmei” eliminam a tiros ex-coronel – Recrudesceram as sinistras atividades da sociedade secreta japonesa – Queriam que o ex-militar praticasse o “hara-kiri” – Presos os criminosos – Outras notas
15/6/1946	Na última página – Capturado o principal responsável pela “Shindo-Remmei” - Denunciava companheiros para despistar a polícia – Preso o “fac-totum” da “Shindo-Remmei” – Quem era o fanático amarelo proprietário da tinturaria “Oriente”, da rua Vergueiro, 136 – O último assassinio – Jantou com a vítima, que mandaria matar dias depois – Os “moços suicidas”... E a “Shindo-Remmei” não desaparecerão – Outras notas
29/6/1946	Na última página – Terminado o inquérito a respeito da “Shindô-Remmei”. Oitenta japoneses prestes a serem expulsos do país. Na p. 6 - Oitenta japoneses prestes a serem expulsos do país – Entrevista coletiva à imprensa concedida pelo dr. Venâncio Aires, delegado da Ordem Política e Social – Junji Kikkawa era o presidente da “Liga do Caminho dos Súbditos” – O fim da “Shindo-Remmei” no Brasil
18/7/1946	Na última página – Responsabilizado o Partido Comunista por todas as greves havidas em S. Paulo
18/7/1946	Na última página – Cerca de 110 mil imigrantes virão trabalhar no Brasil – Declarações do ministro João Alberto à imprensa – Continua na p. 9

19/7/1946	Na última página - Japoneses de todas as sociedades secretas, compareçam hoje à Polícia! – Curioso convite da polícia – Chamados à Ordem Política e Social os membros das Sociedades Secretas japonesas!
20/7/1946	Na p. 3 – É necessário uma política nacionalista para evitar a invasão de doutrinas exóticas e extremistas
20/7/1946	Na p. 3 – Serão expulsos do Brasil 45 alemães nazistas
20/7/1946	Na última página - Os nipões, nos Campos Elíseos, exigiram e obtiveram fossem riscadas da ata as palavras “derrota” e “rendição incondicional” – Convocados pelo interventor Macedo Soares, cerca de 500 súditos nipônicos, mais arrogantes que seu próprio governo, acabaram impondo condições – não se responsabilizam pela persistência dos atos de fanatismo da colônia amarela em nosso Estado – como falaram o Ministro da Suécia e o Embaixador Macedo Soares – pormenores sensacionais da reunião de ontem no Palácio do Governo – Continua na p. 6
21/7/1946	Na p. 2 – Perderam na Ásia, mas venceram nos Campos Elíseos... A “vitória” dos japoneses no Palácio do Governo causa péssima repercussão em toda a cidade – “Devíamos agir energeticamente, ameaçar, punir com rigor, deportar, fazer valer a nossa autoridade e a vitória das Nações Unidas, e nunca ceder às descabidas e arrogantes exigências dos súditos japoneses”
23/7/1946	Na última página – O ministro da Suécia e o gen. Góis Monteiro falam sobre a reunião dos japoneses nos Campos Elíseos – “Fanatismo e chantagem”, afirma o ministro da Guerra – “Já comuniquei ao governo sueco”, declara o Sr. Ragnar Kumlin. Na p. 6 – O ministro da Suécia e gen. Gois Monteiro
24/7/1946	Na p. 3 - A cobra e o japonês, texto assinado por José Lins do Rego
24/7/1946	Na última página – Energia com os japoneses
25/7/1946	Na última página, Os fanáticos japoneses continuam praticando atentados no interior – A reunião da “Shindo-Remmei” nos Campos Elíseos repercute ainda na Assembleia Constituinte – Apesar, ou por causa mesmo da reunião nos Campos Elíseos - Continuam os atentados da “Shindô-Remmei” – Uma bomba que explode mas não faz vítimas, em Lucélia, e um atentado a tiros de revólver em Bastos – incendiada a casa de um japonês – cont. na pág. 2
26/7/1946	Na p. 3 – Os nipônicos estão desobedecendo o seu próprio Imperador – Declarações do ministro da Suécia sobre as atividades da Shindô-Remmei
28/7/1946	Na p. 2 – O Japão não vencerá no Brasil – Causa indignação na Assembleia Constituinte, através da palavra do deputado Miguel Couto Filho, a petulância dos fanáticos da “Shindô-Remmei” na reunião dos Campos Elíseos – Proibição da imigração japonesa e dissolução dos quistos raciais – Outras notas - Na p. 3 - “Submetemos os terroristas japoneses aos rigores da lei” – declarou o general Góis Monteiro à imprensa – Opiniões de outras autoridades – Fulzamento dos terroristas japoneses – O general Amaro Bitencourt desmentiu essa notícia
31/7/1946	Na última página – Expulsão em massa de todos os terroristas – essa a resposta do Ministro da Guerra aos japoneses de Marília
2/8/1946	Na p. 7 – A atitude assumida pelo interventor federal com relação aos japoneses – Declarações do Brigadeiro Armando Ararigbóia, que presenciou a reunião realizada nos Campos Elíseos
7/8/1946	Na última página – Agrediram o carpinteiro japonês a pauladas – O nipônico queria atacar o antagonista – O fato parece prender-se a “Shindo-Remmei” – O auto foi abalroado
11/8/1946	Na p. 3 – Expulsão de terroristas japoneses – Decreto-Lei assinado pelo chefe da Nação – Relação nominal dos estrangeiros atingidos pela medida
13/8/1946	Na última página – A polícia do Brasil está atrapalhando nossos planos – Declarações do fanático da “Shindô-Remmei” preso no Peru, onde fora “instalar uma filial da sociedade”. Na p. 3 – A polícia do Brasil...
15/8/1946	Na p. 2 – Repercute em Tóquio o caso dos japoneses nos Campos Elíseos? Missão nipônica viria a S. Paulo a fim de convencer os fanáticos da “Shindô-Remmei” e outras sociedades secretas
17/8/1946	Na última página – Fanáticos da “Shindô-Remmei” continuam matando em Tupã – Afirma ao Correio Paulistano um diretor de Associação Comercial – Fanáticos da “Shindô-Remmei” assassinam mais dois japoneses – As graves ocorrências verificadas ontem em Tupã – Um dos “moços-suicidas” não foi linchado somente devido à intervenção do 5º R.I. – Continuam articulados os terroristas

20/8/1946	Na p. 2 – Mais japoneses fanáticos denunciados à Justiça Militar
21/8/1946	Na capa – Divertem-se em Tóquio com as notícias procedentes do Brasil – No Havaii, ¹⁴³ a polícia acabou com a “Shindô-Remmei” – Não virá nenhuma delegação de nipônicos a São Paulo – Continua na p. 2
24/8/1946	Na p. 3 – Dissolução de empresas nipônicas – Nota do Ministério das Relações Exteriores
27/8/1946	Na última página – Ameaçado de morte o chefe do Serviço Secreto da Superintendência de Ordem Política e Social – Atrevida e estranha carta encaminhada ao Sr. Geraldo Cardoso de Mello – A polícia está no encalço do missivista que, ao que parece, pertenceu à “Shindô-Remmei”
5/9/1946	Na p. 3 – as agitações comunistas, desta vez, escolheram o Rio para seu teatro de operações
6/9/1946	Na última página – Desarticulada pela polícia uma trama de japoneses em Lucélia – Um grupo de nipônicos, perfeitamente organizado, pretendia tirar sangrenta desforra dos terroristas pertencentes à “Shindo-Remmei” – Apreensão de grande quantidade de balas e de armamentos – A ação dos investigadores naquela cidade. Continua na p. 12
11/9/1946	Na última página – Japoneses fanáticos assinam um documento reconhecendo a derrota do Japão – A declaração dos amarelos – entre os signatários figuram dois chefes da “Shindô-Remmei” em Araraquara – continua na p. 3
22/9/1946	Na p. 3 – Malogrou o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil – Várias delegações se retiraram do conclave – Os comunistas articulavam uma greve geral
25/9/1946	Na capa – O regime de terror reinante na Espanha – Nota de protesto do presidente do governo republicano aos chanceleres das quatro grandes potências e à O.N.U.
25/9/1946	Descoberta no Peru uma ramificação da “Shindo Remmei” – Forte repressão da polícia peruana – Detidos os principais responsáveis pela sociedade secreta japonesa naquele país
TOTAL	53

Resumo de pesquisa em jornais publicados no Brasil, na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, no **Diário de S. Paulo**:

DATA	TÍTULO
12/3/1937	Na pág. 3 – pelo telefone, Rio. Da sucursal do Diário de São Paulo. Expulsos do território nacional. O presidente da República assinou decreto, na pasta da Justiça, expulsando do território nacional, na conformidade do que dispõe o artigo 113, n. 15, da Constituição Federal, [...] e os espanhóis Antonio Marques Rodriguez, Antonio Garcia Rodriguez, Diogo Herrera, Diogo Perez, Eugenio Alonso, Fructuoso Sanches, Jose Martinez, José Noya Peraño, João Lopez Soarez, Jacyntho Ruiz Garcia, José Iglesias, Manuel Gonçalves, Manuel Herrera, Manuel Gonzalez, Miguel Herrera e Rodriguez Valdez
1º/4/1937	Na p. 2 - A artilharia nacionalista está bombardeando violentamente os objetivos de Madrid – Fala de nacionalistas e governistas. Porto e Sagunto foram alvejados pela aviação nacionalista – de Córdoba, dia 31, agência UP – Na p. 3 - Os interesses nacionais estão sendo sacrificados por falta de braços
2/4/1937	Na p. 2 - A guerra civil espanhola custa, diariamente, às facções, em luta, cerca de cem milhões de pesetas. Há notícias de madeiras que Franco entrega para a Alemanha em troca de canhões – “Anarquistas” inundaram mercado de pedras preciosas “roubadas” da Espanha desde o início da guerra
3/4/1937	Na p. 2 – As tropas governistas espanholas estão experimentando sérios revezes nas frentes de Guadalajara e Biscaya – Reforçado o controle na fronteira franco-espanhola, pois atravessavam a fronteira em busca de pão
4/4/1937	Na p. 4, As tropas de Madrid tentam romper o cerco dos nacionalistas à capital – Comando governista está convocando os espanhóis residentes no estrangeiro

¹⁴³ Trata-se da única referência à presença do Shindo-Renmei no Havai encontrada ao longo da pesquisa.

24/5/1946	Na p. 5 – Os crimes da Shindô-Remmei através do relatório do delegado de segurança pessoal. Terroristas foragidos
4/6/1946	Na p. 11 – Assassinado por membros da Shindô-Remmei um coronel reformado do exército japonês – Os quatro criminosos apresentaram-se à polícia – Pretendiam que o coronel Wakiyama praticasse “hara-kiri” – A vítima reconheceu a derrota do Japão (foto)
TOTAL	7

Resumo de pesquisa em jornais publicados no Brasil, na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, no **O Estado de S. Paulo**:

DATA	TÍTULO
5/6/1937	Na capa - restituição de presos políticos à liberdade
6/6/1937	Na p. 9 - Expulsão de comunistas - Foram removidos ontem pela manhã com as necessárias garantias policiais, 28 indivíduos de nacionalidade espanhola, com exceção de 2, todos adeptos ao credo de Moscou e que foram devidamente processados uns pela polícia desta cidade e outros pela de SP. Todos eles não esconderam a sua atividade comunista, sendo solicitada a sua expulsão do território brasileiro por serem nocivos ao atual regime e à ordem pública. E traz a lista desses comunistas, incluindo Manoel. Esses comunistas foram hoje transportados para bordo do vapor francês Alsina a fim de seguirem para a França, desembarcando em Marselha
26/3/1946	Na p. 9 – Um crime covarde em Bastos – Como surgiu o novo quisto nipônico da Alta Paulista – Progresso e Riquezas – Palavras de parlamentares que devem ser lembradas – Uma lenda estúpida corre o mundo: Japão não perdeu a guerra; quem se rendeu incondicionalmente foi... o exército americano – As “provas” fotográficas da afirmativa – Sociedades secretas em ação – O antigo delegado de Bastos e suas enérgicas represálias contra a arrogância dos nipões do lugar – O covarde assassinato, a traição do superintendente da Cooperativa, dos próprios japoneses que não acreditaram na “vitória” do Japão – O criminoso pode fugir com “exquisita” facilidade
28/3/1946	Na p. 10 - Um crime covarde em Bastos – Como se deu o assassinio de Ikuta Mizobe, “executado” por motivos políticos, segundo tudo leva a crer – A conduta do guarda que lhe vigiava a residência – Várias prisões – O assassino conhecia os hábitos da vítima, tanto assim que a esperou em lugar certo e a hora certa, para atacá-la a traição – A situação de intranquilidade e de insegurança dos moradores de Bastos
31/3/1946	Na p. 10 - Em Tupã a situação não é melhor que a de Bastos. Comarca desde 1945 com seus 30 mil habitantes com vários bancos. Como em toda parte, são elementos inassimiláveis, de vida “separada” - com os braços aqui e o pensamento no Japão e na divindade de seu Imperador
2/4/1946	Na p. 10 - Fanatismo nipônico – Assassinio, no Jabaquara, do diretor-presidente de uma cooperativa – Alvejado a tiros um ex-diplomata japonês – Fanáticos filhos do Japão os autores desses crimes
TOTAL	6

Resumo de pesquisa em jornais publicados no Brasil, na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, no **Folha da Manhã**:

DATA	TÍTULO
5/6/1937	Na p. 20 - Conferência na Federação Espanhola, na rua do Gasômetro, 49, de Domingos Rex
6/6/1937	Na p. 4 – Chegaram a Havana quinhentos orphãos da guerra espanhola. Na p. 2, seriam libertados os presos que não respondem a processo

6/6/1937	Na p. 20 - Comunistas deportados - devidamente processados por exercerem atividades comunistas no nosso país, tiveram ordem de expulsão as seguintes pessoas: [...] [constam os nomes de Miguel Hennera, Manoel Max Herrera, ambos com grafia errada]. Esses comunistas vieram ontem, (5) de SP e hoje foram embarcados no Alsina
2/4/1946	Na p. 15 – Fanáticos japoneses ter-se-iam organizado em sociedade secreta – A polícia procura esclarecer um homicídio praticado nesta capital – Quatro nipônicos condenados à morte
3/4/1946	Na p. 11 – Localizada ontem à noite a sede de uma organização secreta japonesa - Preso o presidente da organização – Apreensão de grande quantidade de panfletos e de uma radioemissora de ondas curtas – Tipografia clandestina
3/4/1946	Na p. 10 - Diligências policiais em várias cidades do interior do Estado – Objeto de rigorosas investigações as atividades de Tsuguo Kishimoto – Comunicado da Secretaria de Segurança
4/4/1946	Na p. 10 - prosseguem as investigações sobre as sociedades secretas japonesas – prisões efetuadas ontem pela Administração Política e pela segurança pessoal. Fala também de Kikawa e que a Shindo Renmei explora os sitiantes japoneses, exigindo contribuições em dinheiro, além de praticar chantagens com muitos deles, tais como a venda de terrenos em Java
TOTAL	7

TOTAL DE PUBLICAÇÕES LEVANTADAS: 76